

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GLAYBSON GUEDES BARBOZA DA SILVA

“Talvez Deus te dê boa sorte nas Lavras”: estratégias de trabalho e sobrevivência de mulheres livres e libertas nas Lavras da Bahia (Lençóis, 1850 – 1880)

**Salvador
2019**

GLAYBSON GUEDES BARBOZA DA SILVA

“Talvez Deus te dê boa sorte nas Lavras”: estratégias de trabalho e sobrevivência de mulheres livres e libertas nas Lavras da Bahia (Lençóis, 1850 – 1880)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de Doutor em História sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Novaes Pires.

**Salvador
2019**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586 Silva, Glaybson Guedes Barboza da.
“Talvez Deus te dê boa sorte nas Lavras”: estratégias de trabalho e sobrevivência de mulheres livres e libertas nas Lavras da Bahia (Lençóis, 1850 – 1880) / Glaybson Guedes Barboza da Silva. – 2019.
220 f.: il.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Fátima Novaes Pires
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

1. Mulher-Mercado de trabalho. 2. Diamantina, Chapada (BA). 3. Brasil – História – Império - 1822-1889. I. Pires, Maria de Fátima Novaes. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.42

GLAYBSON GUEDES BARBOZA DA SILVA

“Talvez Deus te dê boa sorte nas Lavras”: estratégias de trabalho e sobrevivência de mulheres livres e libertas nas Lavras da Bahia (Lençóis, 1850 – 1880)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia obtenção do grau de Doutor em História sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Novaes Pires.

Aprovada em ____ de _____ de 2019.

Maria de Fátima Novaes Pires – orientadora
Doutora
em História Social pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Adriana Dantas Reis Alves: _____

Prof. Dr. Igor Gomes Santos: _____

Profa. Dra. Ione Celeste de J. Souza _____

Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis: _____

Suplente: _____



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Glaybson Guedes Barboza da Silva		2019106680	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO			
"TALVEZ DEUS TE DÊ BOA SORTE NAS LAVRAS": estratégias de trabalho e sobrevivência de mulheres livres e libertas nas Lavras da Bahia (Lençóis, 1850-1880)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Profa. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires (UFBA - Orientadora)		341272325-84	
Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis (UFRB)		349135305-00	
Profa. Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa (UEFS)		293.917.255-20	
Profa. Dra. Adriana Dantas Reis (UEFS)		666.912305-15	
Prof. Dr. Igor Gomes Santos (IFBA)		01266511598	

ATA

Em 18/10/2019, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), às 14h, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Glaybson Guedes Barboza da Silva, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Dra. Maria de Fátima Novaes Pires, Orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pele aprovação do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca examinadora aprovou a tese por unanimidade, salientando o mérito e a originalidade da pesquisa para estudos de mulheres livres e libertas na Chapa de Diamantina oitocentista. A banca também ressalta a necessidade de observação às suas sugestões na pesquisa de fontes para o debate final.

SSA, 18/10/2019: Assinatura do aluno:

SSA, 18/10/2019: Assinatura do orientador:

Para as que me sustentam.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este não se escreve apenas com caracteres, fontes e referências. Amor, atenção, cuidado, amparo e tantas outras coisas, que só quem se importa de verdade com o processo e com o autor podem dar é que possibilitam o ponto final do texto. Sou muito grato a todos que, a seu modo, contribuíram para que este estudo chegasse ao (reticente) fim. Quero agradecê-los de coração!

Primeiramente, quero demonstrar minha gratidão àqueles que são invisíveis aos olhos físicos, mas que são permanentemente presentes. Agradeço a Exu, que me guiou nos caminhos até o final dessa jornada. Laroiiê! Do mesmo modo agradeço ao meu pai, Ogum. Vencedor de demandas, senhor dos meus caminhos, vitorioso antes da luta, que me deu forças para acreditar que todas as dificuldades eram passageiras. Ogunhê! À minha mãe Oxum, sou profundamente grato, pela capacidade de encontrar os caminhos onde não existem, contornando obstáculos com seu corpo d'água, ao seu amor de mãe e à sua inventividade que devo a minha capacidade de criar. É do seu ventre líquido que nascem as minhas ideias. Ora iê iê, mamãe Oxum! Apresento também a minha gratidão à Dona Maria Padilha Rainha das Sete Encruzilhadas e a Sr. Veludo meus guardadores. Salve sua força! Sou grato a todos aqueles que me ajudaram e que me ofereceram a sua ajuda. Um salve a todos! Saravá!!!

Aqueles que posso tocar com as minhas mãos foram muito importantes para mim ao longo do processo de escrita. Agradeço à minha família pelo apoio que me ofereceram desde sempre e para sempre. Aos meus avós Gilberto e Hilda, e à minha tia Glayde; eternamente meus e eu deles! Aos meus amigos, família que não é de sangue, mas de coração; aos irmãos que eu pude escolher deixo o meu muito obrigado. Alguns dos quais preciso destacar.

Mayara Plácido, minha irmã de coração e alma encabeça a lista. Em 2004 nossos caminhos se cruzaram em Feira de Santana e seguimos juntos por graduação, mestrado e doutorado com as mesmas orientadoras, com os mesmos hábitos, com as mesmas caras e com os mesmos risos. Agora, depois de mais de uma década passada, vem a hora de dizer mais uma vez: May, minha irmã... Obrigado por tudo! Tudo é muito importante para mim. Das “horinhas de descuido” até às discussões teóricas mais acaloradas, tudo é precioso. Tudo é ouro de vida. É fortuna!

Clissio Santana, um querido, a quem eu devo agradecer. A erudição e a perspicácia desse rapaz me encantam. Obrigado pelas referências, pelos debates nas redes sociais, pelo conhecimento compartilhado, pelo apoio e pela amizade.

A Maria Auxiliadora Teixeira, Verônica Medeiros, Carlos Lima e Juliana Costa Pinto sou grato pela alegria que vocês me trouxeram em todos esses anos. Contem comigo sempre!

A todos os amigos, colegas de trabalho e companheiros de pós-graduação deixo meu “muito obrigado”. Qualquer um que tenha emanado energias de bondade sobre esse trabalho; que perguntavam com um misto de preocupação e expectativa “e a tese, Gueu”?! Todos vocês merecem minha gratidão.

Moisés Ferreira, que conheceu o trabalho já nas etapas finais, mas que me incentivou tanto com seu amor, carinho e atenção recebe, aqui, a minha gratidão. Sou agradecido por ele entender todas as horas de ausência, por se preocupar, por me animar, por dizer “calma. Tudo vai dar certo”! Agradeço a ele e por ele. Obrigado, meu amor!

Agradeço à minha orientadora, Professora Maria de Fatima Novaes Pires. Pelo compartilhamento do seu conhecimento, pela paciência e pela compreensão. Aproveito para pedir desculpas, publicamente, por todas as preocupações causadas. Às minhas orientadoras de outrora também agradeço. À Professora Acácia Batista, minha orientadora de graduação, serei eternamente grato por ter me dado as primeiras aulas de pesquisa. Com ela, ainda na graduação, conheci o objeto que me acompanhou na vida acadêmica, até agora, e que acredito que não abandonarei tão cedo. À Professora Ione Celeste de Souza, minha orientadora do mestrado, que me ajudou a aprofundar os estudos sobre as experiências de homens e de mulheres na Chapada Diamantina.

Às Professoras Isabel Reis, Wlamyra Albuquerque, Gabriela Reis e ao Professor João José Reis deixo meu muito obrigado pela atenção e pelo compartilhamento de conhecimentos na minha trajetória no PPGH-UFBA. No Programa de Pós-graduação em História da UFBA gostaria de agradecer a Gilvan, funcionário sempre solícito e eficaz.

Um dos sujeitos mais importantes durante o processo de escrita da tese, sem dúvida, foi Reinaldo dos Anjos, funcionário do Arquivo Público da Bahia. Agradeço, profundamente, o seu empenho em conseguir os documentos, para esclarecer dúvidas, fazer indicações e colaborar de todas as maneiras para a minha pesquisa. Além disso, a simpatia de Reinaldo sempre dava boas vidas para um dia de trabalho. Obrigado de coração, Reinaldo!

Por fim, agradeço à CAPES pelo financiamento dessa pesquisa, a partir da concessão de bolsa, nesses anos de Doutorado, desejando que dias melhores venham para as agências de financiamento e para a pesquisa científica neste país.

RESUMO

Este estudo aborda estratégias de trabalho e sobrevivência de mulheres livres em Lençóis, Bahia, entre as décadas de 1840 e 1880. Embasado, principalmente em fontes judiciárias e cartorárias, e valendo-se também de documentos censitários, eclesiásticos e administrativos buscou-se explorar as agências das mulheres e seus significados em favor de sua inserção, participação, liberdade e progresso em uma sociedade marcada pelo poder masculino, como aquela que se desenvolveu no entorno dos garimpos de diamante na região da Chapada Nova, localizada no centro da então província da Bahia no período abordado. A narrativa histórica sobre os sujeitos da pesquisa foi construída através de um diálogo com a historiografia dos sertões baianos, assim como de outras regiões brasileiras de mineração – em especial das Minas Gerais – que surgiram até o período abordado, além de estudos históricos sobre a Corte e sobre a história das mulheres no Brasil e em outras partes do mundo colonial atlântico. Ao longo do trabalho demonstra-se que as mulheres lençoisenses, através do trabalho e outras agências, desenvolveram diferentes estratégias para escapar da pobreza, dos ditames de uma sociedade escravocrata e da opressão baseada na cor e no sexo, alcançando conquistas materiais e imateriais de variadas proporções. Por fim, defende-se que a atuação feminina forçou limites e gerou espaços de atuação, impulsionando a dinâmica socioeconômica da região.

Palavras-chaves: Mulher. Trabalho. Chapada Diamantina. Brasil Império.

ABSTRACT

This study discusses free-women's strategies of work and living at Lençóis, Bahia, during the 1840's and 1850's decades. Manly based on juridical and notarial sources as well on census, ecclesiastical and administrative papers it seeks to explore the meanings of female agencies on behalf of their own insertion, participation, freedom and progress onto a society characterized by male power as that one developed by mining-work at the Chapada Nova, central region of Bahia. The historical narrative presented in this work was made through a dialogue with historiography of Brazilian mining-areas emerged until 19th century second half – especially those about Minas Gerais –, also with studies about history of women, Brazilian Court and other regions of colonial Atlantic world. This study shows that the women from Lençóis used their labor and developed other kinds of agencies as base to create ways to escape from poverty, as well from the sets of a slavery society and the oppression founded on color and sex differences. By this turn, those women achieved distinct material and immaterial improvements. At last is assumed in this study that the women got able to push boundaries and conquer spaces to live by their agencies, boosting the social and economic dynamic of Chapada's region.

Keywords: Women. Labor. Chapada Diamantina. Brazilian Empire.

LISTA DE ARQUIVOS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BN – Biblioteca Nacional

BNF Gallica – Bibliothèche nationale de France Gallica

FCM – Fundação Clemente Mariani

FDCBV – Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01:	Zona aproximada de exploração de diamantes na Chapada Nova	33
Quadro 01:	Dados do Mapa estatístico da Santa Casa de Lençóis (março a junho de 1862)	43
Gráfico 01:	Qualificação das mulheres livres de Lençóis segundo o Recenseamento Geral do Império (em%)	51
Quadro 02:	Valores das diferenças entre faixas de riqueza (em réis; 1850-1880)	121
Gráfico 02:	Distribuição de combinação de bens rurais nos inventários da faixa 1 (1850-1880)	132
Gráfico 03:	Tipos de posse de terra das mulheres da faixa 1 (1850-1880)	137
Gráfico 04:	Distribuição dos inventários de acordo com as faixas de riqueza (1850-1880)	153
Gráfico 05:	Comparação entre as ocorrências dos inventários de acordo com as faixas de riqueza e a concentração de riqueza (em %; 1850-1880)	155
Gráfico 06:	Distribuição das escravarias por tamanho nas faixas de riqueza (1850-1880)	160
Gráfico 07:	Proporção dos bens de raiz nas faixas de riqueza de 2 a 5 (1850-1880)	171
Quadro 03:	Terras de Maria Joaquina da Silva	174
Quadro 04:	Terras de Maria Cordeiro da Graça	179
Gráfico 08:	Proporção de terras em comum nos inventários das faixas de 2 a 5	181
Quadro 05:	Imóveis urbanos de Joana Maria de Jesus	191
Figura 02:	Localização dos imóveis de Joana Maria de Jesus	193
Quadro 06:	Dívidas ativas de Joana Maria de Jesus	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Limites entre as faixas de montes-mores (em réis; 1850-1880)	121
Tabela 02:	Valores limites das faixas de riqueza (em réis; 1850-1880)	122
Tabela 03:	Diferenças entre as faixas de riqueza 1 e 2 (em réis; 1850-1880)	123
Tabela 04:	Distribuição de inventários por faixas (1850-1870)	123
Tabela 05:	Distribuição dos bens inventariados por categoria (1850-1880)	129
Tabela 06:	Concentração de riquezas por faixas (1850-1880)	155
Tabela 07:	Monte-mor médio por faixas de riqueza (1850-1880)	156
Tabela 08:	Proporção dos indicadores de riqueza nos inventários de mulheres das faixas de riqueza de 2 a 5 (1850 -1880)	157

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PROCISSÃO DAS ESPERANÇAS: MIGRAÇÃO E CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA NA SOCIEDADE DO DIAMANTE	29
1.1 O contingente feminino de Lençóis	37
1.2 A questão da cor	52
1.3 A venda do escravinho Nicolao	57
2 INVENTAR A VIDA: ESTRATÉGIAS DE EXISTÊNCIA E TRABALHO FEMININO NAS LAVRAS	65
2.1 Medo, invisibilidade e violência	66
2.2 Questões de honra	80
2.3 A importância do trabalho	83
2.4 Mercado da prostituição e das práticas correlatas	94
3 “QUEM NÃO TEM CHACULATEIRA NÃO TOMA CAFÉ NEM CHÁ”: TRABALHO E POBREZA ENTRE AS MULHERES DE LENÇÓIS	105
3.1 “A insignificância dos bens deixados”	116
3.2 A fortuna da mulher pobre	125
3.3 Gado, terra e plantações	130
3.4 Cidades, subúrbios e mais lugares de lavoura	141
3.5 Produtos da microcultura	146
4 “VOU ME ENTREGAR AO TRABALHO”: AGÊNCIAS FEMININAS NA SOCIEDADE LENÇOISENSE	151
4.1 A formação do cabedal da mulher lençoisense	153

4.2	Escravos	158
4.3	As mulheres e o minifúndio chapadense	170
4.4	Terras de garimpo	183
4.5	Casas, terrenos e lojas: os outros bens de raiz	187
4.6	Negócios de interesse	195
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
	REFERÊNCIAS	206

INTRODUÇÃO

- Se não *tem* quem te pegue, minha filha, arruma tua trouxa. Talvez Deus te dê *boa sorte* nas Lavras!

(Lindolfo Rocha)

Entender estratégias de sobrevivência que mulheres livres e libertas desenvolveram a partir do trabalho em Lençóis na segunda metade do século XIX é o principal objetivo deste estudo. Ao longo da pesquisa, me dediquei a compreender como as mulheres construíram suas trajetórias de vida ali, de modo a encontrarem meios de existir e alcançar seus objetivos, apesar das pressões de uma sociedade orientada pela lógica masculina dos garimpeiros, senhores de escravos, homens de negócios e políticos. Para encontrar as estratégias dessas personagens, debruicei-me sobre uma documentação variada, oriunda das comarcas de Santa Isabel do Paraguaçu e Lençóis e, que atualmente, se encontra abrigada no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, em Salvador, e no Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros – FDCBV, em Lençóis.

Os documentos que utilizei foram produzidos no primeiro momento de pujança das Lavras Diamantinas da Bahia. A partir do final dos anos 1840, a cata de diamante na região central da Província surgiu como uma nova fronteira econômica. Nesse momento, a economia local, essencialmente agrícola, passava por maus bocados, haja vista a série de calamidades decorrentes das secas que se repetiam por ali e da concorrência de outras províncias com produções semelhantes. Assim, quando os primeiros diamantes achados nas margens do rio Lençóis foram negociados a bons preços no mercado de minerais já existente em algumas partes do sertão baiano, nasceu uma esperança de que esse pudesse ser o remédio para os males acumulados em tantos anos de miséria.

As notícias logo se espalharam e, em meses, um *rush* tomou conta dos caminhos que desembocavam nas Lavras, sobretudo em Santa Isabel do Paraguaçu. Sujeitos de todo tipo e de muitos lugares abarrotavam as estradas. Os mais remediados encontravam condições um pouco mais confortáveis de viagem e eram apoiados por uma eventual escravaria. Entretanto, a grande maioria dos viajantes era formada por gente livre e liberta, pobre, de cor, que se apinhava em lombos de animais e carroças ou mesmo marchavam a pé em meio às muitas caravanas de desvalidos que foram organizadas naquele tempo. Independentemente das condições, o importante era chegar vivo e rápido

ao novo centro econômico da Bahia. Com quase nada de seu, essa gente esperava encontrar mantimentos no meio do caminho e solidariedade dos seus pares; juntos, todos esperavam que Deus lhes desse boa sorte nas Lavras.

Uma vez aportados na Chapada Nova, os homens buscavam meios de se inserir no garimpo. Essa nem sempre era uma tarefa fácil, embora houvesse carência de mão de obra nas frentes de trabalho. Isso se deve ao fato de a garimpagem ser uma atividade fiada na confiança e na capacidade dos envolvidos de se adaptarem aos códigos de honra tácitos que já circulavam entre os garimpeiros mais experientes, que ali eram representados por trabalhadores que vieram da cata do ouro nas Minas Gerais e de Jacobina, na Bahia. Com isso, muitos acabaram nas fímbrias daquela sociedade, lutando de diversos modos para se inserirem naquela sociedade. Alguns conseguiram se ocupar em atividades liberais; outros se empregaram no comércio que também florescia ali, mas sem esquecer do sonho de ganhar a vida a partir das pedras. Aqueles que não tiveram a oportunidade, ou vontade de encontrar uma ocupação ‘honesta’, tiveram a chance de se tornar capatazes de figuras eminentes ou mesmo ganharem a vida através criminalidade e da mendicância.

Esses dados revelam uma sociedade que se formou rapidamente, conservando diferenças em seu interior capazes de gerar tensões de diferentes ordens. Isso exigia dos sujeitos a capacidade de negociar a própria sobrevivência. Mas, até aqui, a história que contei é uma narrativa das experiências masculinas na região. Sobre as mulheres que chegaram às Lavras e viveram em semelhantes condições ainda se sabe muito pouco, até agora. Persiste na historiografia sobre a região um mutismo sobre as mulheres e seus modos de vida. Desse modo, pretendo contribuir para a reversão desse quadro no campo dos estudos históricos sobre a Chapada Diamantina, preenchendo com este estudo algumas das lacunas que ainda existem na história dessas personagens e, conseqüentemente, da região. Para isso, pesquisei fontes de naturezas diversas e, a partir do cruzamento das informações presentes nelas pude descortinar alguns sentidos que deram à vida ali, do mesmo modo como compuseram algumas de suas estratégias de sobrevivência.

A partir dos indícios presentes nas fontes pude notar que as mulheres tiveram de ser tão ou mais inventivas que os homens para sobreviverem nas Lavras. A virulência da pobreza e os riscos que a escravidão impunha para a população pobre, livre de cor eram sensíveis para as mulheres imbricadas com as diferenças entre os sexos. A combinação desses fatores fundamentava a precariedade que a qual aquela sociedade submetia as mulheres. Assim, para sobreviverem e resistirem ao esquema patriarcal que extenuava

suas existências, as personagens deste estudo desenvolveram táticas variadas para conquistar espaços nos quais pudessem empreender seus meios de vida, sobretudo através do próprio trabalho e das relações que conseguiram tecer. A documentação mostrou que essas mulheres se lançaram em ocupações diversas a fim de garantir o próprio sustento, da família, certa melhora de vida e, quiçá alguma ascensão social.

Ao ocupar os espaços produtivos nas Lavras – principalmente as brechas deixadas por conta do maior interesse dos trabalhadores na indústria do diamante – as mulheres azeitaram a dinâmica socioeconômica daquela sociedade. Apesar da importância dessas agências, a memória local reservou poucos capítulos para as mulheres. Essa característica se perpetuou na historiografia da região, sendo ainda poucos os trabalhos que enfocam mulheres e suas experiências no sertão lavrista da Bahia. Na maior parte dos casos, quando aparecem nos textos, o fazem esparsamente, como coadjuvantes, em obras sobre a região ou sobre os garimpeiros¹.

Contribui para um menor conhecimento sobre as personagens e suas agências a recorrência de narrativas que privilegiam o contraste entre os ideais femininos do período e o comportamento cotidiano delas. Com isso, nas memórias e histórias, as mulheres lavristas passaram a ser descritas a partir de dois estereótipos antagônicos: o primeiro desses é o de uma mulher recatada, maternal, presa ao lar e submissa ao marido – à imagem das mulheres e filhas dos homens mais ricos e das famílias mais tradicionais dos sertões; e segundo, o de uma outra mulher, da rua, de hábitos grosseiros, sensual, faladeira, violenta, inimiga dos bons costumes e das autoridades – geralmente representadas pelas mulheres pobres, de cor. Por conta do apego a esses modelos, muito da complexidade da vida dessas mulheres se perdeu na história.

Sidney Chalhoub² ajuda a entender como essa vertente historiográfica se solidificou, com proposições que foram fundamentais para a definição dos caminhos que segui na pesquisa e na escrita deste trabalho. Ao investigar o cotidiano da classe

1 Orville Derby, “Lavras Diamantinas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, n. 30, 1905; Walfrido Moraes, *Jagunços e heróis*. São Paulo Civilização Brasileira, 1963; Gustavo Aryocara Falcón, “O diamante”, in SEPLANTEC, *A inserção da Bahia na evolução nacional: 1ª etapa, 1850 – 1899*, (Salvador: SEPLANTEC, 1978); José Martins Catharino, *Garimpo--garimpeiro--garimpagem: Chapada Diamantina, Bahia*. Philobiblion, 1986; Erivaldo Fagundes Neves, “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local”, Salvador: EDUFBA, 2008; Albertina Lima Vasconcelos. “Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1997); Maria Cristina Dantas Pina, “Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2000).

² Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Campinas: UNICAMP, 2001, p. 171-176.

trabalhadora carioca na *Belle époque*, Chalhoub apontou que algumas pesquisas estavam profundamente enraizadas na ideia de que uma patologia social acometia os pobres brasileiros entre o final do século XIX e início do século XX. Nesses estudos, circulavam ideias de que os problemas presentes na sociedade surgiam da incapacidade dos pobres de se adequarem às normas da civilidade de sua época. Tais conclusões emergiram com o uso permanente das normas burguesas como referência para a análise do comportamento das camadas mais baixas da sociedade, em detrimento de uma abordagem favorável à compreensão da lógica e dos sentidos que orientavam suas ações.

Diante disso, a norma de uma época, embora seja fundamental para entender os limites impostos aos sujeitos, precisa ser relativizada. Assim, as considerações de Sidney Chalhoub me ajudaram a perceber que, os relatos disponíveis sobre as mulheres lavristas escondiam a dinâmica que elas desenvolveram para sobreviver, pois, ambos os estereótipos propalados nas narrativas ignoravam as agências, sentimentos, esperanças e anseios das mulheres que não se enquadravam em nenhum dos dois. Neste estudo, ficou evidente que nem sempre as mulheres mais ricas ficaram submetidas ao poder masculino, pois criaram mundos próprios nos quais trabalharam, se relacionaram com pessoas diversas e borraram o ideal de recato, docilidade e domesticidade nos quais algumas narrativas tentaram as encaixar. Em outra medida, as mulheres pobres, que precisaram ganhar sua vida nas ruas, em diversos arranjos de trabalho, lutando contra as pressões das autoridades e dos ditames normatizadores do século XIX, se mostraram atentas tecelãs de redes de apoio com sujeitos em condição semelhante, e também com membros destacados daquela sociedade, assim como perspicazes empreendedoras; isso as afastou da imagem de perigosas desordeiras que muitas vezes era usada para as representar em narrativas históricas. A partir daí, passei a buscar os sentidos das ações dessas mulheres em suas estratégias de sobrevivência nas Lavras.

Para encontrar a lógica por trás das ações das mulheres recorri a fontes de naturezas diversas, mas a tônica da escrita do século XIX pouco privilegia os detalhes de suas vidas³. Durante a segunda metade dos Oitocentos, foram mínimos os registros que expuseram as experiências das mulheres. Na maior parte dos casos, elas foram relegadas a um esquecimento, em favor de uma memória patriarcal. Essa era a tendência geral nos

3 Sobre o silêncio das fontes sobre as mulheres brasileiras no século XIX algumas historiadoras já escreveram trabalhos referenciais. Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder*, 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; Miridan Knox Falci, “Mulheres do sertão nordestino”, in Mary Del Priore; Carla Bassanezi (orgs.), *História das mulheres no Brasil*, 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 241 – 277; Kellen J. Follador, “A mulher na visão do patriarcado brasileiro”, *Revista fato & versões*, n. 2. v. 1 (2009).

relatos memorialísticos da região. Tomando como referência as obras do Coronel Gonçalo de Athayde Pereira, um dos autores que mais contribuiu com trabalhos memorialísticos para a região das Lavras, é possível perceber como os textos da época estão prenhes da lógica masculina.

No início do século XX, atuando em Salvador como advogado e funcionário da Secretaria da Agricultura da Província, Pereira se encarregou de escrever as obras *Memória histórica e descritiva do municipio de São João do Paraguassú*⁴ e *Memoria historica e descritiva do municipio de Lençoes*⁵. Seus textos são carregados de impressões pessoais sobre as Lavras. Como membro de família rica, deixou Rio de Contas para explorar diamantes em Lençóis, fato que o possibilitou de ter conhecimento e participação em muitos episódios entre garimpeiros e outros homens da região⁶, sujeitos que elegeu como protagonistas de suas obras.

Além das experiências próprias, Pereira recolheu discursos dos homens mais velhos da região, com intuito de saber sobre a história das cidades. No início de seu trabalho, o autor esclareceu o método, utilizado na pesquisa, e os objetivos da seguinte maneira:

Com as observações próprias colhidas em dez annos da mais trabalhosa existencia, com as notas adquiridas obsequiosamente de velhos amigos que muito se interessam pelo progresso daquela terra, é que me animo a escrever esta memoria, que, quando nada, terá o valor de ser escripta só pelo desejo de ser útil e patriota. (sic)⁷

Apesar de seu interesse pelas Lavras, Pereira mostrou em seu trabalho pouca atenção à atuação das mulheres. Evidentemente, é preciso destacar que, na época em que o Coronel escreveu suas memórias, essas personagens não eram consideradas sujeitos da história. Essa perspectiva ganhou força quando, ao investigar os textos em questão, percebi que a ausência feminina não dependia apenas de uma questão de classe, pois, mesmo as mulheres de núcleos familiares mais distintos da região foram negligenciadas nas memórias do autor. Tal assertiva, indica que o sexo, e não somente a camada social, foi fator preponderante para o esquecimento desses sujeitos viventes da região.

4 Gonçalo de Athayde Pereira, *Memória histórica e descritiva do municipio de São João do Paraguassú*. Salvador: Oficinas da Empresa "A Bahia", 1907.

5 Gonçalo de Athayde Pereira, *Memoria historica e descritiva do municipio de Lençoes: Lavras diamantinas*. Salvador: Oficinas da Empresa "A Bahia", 1910.

6 O sertão, *Pequeno álbum de Lençóis, Bahia: Gráfica d'O sertão*, 1946, p. 63.

7 Pereira, *Memória histórica e descritiva do municipio de São João do Paraguassú*, p. 5.

A tendência de ocultação da agência feminina acompanhou outros trabalhos dedicados à memória lavrista. Reflexos disso podem ser vistos nos textos de uma publicação de *O Sertão*⁸, importante jornal que circulou na região a partir dos primeiros anos do século XX. Editado em celebração ao centenário de Lençóis, em meados da década de 1940, o *Pequeno álbum de Lençóis* revelou que os autores permaneceram pouco atentos à existência feminina⁹. Na obra, a preocupação era reavivar a memória dos homens pioneiros na abertura dos garimpos, evidenciando aqueles considerados mais importantes da região. No momento da introdução de questões históricas, o *Pequeno álbum* assume tal compromisso, como descrito no trecho a seguir.

[...] nas primeiras décadas de Lençóis, quando os cascalhos ricos afloravam nas margens dos rios e córregos e o das grupiaras estavam ao alcance dos garimpeiros, ainda armados apenas dos instrumentos rotineiros, quando para aqui não vinham somente os simples aventureiros, mas também homens, trazendo fortunas, para a garimpagem em grande escala, precisamente nas terras e logares de garimpos entre Lençóis e Andarahy, enfileiravam-se povoados de diversos vultos de casas, de garimpos, é certo, mas que, para aqueles tempos, eram verdadeiras vivendas, onde fervilhavam Famílias numerosas, servidas por escravaturas luzidias, empregadas, já no serviço domestico, afanoso e multiplicado, tal a fidalguia, a opulência, o luxo e a hospitalidade dos senhores. (sic)¹⁰

A leitura do trecho revela os dois personagens que protagonizam a maioria dos relatos sobre a Chapada Diamantina: o garimpeiro “aventureiro” e o homem afortunado; ambos interessados no diamante. Essa perspectiva deu continuidade à propensão dos memorialistas da região de ocultar idosos, mulheres, crianças e outras categorias de homens em suas narrativas, embora esses sujeitos tenham contribuído, incisivamente, para a articulação da sociedade que surgiu na órbita dos garimpos. Essa tônica perpetuou a invisibilidade das mulheres que viveram em Lençóis na segunda metade do século XIX.

Insatisfeito com os vestígios femininos que as memórias traziam, procurei em outras fontes detalhes sobre a vida das mulheres lavristas. Busquei, principalmente, os fundos arquivísticos do Arquivo Público da Bahia, em Salvador, e do Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros, em Lençóis, nos quais encontrei documentos de origem judiciária, cartorária e eclesiástica com registros de experiências femininas bem distintas daquelas descritas pelo Coronel Gonçalo de Athayde. Dentre o

8 O sertão, Pequeno álbum.

9 O sertão, Pequeno álbum.

10 O sertão, Pequeno álbum, p. 20.

universo documental dessas que encontrei nos fundos dos dois arquivos – vale ressaltar que na época da minha pesquisa o Fórum de Lençóis não contava com um arquivo organizado e os documentos se encontravam em condições delicadas de conservação e armazenamento – selecionei 189 correspondências de Juízes, 119 processos-crime, 107 inventários, 97 atas, circulares e relatórios do Asilo de Santa Isabel do Paraguaçu (1857 – 1861), 72 correspondências da Câmara Municipal de Lençóis, 39 correspondências da Secretaria de Polícia, 28 cartas precatórias, 16 tutorias, 6 livros de compra e venda, 6 entregas de menor, 5 ações de liberdade, 5 soldadas, 4 versões das Posturas da Câmara Municipal de Lençóis (1858; 1860; 1865; 1870), 3 relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Santa Isabel do Paraguaçu (1861; 1873), 3 correspondências da Repartição de Terrenos Diamantinos, 2 livros de matrícula de comerciantes na Junta Comercial da Bahia, 1 rol de culpados de Lençóis (1862 – 1893), 1 livro de testamentos, 1 livro de registro de terra de Santa Isabel do Paraguaçu (1854 – 1867; incompleto), 1 Quadro da população livre e escrava da Província da Bahia (1870), 1 ata da Presidência da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – Lençóis (1855), 1 ata da Presidência da Irmandade de Santa Isabel do Paraguaçu (1855) e 1 ata da Presidência da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição – Lençóis (1876).

Apesar da diversidade de fontes encontradas, a presença feminina em muitas delas é breve. Isso requisita um trabalho atencioso de conexão de vestígios que, nem sempre é proveitosa, haja vista que as trilhas documentais das personagens que persegui são marcadas por várias interrupções e ausências de detalhes. Nesse contexto, optei por calcar a pesquisa principalmente nos processos criminais, testamentos e inventários *post mortem*, haja vista que esses documentos trazem mais informações sobre os sujeitos que pretendia entender, além de serem mais numerosos nos fundos consultados.

Os processos-crime foram de grande valia no estudo, pois permitiram ver algumas das formas cotidianas de interação das mulheres lençoisenses. Nesse sentido, Maria de Fátima Novaes Pires, em seu trabalho sobre o tráfico interprovincial de escravos e alforrias nos sertões da Bahia, entre o final do século XIX e décadas iniciais do século seguinte, aponta que, desde que observadas as peculiaridades do período estudado, essa documentação apresenta “valiosos indícios da vida social, indispensáveis às tentativas de reconstituição da trajetória de tantos anônimos para a história”¹¹. Desse modo, os

¹¹ Maria de Fátima Novaes Pires, *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima – BA (1860-1920)*, São Paulo: FAPESP; Annablume, 2009, p. 17.

processos permitiram traçar alguns dos itinerários que as mulheres migrantes seguiram para chegar e se assentar nas Lavras e definir quem elas eram em sua maioria.

A partir de uma exploração mais detida sobre os indícios presentes nos processos pude traçar, no primeiro capítulo deste trabalho, um perfil do contingente feminino que migrou para Lençóis e seu entorno. Nesse interim, os processos criminais, combinados a fontes censitárias, permitiram delinear as principais rotas de migração feminina, assim como perceber que a maior parte das mulheres eram livres, de cor, pobres, jovens e solteiras. Realizei essa tarefa com base nas declarações que as arroladas nos autos davam, sobretudo, sobre sua origem e sua moradia quando estavam em face da Justiça. Nesse sentido, o protocolo dos interrogatórios foi de grande valia, haja vista que os promotores precisavam perguntar ainda o nome, idade, filiação, estado civil e se as inquiridas eram alfabetizadas.

No andamento das investigações, combinei os dados obtidos com os processos com algumas fontes censitárias. Esse último tipo de documentação é escasso, o que dificultou maiores inferências demográficas. Além de um quadro da população livre e escrava datado de 1870¹², produzido por iniciativa da Presidência da Província, apenas o Recenseamento geral do Império realizado em 1872¹³, serviu como fonte censitária para este trabalho. A inexistência de um material de mesma natureza produzido num período anterior aos anos 1870 criou diversas lacunas acerca dos anos iniciais de ocupação das Lavras Diamantinas e, com isso, se perdeu parte das dinâmicas de vida das mulheres no período. De todo modo, os processos criminais e os documentos censitários apresentaram dados muito semelhantes, como se verá na primeira seção do primeiro capítulo.

Ainda no primeiro capítulo, explorei mais os dados dos processos-crime a fim de entender melhor as questões que interferiam nas vivências cotidianas das mulheres em Lençóis. Devido ao protocolo de processo do século XIX, esses documentos trazerem informações substanciais sobre a participação feminina na sociedade lençoisense. Principalmente nos interrogatórios e nas acareações – ainda que a transcrição dos discursos fosse mediada pelas penas dos escrivães – as mulheres, em resposta aos quesitos, expuseram muito de suas ocupações, agências, divertimentos, interações, romances e espaços por onde circulavam na cidade e nas povoações. Do mesmo modo,

12 Quadro da população livre e escrava da Bahia, sem data definida, Arquivo Público do Estado da Bahia APEB), Seção Colonial, Recenseamento, maço 1600, s.p.

13 Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império.

ficaram registrados nesses documentos um amplo rol de tensões, disputas, enfrentamentos, estratégias de sobrevivência e vários outros aspectos da vida na região.

As narrativas femininas diante de juízes, promotores e advogados deixaram transparecer algumas das pressões que sofriam no período. Ficou perceptível que a raça, a cor e o sexo foram os principais fatores extenuantes das vivências femininas ali. Assim, nas duas seções remanescentes do primeiro capítulo, fundamentado nas mesmas declarações, busquei demonstrar como um espectro de tensões era gerado a partir de do entendimento social dessas categorias. A partir das informações presentes nos documentos, ficou evidente que esses elementos condicionavam as mulheres mais pobres a existências precárias, requisitando delas procedimentos dos mais diversos, por vezes até extremados, para subsistir em tal cenário. Dessa maneira, além das adversidades, apresento, no decorrer do primeiro capítulo, alguns dos meios que as criaram para existir nas Lavras.

Apesar das possibilidades que os processos-crimes trazem para a história das mulheres lavristas, vale fazer algumas ponderações sobre a relação delas com a Justiça que implicam alguns cuidados no uso dessas fontes. Diferentes historiadores apontam que as fontes judiciais do século XIX são caracterizadas pela simpatia às questões masculinas. Sueann Caulfield¹⁴, historiadora interessada no estudo da honra feminina no Rio de Janeiro entre o final dos Oitocentos e anos iniciais da República, indica que os processos balizados pelo Código Criminal de 1830 tinham uma tônica que tentava imputar às vítimas a culpa pelos maus que haviam sofrido.

No âmbito da Justiça, sobretudo criminal, diferentes textos eram construídos a fim de provar que a conduta pública das mulheres era reprovável e, por isso, nota-se a negação do amparo e da solidariedade, por parte do Estado. Caulfield aponta que os argumentos presentes nos processos buscavam desvalorizar as mulheres, e, com isso, conseguiam convencer de que elas não estavam ajustadas à sociedade em que viviam. Questões como cor e ocupação, além da situação financeira, e do estado civil dessas mulheres eram alicerces para a criação dos deméritos. Em alguns momentos durante a pesquisa, notei que em Lençóis, a Justiça seguiu caminho semelhante, inclusive com a posição do júri, atribuindo inocência a homens, mesmos quando todas as evidências apresentadas, mostravam a culpa deles.

14 Sueann Caulfield, *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, Campinas: UNICAMP, 2000.

Diante de tais considerações, é razoável pensar que as mulheres eram cuidadosas nas declarações que faziam à Justiça. Essa perspectiva ganhou força quando, durante a análise dos processos, percebi certo padrão nas respostas. Isso demonstra que essas pessoas tinham níveis de consciência da opressão que sofriam por parte das autoridades e, conseqüentemente, dos riscos que se expor representava naquele contexto. Assim, as declarações se mostraram orquestradas de modo a revelarem à Justiça aquilo que seria minimamente aceitável diante da moralidade da época que orientavam os julgamentos e, esconder as partes que pudessem ser usadas contra as próprias declarantes e seus pares. Com isso, busquei desvendar no segundo capítulo algumas das agências femininas que se ocultavam sob as respostas recorrentes.

Mantendo os processos-crime como alicerce da discussão, busquei demonstrar através das quatro sessões do capítulo como, para as mulheres, manter uma relação amistosa com a Justiça era fundamental para suas estratégias de sobrevivência. Nesse ínterim, a documentação revelou que, se perante as autoridades essas mulheres se esforçavam para serem alinhadas às expectativas morais da época, na escala cotidiana borram, com suas agências, alguns limites que lhes eram impostos pela ordem patriarcal daquela sociedade; renunciando ser subjugadas à norma com veemência em algumas ocasiões. Esse contexto perpetrava uma dinâmica paradoxal para elas, pois, se em algumas situações era importante mostra-se simpáticas à norma, no dia a dia, existir requeria enfrentá-la face-a-face.

Os indícios dos documentos me levaram a crer que, o jogo de mostrar e esconder era fundamental para que as mulheres pudessem trabalhar e, assim, construírem seus modos de vida e reforçar a liberdade. No universo das citadas nos processos, pude notar que suas existências estavam, intrinsecamente, ligadas ao universo do trabalho. Assim, muitas vezes a pobreza e a precariedade das condições de trabalho empurravam as mulheres para atividades vistas com desconfiança pelas autoridades, como o curandeirismo, adivinhações mágicas, alguma penetração nas frentes de garimpo e prostituição. Vale ressaltar ainda que, os silêncios, em alguns casos, eram construídos como forma de se esquivar da fiscalização das autoridades que criavam diversos empecilhos para a atuação feminina no mercado de trabalho. De todo modo, ficou evidenciado que essas mulheres precisavam criar seus próprios meios de acesso ao trabalho e a renda.

As experiências no mundo do trabalho interferiam na construção dessas personagens, enquanto sujeitos integrados àquela sociedade. Dessa maneira, a vida e o

trabalho para essas mulheres estavam amalgamados, de modo que as ocupações se tornavam referências de si no espaço. Os espaços de trabalho e os próprios ofícios eram meios de aprendizado de noções sociais capazes de definir quem era quem no jogo de poderes circulantes naqueles lugares, fazendo-as reconhecerem seus locais e desenvolver estratégias para atuar em prol da própria sobrevivência¹⁵. Dessa forma, ser totalmente sincera no momento de declarar o meio como ganhava a vida poderia trazer à tona um espectro amplo de condenações sociais que poderiam ser cruciais para entravar a vida e, conseqüentemente, da realização dos planos dessas personagens.

Ainda no segundo capítulo, demonstrei que as mulheres descritas nos autos criminais viviam majoritariamente do próprio trabalho, garantindo, com isso, seu sustento e o de uma eventual família, além de algum ganho de liberdade. Essas mulheres demonstraram ser ativas, trabalhadoras e inventivas na tessitura de tramas para a própria sobrevivência. Apesar dos limites das fontes criminais quanto às mulheres, foi possível perceber que o trabalho era, em si, um meio de existir para as mulheres lençóisenses. Esse modelo, inclusive, foi perceptível em várias sociedades escravistas das Américas, como apontou Camillia Cowling¹⁶ em um artigo sobre a contribuição feminina para a emancipação escrava no Brasil e em Cuba. A historiadora lembra que a resistência feminina se desenvolvia também no mundo do trabalho. Em suas agências, as mulheres resistiam silenciosamente ao julgo senhorial, o que as permitia alguns ganhos no gozo da liberdade.

Entretanto, os mesmos autos demonstraram que, apesar de essas mulheres atuarem de diferentes modos no mercado de trabalho local, tanto no âmbito urbano quanto rural, e raras vezes no garimpo, a pobreza, como resultado da confluência de fatores extenuantes, era persistente entre elas. Essa situação era resultado da arquitetura do poder local, que acabava por minar o trabalho feminino com uma série de precariedades. Todavia, as situações descritas mostraram que algumas delas se recusaram a sucumbir a tais pressões e, ocuparam-se de diferentes serviços, a fim de suprir as necessidades básicas, de superar os limites impostos e, quiçá, galgar alguma mobilidade social. Fato é que, entremeando os cenários da pobreza, algumas personagens aparentaram melhores

15 Muitas dessas noções surgiram das discussões de E.P. Thompson sobre os costumes dos trabalhadores ingleses no século XVIII. Cf. E. P. Thompson, *Costumes em comum*, 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

16 Camillia Cowling, *Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870–1888*, São Paulo, Annablume, 2006. Cole Libby; Júnia Ferreira Furtado, *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*, São Paulo: Annablume, 2006, pp. 153-175

condições de vida – que não eram assim tão melhores que as das demais, mas que representavam algum ganho – demonstrando que suas estratégias surtiam efeitos positivos.

Nesse momento, os processos-crime se mostraram limitados para a compreensão da trajetória das mulheres que se movimentavam para fora da pobreza. A partir daí, busquei diferentes documentos para entender os posicionamentos das mulheres no mercado de trabalho lençoisense, bem como seus significados, além de observar os resultados que alcançaram, ganhos e perdas. Assim, me dediquei à investigação nos fundos arquivísticos do âmbito civil.

Uma das primeiras séries pelas quais me interessei nessa trajetória foi a das ações de liberdade. Imaginei que, a partir desses registros, seria possível traçar algum itinerário de trabalho e/ou trajetórias de vida das envolvidas nos casos. Buscava os caminhos que essas mulheres perseguiram para uma eventual conquista da liberdade civil e, do mesmo modo, possíveis ligações entre o trabalho cativo e o trabalho livre na Chapada Diamantina. Contudo, a exiguidade dessas fontes não permitiu entrever a realidade que perseguia. Localizei, apenas, cinco documentos dessa natureza lavrados nas comarcas de Lençóis e Santa Isabel do Paraguaçu, obstando maiores inferências.

Diante desse contexto de pesquisa, passei a analisar testamentos e inventários *post mortem*. Nesse caminho metodológico, segui a já tradicional utilização dessas fontes para os estudos históricos dos sertões baianos¹⁷. Nesse sentido, tais documentos se mostraram relevantes para este estudo, uma vez que são prenes de indícios da heterogeneidade das estratégias de sobrevivência e dos resultados alcançados pelas mulheres; ainda que esses sinais, nem sempre, sejam muito explícitos. Essa documentação evidencia o progresso de algumas mulheres que, através de suas agências, foram capazes de superar a miséria e atenuar alguns sofrimentos, e mesmo alcançar alguma notoriedade. É válido destacar que, ainda que na maioria dos casos o fruto do trabalho feminino represente ganhos modestos,

¹⁷ Erivaldo Fagundes Neves. Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX, Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005; Erivaldo Fagundes Neves, “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local”, Salvador: EDUFBA, 2008; Elisângela Oliveira Ferreira, “Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2008); Pires, Fios da vida; Napoliana P. Santana, “Família e micro-economia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia/campus V, 2012); Rômulo Martins, “‘Vinha na fé de trabalhar em diamantes’: escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina - BA (1840 - 1888)” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2013); Paulo Duque Santos, “Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2014).

consegui identificar algumas mulheres que se sobressaíram das demais, chegando a reunir certo patrimônio.

Os mesmos documentos ainda permitiram ver que as mulheres nem sempre recorriam às ocupações imputadas como próprias de seu sexo. No século XIX, entre as mulheres das camadas mais baixas, as atividades ligadas ao âmbito doméstico e ao comércio eram as mais populares na Bahia e, geralmente, referidas como ocupações femininas. Em Lençóis, embora tenha observado a ocorrência dessas mesmas atividades, as mulheres se esforçaram para multiplicar as vias de penetração no mundo do trabalho e de geração de renda, se valendo, como já dito, das oportunidades criadas nas brechas produtivas deixadas pelo interesse na garimpagem. A documentação que utilizei, inclusive, indica que o sucesso das empreitadas delas era diretamente proporcional à capacidade de explorar diferentes áreas da economia local.

A partir de tais indícios, pude identificar um contingente feminino significativo interessado na agricultura e na pecuária de pequena monta. A disposição para o trabalho com a terra, interferiu nos modos de acesso e uso da terra, além de ter favorecido a dinâmica policultura em microescala da região. O acesso à terra era fundamental para essas mulheres, pois se constituía também via para a penetração delas no mercado local de víveres, ampliando assim suas fontes de renda. Todavia, contrastava com o interesse das mulheres na terra os diversos entraves criados pela dinâmica fundiária oitocentista na Chapada Nova. A escassez da oferta de terrenos cultiváveis, os altos preços praticados nas transações e a tendência à negociação de pequenas fatias de terra foram fatores que minaram as expectativas femininas quanto à ocupação da terra.

Dessas personagens e suas agências frente às dificuldades para trabalhar na terra me ocupei mais detidamente no terceiro capítulo deste estudo. Alicerçado nos testamentos e inventários *post mortem*, demonstrei que havia um grande interesse das mulheres no trabalho com a terra, sobretudo por esse ser um ramo potencialmente rentável e por também possibilitar maior liberdade em suas ações. Vale lembrar que, para os sujeitos das camadas mais baixas e próximas da escravidão, o trabalho era necessário para sobreviver em meio às precariedades da vida, mas também fundamental via de mobilidade sócio racial. Em *Egressos do cativo*¹⁸, Roberto Guedes enseja um debate acerca da visão de escravizados e dos libertos sobre o trabalho e conclui que, ao contrário do que fazia crer a historiografia que considera tradicional, especialmente a de Caio Prado Júnior,

18 Roberto Guedes, *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850), Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008. pp. 120-125.

o trabalho era encarado como alvo positivo e fundamental para o enfraquecimento dos efeitos do poder senhorial. A partir disso, pode-se ter um vislumbre tanto das pressões sofridas pelas mulheres, quanto do esforço necessário para superar tais questões.

Assim, procurei deixar evidente no terceiro capítulo que os elementos condicionantes da vida das mulheres pobres, de cor, limitou o número de mulheres que conseguiram se dedicar à agricultura e à pecuária e, mesmo as que fizeram lutaram para escapar da pobreza que as cercava, em alguns casos, sem sucesso. Desse modo, defendo que apesar do grande interesse, somente uma parcela mínima conseguiu o acesso à terra e, quando o fizeram, precisaram de grande esforço para manter suas conquistas e progredir material e imaterialmente.

Os testamentos e inventários permitiram entender que as mulheres buscavam traçar uma trajetória ascendente, intentando reduzir as precariedades da vida e mover-se na escala social. Entre as menos abastadas, pude deduzir que a terra era vista como meio de acesso ao mundo do trabalho livre e de capitalização. Isso decorre do panorama presente nas fontes de que, aquelas que conseguiram prosperar, investiram maiores valores em terras e, quando possível, nas demais categorias de bens centrais da economia brasileira do século XIX: escravos e gado. Dessa maneira, produziam seus meios de vida com a exploração de tais bens e, embora a maioria delas tenha se mantido entre os grupos intermediários, pude identificar algumas poucas que alcançaram patrimônios consideráveis.

Os documentos consultados expuseram as mulheres livres e libertas atuando de formas distintas no mundo do trabalho. Junto a isso, elas se articularam em redes sociais complexas, a fim de escaparem da precariedade da vida e encontrarem parcerias em suas trajetórias particulares. Os inventários apontam que nem todas alcançaram um sucesso vultoso, mas conseguiram extrapolar o limite da pobreza e garantir algum conforto na vida. Para entender a dinâmica econômica e financeira dessas mulheres, defini cinco faixas de riqueza de acordo com os padrões de valores e posses a partir dos arrolamentos apresentados nesses documentos. Assim, reuni as mais ricas nas duas últimas faixas de riqueza, explorando seus patrimônios, a significância dos bens, caminhos para a ascensão e agências no quarto, e último, capítulo deste trabalho.

A fim de conhecer melhor a trajetória que essas mulheres percorreram, conjuguei os testamentos à análise dos inventários, quando possível. De modo geral, pude perceber que, para aquelas que não pertenciam a famílias destacadas da região, tecer relações de diferentes naturezas foram basais para alcançar o resultado apresentado no fim da vida.

Como aventei nos capítulos anteriores, as relações pessoais, sobretudo com homens influentes, eram extremamente importantes para que essas mulheres abrissem espaços para atuar e prosperar naquela sociedade. Considero que essas ligações ajudaram, de certo modo, na ocorrência de cabedais composto por uma frequência significativa de rebanhos mais numerosos, escravarias maiores e com sujeitos mais bem avaliados no mercado, meios de beneficiamento da produção agrícola e pecuária, além do uso da terra para garimpagem e para especulação imobiliária, diferenciando-se, desse modo, daquelas que assumi como representantes das camadas médias, embora entre todas elas, a terra e seu uso tenha permanecido como categoria central da composição de riqueza.

A melhoria nas condições materiais de existência das personagens desse último capítulo ampliou suas possibilidades de atuação no mercado de trabalho local. Inicialmente isso pôde ser verificado com o perfil da escravaria. Embora as mulheres elencadas tenham mantido conjuntos com um número reduzido de cativos, geralmente com menos de uma dezena deles, elas repetiram o padrão de posse de escravos ao encontrado na região por outros historiadores¹⁹. Todavia, vale considerar que a conjuntura do mercado de escravos após o final do comércio atlântico em 1850, aliada ao desenvolvimento do tráfico interno e aos problemas econômicos da Bahia no mesmo período formaram um cenário no qual atingir tal padrão era uma tarefa difícil. Do mesmo modo, essa combinação de elementos dificultava a própria manutenção da escravaria conquistada.

Esse panorama emergiu dos Livros de notas que consultei. Nesses documentos, uma série de escrituras de compra e venda, contratos de aluguel e hipotecas deixam expostas estratégias femininas para aquisição e manutenção de uma escravaria, assim como meios para otimizar os ganhos com esse tipo de patrimônio. Da mesma maneira, essas fontes permitiram ainda notar que, algumas mulheres atuaram como negociadoras de escravos, se valendo da especulação do mercado na segunda metade do século XIX. Diante desses indícios, defendo que os escravos eram importantes não somente por conta de seus valores pecuniários, mas também devido ao seu significado social, haja vista a reticente mentalidade senhorial que teimava em se perpetuar naquela época, a despeito do evidente colapso material da escravidão.

¹⁹ Neves, Uma comunidade sertaneja; Pires, Fios da vida; Kátia Lorena Novais Almeida, Alforrias em Rio de Contas–Bahia: século XIX, Salvador: EDUFBA, 2012.

Apesar dos esforços em favor da posse de escravos, as mulheres lençoisenses dificilmente conseguiram viver somente da exploração da mão-de-obra cativa. A documentação cartorária indica que essas senhoras, na maioria dos casos, permaneceram trabalhando lado a lado com seus escravos, principalmente na terra e na produção de víveres para o mercado local. Desse modo, essas mulheres compartilhavam ainda muito do mundo dos pobres e dos escravizados, engendrando um perfil senhorial particular e uma vantagem frente àquelas que atuavam nos mesmos ramos, mas sem contar com o auxílio do trabalho servil.

A acumulação pecuniária combinada à dedicação ao trabalho impulsionou a penetração das mulheres no mundo do trabalho. Com suas empreitadas, elas se tornaram ativas produtoras agrícolas de pequena monta, com capacidade de abastecer o mercado local, assumindo significativa participação no comércio de víveres. Nesse interim, essas mulheres construíram para si trajetórias sofisticadas de subsistência com a diversificação de investimentos. Os documentos permitiram entrever que, em alguns casos, elas atuavam em toda a cadeia produtiva de determinado gênero, sendo a farinha de mandioca e a cachaça os mais comuns. Nesse processo, assumiam a responsabilidade do plantio da mandioca ou da cana-de-açúcar para, em seguida, beneficiar tais matérias-primas em casas-de-farinha e alambiques próprios ou alugados e, finalmente distribuir no comércio local o produto sobre o lombo de animais de carga e montaria que eventualmente também possuíam ou alugavam.

Ainda no bojo da diversificação de investimentos aparente na documentação cartorária, apareceram os negócios ligados à garimpagem. Parte dos inventários, consultados, mostram a emersão da agência feminina, tanto nas transações com as pedras, como na sua extração. Alguns documentos revelam indícios de que havia em Lençóis mulheres que atuavam como atravessadoras de pedras, comprando diamantes diretamente dos garimpeiros para revender o material naquela ou em outras praças. Em outros casos, ficou registrado nos inventários a posse de terrenos notadamente diamantinos, que certamente foram explorados na cata das gemas, o que decerto exigiu das posseiras a capacidade de penetrar e sobreviver em um campo iminente masculino.

A atuação feminina, conforme descrito, ultrapassa os limites domésticos e contribui para questionamentos, que aventam o garimpo e a sociedade em seu entorno, dos espaços hermeticamente fechados à participação das mulheres. Essa perspectiva é reforçada, ainda, quando da importância que os negócios financeiros assumiram nos inventários. As mulheres representadas pelos testamentos e inventários *post mortem*

foram criativas nas formas de obtenção de renda nesse âmbito a partir de duas fontes principais: o aluguel de imóveis e o empréstimo de dinheiro a interesses.

Para garantir a vida como rentista, as mulheres buscaram especular o mercado imobiliário local. Em testamentos, inventários e Livros de notas existem indícios de que, algumas mulheres, adquiriram diversos imóveis residenciais e comerciais na cidade dos Lençóis e nas povoações para poder, com eles, extrair alguma renda. Esse mercado era potencialmente rentável, haja vista que a região passou por momentos de significativo influxo populacional ao longo do período abordado neste estudo, que certamente contribuiu para a ampliação da demanda nesse mercado em diversos momentos.

Além da especulação imobiliária, os negócios de interesse, como eram conhecidas as transações de crédito, também foram explorados como estratégia de geração de renda e acumulação de riqueza entre as mulheres de maior cabedal. Nos documentos, há menção de dívidas ativas, com valores que poderiam variar de pouquíssimos réis, até muitos contos. As notações desses empréstimos fizeram emergir um nicho rentável, que assim como o de escravos, além de trazer ganhos materiais, contribuía para o reconhecimento social dessas mulheres, além de favorecer aquelas relações pessoais fundamentais para a participação delas na sociedade lençoisense.

Ao final deste trabalho, pude concluir que as mulheres nas Lavras lutaram, a seu modo, pela defesa de seus ideais. Enfrentando as restrições sociais que a escravidão, a moralidade, a pobreza, o sexo e a cor engendravam naquele período, essas mulheres usaram o trabalho como meio de garantir independência sobre suas próprias decisões e, dessa maneira, resistiram aos limites e extrapolaram os estereótipos nos quais algumas narrativas tentou encerrá-las. Dessa maneira, a capacidade de compor os modos de vida eram mais que um exercício de liberdade, mas também uma pedagogia de existência, haja vista que na faina da sobrevivência essas mulheres construíram os significados das suas ações na história.

A narrativa que construí visa demonstrar que as mulheres que viveram em Lençóis e seu entorno na segunda metade do século XIX foram mais ativas do que a memória faz supor. A intenção foi trazer à tona agruras e êxitos do cotidiano feminino em oposição aos silêncios, ainda existentes na memória e na historiografia sobre a Chapada Diamantina, e ao esmaecimento, potencial, da agência das mulheres no tempo. Por fim, espero que este trabalho possa inspirar outras investigações acerca das tantas agências daquelas que esperavam que Deus lhes desse boa sorte nas Lavras.

1 PROCISSÃO DAS ESPERANÇAS: MIGRAÇÃO E CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA NA SOCIEDADE DO DIAMANTE

Na segunda metade do século XIX, a Bahia atravessou um período bem difícil de sua história. Calamidades públicas como secas, fome, desabastecimento, carestia e epidemias consumiram a população baiana, sobretudo sua parcela menos abastada. Ao mesmo tempo, uma enxurrada de moedas falsas, o esgotamento dos cofres do Estado e um severo endividamento público afetaram a economia seriamente. Com isso, as atividades econômicas mais tradicionais ficaram comprometidas tanto pela ausência de mão de obra quanto pela insuficiência de recursos diversos. Por essas razões, as engrenagens econômicas da Província estancaram em muitos momentos do período.

Nesse panorama, surgiu a indústria dos diamantes que, no centro da Província, emergiu como uma esperança para reverter a crise na qual a Bahia se encontrava, pondo novamente em movimento a produção local. No final da década de 1840, começaram a circular diamantes de qualidade rara nas praças de comércio de minerais e de pedras preciosas dos sertões baianos. Por conta de suas características ímpares, as gemas baianas começaram a atingir cotações elevadas. Além disso, a relativa facilidade para a extração desses minerais – uma vez que se dizia que eram abundantes nas margens dos rios que serpenteavam pelos terrenos vizinhos da serra do Sincorá – aumentavam os lucros em cada transação e, com isso, também os interesses dos exploradores. As histórias de riqueza fácil logo se espalharam e, ouvidas por muitos, geraram expectativas de enriquecimento, mobilidade social, liberdade e várias outras que só se pode imaginar. Assim, em pouco tempo as imediações dos rios Alpargata, Andaraí, Catinga Grande, Cumbucas, Lençóis, Mucugê, Paraguassuzinho, Preto, Roncador, Santo Antônio e São José ganharam uma população significativa²⁰.

Como se verá mais adiante, existem poucos dados censitários para a Bahia no século XIX, todavia, as memórias podem vir a calhar quanto a isso. Em seus escritos memorialísticos sobre Santa Isabel do Paraguaçu, Gonçalo de Athayde Pereira especula que, já nos primeiros anos após a divulgação da potencialidade econômica da região, no alvorecer da década de 1840, e antes do ápice da produção diamantina, o influxo

20 As condições econômicas que contribuíram para a formação da Chapada Diamantina já foram discutidas em outro trabalho de minha autoria. Por isso, considero razoável abreviar tal debate aqui. Cf. Glaybson Guedes Barboza da Silva, “Homens com sonhos de riquezas inexauríveis: virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850-1870)” (Dissertação de Mestrado Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012).

populacional nas Lavras alcançou uma média de 20% ²¹. Essa margem superava, inclusive, os índices de crescimento demográfico das maiores cidades do Recôncavo – tradicionais centros econômicos da Bahia até aquele momento –, que no mesmo período, se mantiveram na casa dos quinze pontos percentuais por ano²². Nessa marcha, Athayde chega a apontar que o número de migrantes se avolumou de tal modo que, já em meados da década de 1840, as Lavras chegaram a contar mais de 30.000 habitantes²³. Acredito que os números de Athayde são um tanto superestimados, como se verá com a análise de dados censitários mais adiante neste capítulo. Todavia, esses relatos aparecem como um meio de apreender o impacto causado pelo surgimento da indústria diamantina no centro da Província naquele momento do século XIX.

A chegada dessas pessoas nessas áreas fez surgir garimpos de diferentes dimensões, alavancando o crescimento de povoações, vilas e cidades nos arredores de tais frentes de trabalho. A proporção tomada por cada um desses locais dependia diretamente da prosperidade diamantífera do terreno. A lógica se definia do seguinte modo: quanto mais rico e mais abundante em minerais preciosos fosse o solo de uma área, maior era a concentração populacional e o crescimento urbano, pois se acreditava que em tais espaços a garimpagem seria mais rentável e longa. Em locais de garimpos de pouca expressividade, algumas pequenas povoações foram organizadas, com uma mínima estrutura de comércio e, frequentemente, efêmeras. O conjunto dessas povoações passou a ser chamada de Chapada Nova por ter se originado e se desenvolvido com uma dinâmica bem distinta do perímetro conhecido como Chapada Velha, na qual desde o século XVIII a agropecuária era praticada. ²⁴

Os adjetivos apontam para os períodos originais do uso da terra em cada uma dessas áreas, e atrelam aos seus significados a característica produtiva de cada época. Os locais onde a agricultura e a pecuária foram mais fortemente exploradas começaram a se organizar ainda na Colônia, incentivadas pelos intentos de interiorização do poder português em finais do século XVII, mas mais significativamente no alvorecer do século XVIII. A exploração diamantífera, como se deu a partir do final dos anos 1840, era até

²¹ Gonçalo de Athayde Pereira, Memória histórica e descritiva do município de São João do Paraguassú, Salvador: Oficinas da Empresa "A Bahia, 1907, p. 32.

²² Cf. Anna Amélia Vieira Nascimento, Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX, Salvador: EDUFBA, 2007.

²³ Pereira, Memória histórica e descritiva do município de São João do Paraguassú.

²⁴ Cf. Erivaldo Fagundes Neves, "Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX", Salvador; Feira de Santana: EDUFBA; EDUEFS, 2005; Erivaldo Fagundes Neves, "Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local", Salvador: EDUFBA, 2008.

então, inédita na Bahia. A combinação de atividade e de tempo foi fundamental para forjar os termos que definiam as duas áreas. Assim, a Chapada Velha, agropastoril, organizada nos moldes coloniais contrastava com a Chapada Nova, diamantífera e imperial, influenciada pelas diversas questões sociopolíticas da segunda metade do século XIX.

As cidades que compunham a zona diamantífera da Bahia formaram um cinturão produtivo baseado na mineração que ficou conhecido como Lavras Diamantinas. Durval Vieira de Aguiar, em um trabalho descritivo da Província que publicou em 1888, descreve os termos compreendidos pela expressão “Lavras Diamantinas”, bem como alguns outros nomes pelos quais a região ficou conhecida, explicando do seguinte modo:

Vulgarmente chamão *Lavras diamantinas* a uma cordilheira de serras com cerca de 16 leguas de extensão de N. á S., desde Santa Isabel até a Estiva, passando por Andarahy, Chique-Chique (não a Villa) e Lençóis; tomando, á espaços, diversas denominações, como sejam: *Chique, Bom-Será, Paraguassú, Raimundão, Andarahy, Gafanhoto, Paulo Pinto, Bom-Despêjo, Garapa, Roncador, Caldeirões, Philadelphia, Capivara, Barro Branco*, a alta, linda e riquíssima do *Veneno*, etc., etc. (sic).²⁵

Esses locais desenvolveram-se economicamente e passaram a compartilhar uma organização sociopolítica própria, levando o Governo Imperial a reconhecer, tal dinâmica no Decreto n. 4733 de 7 de junho de 1871. Esse decreto, assinado pela Princesa Imperial Regente, concedeu unidade administrativa à região com a formação da Comarca das Lavras Diamantinas e regularizou diversos aspectos políticos e econômicos, assim como a transferência da sede da Repartição dos Terrenos Diamantinos (RTD) para Andaraí e, posteriormente, para Lençóis ainda nos anos 1850. Esses esforços administrativos favoreciam tanto os interesses estatais, quanto os particulares, bem como intentou ordenar a vida na cidade, uma vez que o grande influxo populacional de gente de diversas origens, mas majoritariamente de pobres, gerava uma urgência normatizadora entre as autoridades de diversos tipos.

Em 1857, o então Presidente da Província, Desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, ao proferir na audiência na abertura da Assembleia Legislativa, expôs sua visão sobre esse processo:

²⁵ Durval Vieira de Aguiar, *Descrições praticas da Provincia da Bahia*, Salvador: Typographia do Diario da Bahia, 1888, p. 136, grifos do autor.

Sei, Senhores, que a descoberta dos diamantes da Chapada fez um grande, um immenso beneficio à Provincia da Bahia, porque mudou a condição de grande parte de sua população do interior. Homens, que viviam na pobreza, alguns empregados no então pouco lucrativo ramo da criação de gado, outros fazendo a vida de tropeiros e occupados em transportar para o litoral os productos da grosseira industria do sertão, outros finalmente ociosos, que vagueavam pelas margens de S. Francisco de districto em districto, sem emprego, nem occupação certa, todos esses braços inúteis, e ate nocivos, tornaram-se de repente productores, desde que as lavras diamantinas lhes offereceram emprego e occupação lucrativa. As lavras foram para os homens do interior o que tinha sido a California para os povos de todos os paizes, e a Serrania do Sincorá, antes erma e deserta viu em pouco tempo abrigar-se em suas abas uma população imensa improvisando as villa de Santa Izabel do Paraguassú e as povoações de Chique-Chique, Andarahy, Lenções (actualmente a mais considerável pela importancia do trabalho diamantino e pelo numero de sua população, que é orçada em cerca de 6000 almas), Lavra Nova ou Serra Negra, Cravada, e outras de menos importancia, como Passagem, Commercinho, Barro Branco, Estiva, todas ellas com uma população não inferior a 30:000 almas derramadas em um extensão de 30 a 25 leguas, isto é, desde o rio Una até a Chapada Velha, nos limites de Macaubas.(sic)²⁶

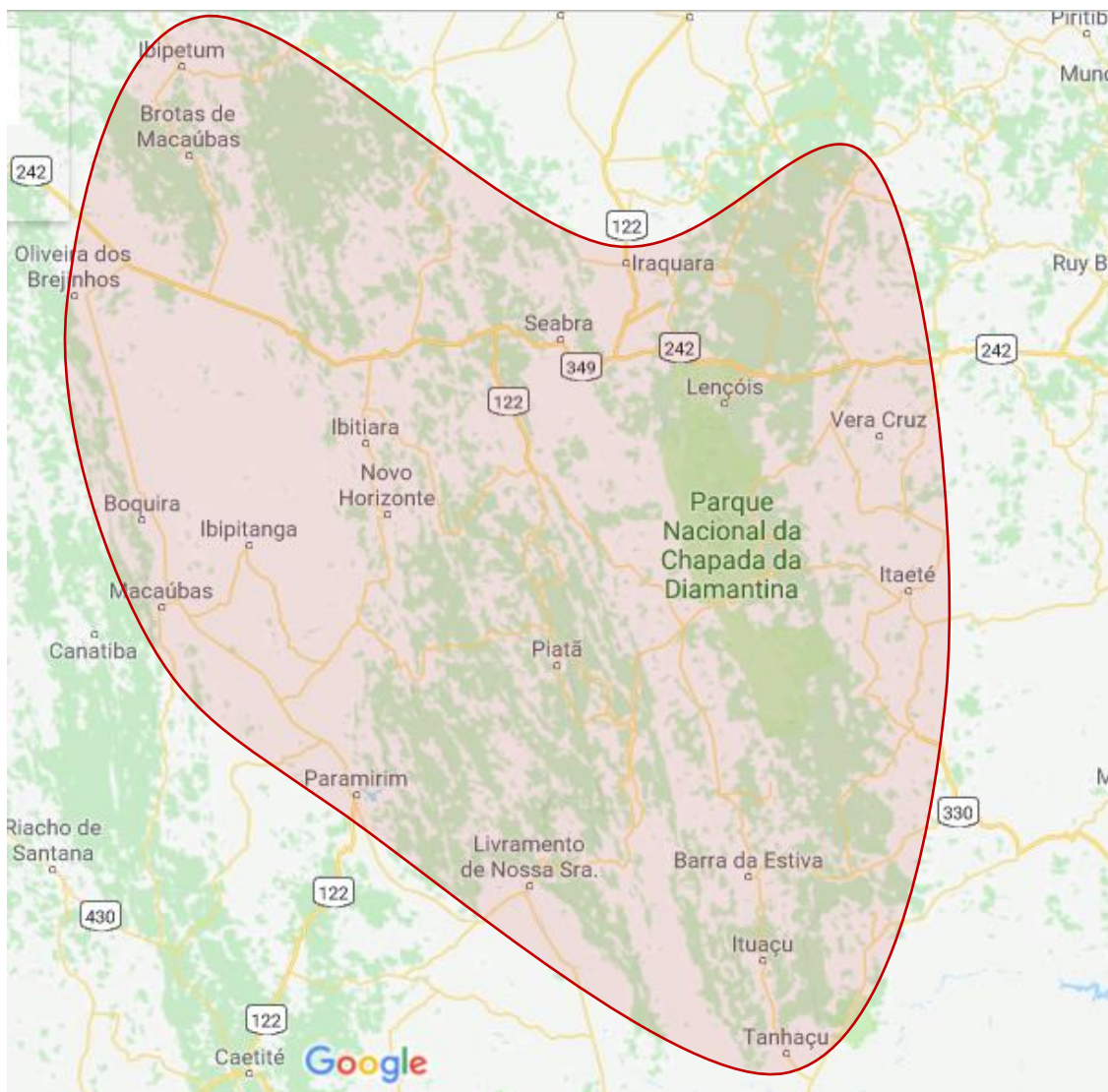
O discurso de Cansansão de Sinimbú mostrou que o impacto demográfico causado pela exploração dos diamantes extrapola, inclusive, os limites do atual Parque da Chapada Diamantina. Entretanto, foram nas vizinhanças de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê) onde as explorações produziram os primeiros resultados de grande monta. Isso foi preponderante para que a cidade e suas povoações ganhassem destaque naquele cenário. A dimensão da população formada ali indica que eram muitas e grandes as esperanças de colher os resultados do garimpo o mais rápido possível, antes que outros chegassem aos terrenos mais proveitosos da região e diminuíssem as tão sonhadas chances de melhoria de vida. A cada dia novas levas de migrantes aportavam em Santa Isabel ampliando o raio das extrações diamantinas e a relevância econômica da região em âmbito provincial e nacional.

Em um relatório elaborado pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia – SEPLANTEC em 1978, Gustavo Falcón, responsável pelo documento, apontou em pesquisa histórica que, entre 1850 e 1889 os diamantes foram explorados em vinte e seis cidades da zona central da Bahia. Com essas informações combinadas àquelas dadas por Cansansão de Sinimbú, foi possível traçar uma dimensão

26 Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, no 1. de setembro de 1857, Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, p. 58.

aproximada da área ocupada e explorada pelos migrantes na segunda metade do século XIX, conforme ilustra-se na figura 1.

Figura 1 - Zona aproximada de exploração de diamantes na Chapada Nova



Fonte: <<https://www.google.com.br/maps>> acessado em 26.09.2016; Gustavo Aryocara Falcón, “O diamante”, in SEPLANTEC, A inserção da Bahia na evolução nacional: 1ª etapa, 1850 – 1899, (Salvador: SEPLANTEC, 1978). p. 99.

A localização dessa área certamente favoreceu o influxo populacional. Como está localizada no centro do território baiano, essa área fica a distâncias quase equivalentes das outras regiões da Bahia. Contribuiu para a migração, a abertura de estradas, bem como para a comunicação entre os sertões e o litoral, conforme se observa na fala de Cansansão de Sinimbú. Todavia, as marchas de migrantes que foram organizadas a partir de diferentes regiões da Bahia, bem como de outras províncias para chegarem às Lavras, estavam dispostas a transpor inclusive a falta de estradas, caso fosse necessário. O desejo

de encontrar melhores condições de vida, impulsionava os migrantes e os ajudava a traspor caminhos acidentados e insalubres.

Walter Fraga Filho²⁷, em um estudo sobre a população marginalizada de Salvador, comenta sobre a intinerância no século XIX que ajudam a entender os esforços dos que rumavam para as Lavras. Segundo o historiador, a migração era vista pelos sujeitos que viviam em extrema pobreza como uma oportunidade de alcançar melhores condições de vida e de trabalho, assim como de ascender socialmente. Além disso, ao abandonar seus locais de origem, essas pessoas esperavam romper relações de dependência enraizadas nos moldes escravistas e, a partir daí, usufruir dos graus de liberdade que conseguissem forjar. De todo modo, a incerteza da mudança era preferível ao risco de se encontrar submetido à uma vida semelhante à dos cativos com os quais a maioria convivia nas demais cidades baianas.

O ímpeto dos migrantes ficou registrado em um relatório descritivo produzido pela R.T.D. em 1847²⁸. O então inspetor-geral dos terrenos diamantinos em exercício, Benedito Marques da Silva Acauã, entregou à Administração provincial, em 15 de abril daquele ano, um documento em que tratava da formação geomorfológica da Chapada Nova. No tal documento, o autor demonstrou que estava bastante preocupado em descrever da potencialidade mineral da região, assim como a população que serviria de mão de obra para a empreitada da mineração. Nesse relatório, Acauã informou que, àquela altura, as atividades mineradoras só estavam ocorrendo há cerca de três anos, mas que já saltava os olhos as alterações que incentivaram na região. Ainda tratando da população, o inspetor-geral frisou que homens e mulheres atravessaram os terrenos íngremes e acidentados das serras do Cocal, Chapadinha, do Emparedado, do Campestre, do Gagau e do Tomba para se instalaram nas frentes de garimpo da região e, buscando uma vida mais remediada, operaram uma transformação no local, o que solicitava atenção das autoridades, pois assim como as mudanças, os conflitos eram muitos.

Os cuidados que as autoridades julgavam necessários para a ordenação das cidades diamantinas, entretanto, se traduziam em ações que dificultavam as vidas dos sujeitos que queriam se instalar por lá. Geralmente, alinhados com os ditames escravistas da sociedade do Brasil imperial, os atos oficiais e das elites visavam a vigilância e o

27 Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996, pp. 85-87.

28 Benedito Marques da Silva Acauã, “Memória sobre os terrenos diamantinos da Província da Bahia; abril 1847”, in F. I. Ferreira, *Diccionario Geographico das Minas do Brazil* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885), pp. 209 – 17.

controle do contingente recém-chegado e, por isso, representavam obstruções na busca do objetivo de viver em condições mais dignas. Assim, a vida dos migrantes passava a ser assinalada por uma luta cotidiana para atenuar as pressões a que eram expostos, tornando a transformação dos sonhos originais em realidade uma tarefa bastante complicada. Capítulos da vida desses sujeitos já começam a aparecer na historiografia do Brasil Império, entretanto, ao tratar dos grupos mais subalternizados as pesquisas²⁹ dão maior destaque aos homens trabalhadores deixando muitas vezes femininas carentes de serem ouvidas.

Assim, a preocupação deste capítulo é conhecer o perfil das mulheres que seguiram o rumo até Lençóis. Vale ressaltar que concentrarei a atenção sobre aquelas pertencentes às camadas mais pobres, livres e libertas, haja vista que, certamente, compunham a maior parte da população local, como faz crer a fala de Cansansão Sinimbu mais acima. Depois de conhecidas essas personagens, buscarei ainda debater nesse capítulo a incidência de alguns fatores coercitivos da sociedade escravista sobre a vida dessas mulheres.

No tempo e no espaço abordados neste trabalho, a opressão cotidiana imposta pelos interesses escravistas atingia homens e mulheres de maneira específica. Nesse sentido, vale ressaltar que as relações de poder entre os sujeitos se baseavam não somente em questões raciais, ou entre senhores e escravos, mas também em referências sexuais. Nessa dinâmica, valores viris circulantes naquela sociedade, que inclusive alicerçavam a política escravista, eram adicionados à conta dos condicionantes da vida das mulheres.³⁰ Assim, a vida dessas personagens dependia de suas estratégias para desamarrarem-se

²⁹ Orville Derby, Lavras Diamantinas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, n. 30, 1905; Walfrido Moraes, Jagunços e heróis, São Paulo: Civilização Brasileira, 1963; Gustavo Aryocara de Falcón, O diamante: a inserção da Bahia na evolução nacional, 1ª etapa: 1850 – 1889. Salvador: SEPLANTEC, 1978; José Martins Catharino, Garimpo--garimpeiro--garimpagem: Chapada Diamantina, Bahia. Philobiblion, 1986; Erivaldo Fagundes Neves, Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local. EDUFBA, 1998; Albertina Lima Vasconcelos, Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão: Bahia do século XVIII. 1998; Maria Cristina Dantas Pina, Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2000); Rômulo Martins, “‘Vinha na fé de trabalhar em diamantes’: escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina - BA (1840 - 1888)” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2013).

³⁰ Marcelo Paixão; Flávio Gomes, “Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação” *Estudos feministas*, v. 16, n. 3 (2008), pp. 949-64; Adriana Dantas Reis, “Mulheres ‘afro-ascendentes’ na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830)” in Giovana Xavier; Juliana Barreto Farias; Flávio dos Santos Gomes, (orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 24-34; Isabel Cristina Ferreira dos Reis, “Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras no Brasil oitocentista”, in Giovana Xavier; Juliana Barreto Farias; Flávio dos Santos Gomes, (orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 172-85.

diariamente dos laços do poder da escravidão e da opressão masculina. Além disso, a liberdade dessas pessoas estava, permanentemente, ameaçada por mecanismos diversos de precarização, como: a pobreza extrema, as premissas de cor, a escravização ilegal e, até mesmo, a uma vida em condições semelhantes às dos cativos, embora ostentassem papéis que provavam sua liberdade civil. Por isso, é necessário conhecê-las para entender a sociedade do diamante.

Os sujeitos subalternizados viviam em luta pela sobrevivência e pela liberdade cotidianamente. Embora as mulheres de cor e pobres tivessem experiências de vida distintas das brancas e mais remediadas, todas elas eram tocadas pela ideia circulante do século XIX de submissão ao homem, reificada diariamente pelo discurso da religião, da justiça e da ciência. As afirmações, que provinham dessas fontes, traziam instabilidades e inseguranças para o dia a dia feminino que, para atuarem nas sociedades da época, se viam impelidas a desenvolverem jogos de resistência ao patriarcado.³¹

Nas Lavras, as experiências femininas também foram sublinhadas pela necessidade de se esquivar das amarras impostas pelo poder masculino. A figura do garimpeiro, do pedrista, do comerciante, do político e outros homens importantes são abundantes nas narrativas – oficiais, históricas e ficcionais – sobre a Chapada Nova. Em contrapartida, apesar da sua participação, as mulheres são obliteradas nesses mesmos discursos, ora como se não existissem e aquele lugar fosse somente obra dos homens que ali chegaram; ora como companheiras desses homens, caladas pelos limites a que eram submetidas e, ora como figuras desregradas e alheias aos modelos de feminilidade centradas na maternidade e domesticidade. Nesse panorama, proponho dar voz a algumas dessas mulheres lavristas, com o intento de percebê-las para além dos estereótipos que reduzem e simplificam suas histórias.

O contingente feminino da Chapada Nova era formado, majoritariamente, por mulheres livres e libertas, pobres, solteiras e de cor. A maior parte delas migrantes, que assim como os demais, buscaram na região oportunidades para amenizar as precariedades da vida que aquele tempo impunha a pessoas de condição semelhante. As esperanças de alcançar tal objetivo eram muitas, mas também as certezas das dificuldades para garantir

31 Sobre a opressão das mulheres e suas estratégias de resistência no século XIX já existem estudos sólidos e reificados na historiografia Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984; Sandra Lauderdale Graham, *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

o sustento e a liberdade, em um ambiente permeado pela violência própria dos domínios masculinos.

Mulheres de condição mais privilegiada, especialmente as brancas, casadas e mais afeitas aos idealismos de feminilidade em voga na época estavam também presentes naquela realidade, entretanto, essas características reservavam as tornou menos visíveis na documentação analisada. Como geralmente eram representadas por seus maridos, ou parentes e amigos homens mais próximos, seguindo o protocolo da época, essas figuras femininas se tornaram menos identificáveis nos fundos, contudo, isso não significa que elas se mantiveram afastadas da vida pública e que não se opuseram, a seu modo, aos ditames masculinos. Em algumas sessões mais a frentes neste trabalho elas aparecerão, quando possível. Por ora, vale seguir o objetivo desse capítulo de traçar um perfil das mulheres que viveram no centro das Lavras. Para isso, utilizarei, principalmente, os registros censitários aliados a alguns documentos oficiais de natureza diversas e materiais da Justiça lençoisense.

1.1 O CONTINGENTE FEMININO DE LENÇÓIS

É notório afirmar que as mulheres formaram parte representativa da população lençoisense. Dados do Censo de 1872³² e os dados apresentados por Manoel Jesuíno Ferreira em um trabalho descritivo da Bahia que publicou em 1878³³, podem ser tomados como referência para comprovarem a representatividade da mulher em Lençóis, principal cidade da Chapada Nova. Nas duas publicações as proporções de homens e de mulheres que viveram, ali, são exatamente as mesmas, o que leva a crer que Ferreira valeu-se dos dados de 1872, embora em seu texto não faça referência a isso. Segundo os dois trabalhos, o contingente populacional que somava 23.183 indivíduos estava dividido em 13.013 homens (54,4%) e 10.900 mulheres (45,6%). Por conta disso, tomarei como principal referência para as análises censitárias sobre Lençóis o Recenseamento Geral do Império³⁴, por considerar que este documento, no sentido demográfico, pode ser tomado como mais completo, pois se preocupa com a notação de diversos aspectos, ausentes no texto de Ferreira.

32 Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império de 1872, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, v. 12, 1876.

33 Jesuíno Ferreira, A Província da Bahia, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

34 Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império.

Os números acima são resultados da soma de livres e escravos. Com essas informações pude aventar uma razão de sexo³⁵ da ordem de 119,4 homens/100 mulheres, o que equivalia a uma média aproximada de 1,19 homens para cada mulher vivendo em Lençóis. Essa taxa apresenta uma balanceada distribuição dos sexos naquela população, o que leva ao questionamento de antigas teses que defendiam a ideia de que a zona de mineração era um lugar marcado pela ausência de mulheres.

Quanto à condição civil, o texto de Ferreira³⁶ se limita a dizer que em Lençóis e na povoação do Campestre (atual Seabra), que fazia parte da comarca àquela altura, o total de livres era de 22.055 e o de escravos de 1.858 pessoas. Por outro lado, o censo de 1872 é mais detalhado, nesse sentido. Segundo o documento, eram 11.901 homens e 10.154 mulheres livres, além de 1.112 escravos e 746 escravas. Ao considerar esses dados, pode-se afirmar que a proporção de mulheres livres se torna, levemente, maior do que a encontrada nos totais gerais, completando os 46 pontos percentuais, o que implica um coeficiente de 117,2 homens/100 mulheres, ou 1,17 homem livre para cada mulher em igual condição.

No entanto, para aceitar esses dados, são necessárias algumas ponderações. Desde seus primeiros anos, a década de 1870 foi marcada por um esvaziamento da região da Chapada Diamantina. O fator mais pungente para isso foi a crise decorrente da entrada da África do Sul no mercado internacional de diamantes. A partir de 1872 os preços dos diamantes baianos caíram drasticamente por conta da oferta das gemas sul-africanas que chegavam mais rápido, com mais abundância e a menores custos aos principais centros consumidores de pedras preciosas, que naquela época eram fundamentalmente cidades da Europa como Londres e Amsterdam. Isso concorreu para a estagnação da economia diamantina, o que fez aumentar, ainda mais, as dificuldades para viver na Chapada Nova e promoveu um êxodo.

Sem trabalho ou renda, os garimpeiros deixaram a cidade e buscaram mercados mais rentáveis. Partiram, sobretudo, para as minas de cobre no sul da Província, e foram seguidos por vários outros sujeitos que orbitavam as frentes de trabalho, dando continuidade à tradição de abandono dos lugares onde a produção entrava em declínio. Portanto, é possível que nos anos anteriores, sobretudo entre o final das décadas de 1840

35 Razão de sexo ou coeficiente de masculinidade foi definida pelos órgãos responsáveis pelos cálculos demográficos do governo brasileiro como o “número de homens para cada grupo de 100 mulheres, em determinado espaço geográfico” e é utilizada atualmente como indicador demográfico básico no país, <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqa02.htm>>, acessado em 30.07.2017.

36 Ferreira, A Província da Bahia.

e 1860, houvesse uma vantagem demográfica mais expressiva dos homens sobre as mulheres. Todavia, não acredito que a diferença chegasse a ser muito grande, uma vez que as mulheres também se movimentavam entre zonas prósperas, seguindo os garimpeiros ou buscando outros horizontes mais proveitosos. Contudo, essas são apenas conjecturas, uma vez que não encontrei fontes censitárias que dessem cabo desse intervalo anterior ao recenseamento oficial.

Durante o século XIX, poucos dados demográficos sobre a população baiana foram produzidos. Além do já citado e, amplamente, utilizado na historiografia sobre o Brasil do século XIX, Recenseamento geral do Império realizado em 1872,³⁷ encontra-se apenas o *Quadro da população livre e escrava da Bahia*,³⁸ publicado em 1870. Pelo viés da pesquisa, nota-se que na análise do documento tem-se a ausência de algumas categorias demográficas fundamentais. A população, por exemplo, está dividida apenas por livres e escravos; não há contagem por sexo, estado civil, raça ou qualquer outra variável. Por esse motivo, optei por mantê-lo fora do *corpus* documental da pesquisa. Apesar dessas debilidades documentais, ainda é possível construir um debate acerca da formação da sociedade lençoisense com os poucos vestígios disponíveis, com os quais se pode demonstrar que a participação feminina não era tão diminuta quanto algumas narrativas fazem crer, o que torna a Chapada Nova um universo particular nesse aspecto.

A historiografia sobre as zonas de mineração brasileiras que se desenvolveram até o século XVIII ajuda a demonstrar a peculiaridade populacional de Lençóis. Segundo os estudiosos,³⁹ era comum nos períodos de plena atividade mineradora que a população masculina extrapolasse em muito a feminina. Quanto a isso, a distribuição por sexo nas minas de ouro da Bahia e das Minas Gerais setecentistas é considerada exemplar. Nesses locais, a participação demográfica dos homens ultrapassava, facilmente, oitenta pontos percentuais. A maioria numérica do contingente masculino na Colônia era resultado da afluência de sujeitos livres de diversas partes dos domínios portugueses, assim como pelo emprego massivo de homens escravizados nas frentes de exploração mineral. Todavia,

37 Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império.

38 Quadro da população livre e escrava da Bahia, sem data definida, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial, Recenseamento, maço 1600, s.p.

39 Cf. Albertina Lima Vasconcelos. “Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1997); Júnia Ferreira Furtado, Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas, 2. ed, São Paulo: HUCITEC, 2006; Júnia Ferreira Furtado, “Perolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino”, in: In: Júnia Ferreira Furtado (org.), Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português (Belo Horizonte: UFMG, 2001) pp.81 – 126; Raphael Rodrigues Vieira Filho, Os Negros em Jacobina (Bahia) no século XIX, São Paulo: Annablume, 2009.

esse era um panorama bem diferente do encontrado na Chapada Nova durante o século XIX, quando a maioria dos homens eram livres e brasileiros, além de uma proporção bem reduzida de escravizados, resultado do contexto do período.

As dificuldades para o estudo decorrentes dos poucos documentos censitários não impediram a reunião de alguns dados anteriores ao censo de 1872. Informações contidas em fontes de fundos e séries diferentes deram a possibilidade de preencher algumas das lacunas deixadas pela escassez das informações censitárias. No conjunto dessas fontes, pode-se destacar um relatório da Santa Casa de Santa Isabel do Paraguaçu, datado de fevereiro de 1849⁴⁰, feito em resposta a uma solicitação da Presidência da Província para que se realizasse uma contagem da população daquela comarca. No documento, a Santa Casa informou que, ao todo, viviam ali 28.250 livres e 5.650 escravos.

Embora esse documento não determine a quantidade de homens e de mulheres, permite notar que, desde os primeiros anos, as Lavras foram marcadas pela massiva presença da população livre. Ao combinar os dados da Santa Casa com os do censo de 1872 ficou perceptível uma escalada no número de livres na região,⁴¹ assim como vinha acontecendo em outras áreas do Império. Enquanto no final da década de 1840 a proporção de livres orbitou a casa dos 80 pontos percentuais, em 1872 esse mesmo índice se elevou até 92, 2%.

Certamente, a parcela feminina da população acompanhou essa tendência, mantendo uma proporção de livres bastante elevada no intervalo de tempo. No censo de 1872, 93,15% das mulheres que viviam em Lençóis eram livres, reforçando a ideia da escalada no número de livres e libertas ali. Os índices de participação de mulheres livres entre o contingente feminino, ligeiramente mais elevados que os auferidos para a população geral, pode ter se repetido entre as décadas anteriores. De todo modo, o cenário da atuação das mulheres nas Lavras era dominado pelas livres, o que justifica a eleição de tais personagens como protagonistas deste estudo.

A predominância dessas mulheres entre a população feminina lençoisense era resultado da conjuntura brasileira na segunda metade do século XIX. O crescimento vegetativo da população emancipada e as diferentes pressões para o fim da escravidão existentes no período foram determinantes para o volume da categoria, conforme descrito.

40 Relatório do Asilo da Vila de Santa Isabel do Paraguaçu enviado à Presidência da Província da Bahia, 13.02.1849, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial, Religião (Asilo da Vila de Santa Isabel), maço 5302.

41 Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império, op. cit., pp. 70-72.

Além disso, a elevação das taxas de manumissão engendrada pelos esforços dos cativos para se libertarem da servidão corroborou para esse quadro. Sobre esse último quesito, os estudos históricos⁴² apontam que as mulheres foram mais bem-sucedidas que os homens. Assim, a conquista de alforrias em maiores proporções ajudou a elevar o montante de mulheres livres entre as que buscaram viver na zona diamantina.

Valendo-se da liberdade civil que conquistaram, algumas mulheres resolveram se assentar na Chapada Nova na tentativa de usufruir da prosperidade dos diamantes. A maioria saiu do interior da Bahia rumo a Lençóis e demais cidades que se desenvolveram no entorno das frentes de garimpo. Essa corrente migratória acompanhava a tendência da época, observada em diferentes sociedades escravistas das Américas, de sujeitos livres e libertos procurarem novos arranjos de vida e de trabalho em cidades próximas às de sua origem como forma de melhorar não somente suas condições materiais de existência, mas também de exercer sua liberdade efetivamente, tanto pela ascensão social que a prosperidade material poderia trazer, quanto pelo distanciamento físico e simbólico de eventuais cativeiros dos quais saíram.⁴³ Esse movimento não se revelou com as fontes censitárias, mas em documentos diversos, que podem nos fazer entender o perfil dessas migrantes.

Com a análise de 119 processos-crime, notei que a maior parte das mulheres citadas declarou-se ser natural da Bahia. Isso demonstra um trânsito pungente no interior da Província. A partir das informações que essas mulheres cederam à Justiça, foi possível desenhar cinco principais correntes migratórias domésticas. A primeira delas é a das mulheres chapadenses – da qual estão excetuadas as naturais dos Lençóis – composta por aquelas que vieram de cidades e vilas das chapadas Velha e Nova e que compuseram cerca de um quinto do total geral.

42 Sobre a conjuntura nacional e local que favoreceu o aumento do número de livres durante o século XIX Cf. Celia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX*, São Paulo: Annablume, 1987; João José Reis, “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”, *Afro-Ásia*, n. 24, pp. 199-242, 2000; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, ed. rev. e ampl, São Paulo: Companhia das Letras, 2004; Wlamyra R. Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009; Maria de Fátima Novaes Pires, *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima*. São Paulo: Annablume, 2009.

43 Sobre o assentamento de livres em lugares próximos às suas origens Cf. Eric Foner, *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Rebecca J. Scott, *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

A segunda corrente é a das mulheres que vieram do Oeste. Das zonas próximas do rio São Francisco saiu um grande volume de migrantes para as Lavras. Cidades e vilas como Santo Antônio da Barra, Vila do Urubu (atual Paratinga), Vila dos Remédios (atual Ibitiara), Pilão Arcado, Campo Largo (atual Cotegipe), Macaúbas, Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado) e Oliveira dos Brejinhos foram frequentemente citadas na qualificação das envolvidas nos processos, perfazendo 45% do total.

As procedentes do Leste da Província formam a terceira divisão. Nessa estão reunidas as mulheres do "sertão" mais próximo do Recôncavo; aquelas que declararam Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos como seus locais de origem. No somatório geral, esse grupo representa aproximadamente 8%, proporção bem maior que a das que migraram da mesorregião centro-sul da Bahia, que é a quarta seção na qual pode-se enquadrar as mulheres baianas que migraram para Lençóis. Entre o total reunido a partir dos processos, a participação dessas últimas não ultrapassou 3%. Esse índice de participação é idêntico ao encontrado através das mesmas fontes para aquelas que saíram do Recôncavo em direção às Lavras Diamantinas, e deram forma à quinta corrente doméstica de migração.

As correntes de migração apontam que a busca por novos assentamentos dependia da ascensão da economia e de outros fatores. A potencialidade para melhoria das condições de vida e de ampliar os graus de liberdade pesava na hora da escolha, mas também a distância entre os locais de origem e o destino. Embora houvesse a disposição de vencer grandes percursos, acredita-se que as pessoas buscavam, frequentemente, paradas mais próximas dos locais em que viviam originalmente, ainda que essa não fosse a almejada ou a última. As exigências da sobrevivência davam a essas pessoas a capacidade de se apegar pouco aos espaços e mais às tentativas de vencê-las. Assim, era comum que alguns vivessem em intinerância. Essa perspectiva pode ser considerada como um viés que explica o porquê de 65% das mulheres migrantes encontradas nos processos procederem de regiões mais próximas às Lavras.

A migração das sertanejas para a Chapada Diamantina também foi impulsionada por alguma familiaridade com a sociedade garimpeira. Em algumas cidades de origem dessas mulheres, sobretudo daquelas que correspondem ao grupo que saiu da Chapada e do Oeste, o diamante já era explorado, mas em uma escala bem menos considerável. Por isso, muitas preferiram se arriscar no trânsito até o centro da produção diamantina – local onde, potencialmente, se encontraria mais oportunidades –, do que permanecer nos lugares em que a situação era menos promissora. Do mesmo modo, as mulheres que

pretendiam se movimentar através das cidades do litoral, como Salvador, Cachoeira, Santo Amaro e outras localidades do Recôncavo, se inclinavam a permanecer nas regiões próximas da costa, permutando ocupações nessa área da Bahia, uma vez que ali havia indícios de condições de vida mais favoráveis em um ambiente com o qual estavam mais familiarizadas.⁴⁴

A realidade de Salvador e das cidades do Recôncavo na segunda metade do século XIX, apesar das crises, ainda reservava algumas oportunidades para essas pessoas. Desse modo, a população que estava tinha condições de se movimentar pela Província – gozando do estado de livre, bem como de condições físicas e materiais – buscava paragens não muito distantes dali, como afirmam Walter Fraga Filho⁴⁵ e Bert Barickman⁴⁶. Os engenhos de açúcar, a indústria do fumo em desenvolvimento, ocupações liberais e outras formas de agência que havia nessa área da Bahia poderia ser rentável para os sujeitos dali, defendem os historiadores, justificando a permanência na região.

Essa dinâmica fica aparente em alguns papéis da saúde pública. A documentação produzida pela Santa Casa de Lençóis traz mais detalhes sobre as migrantes aponta uma ausência das oriundas do Recôncavo. Diferentemente das descrições generalistas presente nos documentos da administração dos Municípios e nas notações da Justiça, o protocolo de preenchimento de informações padronizadas sobre os sujeitos internados permite visões mais nítidas dos indivíduos. A partir das informações dos prontuários médicos concatenados em um *Mapa estatístico da Santa Casa de Lençóis*,⁴⁷ publicado em 1862, é possível analisar detalhes acerca do perfil das mulheres migrantes e perceber a recorrência de mulheres vindas de localidades próximas dali, como transcrito abaixo.

Quadro 01: Dados do Mapa Estatístico da Santa Casa de Lençóis (março a junho de 1862)

ENTRADA	NOMES	IDADE	QUALIDADE	ESTADO	NATURALIDADE
11.03.1862	Dionysio Coelho de Souza	30	Branco	Solteiro	Xique-xique
11.03.1862	Antonio Joaquim	12	Pardo	Solteiro	Remédios

44 Sobre as migrações internas Cf. Walter Fraga Filho, “Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição”, *Cadernos AEL*, n.26, v.14, pp .93-132, 2009; Pires, Fios da vida;

45 Fraga Filho, “Migrações, itinerários e esperanças”.

46 Bert Jude Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

47 Mapa estatístico da Santa Casa de Lençóis, março a junho de 1862, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial, Religião (Santa Casa de Misericórdia de Lençóis), maço: 5302.

11.03.1862	Maria da Conceição	24	Mulata	Solteira	Macaúbas
12.03.1862	Marcos Roiz da Costa	45	Pardo	Casado	Vila da Barra
14.03.1862	Maria Isidora Vieira Lima	28	Parda	Solteira	Urubu
15.03.1862	Antonia Ferreira de Souza	35	Parda	Solteira	Urubu
15.03.1862	Martins José Ferreira	40	Pardo	Casado	Pilão Arcado
15.03.1862	Felismina Maria de Jesus	30	Parda	Solteira	Jacobina
31.03.1862	Valdevino Gomes d'Oliveira	18	Mulato	Solteiro	Rio Grande do Norte
06.04.1862	Jose Faustino	23	Branco	Solteiro	Açores (Portugal)
22.04.1862	Manoel José Clemente	35	Pardo	Casado	Diamantina (MG)
23.04.1862	Maria da Paixão	26	Parda	Solteira	Jacobina
29.04.1862	Diogo José dos Santos	32	Pardo	Solteiro	Bom Jesus
30.04.1862	Bruno José de Santa Anna	20	Mulato	Solteiro	Jacobina
30.04.1862	Cacilio Francisco Guimarães	25	Pardo	Casado	Brotas
07.05.1862	Maria Lucia	20	Parda	Solteiro	Assuruá
18.05.1862	Manoel Francisco	36	Pardo	Casado	Rio de Contas
19.05.1862	João Jozé Borges	36	Pardo	Solteiro	Jacobina Velha
21.05.1862	Francisco Alziro Pereira	28	Pardo	Solteiro	Ilegível
23.05.1862	Jorge Faustino ⁴⁸	23	Branco	Solteiro	Ilha de São Jorge (Portugal)
28.05.1862	Crespiano José	35	Pardo	Solteiro	Urubu
02.06.1862	João Francisco das Chagas	14	Branco	Solteiro	Utinga
06.06.1862	Avelino do Amor Divino	23	Pardo	Solteiro	Feira de Santana

Fonte: Mapa Estatístico da Santa Casa de Lençóis, março a junho de 1862, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial, Religião (Santa Casa de Misericórdia de Lençóis), maço: 5302.

Evidentemente o quadro acima não representa um documento censitário, mas serve bem como sustentáculo dos argumentos que venho defendendo sobre as migrantes. Isso fica um tanto evidente quando cotejadas as seis mulheres presentes no documento; todas vieram de localidades que ficavam separadas de Lençóis por 320 km em média.

48 Dadas as semelhanças de origem e idade dos indivíduos existe a suspeita de que o registro da internação de Jorge Faustino realizado em 23 de maio de 1862 se refira a uma nova internação de José Faustino, que aparece no registro de 06 de abril de 1862 e não a um segundo português vivendo ali. Todavia não há meios de comprovar isso.

Dos quatro locais descritos, em três deles havia terrenos diamantinos e, em Jacobina, ainda havia uma pequeníssima indústria aurífera – herdeira distante da gloriosa exploração de ouro que aconteceu ali no século XVIII.

Nesse grupo, chama atenção a ausência dos oriundos do Recôncavo. Esses dados, decerto não significam a inexistência completa de sujeitos oriundos do litoral da Província – haja vista os processos-crime já terem demonstrado o contrário –, mas isso reafirma a tendência dos indivíduos de se estabelecerem em zonas potencialmente prósperas e próximas de seus locais de origem. A ausência de outros documentos semelhantes nos fundos arquivísticos consultados dificulta a formação de uma série com a qual seja capaz estabelecer um padrão demográfico a partir deles, todavia concorda com dados presentes em outros documentos da época e confirmam as proposições desse trabalho acerca do perfil das mulheres que migraram para Lençóis.

No mesmo documento ainda pode-se ver indícios de uma migração interprovincial. O mapa traz indicativos da afluência de homens tanto de províncias próximas, como a das Minas Gerais, quanto de outras mais longínquas, como o Rio Grande do Norte e, embora não traga notações sobre o trânsito interprovincial de mulheres, não implica uma exclusividade masculina nesse quesito. Entre as mulheres arroladas no conjunto de processos-crime citado acima, as provenientes das Minas Gerais representaram cerca de 3% do total, mesmo volume encontrado para as correntes migratórias de mulheres que vieram do Sul e do Recôncavo da Bahia. Todavia, a participação delas pode ter sido mais ampla e variada. A razoabilidade dessa consideração provém da percepção de que nos processos há uma maior visibilidade da população masculina. As informações sobre as mulheres são limitadas, sobretudo pela presença, considerada pequena, nos autos do judiciário da época.

Nos fundos de processos-crime lavrados na comarca de Lençóis existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) as mulheres são citadas, como partes ou testemunha, em somente 34,5% dos casos. Isso demonstra que elas recorriam pouco à Justiça, ou que o aparelhamento jurídico estava mais interessado em mediar conflitos com homens envolvidos. Nesse contexto, é válido lembrar que foi comum entre as mulheres na América colonial o esforço para se manter distante da Justiça, o que pode ter corroborado para a presença mais tímida delas entre os autos criminais. Camillia

Cowling⁴⁹, em um artigo sobre a contribuição feminina para a emancipação escrava no Brasil e em Cuba lembra que a resistência feminina, era silenciosa, por isso menos captada pelos aparelhos de vigilância social. Segundo Cowling, ao contrário dos homens, as mulheres se envolviam menos em ações criminalizadas e investiam em agências diárias cada vez mais sutis contra o julgo senhorial, o que as permitia alguns ganhos no gozo da liberdade.

Maria de Fátima Novaes Pires⁵⁰, tratando da relação entre a Justiça e sujeitos escravos e forros nos sertões baianos, aponta que a tentativa de se distanciar da Justiça era mais ampla. Para a historiadora esse desejo era comum a diversos segmentos subalternizados da sociedade oitocentista, que tentavam com esse expediente se esquivar dos limites que as autoridades buscavam lhes impor com base, sobretudo, em corolários raciais da época. Assim, cotejando os números encontrados no fundo arquivístico com as considerações de Cowling e Pires, pode-se aferir que a ausência feminina nos autos é também resultado do sucesso de suas estratégias para desviar-se do controle jurídico.

Como autoras e/ou rés as mulheres aparecem em apenas 18% dos processos do mesmo fundo. As que aparecem nos processos-crime são aquelas que tiveram problemas diretamente com as autoridades, mas mesmo entre elas, os contingentes ainda são reduzidos; situação diametralmente diversa daquela encontrada entre os homens em suas qualificações. Além disso, as vozes dessas mulheres, assentadas nos papéis através das penas dos escrivães eram mediadas por esses sujeitos que, alinhados com os valores conservadores e senhoriais da época dificilmente reproduziram o que elas queriam realmente dizer.

Esse tipo de expediente já havia sido observado por Maria Odila Dias quando estudou o cotidiano das mulheres pobres em São Paulo durante o século XIX.⁵¹ Com uma lógica que muitas vezes encerrava essas mulheres em estereótipos, a Justiça brasileira legou, aos historiadores, menos informações sobre as mulheres do que poderia, afirma Dias. Miridan Knox Falci⁵², debruçada sobre um espaço mais próximo ao estudado aqui, o sertão do Piauí, observou que as mulheres comuns, dificilmente, são alcançadas pelo

⁴⁹ Camillia Cowling, “Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870–1888”, in Douglas Cole Libby; Júnia Ferreira Furtado (orgs.), Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX (São Paulo, Annablume, 2006).

⁵⁰ Maria de Fátima Novaes Pires, O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1898), São Paulo: Annablume, 2003.

⁵¹ Dias, Quotidiano e poder, pp. 21 – 2.

⁵² Miridan Knox Falci, “Mulheres do sertão nordestino”, in Mary Del Priore; Carla Bassanezi (orgs.), História das mulheres no Brasil, 9. ed., São Paulo: Contexto, 2007, pp. 241 – 77.

olhar do historiador, haja vista que suas experiências foram, paulatinamente, relegadas ao esquecimento das fontes escritas desse período.

Quanto à escassez de mulheres nas fontes criminais é preciso ter em conta também certo desinteresse da Justiça pela voz delas. Se, por um lado, as mulheres não procuravam as autoridades para mediar seus conflitos, preferindo gerir seus desentendimentos e acordos em âmbito mais pessoal, por outro, os operadores da Justiça também demonstraram pouco interesse no que elas tinham a dizer. As mulheres foram raramente solicitadas como testemunhas ou informantes nos processos. Mesmo em casos nos quais mulheres representavam uma ou as duas partes, poucas foram chamadas para prestar alguma declaração, o que decerto contribuiu, juntamente com os demais fatores aventados mais acima, para uma limitada memória da Justiça sobre as mulheres comuns nos Lençóis.

Na tentativa de transpor esse silêncio sobre as mulheres na documentação da Justiça, resolvi consultar o fundo de Polícia, considerando a proximidade entre as duas instituições. Nesse conjunto de fontes, formado principalmente por comunicações entre delegados e a Administração provincial através de cartas e relatórios, a escassez de informações é ainda maior. Embora os registros policiais deem conta de crimes praticados em Lençóis e emergem sujeitos comuns nessas narrativas, o que se nota é a centralidade masculina entre as preocupações da segurança pública, além do interesse em garantir a integridade senhorial, a tranquilidade da vida dos “cidadãos de bem” e a regularidade do trabalho nos garimpos. Sendo assim, o fundo policial, quando combinado aos documentos da Justiça, pouco pôde contribuir para revelar sobre a representatividade das mulheres ali nesse período da história. Assim, diante das limitações impostas pelas fontes policiais é necessário retornar aos processos-crime.

O contraste da multiplicidade de origens declaradas pelos homens no rol de processos analisados acentua ainda mais os prejuízos que a Justiça legou à memória das mulheres chapadenses. Na província da Bahia, as cidades apontadas por esses homens como seus locais de origem são bem mais diversificadas. Quanto àquelas além das fronteiras baianas, entre eles dominam as declarações de serem naturais de cidades de Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe. Além disso, ficou registrada a presença de alguns portugueses na população masculina lençoisense, fato não observado entre as mulheres. Todavia, a dinâmica cotidiana poderia ser bem diferente da desenhada entre as linhas dos processos. Mulheres de origens tão diversas e com experiências de migração semelhantes às dos homens podem ter passado despercebidas pelos olhos dos escrivães e, por isso,

seguiram desconhecidas do poder público e faltantes nos demais registros da época, limitando assim a composição de uma narrativa histórica que as enfoque.

Situação semelhante, certamente, mascarou a existência de estrangeiras na Chapada Nova. Nos processos consultados, há apenas um registro dessa natureza. Trata-se de Benedita Maria da Conceição, africana de 40 anos de idade, solteira, que afirmou viver de negócios na Rua do Rosário, na Cidade dos Lençóis, quando foi arrolada como testemunha em um processo de roubo movido em julho de 1870.⁵³ Assim como Benedita, outras africanas libertas – concluí que ela era liberta uma vez que o artigo 89 do Código de Processo Criminal do Império rezava que escravos não poderiam testemunhar em juízo –⁵⁴ podem ter buscado recompor a vida depois do cativeiro na região, contudo, sua presença estava escamoteada nas fontes.

Além das origens, o universo documental que venho cotejando até aqui permite inferir sobre o estado civil das mulheres. No conjunto de dados formado com os processos-crime, as solteiras predominaram numericamente, perfazendo 76% do montante. Esse valor é quase idêntico ao divulgado no censo de 1872,⁵⁵ segundo o qual 75% das habitantes de Lençóis eram solteiras, 22% casadas e 3% viúvas. Já Manoel Jesuíno Ferreira⁵⁶, como de praxe, praticamente repetiu os dados do censo de 1872, com uma pequena alteração, provavelmente resultante do fato dele informar, somente, sobre a totalidade da população que, segundo ele, se dividia em 76% de solteiros, 21% de casados e 3% de viúvos.

Os índices de mulheres solteiras apresentados nessa documentação permitem depreender alguns quesitos que decorriam dessa condição. No que tange à migração, é possível perceber que a solteirice permitia maior mobilidade às mulheres. Esse aspecto pode ser notado ao analisar o quadro 1 da Santa Casa de Lençóis, transcrito mais acima, no qual todas as mulheres inscritas eram solteiras e vindas de lugares externos à Comarca de Lençóis. Do mesmo modo, quando eram qualificadas nos processos-crime em que

53 Processo-crime, 16.07.1870, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Roubo, estante 04, caixa 134, documento 07.

54 "Art. 89. Não podem ser testemunhas o ascendente, descendente, marido, ou mulher, parente até o segundo grau, o escravo, e o menor de quatorze annos; mas o Juiz poderá informar-se delles sobre o objecto da queixa, ou denuncia, e reduzir a termo a informação, que será assignada pelos informantes, a quem se não deferirá juramento. Brasil, Código do Processo Criminal de primeira instância, Lei de 29 de novembro de 1832, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em: 17 abr. 2016.

55 Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império, op. cit., pp. 70 – 2.

56 Ferreira, A Província da Bahia.

eram arroladas, essas mulheres declaravam, majoritariamente, que eram solteiras e que vinham de lugares diversos.

A intinerância não era prestigiada pela civilidade da época, especialmente quando se tratava de solteiros, segundo Walter Fraga Filho⁵⁷. Nesse momento, a ausência de uma família soava como tentativa de pessoas pobres, de cor, de se esquivarem de referências pessoais para se manterem na indigência para, assim, conseguirem viver de pequenos crimes, da mendicância e de benefícios do Estado, além de escaparem de eventuais problemas com a justiça, ainda de acordo com Fraga Filho. Esse aspecto, negativo, de pessoas consideradas itinerantes, ganha amplitude quando se tratava de mulheres que viviam sem maridos. Isso, certamente, gerou dificuldades para que as mulheres em tal condição conseguissem tecer seus meios de vida e escapar das pressões sobre seu estado civil.

A inexistência de um marido trazia implicações sobre as condições de vida das mulheres. Na sociedade do Brasil do século XIX circulava, sobretudo, entre os grupos mais altos, uma noção de que a honra feminina deveria ser resguardada por um homem da família ou pelo marido. Por conta disso, aquelas que viviam sozinhas ou em arranjos afetivos menos tradicionais eram facilmente tidas como desonradas pelos grupos normatizadores da sociedade. Desse modo, viviam experiências sublinhadas pela vulnerabilidade, uma vez que não encontravam segurança no meio em que estavam inseridas, tampouco defesa quando fosse necessário.

O conceito de honra utilizado pelo Estado durante o século XIX e as primeiras décadas da República é fugidio, segundo Sueann Caulfield⁵⁸, autora dedicada ao estudo do tema no mesmo período. Para Caulfield a ideia de honra ventilada entre as elites nacionais ignorava a peculiaridade de classe e de cor. Desse modo, as vivências das mulheres das camadas subalternas acabavam sendo condenadas por parâmetros que elas mesmas ignoravam em seu cotidiano. A autora defende que a maioria das condenações estava atrelada à relação entre virgindade e honra proposta pelo saber médico-jurídico vigente na época, coisas impensadas na faina cotidiana da sobrevivência das camadas subalternas.

57 Fraga Filho, Migrações, itinerários e esperanças.

58 Sueann Caulfield, Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940), Campinas: UNICAMP, 2000; Sueann Caulfield. ““Que virgindade é esta?”: a mulher moderna e a reforma do código penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940”, *Acervo*, v. 9, n. 1-2 (2012), pp. 165-202.

A partir da perspectiva de Caulfield é possível pensar que o cotidiano da maior parte das viventes de Lençóis estava, do mesmo modo, alheio à moral da elite brasileira. Se ocorreram nas Lavras, as expressões e implicações dos modelos de moral e de honra foram notadas, somente, entre as mulheres das famílias que compunham a cúpula política e econômica local. Entretanto, os vestígios disso são difíceis de encontrar, haja vista a relação menos turbulenta que essas últimas estabeleceram com a Justiça, instância preferencialmente produtora de fontes capazes de informar sobre o comportamento – e desvios – da população.

Para aquelas que não contavam com a distinção de um sobrenome importante ou riqueza, cabiam desenvolver meios de driblar as limitações impostas pelos ideais dos grupos dominantes. Em suma, as questões de honra e de moral interferiam mais quando era preciso lidar com a municipalidade ou com a Justiça. Na luta cotidiana, essas noções de honra pouco serviam a elas, pois se preocupavam mais com os meios de angariar seus sustentos e de encontrar formas de sobreviver do que se tornar uma mulher alinhada com as aspirações disciplinadoras da elite imperial.

Permanecer solteira dava a essas mulheres a capacidade de experiências mais autônomas. Isso é o que defende Daniela Sbravati em um estudo sobre a vida de mulheres livres solteiras e viúvas em Santa Catarina no século XIX⁵⁹. Segundo a autora, essas mulheres demonstraram um arguto senso de sobrevivência, pois a despeito das coerções que lhes eram impostas por uma sociedade misógina e escravocrata, desenvolveram meios materiais a ponto de garantir, inclusive, algum patrimônio e distinção social. Eram poucas as que conseguiram tal sucesso, contudo, elas são representativas para notar a existência de estratégias e de possibilidades de melhoria nas condições de vida e de superação dos limites com que eram cotidianamente vilipendiadas.

Acredito que uma dinâmica semelhante se desenvolveu entre as mulheres livres em Lençóis, contudo, esse é um assunto para as próximas seções deste trabalho. Por ora, vale expor, somente, a perspectiva de que o estado de solteira criava dificuldades severas, mas não intransponíveis para essas mulheres que souberam tirar proveito de tal condição. As questões de sexo, estado e condição civil no contexto do século XIX apresentadas até aqui, não podem ser entendidas sem levar em conta a cor, enquanto categoria social. Esse é um elemento de fundamental importância para entender as relações no período, mas que

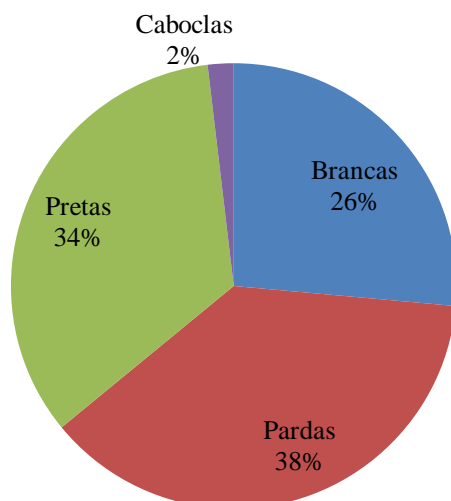
59 Daniela Fernanda Sbravati, “Mulheres de (in) certa condição”, *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2 (2009), pp.13-40.

está escamoteado na documentação pela ausência de notações mais detalhadas sobre as mulheres.

Ainda que em pequeníssima dimensão, o mapa da Santa Casa mostra alguma visibilidade nesse quesito. Com as qualificações presentes no documento é possível vislumbrar que, das seis arroladas, uma foi qualificada como “mulata” e as outras cinco como “parda”. Segundo Roberto Guedes⁶⁰, historiador preocupado com o estudo a vida de libertos entre o final do século XVIII e primeira metade do XIX, essas duas designações de cor, embora próximas no imaginário racial do período, não eram sinônimas. Para Guedes, “mulato” tinha uma carga semântica pejorativa menor que o “pardo”, todavia, ambos os termos serviam para descrever sujeitos livres de cor; pessoas que ao longo da vida teriam suas relações sociais mediadas por tal critério, transformando a cor em um dos fatores coercitivos mais prementes da sociedade escravista.

No que tange à cor, o recenseamento de 1872⁶¹, mostra a predominância de mulheres pardas e pretas vivendo em Lençóis. Esse contingente representou uma fatia de setenta e dois pontos percentuais do total de livres. No gráfico 01 ilustra a distribuição feminina segundo a qualificação de cor, divulgada no dito censo.

Gráfico 01: Qualificação das mulheres livres de Lençóis segundo o Recenseamento Geral do Império (em%)



Fonte: Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império, p. 70

⁶⁰ Roberto Guedes, *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850), Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2008, pp. 98 – 9.

⁶¹ Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império.

A distribuição, observado no gráfico 2, é muito semelhante às encontradas pelos recenseadores em várias outras cidades brasileiras. Com o fim da importação de africanos, os altos índices de libertação através de ações judiciais, as legislações favoráveis à liberdade dos escravos, o fortalecimento do movimento abolicionista e a estagnação do crescimento vegetativo da população cativa, o número de mulheres livres de cor cresceu consideravelmente. A relevância desses dados para este estudo não está na constatação dessas proporções, mas na capacidade de revelarem uma massa de mulheres de cor, gozando de suas liberdades e se movendo por ambientes diversos em prol de melhores condições de vida, a despeito das pressões que a escravidão e o poder masculino as impunham.

1.2 A QUESTÃO DA COR

Alcançar melhores condições de vida nas Lavras dependia da capacidade de se esquivar das limitações que uma sociedade escravista impunha a pessoas livres, de cor. A esse contingente eram imputados diferentes estigmas pelos grupos dominantes, que acabavam sendo usados como justificativa para a subalternização dos sujeitos. Todavia, alheias ao modelo elitista de feminilidade e impelidas a lutar pela própria sobrevivência, era inevitável que, vez ou outra, as mulheres de cor e, principalmente pobres, esbarrassem nos ditames das autoridades e da elite lavrista. Nessas situações, precisavam revidar com estratégias para que se livrassem de embaraços e conseguissem garantir seus objetivos, sem que suas vidas fossem ainda mais dificultadas.

A independência de pessoas livres de cor não era prestigiada pelos grupos dirigentes da sociedade lavrista, geralmente ligados a um histórico de senhorio de escravos nos sertões da Bahia. Tais grupos tinham interesse em manter uma hierarquia social muito dependente de assimetrias ligadas às definições de cor. Essa dinâmica deu significações raciais à cor num processo que Wlamyra Ribeiro de Albuquerque chama de “racialização das relações”⁶².

A historiadora que investiga experiências negras no pós-abolição diz que a raça surgiu como uma categoria histórica forjada com base na cor do sujeito para mediação das relações e como forma de ditar regras sociais⁶³. Embora contasse com sentidos variados no século XIX, o conceito de raça fundamentou assimetrias nas relações em

62 Albuquerque, O jogo da dissimulação, p. 35.

63 Albuquerque, O jogo da dissimulação, pp. 35 – 7.

diferentes esferas. Tornou-se, segundo Albuquerque, uma ferramenta das mais úteis para a manutenção da “arquitetura social”, exatamente quando a dicotomia senhor/escravo se desmantelava junto com a escravidão, contrariando as aspirações daqueles que contavam com a perpetuação do trabalho servil no Brasil.

A cor era o elemento fundamental nas relações que a população negra e mestiça emancipada experimentavam. Desde o período colonial, essa categoria adquiriu sentidos diversos, dependentes da maneira como as coletividades de cor eram percebidas pela intelectualidade e pelas autoridades de cada época. Diferentes historiadores dizem que os critérios de definição de cor no Brasil eram pouco claros e, muitas vezes variáveis, acusando a imprecisão dessas demarcações. Haja vista que, uma pessoa poderia receber múltiplas designações de cor ao longo de sua vida, e movimentar-se para cima ou para baixo na escala de valores raciais de acordo com as condições de vida em que vivia⁶⁴.

O enriquecimento ou a pobreza eram fatores fundamentais para dar melhores ou piores designações de cor aos sujeitos. Essa perspectiva ficou bem delineada no trabalho de Adriana Dantas Reis Alves⁶⁵. Em um estudo sobre a trajetória da família que nasceu da união do Capitão Manoel de Oliveira Barrozo com a escrava jeje Luzia Gomes de Azevedo, na Freguesia de Paripe, Recôncavo baiano, a historiadora afirmou que viu desaparecer a designação de cor na documentação dos filhos do casal à medida que esses sujeitos enriqueciam e ganhavam notoriedade.

Para Alves⁶⁶, isso significa uma bem-sucedida estratégia de obliteração da ascendência escrava, impulsionada pela ascensão social e consequente embranquecimento. Tudo isso foi necessário para validar o local que a família passou a ocupar naquela sociedade. Com isso, a autora indica, ainda, que as cores dos sujeitos e suas implicações raciais eram definidas por múltiplos elementos, dentre os quais o tom da pele tinha menor importância. Todavia, percorrer o caminho da ascensão social era uma tarefa bem difícil.

Quanto às notações de cor, as fontes que analisei são bem mais limitadas. Apesar disso, é possível conjecturar que, em alguns casos, ocorreu processo semelhante de

64 Sobre o mesmo tema vale ver também Guedes, Egressos do cativo; Elciene Azevedo, “A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da raça paulista”. In Elciene Azevedo et. al. (orgs.), *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX* (Campinas: UNICAMP, 2009); Sílvia Hunold Lara, “No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista” in Regina Célia Lima Xavier, *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise* (São Paulo: Alameda, 2012).

65 Adriana Dantas Reis Alves, “As mulheres negras por cima, o caso de Luzia Jeje: escravidão, família e mobilidade social-Bahia, c. 1780–c. 1830” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2010).

66 Alves, “As mulheres negras por cima”.

clareamento e de ascensão social das mulheres em Lençóis. Todavia, como se verá mais adiante neste trabalho, isso se deu em proporções bem menores que as propaladas pela literatura e pelo imaginário da segunda metade do século XIX. Por ora, vale ter em conta que as mulheres que conseguiram algum êxito material aparecem menos na documentação criminal; elas são mais recorrentes em fontes cartorárias como inventários, testamentos e escrituras variadas, que raramente permitem inferências sobre a cor das envolvidas. Exceto quando tratam de africanas, essas últimas fontes são silenciosas quanto ao perfil feminino.

A ausência de notações de cor não afasta essas mulheres do espectro violento da mestiçagem. Entretanto, tendo a acreditar que as diversas variáveis de precarização da vida dessas pessoas que aventei até aqui contribuía para uma maior virulência da racialização das relações entre as mais pobres. Um possível enriquecimento poderia atenuar a violência estrutural sobre as mulheres de cor, todavia, isso era resultado de um processo da peleja cotidiana que essas mulheres travavam para galgar níveis de participação naquela sociedade, contra um sistema de precarização material e imaterial de suas vidas, mas que também não forneciam nenhuma garantia de sucesso ou deferência.

A força do mecanismo que puxava as mulheres de cor para o lastro da sociedade era tamanha, a ponto de transformar em antagonistas personagens que, na conjuntura geral, compartilhavam os mesmos estigmas de cor, quando observadas pelas elites locais. Isso ficou evidente no imbróglio judicial que envolveu a africana Josefa e seu marido Raimundo, contra Veronica Maria da Conceição, em 1864⁶⁷. O caso se desenrolou da seguinte maneira:

Tendo a Africana Josefa de ir ao Rio São Francisco, ella com seo marido fallarão a queixosa para ficar em caza d'elles prometendo pagar-lhe, aceitou ella a proposta, e a Supp^{da} fez a viagem; voltando Bernarda Roiz de Souza foi buscar a queixosa, porem os Supp^{dos} aconselharão que não a levassem; que a deixassem ficar ganhando – seo dinheiro –; a ditosa Bernarda não insistio e ella queixosa ficou com o interesse da paga que lhe promettião, e continuou a servil-os como escrava por tempo de treiz a quatro mezes, ate na roça, trabalhando d' enxada poserão a queixosa; não lhe convindo mais estar assim pedio o pagamento desesperou a Supp^{da} e começou a injurial-a com palavras obscenas, e porque ella queixosa respondesse e a tantas injurias chamando a m^{ma} Supp^{da} negra ella avançou e agarrando-a atirou-a em cima d'uma cama, metteo suas mãos no cordão da saia quebrou-o e deixou a queixosa descomposta,

67 Processo-crime, 08.11.1864, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Injúrias verbais, estante 04, caixa 123, documento 07.

foi ao mesmo tempo entrando o marido da Supp^{da}, o Africano Raimundo, e ambos derão-lhe bofetadas que inchou as faces e injectou um olho de sangue, em cujo ato deixarão-a nua! A Supp^{da} fracca como é, debilitada pelo mau passar provindo de sua pobreza, não se pode defender, e sofre as ofensas bruttaes desses dous Africanos, que alardeão suas más acções. (sic)⁶⁸

Josefa e Verônica compartilhavam aspectos de cor e de vida. Um dos principais indícios disso é o trabalho coparticipado, evidência de que ambas precisavam lutar pela sobrevivência. Como elas, outras mulheres de cor, pobres, cada uma a seu modo viveram ali em permanente enfrentamento das limitações impostas por uma sociedade escravocrata, dirigida por sujeitos interessados em explorá-las sem garantir condições de existência minimamente satisfatórias. Contudo, a relação de trabalho que se formou entre as duas personagens do processo fez esmaecer essas semelhanças em algum ponto e, a possibilidade de se colocar como dominante nessa situação fez Josefa reproduzir uma estrutura de mando e de poder a que ela mesma esteve – e ainda estava – submetida, levando-a explorar o trabalho de Verônica, segundo os padrões senhoriais da época.

Nesse caso, o casal esperava de Verônica um comportamento subserviente, assim como qualquer outro senhor no contexto da escravidão o faria. Entretanto, essas esperanças evanesceram quando a questão da cor foi trazida à tona. Quando Verônica demonstrou a partir da ofensa baseada na condição de cor que aquela autoridade era ilegítima, ela não expressou somente seu desejo por ter seus pagamentos quitados. Naquele momento ela deixou a vista um sistema de opressão que articulava bem a cor como categoria para a perpetuação de condições degradantes de vida de pessoas como ela, e expressou sua inconformidade em relação a isso, uma vez que a ofensa ainda está processada em meio a uma engrenagem hierárquica na qual Josefa, negra como era, deveria reconhecer sua posição.

O local que uma pessoa em potencial posição senhorial ocupava na hierarquia das significações raciais era fundamental para a legitimação do seu poder. Assim, dificilmente uma pessoa mais clara – mulata ou parda – enxergaria plausibilidade na submissão a uma mais escura – negra ou preta. A partir do caso de Josefa e Verônica é possível notar as relações sociais em Lençóis no século XIX, assim como em outras partes do mundo atlântico escravista⁶⁹, estavam estruturadas sobre a premissa de deferência racial.

68 Processo-crime, 08.11.1864, fl. 2 – 3.

69 Sobre o controle dos trabalhadores livres cf. Foner, Nada além da liberdade.

Nesse universo, dependendo do enquadramento do sujeito na gradação de cores, sua precedência de dominação poderia ser legitimada ou não. A autoridade sustentada por relações racializadas não só garantia a continuidade de um sistema de dominação da população de cor, como se disseminava inclusive entre os pares. Isso contribuía para a precarização das condições de vida de sujeitos livres de cor e, entre eles, também das mulheres, que ainda precisavam negociar com o poder masculino.

Com isso, essas mulheres estavam inseridas em um sistema de “escravidão moral”. Marcelo Badaró⁷⁰, historiador que se ocupou com estudos sobre as experiências de trabalhadores escravizados e livres na transição do Império para a República, forjou tal conceito ao perceber que, muitas vezes esses sujeitos eram submetidos às condições de trabalhos, tanto ou mais degradantes do que aquelas experimentadas pelos cativos. Tarefas fatigantes em jornadas longas caracterizavam o cotidiano desses trabalhadores que, embora juridicamente livres, experimentavam a continuidade tácita e agravada da exploração compulsória do trabalho. É possível notar esses traços de dominação também na relação entre Joana e Verônica. Ainda que breve, em sua queixa Verônica desenhou um agravamento nas suas condições de trabalho que passou de “ficar em caza” para o trabalho “até na roça”.

Os esforços empreendidos para a manutenção da hierarquia e das deferências raciais tornava difícil para as mulheres que chegaram despossuídas aos Lençóis alcançarem melhores condições de vida nas Lavras. Evidentemente, essas não eram barreiras intransponíveis, pois como se verá mais adiante neste trabalho, uma fatia moderada do contingente feminino conseguiu atravessar as dificuldades e alcançou algum êxito. Entretanto, a grande maioria delas se mantiveram nos níveis mais baixos daquela sociedade, limitadas pelas condições de sexo e de cor.

O contexto de vida e de trabalho que as migrantes mais pobres encontraram nas Lavras estava longe do ideal das oportunidades que as atraíu. Antes, se tornaram pontos de tensão para suas trajetórias. Assim, a prosperidade econômica que a região vivia na segunda metade do século XIX era insuficiente para garantir o sucesso da empreitada original dessas mulheres, uma vez que os condicionantes de suas experiências exercia uma pressão perene sobre elas, as empurrando para um quadro de pobreza e de debilitação social que, em alguns casos, solicitava delas atitudes extremas na tentativa de superar

70 Marcelo Badaró Mattos, *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, pp. 78 – 80.

essas vicissitudes, como é visível através dos negócios em que se envolveu Maria Honória de Carvalho.

1.3 A VENDA DO ESCRAVINHO NICOLAO

Em 6 de fevereiro de 1860, Maria Honória de Carvalho foi acusada de sequestro⁷¹. Isso aconteceu depois dela ter recebido das mãos de Joaquim Pereira da Assumpção a quantia de 400\$000 réis pelo "escravinho" Nicolao. Esse seria um fato corriqueiro para aqueles dias, se não tivesse chegado até à promotoria local, representada por Aristides Ferraz Moreira, a informação de que a vendedora não era senhora, mas mãe do menino que em realidade era tão livre quanto ela e, portanto, não poderia ser negociado.

A partir daí deu-se o inquérito. Nele foram arroladas oito testemunhas que, embora declarassem saber muito sobre o fato, disseram pouco sobre os envolvidos. Entretanto, suas falas unidas aos interrogatórios ajudam a descortinar questões acerca da relação da sociedade chapadense com a liberdade e as condições de vida que mulheres migrantes enfrentavam ali. É curioso notar que os testemunhos não se basearam no ataque à honra ou ao comportamento público de Maria Honória. Uma argumentação com esse embasamento era corriqueira nos processos em que as mulheres apareciam como réis e, geralmente, conseguiam convencer o júri e os magistrados da culpa feminina.

Nesse caso, as coisas correram de outro modo. Inicialmente, as testemunhas declararam que ela não era uma desocupada, pois ganhava seu sustento como auxiliar de um alfaiate – cujo nome não foi citado no documento – na cidade de Andaraí. Em sua qualificação Maria Honória confirmou essa informação dizendo que vivia de costuras desde que saiu do termo da Vila do Urubu, de onde era natural. Junto a tais declarações surgiram também dados indicativos de que ela vivia em constante mudança, pois já havia morado em diferentes cidades da região. No contexto das Lavras, com dezessete anos de idade, já poderia ser considerada uma mulher experiente, haja vista suas vivências e a maternidade. Embora estivesse em Lençóis, numa casa na Rua dos Mineiros quando deveria entregar Nicolao ao seu pretense proprietário e foi presa. Em seu interrogatório a ré declarou viver em Santa Isabel do Paraguaçu havia pouco mais de dois anos além de informar ter trabalhado em Andaraí, cenário da bastante imbricada negociação com

71 Processo-crime, 06.02.1860, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Sequestro, estante 05, caixa 172, documento 03.

Joaquim Pereira da Assumpção e ter nascido na Vila do Urubu (atual Paratinga) nas margens do rio São Francisco.

Combinadas as referências geográficas e as cronológicas citadas no inquérito, foi difícil encontrar uma trajetória coerente. Todavia, os dados disponíveis são relevantes e esclarecedores. Como já se sabe, desde a segunda metade da década de 1840 até o final dos anos 1850, as cidades lavristas viveram momentos de ascensão e grande expressividade econômica. Os locais pelos quais Maria Honória passou estavam experimentando os benefícios da indústria diamantina nesse momento, motivo suficiente para atrair uma mulher livre, de cor – pois a mãe de um "mulatinho", dificilmente, ignoraria a miscigenação – e pobre como ela. Isso reafirma o perfil migratório que foi discutido mais acima, e, de certa forma, ratifica a ideia de que essas pessoas encontraram severas dificuldades para atingirem a meta de melhores condições de vida.

Entretanto, a qualificação que encabeça o interrogatório da ré revela muito sobre as precariedades da vida de mulheres despossuídas nas Lavras que já venho apontando. Quando analisado o seu perfil, percebe-se que pessoas como ela viviam em meio a uma violência estrutural baseada na cor, no sexo, na condição e no estado civil. Isso indica que, remediar a vida nos centros prósperos de mineração era uma questão que transcendia da ascensão social. Ao falar de precarização da vida é preciso entender isso como um processo para além da materialidade, pois, embora escapar da miséria fosse importante, garantir a sobrevivência, nesse contexto, significava mais do que reunir alguma posse. Para elas, era necessário sobreviver a uma coação inerente à sua condição social que ficou evidenciada na figura da protagonista do caso.

Maria Honória de Carvalho, como descrito, contava com dezessete anos na data em que deveria entregar Nicolao. O menino, por sua vez, tinha “mais ou menos” quatro anos na ocasião e ela tinha por volta dos treze anos quando deu à luz. No processo-crime não há informações sobre o local em que o parto foi realizado⁷², tampouco se foi a partir desse momento que Maria Honória passou a circular pela região, ou se já o fazia anteriormente. De todo modo, ela contava como cerca de quinze anos quando chegou a Santa Isabel do Paraguaçu – uma vez que declarou em seu interrogatório que vivia ali havia dois anos – depois de ter vivido diversas experiências em diferentes cidades. Essas afirmações permitem analisar que desde muito cedo as mulheres eram inseridas em uma

72 Processo-crime, 06.02.1860.

dinâmica de sobrevivência por conta própria, arriscando-se em empreitadas no cenário das condições de vida que venho apontando.

A documentação censitária e a judiciária que foram utilizadas, até aqui, nos fez constatar que a população feminina de Lençóis se concentrava em faixas etárias abaixo dos quarenta anos. Esse perfil corrobora com os dados da Província no Recenseamento Geral de 1872⁷³, no qual apontou que a maior parte das mulheres, vivendo na Bahia naquele momento, contava com idades superiores aos 16 anos e menores que os 40. Em um intervalo de idades ainda menor estavam concentradas a maior parte das mulheres arroladas nos processos-crime analisados. Nesses documentos foram encontrados a proporção de 59% de mulheres entre 16 e 30 anos de idade, o que ratificando a ideia de que desde muito cedo as mulheres precisavam desenvolver suas estratégias de sobrevivência, dentre as quais estavam a migração.

A velhice era o impedimento mais acentuados para a mudança, uma vez que a viagem a pé ou em lombo de animais até a Chapada Nova não era uma tarefa fáceis. Além disso, o mercado de trabalho, que se desenhou por lá, não dava muitas oportunidades para as mulheres mais velhas, tornando improvável que elas encontrassem meios de prosperar. Além de todas as variáveis já citadas, a geração também influenciava as experiências de migração e de subsistência nas Lavras. Ser jovem, contudo, não endossava o sucesso ali, como se pode inferir através da miserabilidade na qual Maria Honória e Nicolao viviam, ou seja, o vigor dela não era o suficiente para garantir rendimentos satisfatórias para o sustento dos dois⁷⁴.

Mãe e filho viviam a faina cotidiana de tentar burlar os obstáculos sociais que os impedia de alcançar uma melhoria de vida. Embora a Chapada Diamantina fosse um ambiente de significativa circulação de riquezas, as pessoas que Maria Honória e Nicolao representam, aqui, pouco se beneficiavam dessa movimentação financeira. A realidade dessa camada social era sublinhada por soldos considerados insuficientes, incertos ou até negligenciados. Vale lembrar que, numa economia baseada na mão de obra escrava e na precarização do trabalho livre, os pagamentos tinham pouquíssimas garantias, além de serem escassas as oportunidades de trabalho assalariado. Assim, a pobreza se tornava uma espécie de epítome das opressões que pessoas como eles experimentavam. Com isso, dívidas pequenas poderiam se tornar impagáveis e colocar em risco a liberdade de pessoas

73 Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império.

74 Cf. Fraga Filho, “Migrações, itinerários e esperanças”.

em tais condições. Essa realidade assombrou Maria Honória, assim como a muitos outros, conforme leva a crer alguns indícios presentes no processo.

O testemunho de Manoel Romão dos Santos Lisboa, um seleiro de 25 anos – quando inquirido sobre a ciência do comprador acerca da condição civil do menino –, pode ser tomado como exemplo para tal situação.

Respondeo que Joaquim Pereira Assumpção na opinião dele testemunha fez aquella compra na perçusão de que comprava um escravinho, illudido por um recibo que lhe havia passado João Rodrigues Bira, morador no Andarahy, em cuja caza a ré havia deixado a dita criança como seu escravo, devendo alem disto a quantia de trinta mil reis ao mesmo Bira pelo que presume elle testemunha que ella havia deixado em penhor de sua divida e é levado assim a pensar porquanto aquele Bira só entregou o mencionado menino ao Assumpção quando este lhe pagou a dita quantia de trinta mil reis do qual lhe passou o recibo assima dito. (sic)⁷⁵

Com essas declarações, a testemunha põe em evidência sinais do grau de pobreza com o qual os personagens conviviam. A quantia de 30\$000 réis não era significativa para o período. Quando, por exemplo, se toma como comparação o preço da farinha, um dos produtos mais básicos da dieta dos baianos naquela época, em que os infortúnios das secas já se agravavam, essa quantia seria o suficiente para comprar menos de dois alqueires (ou 72,54 litros) de farinha no atacado. Em 1859, o alqueire da farinha atingiu o valor de 15\$627 réis no mercado doméstico, contra os 3\$600 réis pagos nos anos anteriores, conforme o relatório apresentado a Presidência da Província pela Comissão criada para administrar a “crise alimentícia”⁷⁶.

A inflação impulsionada pela escassez de víveres fez os preços aumentarem consideravelmente e diminuir a importância do valor que Maria Honória devia a João Rodrigues. Entretanto, credor e devedora estavam sofrendo os efeitos da crise decorrente da grande seca que se instaurou em 1858 e se agravou, severamente, em 1860, com efeitos sensíveis por, pelo menos, seis anos na região. Em 27 de janeiro de 1860, o Presidente da Câmara Municipal de Lençóis, Belmiro Amorim Cincorá, remeteu uma correspondência à Presidência da Província pedindo ajuda contra a fome, e pintou um quadro que ajuda a

75 Processo-crime, 06.02.1860, fl. 7.

76 Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o conselheiro e senador do imperio Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860, Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860, p. 28.

entender a situação que a seca infringiu à população das Lavras naquele momento.⁷⁷ A solicitação foi feita do modo seguinte:

Estamos nas circunstancias mais tristes; uma seca de dous annos fez desaparecer do mercado os generos alimenticios, e o pouco que se encontra é por preços extraordinários: vende-se farinha a custo de cento e quarenta e quatro mil reis o alqueire; milho, arroz e feijão a noventa e seis, tudo mais a proporção. Os abastados vivem a custo e os menos favorecidos morrem a fome: os recursos estão quase esgotados, e poucos são aquelles de quem ainda não se apoderou o desanimo.

[...]

A distribuição que se tem feito da farinha mandada por V. Excia^a tem apresentado scenas tristissimas; ve-se centenares de pessôas de um e de outro sexo e de todas as idades affluirem a casa em que se faz a distribuição; muitos chorão, uns de prazer, por acharem com que matar a fome, outros receiosos de que não chegará a vez de terem o seo quinhão, e outros de vergonha por se irem reduzidos a recorrer ao pão da caridade.⁷⁸

Com os preços descritos nas correspondências, citadas acima, é possível ter uma dimensão do poder de compra de 30\$000 réis naqueles tempos; que não era mais que o básico para sobreviver. Isso leva a refletir que, à medida que os preços dos alimentos subiam, a vida nas cidades da região se tornava cada vez mais difícil para pessoas como Maria Honóira, mas também para pequenos negociantes, como João Rodrigues, que estavam muito atrelados às camadas subalternas. Assim, a cobrança pode ter sido intensificada, assim como o desespero de Maria Honória para escapar das consequências da moratória, o que pode ter contribuído para o extremismo do ato de vender o próprio filho.

A tentativa de venda de Nicolao expõe o contexto de pobreza, extrema, que as camadas subalternas experimentavam em Lençóis. Isso era resultado de uma vida limitada por relações orientadas para a perpetuação do modo de produção servil e de suas implicações sociais, com rendimentos que garantiam muito pouco nos momentos de estabilidade econômica e, praticamente, nada nos períodos de crise. Inserida nessa dinâmica, Maria Honória não tinha dinheiro, e nem bens, que valessem o suficiente para quitar o que devia. Para escapar da miséria iminente e do risco de viver em uma situação semelhante ao cativo, ela penhorou o próprio filho. Entretanto, como o cenário do

77 Correspondência da Câmara Municipal de Lençóis remetida à Presidência da Província, 27.01.1860, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial, Correspondências recebidas das câmaras das vilas, maço 1340.

78 Correspondência da Câmara Municipal de Lençóis remetida à Presidência da Província, 27.01.1860, s.p.

período dava poucos indícios de que ela conseguiria a quantia necessária para pagar sua dívida e reaver seu filho, ela decidiu vender o menino para não morrer de fome ou viver em algum lugar desconhecido como escrava. Certamente, essa foi uma atitude guiada mais pelo medo da miséria e da escravidão do que pelo desapego ao menino.

Diante da possibilidade de permanecer presa às condições de trabalho impostas por João Rodrigues e a todo tipo de trabalho pesado e pouco promissor no qual ele a quisesse empregar, negar a maternidade e aceitar a oferta de um potencial comerciante de escravos, com a qual fosse capaz de garantir algum sossego, parecia plausível. A ação de Maria Honória demonstra a deficiência de meios para sobreviver que as mulheres despossuídas, ao extremo, encontravam nas Lavras. Assim, para contornar as adversidades da vida, mulheres de semelhante condição, eventualmente, lançaram mão de expedientes radicais, como ela mesma havia feito por mais de uma vez.

O pânico que as consequências da moratória traziam a Maria Honória foi a razão de ela ter recorrido à negociação de Nicolao em outras ocasiões. A venda como escravo e a penhora foram apenas duas das transações nas quais o menino foi posto como contrapartida por sua mãe. Quando o negociante Francisco Manoel Brás foi chamado a depor, revelou que Maria Honória havia tentado, anteriormente, um acordo no qual o menino também estaria envolvido. A transação consistiria na troca do pequeno por uma casa no Andaraí. A troca foi proposta depois de Francisco Manoel ter afirmado não dispor de dinheiro para pagar pelo dito "escravinho", apesar do seu interesse em adquiri-lo, com a qual ela concordou. Para concretizar a transação, então, esse comprador pediu para que a vendedora providenciasse os papéis de transferência de propriedade. Ela, por sua vez, replicou dizendo que iria ao Campestre, povoação de Lençóis, buscar os tais documentos, mas em realidade, ela não precisaria chegar até lá para tal.

Em Lençóis, o problema dos documentos poderia ser resolvido. Manoel Joaquim do Espírito Santo, liberto, que disse ser um oficial de pedreiro vindo de Santo Amaro havia quatro anos, foi quem providenciou uma declaração que atestava a condição de cativo de Nicolao. Se tratava de um recibo com autoria atribuída a Thomaz José Vieira, suposto tutor dos bens deixados por Adriana Maria de Jesus, mãe de Maria Honória, depois de sua morte. Foi nesse intervalo de aproximadamente cinco meses que Joaquim Pereira da Assumpção surgiu no processo. A sua oferta, substancialmente mais interessante deve ter sido o suficiente para fazer Maria Honória desistir da proposta anterior. Seriam pagos 400\$000 réis pela criança, quantia suficiente para comprar uma

casa naquela região, caso ela ainda estivesse interessada em um imóvel, e ainda para fazer alguma reserva.

Assim, depois de saldada a dívida de 30\$000 réis com João Rodrigues o menino foi conduzido aos Lençóis por Joaquim Assumpção. O plano todo teria tido êxito se, no dia da entrega, os gritos da criança que chamava Maria Honória de mãe não despertassem a curiosidade da vizinhança que, de pronto, chamou o Delegado em exercício. Depois de analisadas as circunstâncias, a então vendedora foi conduzida à cadeia pública. Ao fim do processo, esse passou a ser o endereço não só dela, mas também de Manoel Joaquim do Espírito Santo. Ambos foram condenados com base no Art. 179 do Código Criminal do Império, que punia a redução de pessoa livre à escravidão com prisão por três a nove anos, acrescida de multa correspondente a 1/3 do período em que a vítima foi mantida em cativeiro, além de diversos agravantes⁷⁹.

Joaquim Pereira da Assumpção, porém, saiu ileso desse caso. Algumas testemunhas apresentaram evidências suficientes para que ele sofresse alguma represália legal, pois afirmaram em juízo que ele sabia que Nicolao era uma criança livre e, ainda assim persistiu na negociação. Nos testemunhos, isso foi reforçado com a informação de que o menino seria enviado às Minas Gerais, fato relevante no contexto do tráfico interprovincial de escravos, mas insuficiente para que o negociante fosse, ao menos, interrogado. Apesar desses indícios, a Justiça se eximiu de qualquer posicionamento contra ele, fato que reforça a desassistência com a qual pessoas pobres de cor viveram em Lençóis, e o compromisso da instituição com algumas camadas daquela sociedade⁸⁰.

Os indicativos de tráfico que aparecem nesse caso revelam algumas das ameaças à vida de indivíduos em condições de vida semelhantes às de Maria Honória. O estudo de Judy Bieber Freitas sobre a escravização ilegal no norte das Minas Gerais, durante a segunda metade do século XIX, ajuda a dar coerência histórica a esse fato e, também, a conectar o sertão baiano ao quadro mais amplo do tráfico interno, bem como perceber a vulnerabilidade da liberdade naquele local. Freitas afirma que, até a obrigatoriedade da matrícula dos escravos a partir da década de 1870, que dificultava a ocultação da propriedade humana ilegal, foi bastante comum a escravização ilícita e a comercialização interprovincial de pessoas negras. Esse comércio foi beneficiado pela tradição de

79 BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. 1830.

80 Sobre o tráfico Cf. NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. Afro-Ásia, n. 24, p. 97-128, 2000; PIRES, Maria de Fátima Novaes. Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima – BA (1860 – 1920). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

negócios entre a Bahia e as Minas Gerais. Corroborava, para isso, a participação de membros da burocracia estatal que se valiam da influência e da validação jurídica municipal para impulsionar tal negócio. Essa atuação ainda livravam os acusados de escravizar, ilegalmente, pessoa livre das penalidades previstas pelas leis do Império⁸¹.

Essas circunstâncias, certamente, assustavam à maioria das mulheres que viviam em Lençóis. O perfil sócio racial delas não as colocava em situação privilegiada diante da Justiça e de homens com algum poder, como Joaquim Pereira da Assumpção. Isso concorria para que elas vivessem sob constante risco de ser vilipendiadas em situações em que precisavam de cuidados. As testemunhas viam a situação de Maria Honória por um ângulo em que ela, vítima da precariedade estrutural daquela sociedade, era vista como culpada pelo ocorrido. Os ouvidos, no inquérito, embora não tenham atacado a honra de Maria Honória, quiseram culpá-la pela transação ilícita. Em sua fala, Manoel Romão, testemunha ouvida no inquérito citado mais acima, afirmou que o comprador foi “iludido” pela ré, a despeito de todos os sinais apontarem que ele era um negociante de escravos e contumaz escravizador de pessoas livres. Tais declarações coadunam com a culpabilidade dela, pois ao assegurar que ela persuadiu Joaquim Pereira a comprar, como escravo, um menino livre, Romão escamoteou a possibilidade de essa ter sido uma medida tomada senão por um convencimento em sentido inverso, ou seja, do comprador sobre a vendedora.

Maria Honória representa, dessa forma, uma entre as tantas mulheres que viveram a vulnerabilidade da vida em Lençóis na segunda metade do século XIX. O perfil dela, enquadrado entre o da maioria que viveu lá, a forçava a buscar meios de vida dos mais diversos. Num espectro mais amplo, podemos traduzir tal fato como ocupações informais e marginalizadas. O revés disso era um crescente recrudescimento das condições de trabalho e da autoridade senhorial que reforçava a miséria de mulheres que chegaram às Lavras completamente despossuídas. Nesse universo, mulheres de cor livres e pobres precisavam ser inventivas para superar a coerção da sociedade escravista e, quiçá, amealhar algum cabedal. Algumas dessas ocupações serão minhas preocupações no próximo capítulo, em especial a prostituição que se transformou em um mercado ativo na região⁸².

81 Judy Bieber Freitas, *Slavery and Social Life: Attempts to Reduce Free People to Slavery in the Sertao Mineiro, Brazil, 1850-1871*. *Journal of Latin American Studies*, v. 26, n. 3, (1994).

82 Cf. André Rosenberg, *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça*, Santos, década de 1880, São Paulo: Alameda, 2006, pp. 51 – 2; Nancy P. Naro, “O gênero em questão: mulheres escravas e livres

2 INVENTAR A VIDA: ESTRATÉGIAS DE EXISTÊNCIA E TRABALHO FEMININO NAS LAVRAS

O desenvolvimento da indústria do diamante, a partir da segunda metade do século XIX, contribuiu para que sujeitos de diversas origens e de variadas ocupações se encontrassem em Lençóis e em outras cidades da Chapada Nova. Garimpeiros, tropeiros, escravos, livres e libertos, prostitutas, ganhadeiras e toda uma multidão de outros sujeitos subalternos que buscavam minorar os sofrimentos que a arquitetura social e as calamidades públicas do período impunham às suas vidas. Do encontro dessas pessoas surgiram alianças e solidariedades, assim como alguns conflitos que preocupavam as autoridades locais e acabavam por dar certa tônica ao cotidiano da gente comum da Chapada.

Nesse cenário, as vezes os costumes se chocavam e geravam conflitos muitas vezes solucionados através da violência. Comumente as desavenças eram resolvidas em público, através de lutas, e mais frequentemente com atentados à vida dos envolvidos. Em suas *Descrições praticas da Provincia da Bahia*,⁸³ Durval Vieira de Aguiar frisou que “[n]as lavras o assassinato sempre foi coisa muito natural” e que “a *popular justiça do clavinote*”⁸⁴ O volume desses acontecimentos era tamanho, a ponto de as autoridades desconhecerem um grande número deles. Na literatura de Lindolfo Rocha, romancista regional existe um diálogo entre alguns personagens que me parece bastante emblemático quanto à relação da Justiça com a violência das Lavras, embora ficcional.

Em *Maria Dusá*,⁸⁵ romance de Rocha ambientado em Andaraí, em meados do século XIX, auge da exploração de diamantes, o tropeiro Ricardo Brandão resolvera se dedicar aos diamantes. Todavia, seu destino mudou quando ele atirou em um desconhecido que tentava furtar seus pertences à noite. Por isso, Ricardo, com medo das sanções da Justiça, fugiu, mas logo foi tranquilizado por um morador da região. Depois de perguntar se, o tiro que dera, levaria processo, o então fugitivo ouviu: “– *Qua prucesso,*

perante a Justiça”, in Douglas Cole Libby; Júnia Ferreira Furtado (orgs.), Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX (São Paulo, Annablume, 2006), pp. 133 – 4.

⁸³ Durval Vieira de Aguiar, *Descrições praticas da Provincia da Bahia*, Salvador: Typographia do Diario da Bahia, 1888.

⁸⁴ Aguiar, *Descrições praticas*, p. 138, grifos do autor. O clavinote é um tipo de arma de fogo semelhante a um revólver.

⁸⁵ Lindolfo Rocha, *Maria Dusá*, São Paulo: Ática, (1910) 1978.

patrão?! Se a justiça fosse *fazê prucesso* por isso, *não havia papé qui chegasse, pru que* aqui na Chapada todo o dia é tiro, facada, cacetada, *navaiada*, o diabo” (sic).⁸⁶

Embora não tenha compromisso com a realidade, a citação acima expõe aspectos da memória daquela época, assim como a literatura de Machado de Assis permitiu a Sidney Chalhoub entrever algumas das “políticas de dominação social” do século XIX.⁸⁷ Assim, é possível considerar que apenas uma parcela dos conflitos se tornaram questões de Justiça e que, por isso, foram documentadas em formas de processos que seguem conservados no Arquivo Público da Bahia. Apesar de escamotear proporções mais exatas sobre a criminalidade nas Lavras, esses documentos permitem entrever parte da memória das mulheres de cor, livres e pobres e suas condições de vida naquela sociedade – embora essas sejam menos frequentes que os homens nos autos, como se verá mais adiante.

Os processos permitem enxergar algumas das circunstâncias adversas às quais essas mulheres estavam submetidas, assim como parte das estratégias femininas para superar tais situações. Ao longo da análise das evidências que surgiram com a pesquisa, foi possível perceber que o trabalho assumiu lugar primordial em meio às táticas de sobrevivência dessas personagens, pois, sendo uma dimensão que envolve questões materiais e imateriais se tornou uma arena na qual elas puderam se movimentar contra as forças que as empurrava para os lugares mais baixos daquela sociedade. Por isso, neste capítulo apresentarei situações que algumas mulheres viveram em Lençóis na segunda metade do século XIX, com o intuito de, primeiramente explorar mais pormenorizadamente alguns dos condicionantes das experiências femininas para, em seguida; apontar suas interferências no mundo do trabalho. O caso a seguir permitirá dar início ao desenvolvimento dessa proposta.

2.1 MEDO, INVISIBILIDADE E VIOLÊNCIA

Na cidade dos Lençóis, em uma casa na Rua São Pedro moravam dez pessoas vindas da Vila de Santo Antônio do Urubu: Emigdio e Manoel Pereira da Silva, Anna Francisca dos Santos, Maria Ritta de Jesus, Maria da Conceição de Carvalho, Athanazio José da Silva, além de Pedro, Joaquim, Luiz e Manoel “de tal”. Exceto por Emigdio e por

⁸⁶ Rocha, Maria Dusá, p. 32, grifos do autor.

⁸⁷ Sidney Chalhoub, Machado de Assis, historiador, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 9.

Manoel, que eram irmãos, nenhum laço de parentesco ou casamento formal ligava esses sujeitos uns aos outros⁸⁸. Provavelmente, era a solidariedade na busca pela prosperidade que as Lavras prometiam que os unia no mesmo endereço.

Uma vez instalados no centro da mineração diamantina, cada um buscou seus próprios interesses. Emigdio se dedicou ao garimpo e Athanazio passou a viver de seu ofício de sapateiro. Maria Ritta e Maria da Conceição ganhavam a vida com costuras. Sobre os outros seis moradores da residência não há informações claras, pois não foram registrados no processo-crime que se originou com um “barulho” que ocorreu naquela casa e que traz esses sujeitos à tona na história. O tal evento foi descrito nos autos da forma a seguir.

Consta que eram 11 horas da noite de 3 de setembro de 1883, quando um desentendimento entre Emigdio e Anna Francisca chamou a atenção da vizinhança e do Inspetor de quarteirão. O resultado dessa situação foi Emigdio ferido com uma facada no peito direito e com os lábios partidos por conta de uma queda que tomou ao ser atingido, e Anna Francisca desaparecida da cidade. Quando inquirido pela Justiça local sobre o acontecido, o garimpeiro passou a narrar os fatos do seguinte modo:

Elle respondente tinha vindo da rua fatigado e com muito calor, deitou-se da parte de fora desta mesma caza em que mora – sobre o lagêdo; e logo a dita offensôra Anna Francisca aproximou-se d'elle respondente, que he com ella amaziado, e pôs-se ella a provocar-lhe com siumes, não acceitando as desculpas que elle respondente dava-lhe, até que imprudentemente avançou e aggarou nas guellas d'elle respondente, que foi forçado a dar-lhe impurrões; nesse ato tendo o respondente uma faca esta cahio sem que elle visse, ella offensôra apanhou-a e ocultou-a, o respondente e mais pessôas que estavam na caza procurarão a faca e não a acharão; finalmente entrando o respondente para dentro da caza foi de novo atacado pela dita offensôra, sendo o respondente obrigado a dar-lhe com as costas da mão, e ella immediatamente cravou-lhe a faca sobre o peito e ferio-lhe; immediatamente ella offensôra corrêo e evadio-se. (sic)⁸⁹

Os demais moradores da casa foram os expectadores da cena. Apesar disso, somente Athanazio, Maria Ritta e Maria da Conceição foram ouvidos como testemunhas no processo que se instaurou a partir dela. As outras pessoas fugiram por medo de entrarem em contato com as autoridades locais, como revelou Athanazio, primeira

⁸⁸ Processo-crime, 04.09.1883, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Lesões corporais, estante 04, caixa 112, documento 10.

⁸⁹ Processo-crime, 04.09.1883, op. cit., fl. 2.

testemunha ouvida no inquérito. Ao ser interrogado, o sapateiro declarou que, depois da briga entre Emigdio e Anna Francisca, saiu para procurar na vizinhança o Inspetor de Quarteirão para denunciar o ocorrido e, logo depois “tratarão elle testemunha e seus companheiros de se retirar immediatamente da caza, com receio de alguma imputação visto q’elles alli estão hospedados, embora não tivessem parte no delicto”⁹⁰.

Evitar, mesmo sem culpa, qualquer envolvimento com a Justiça é uma atitude que merece ser ponderada. É possível que os evadidos tivessem motivos prévios para se esquivar desse contato. Do mesmo modo, o “receio” que motivou a debandada presente na fala de Athanzio poderia ser uma tentativa da testemunha de acobertar seus companheiros. Para algumas pessoas, que compartilhavam o mesmo universo dos moradores da casa da Rua São Pedro, era importante manter-se distante do contato com as autoridades, pois isso representava um risco de ter eventuais agências ilícitas descobertas, e/ou suspeições que um eventual contato com as autoridades policiais pudessem suscitar, dificultando de algum modo a condução do cotidiano dessas pessoas, como revelam alguns capítulos da historiografia sertaneja.

Tratando dos sertões da Bahia, Maria de Fátima Novaes Pires⁹¹ afirmou que durante o século XIX havia nesses locais uma persistente suspeição sobre a população pobre de cor. Pires acrescenta que, para tais sujeitos, era importante encontrar meios de escapar dos constantes constrangimentos que as autoridades tentavam impor às suas vidas. Nesse sentido, o comportamento apresentado por Anna Francisca e seus companheiros depois da briga pode ser pensado como uma atitude coerente com um costume das camadas subalternas de evitarem ao máximo qualquer contato com as autoridades. Essas atitudes, como já aventado anteriormente, visavam minorar potenciais dificuldades de existência engendradas pelos pressupostos com os quais as autoridades enxergavam essas pessoas. As autoridades e os representantes das camadas senhorias exerciam pressões severas, forçando constantes arranjos de sobrevivência entre a população de cor, pobre e livre, como já se sabe. Assim, era mais seguro passar despercebido entre poderosos locais.

O Estado e as instituições eram hostis em diversas dimensões para com esses segmentos. Assim, as pessoas estavam convencidas de que, uma vez enredadas na malha

⁹⁰ Processo-crime, 04.09.1883, op. cit., fl. 2.

⁹¹ Cf. Maria de Fátima Novaes Pires, “O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1898)”, São Paulo: Annablume, 2003; Maria de Fátima Novaes Pires, “Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima (1860-1920)”, São Paulo: Fapesp, 2009.

desse poder, as chances de escapar sem maiores problemas eram mínimas. A partir de uma situação dessas, o futuro poderia se tornar ainda mais difícil do que o presente em que viviam. Assim, é preciso entender que os grupos subalternos viviam em permanente negociação entre possíveis agravos que a Justiça poderia trazer e o enfrentamento da situação. Desse modo, as tensões cotidianas forjavam relações de poder, assimetrias sociais e resistências ao longo das trajetórias dos sujeitos nas Lavras. A observação de alguns detalhes do testemunho de Athanazio, quando passou a descrever como se voluntariou para chamar a força policial à cena do crime deixou essa perspectiva mais nítida.

O sapateiro afirmou que sua primeira reação, para denunciar o crime, foi buscar pela vizinhança o Inspetor de quarteirão, o que demandou algum tempo. Eu acredito que não foi preciso tanto esforço para achar o Inspetor quanto o depoente quis fazer crer. O Inspetor de quarteirão era um homem público e conhecido em sua vizinhança, desse modo, seus hábitos eram, em certa medida, conhecidos de todos⁹². Athanazio, então, saberia mais ou menos onde poderia encontrá-lo, ou até mesmo a quem recorrer caso sua primeira investida na procura fosse malograda; seria necessário apenas anunciar a portador próprio da necessidade da presença policial que a solicitação chegaria até o Inspetor. Isso não foi o que ocorreu. O proceder de Athanazio revela ações influenciadas pela necessidade de negociar com o poder antes de agir. Assim, em situações como aquela, sujeitos como Athanazio poderiam calcular bem seus atos, de modo a minorar os impactos do contato com as autoridades.

Perguntar onde encontrar o Inspetor, pela vizinhança, era uma estratégia que ajudava a criar um alibi para si. É bem certo que, em sua procura, ele alardeava o ocorrido em sua casa para quem quisesse ouvir. Assim, o caso logo se tornaria “voz geral”, na qual ele figuraria como inocente – pelo menos acredito que assim ele esperava. Com isso, Athanazio satisfazia a curiosidade popular e, ao mesmo tempo, denunciava publicamente a autora esquivando-se de maiores curiosidades sobre sua pessoa. Com isso, ainda geraria, testemunhas em potencial que, ávidas por saber mais, logo chegariam à cena do crime e, desse modo, quando vistas pelo Inspetor, talvez fossem arroladas no inquérito, o que confirmaria a inocência dele e dos demais, fazendo com que ele pudesse retomar sua rotina dias depois sem maiores problemas.

⁹² Sobre a figura do Inspetor de quarteirão Cf. Wellington Barbosa da Silva. “‘Uma autoridade na porta das casas’: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850)”. *Sæculum—Revista de História*, n. 17 (2007), pp. 27-41.

Apesar de tal procedimento, não havia garantias de que a Justiça não se voltaria contra ele. De todo modo, a atitude de Athanzio faz relativizar o poder coercitivo das autoridades nas Lavras. Igor Gomes Santos, em sua tese de doutoramento⁹³ abordou a formação de grupos armados na Bahia durante a primeira metade do século XIX, defendendo que as debilidades administrativas e militares do período contribuíram para a organização dos coletivos de homens pobres, na maioria de cor, que investiram contra a propriedade e a vida dos grupos senhorias no interior da Província. No interm de suas discussões, Igor Gomes considera que sujeitos das camadas mais subalternizadas daquela sociedade eram cômicos da fragilidade do sistema penal baiano, assim, orquestraram ações de enfrentamento direto, fortalecendo seu senso de comunidade e, em contrapartida, enfraquecendo a atuação das autoridades. Evidentemente houve vitórias e derrotas de ambos os lados, todavia, esses apontamentos são necessários aqui para sustentar a ideia de que Athanzio e seus companheiros tinham alguma noção dos limites que poderiam tensionar com suas ações, assim como das brechas da Justiça das quais poderiam se valer.

De todo modo, por causa dessa debandada geral, não há possibilidade de saber mais sobre as outras pessoas citadas no documento. A qualificação dos envolvidos é a fonte principal para caracterizar os sujeitos em um processo criminal. Como sequer passaram por essa etapa, os outros moradores permanecem sem grandes detalhes na narrativa, embora seja previsível que compartilhassem mais que a origem com os que foram ouvidos pelo juiz. Assim, somente três remanescentes oferecem uma visão sobre a situação em que presenciaram.

Quando depuseram, os três depoentes foram uníssomos na descrição do fato e confirmaram a versão apresentada por Emigdio. O processo foi breve, tendo em vista que a fuga de Anna Francisca impossibilitou a inquirição dos fatos, impedindo a exposição do seu ponto de vista sobre a acusação que lhe era imputada. Quinze dias depois do episódio que deu origem ao processo, Emigdio, o agredido, apresentou uma solicitação de exame de sanidade a fim de atestar a insignificância da agressão e anular a formação de culpa de Anna Francisca. O pedido foi deferido pelo juiz e, no dia seguinte, o dito exame confirmou a irrelevância do ferimento. A acusação e o processo foram anulados em 26 de setembro de 1883.

O motivo pelo qual Emigdio procedeu dessa maneira não está explícito no documento. Tanto nesse quanto em outros processos, não consegui encontrar notícias de

⁹³Igor Gomes Santos, “A horda heterogênea: crime e criminalização de “comunidades volantes” na formação da nação, Bahia (1822 – 1853)” (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017)

Anna Francisca, por isso acredito que, depois desse “barulho”, ela seguiu a faina de sua vida e fixou residência em alguma outra parte do interior baiano, acabando com o sentido da perpetuação do processo, que implicaria um prolongamento desnecessário e indesejado da relação entre Emigdio e a Justiça. Há de se aventar também que o ato tenha sido motivado por alguma esperança de reconstrução do romance, mas isso, evidentemente não passam de suposições, que embora plausíveis, não podem ser provadas. De todo modo, acredito que a fuga inquestionada foi impulsionada por algum grau de certeza de que a vida poderia ser refeita em outro espaço, com o apoio de outros companheiros. Nesse quesito, vale trazer à baila algumas considerações de Igor Gomes, quando propõe que as fugas em companhia de sujeitos em semelhante condições expressavam a capacidade associativa e de ajuda mútua desses indivíduos⁹⁴. Diante disso, pode-se considerar que criar meios de subsistir era a marca da vida de mulheres como Anna Francisca. Possivelmente, essa não era a primeira vez que ela tinha feito isso, demonstrando a capacidade de pessoas como de se adaptar às condições que encontravam pelos sertões da Bahia.

Negras, migrantes, pobres, livres e responsáveis por si mesmas, Anna Francisca dos Santos, Maria Ritta de Jesus e Maria da Conceição de Carvalho representavam a mulher-média que vivia em Lençóis naquele tempo. Conviviam com as dificuldades impostas pelas relações de poder masculino e senhorial, mas suas atitudes no caso demonstram que esse segmento não estava inerte diante da opressão que sofria. Revidaram, cada uma a seu modo, às afrontas e ameaças que sofreram. A relação delas com seus parceiros de casa decerto apresentava tensões diárias com base nas diferenças entre homens e mulheres. Isso leva a crer que a luta delas era, do mesmo, modo, cotidiana e o evento da noite de 03 de setembro representa apenas o ápice dos retesamentos do poder naquela esfera. Com essas considerações, fica evidente que o poder masculino estava longe de ser privilégio dos homens das camadas senhoriais, mas antes atravessava as camadas sociais, o que se tornava uma ameaça para mulheres em diferentes sentidos. Como destacam alguns estudiosos do período, o poder masculino, embora estivesse espreado, pela sociedade, carregava consigo as características de controle próprias da dominação senhorial, baseada na violência, no medo e no silenciamento daqueles a que subjugava.⁹⁵. Assim, mesmo os homens de camadas mais baixas assumiam posturas de

⁹⁴ Santos, “A horda heterogênea”

⁹⁵ Sobre a opressão de mulheres negras no século XIX Cf. Sandra Lauderdale Graham, *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, São Paulo, Companhia das letras, 1992;

prevalência sobre as mulheres pobres, de cor, apesar de compartilharem agruras no dia a dia.

Nesse sentido, uma das estratégias de resistência que essas mulheres desenvolveram foi a negociação tácita. A necessidade das três arroladas no processo de dividir uma casa com homens, com os quais não tinham parentesco, reforça essa perspectiva. Estar entre tais sujeitos, apesar das tensões, era providencial por diferentes motivos. Primeiramente, garantia pelos menos um lugar onde morar. Para as mulheres recém-chegadas à Chapada Nova, não era fácil alugar ou comprar uma casa. A pobreza em que se encontravam não permitia o pagamento das quantias solicitadas no aquecido mercado de habitação em Lençóis. Assim, além de assegurar um abrigo, o compartilhamento de residências amenizava a virulência da pobreza e evitava que fossem forçadas a viver mendigando pelas ruas.

A falta de referências pessoais também não ajudava na hora de conseguir uma casa. Pairava sobre as pessoas itinerantes uma desconfiança de viverem da criminalidade e da tentativa de ocultação de seus delitos em cidades do interior da Bahia, como aponta Walter Fraga Filho⁹⁶. Desse modo, criar laços ajudava a atenuar as desconfianças que um possível locador tivesse, pois aumentava suas garantias de ter seus interesses pecuniários assegurados.

Entretanto, as referências pessoais tinham usos bem mais amplos do que esse. Ter quem pudesse atestar a identidade e a conduta, naquela sociedade, era fundamental para essas mulheres. Boas referências poderiam ajudá-las também a conseguir um emprego ou crédito, livrar-se de eventuais problemas com a Justiça e ter testemunhas do estado da condição de livre, caso fosse necessário prová-lo. Isso gerava uma segurança pessoal e, conscientes disso, algumas mulheres compartilharam lares, pelo menos até o momento em que pudessem ter uma vida mais estável.

As mulheres que viviam na mesma casa que Emigdio e Anna Francisca sabiam do valor de relações dessa natureza. Assim, atender à convocação da Justiça para significava assumir um risco calculado, assim como o de Athanazio, para que pudessem dar

Sandra Lauderdale Graham, *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005; Adriana Dantas Reis Alves, “As mulheres negras por cima, o caso de Luzia Jeje: escravidão, família e mobilidade social-Bahia, c. 1780–c. 1830” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2010).

⁹⁶ Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996, pp. 87- 90.

continuidade aos projetos que, ali, começaram. Para isso, se valeram de seus álibis, o que afastou as desconfianças de participação no crime.

Estar entre homens em semelhante condição socioeconômica era uma estratégia contra ameaças explícitas e implícitas não somente das autoridades. Acredito que essa situação era bem compreendida para Anna Francisca, Maria Ritta e Maria da Conceição, e que elas fizeram isso não sem saber dos riscos, mas entendendo que poderiam ser beneficiadas, em alguma medida, pela companhia de sete homens com os quais não tinham parentesco. Por si, essa já era uma condição suficiente para que elas fossem enquadradas no rol das mulheres de honra questionável, seja pelas autoridades, seja pelos mais zelosos da moralidade, mas não creio que essas eram questões que chegavam a preocupar essas personagens.

Para os pobres, os valores da moralidade branca, cristã e senhorial tinham pouca relevância. Sobreviver era mais importante e, para isso, essas mulheres precisavam contar com a mínima proteção que a presença masculina poderia fornecer a elas e à casa em que viviam. Em suma, em prol da sua própria segurança, desenvolveram a estratégia de uso da força e deferência social masculina, ainda que mínima, para remediar alguma eventual urgência na vida. Nesse contexto, é evidente que as mulheres pobres precisavam ser inventivas nos seus meios de vida e nas formas de resistir às pressões naquela sociedade.

A capacidade de reunir uma rede de solidariedade com homens que pudessem ajudá-las de algum modo era uma das estratégias de negociação fundamentais das mulheres nas Lavras. Quando estavam por si, sem a suposta tutela masculina, a fragilidade da vida ganhava outras proporções, não porque fossem vítimas eventuais, mas porque as mulheres eram permanentemente atingidas pelas precariedades de uma sociedade intrinsecamente misógina.

Nesse sentido, é preciso entender que a exposição a esses males era sensível independente de uma violência direta e claramente identificável. Isso era notável também através da omissão de qualquer assistência e de uma invisibilidade social que subestimava a existência dessas mulheres. Tal concepção, veio à tona quando encontrei um processo-crime que envolvia três mulheres em um caso de agressões ocorrido na Povoação do Barro Branco na tarde de 1º de abril de 1883.

Joanna Francisca de Oliveira e Maria Zigue-Zigue dividam em harmonia uma casa no entorno do garimpo do Barro Branco. Entretanto, uma briga – mal esclarecida no inquérito policial – pôs fim à amizade que já durava muitos anos. A cena do

desentendimento, na qual apareceu ainda Maria Branquinha, foi narrada da seguinte maneira pelo promotor do caso:

No dia 1º do corrente mez [abril de 1883] das 5 para as 6 horas da tarde na Povoação do Barro branco deste Termo, as denunciadas Maria Zigue e Maria Branquinha agredirão a offendida Joanna Francisca de Oliveira travando-se a primeira denunciada com a dita Joanna uma luta de sangue em que se acharão ellas armadas de faca e punhal nao tendo se verificado na luta a morte da offendida, por que forão as denunciadas obstadas pelo Cidadão Manoel José de Carvalho, que immediatamente se apresentou e prendeo-as em flagrante, tomando conta depois das prezas o respectivo Inspector de Quarteirão que fôra logo chamado pelo dito Carvalho, o qual com custo conseguiu desarmar a Maria Zigue, não podendo desarmar a Maria Branquinha por não haver quem o auxiliasse no acto da dita prizão; sahindo a referida aggredda Joana ferida gravemente com diversas punhaladas dadas pela mencionada Maria Zigue e também ferida esta. (sic)⁹⁷

Sobre o motivo da briga, as testemunhas interrogadas afirmaram nada saber. Todavia, foram unânimes em dizer que Joanna e as Marias, Zigue-Zigue e Branquinha se davam muito bem e que, naquele mesmo dia, mais cedo, estavam bebendo "caxaça" na venda de Antônio Ferreira Leite. Ainda segundo os relatos das testemunhas, a confusão começou na dita venda e seguiu para a rua, na qual muitos homens assistiram a briga, sem que tomassem qualquer iniciativa para apartá-la, exceto Manoel de Carvalho, que certamente foi movido por alguma relação prévia com as autoridades.

A narrativa do Promotor acrescida de informações do interrogatório da vítima corrobora com a ideia da invisibilidade social dessas mulheres. Segundo Joanna, a briga começou quando Zigue-Zigue a teria mandando deixar a casa em que ambas viviam, mesmo ela argumentando que também pagava o aluguel do dito imóvel. Contrariada com a negativa, Maria Zigue-Zigue partiu para cima dela a fim de agredi-la, contra o que ela revidou com bofetadas para se defender. Maria Branquinha, conhecida de ambas e que não vivia na mesma casa, vendo a altercação, apressou-se para apartar as duas. Contudo, para Joanna ela não o fez por caridade ou interesse de pôr fim às ofensas, mas para ajudar Zigue-Zigue a espancá-la, por motivo que desconhecia, haja vista que ambas se davam bem.

A cena, como já se sabe, só foi obstada quando Manoel José de Carvalho tomou iniciativa para tal e após a chegada do Inspetor de quarteirão. Esse caso, que

⁹⁷Processo-crime, 01.04.1883, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Homicídio, estante 05, caixa 189, documento 07.

aparentemente trata-se de questões pessoais, ilustra a situação de como eram tratadas as mulheres que viviam por conta própria. Percebe-se, nesse caso, o desinteresse pelas questões femininas quando analisamos que a confusão ocorreu em um local público, testemunhado por mais de um homem e, mesmo assim, não houve interferência masculina para mediar o conflito. Esperar Maria Branquinha intervir demonstra que, naquele lugar, estava com as mulheres a responsabilidade de solucionar os problemas do seu universo, sem que muita ajuda fosse oferecida.

O posicionamento dos presentes na venda de Antônio Leite não era somente o de fingir não ver a desavença entre aquelas mulheres, mas pode também ser analisado como uma desconsideração das questões daquelas mulheres por conta de suas condições sociais. A partir disso, é possível pensar em uma seletividade social que tornava essas mulheres invisíveis. Tal concepção pode ser associada a noção de desclassificação social forjada por Laura de Mello e Souza⁹⁸, no início da década de 1980, para explicar as experiências de trabalhadores pobres e livres que viveram nas Minas Gerais no século XVIII. A historiadora diz que esses sujeitos, por conta dos elementos condicionantes de suas vidas, não conseguiam se inserir naquela sociedade. Para ela, esse conceito não pode ser confundido com o de marginalidade, ou seja, quando o sujeito está inserido no todo social, ainda que na margem. Quanto aos desclassificados não se pode dizer o mesmo, pois numa sociedade marcada pela definição de duas classes antagônicas, a dos senhores e a dos escravos, esses sujeitos flutuavam no espaço entre esses dois extremos sem uma definição clara de quem eram e de qual local ocupavam nela. A realidade tratada por Mello e Souza é bem diferente daquela encontrada em Lençóis na segunda metade do século XIX, mas ainda assim suas assertivas são úteis para entender o lugar para o qual as mulheres eram empurradas na Chapada Nova.

No ambiente das Lavras baianas, o antagonismo senhor/escravo havia dado lugar a políticas de precarização da vida do trabalhador de cor, livre e pobre herdeiras da escravidão. Apesar dessa ligação, tinham suas peculiaridades, haja vista o crescente de liberdade verificado entre a população local, demonstrando que esses sujeitos já não se encontravam mais em um vazio social – embora eu tenda a acreditar que ainda não tinham lugares bem definidos naquela sociedade, uma vez que o sistema de coerção escravista se perpetuava mesmo diante da falência material da instituição. Todavia, um antagonismo semelhante àquele tradicional nas relações escravistas se insinuava em relação a

⁹⁸ Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 4. ed, Rio de Janeiro, Graal, 2004, pp. 87-95.

homens/mulheres. Por isso, é preciso entender que a ideia de invisibilidade social das mulheres depende da perspectiva da desclassificação social, na medida em que uma exclusão se baseava nas divisões de sexo, de raça e de uma série de outras questões combinadas, próprias do contexto da segunda metade do século XIX.

Assim, como nas relações entre senhores e seus escravos, os homens assumiam uma autoridade validada socialmente no trato com as mulheres. A ética da valentia, que orientava a conduta de alguns sujeitos que circulavam entre as camadas mais baixas da sociedade lençoisense se perpetuava através de uma violência simbólica e física direta contra as mulheres. As agressões físicas eram um risco iminente, sobretudo para aquelas que precisavam circular com certa frequência nas ruas de Lençóis. A omissão pública às questões femininas também contribuía para isso, garantindo certa impunidade aos agressores, como considereí mais acima.

Mesmo nas situações em que os ataques eram notórios e sublinhados por motivos frívolos, a Justiça permanecia apegada às assimetrias sociais dos sexos. Isso afiançava a conduta masculina e impulsionava, de algum modo, o ciclo da violência. Como já citado mais acima, mulheres e homens das camadas mais baixas formavam alianças para apoiarem-se, todavia, isso não era o suficiente para anular a capacidade coercitiva do poder masculino que circulava também entre os grupos subalternos, capazes de ameaçar as agências femininas em alguns casos. Dentre diversas situações possíveis presentes nos fundos arquivísticos consultados, o que resultou no processo-crime de ofensa envolvendo Pedro Antônio de Souza Muritiba e Josefa Maria da Conceição traz indicativos dessa possibilidade.

Em junho de 1870, Josefa da Conceição procurou a Justiça para acusar Pedro Antônio de tê-la surrado publicamente⁹⁹. Segundo a queixa formulada pela Promotoria, na tarde de 30 de maio daquele ano, no meio da Rua São Félix, na cidade dos Lençóis, o acusado chicoteou, violentamente, a vítima à vista de todos, sem nenhum pudor. Em sua redação, o promotor ressaltou que as "sevícias" ocorreram "sem que d'esse a Supp^e o menor motivo". A voz pública, ouvida em juízo através das testemunhas, abonou essa visão.

Segundo os depoentes, Josefa Maria, apesar de seu estado de pobreza, não costumava entrar em confusões. Ela era uma mulher miserável, que mendigava pelas ruas da cidade para sobreviver e, quando conseguia algum dinheiro, não se furtava de consumir

⁹⁹ Processo-crime, 01.06.1870, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Ofensas, estante 04, caixa 130, documento 07.

aguardente em uma das muitas vendas que havia abertas por ali – talvez como único meio de aliviar o sofrimento de uma vida em tais condições. Quando o total das esmolas permitia uma bebedeira, falava alto em público sem lesar moralmente ninguém, incomodando somente o silêncio, conforme afirmaram, unanimemente, as testemunhas. Em um desses momentos de euforia, Josefa encontrou Pedro Antônio indisposto. Isso foi uma infelicidade para ela e uma oportunidade para ele revigorar o poder masculino com o qual estava investido. O Capitão João José Pinto de Souza, uma das testemunhas arroladas no processo, descreveu a cena do encontro da seguinte forma:

[...] o Reo Pedro Muritiba chegava da feira na porta de sua caza de morada alli, em occazião em que a offendida Josefa estava gritando falando muito - umas rezas e outras couzas que ella costuma falar quando bebe, e elle Reo Pedro foi dizendo para ella as seguintes palavras = hoje não estou bom e nem quero ver conversas =, ao que ella Josefa respondeu-lhe = eu não estou em sua porta = e elle Reo Pedro replicou-lhe dizendo a ella = se continuar a fallar vou lhe meter o chicote = e como ela continuou a fallar, elle Reo lançou-se sobre ella Josefa - que já estava na porta da caza de uma crioula alli moradôra - cujo nome ignora, e com o chicote dêo muitas xicotadas na dita Josefa, e nesse interi os caxôrrs entrão a gritar com o allarme das xicotadas na dita Josefa, e elle Reo Pedro - põe-se a dar nos caxôrrs, e depois disto ainda de nôvo lançou-se sobre a offendida Josefa e pegando-a pela perna deo-lhe segunda vez muitas chicotadas - com uma furia espantosa publicamente como elle testimunha vio e como virão as de mais testimunhas (sic)¹⁰⁰.

O Capitão concordou com as outras testemunhas quanto ao costume de Josefa falar alto pelas ruas quando bebia e confirmou que, mesmo nesses momentos, a vítima não causava nenhuma ofensa direta aos moradores de Lençóis. Todavia, o detalhamento da cena do crime é único, contrastando com a superficialidade dos demais testemunhos. Ocupar uma posição na pirâmide social mais privilegiada em relação ao réu e aos demais envolvidos no processo certamente afiançou José Pinto de Souza a delatar um negociante como Pedro Antônio com tantos detalhes.

Além disso, a envergadura social do Capitão era motivo suficiente para o escrivão se concentrar na transcrição de sua fala, e seu testemunho ganhar maior relevância no processo. Assim, as respostas do júri deveriam ser produzidas no fiel da balança da justiça que, de um lado equilibrava o peso do patriarcalismo e favorecia Pedro Antônio e, do

¹⁰⁰ Processo-crime, 01.06.1870, op. cit., fl. 12.

outro, tinha o contrapeso das declarações de José Pinto de Souza que deixavam uma margem mínima para a argumentação em defesa do indiciado.

A decisão final do júri buscou o equilíbrio entre esses dois pesos que se esboçou. O corpo de jurados oscilou nas suas respostas. Algumas das afirmações produzidas foram incongruentes em relação às provas e às declarações apresentadas ao longo dos dois anos pelos quais o processo se arrastou. Na leitura do corpo de resposta dos jurados, por exemplo, evidencia-se, explicitamente, a supremacia masculina quando do favorecimento a Pedro Antônio. Ao ser perguntado aos dez jurados se Pedro Antônio era responsável pelo crime, todos responderam afirmativamente, no entanto, Joana não foi contemplada nesse questionamento, pois a lógica patriarcal prevaleceu. Nesse sentido, ficou claro que a distinção social de José Pinto de Souza favoreceu ao julgamento do processo.

No decorrer do auto, quando inquirido se os "ferimentos e contusões produzirão na paciente grave incomodo de saude", nove dos dez jurados respondentes disseram que não. Essa negação quase unânime acerca do "incomodo" produzido pelas ofensas ignorou a "furia espantoza" com que os ferimentos foram produzidos, reafirmando mais uma vez o pouco interesse dessa sociedade em atender às demandas femininas. A gravidade dos ferimentos foi atestada pelos peritos no exame de corpo de delito anexado ao processo e lembrada pelo Capitão José Pinto de Souza quando do seu testemunho. O laudo da perícia demonstra a desconsideração dos jurados diante da violência masculina sobre as mulheres.

Passaram os peritos a fazer os exames e investigações ordenadas e os que julgarão necessarios, e concluidos os quais declararam o seguinte.
- Que examinanda a pessoa de Josefa Maria da Conceição, cabra, de trinta annos de idade - mais ou menos, encontrão nas costas da dita offendida varias e fortes contuzões - com côr denegrida em uns pontos, e em outros vermêlho, e outros rôxo, algumas escoriações, havendo mesmo junto a espinha dorçal ferimento leve da pelle; achando-se toda essa situação descripta inchada, como se notava desde a ultima costella do lado esquerdo - subindo transversalmente - até quasi o hombro direito, e n'este do lado anterior a superior do braço - junto ao mesmo hombro, varias contuzões bem salientes de côr denegrida; na mama direita, sobre esta, treis fortes contuzões de cor denegrida; e no rosto do lado inferior e direito do queixo - um ferimento de uma pollegada de comprimento e meia de largura - interessando somente a pelle, - deixando bem ver-se que forão produzidas - as offensas e ferimentos descriptos - por instrumento contundente e que outro não foi se não o chicote ou latego de igual qualidade. (sic)¹⁰¹

¹⁰¹ Processo-crime, 01.06.1870, op. cit., fl. 4.

Essa descrição das ofensas não foi a única parte do exame de corpo e delito que os jurados obliteraram ao responder a segunda questão. Na continuação do exame, os peritos afirmaram, categoricamente, que as sevícias haviam produzido "grave incomodo" à saúde de Josefa. Acrescentaram ainda que, embora a vítima apresentasse um quadro sem mutilações, deformidades, inabilitações e que pudesse se curar em poucos dias, era possível que o quadro dela fosse mais grave do que se aparentava, pois a maioria dos golpes atingiu a região dorsal, podendo, dessa forma, ter prejudicado os rins.

Ainda assim, esse relatório não foi suficiente para convencer os jurados da culpa de Pedro Antônio. Oito jurados afirmaram que o réu não usou instrumento aviltante e que também não havia nenhuma circunstância agravante. Por unanimidade os jurados disseram que ele não teve a intenção de causar algum dano à vítima, mesmo a defesa de Josefa alegando que ela não costumava perturbar ninguém nas suas bebedeiras e de que o réu a tinha espancado sem motivo aparente. Nesse ínterim, Pedro Antônio foi inocentado das acusações, tendo votações que o agraciavam com grande vantagem sobre a vítima.

Essa última votação é incompatível tanto com a legislação vigente no período quanto com as disposições do artigo seguinte. O Código Criminal do Império, no qual as acusações e as penas propostas do processo em questão se baseavam, rezava no Art. 1, § 6º, que "Haver no delinquente superioridade em sexo, forças, ou armas, de maneira que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellar a offensa"¹⁰² era uma circunstância agravante do crime. Não obstante, ao ser perguntado se tais condições foram observadas no caso, o júri, em sua totalidade, respondeu afirmativamente.

Para má sorte da vítima, oito jurados entenderam que o réu foi provocado, e concluíram que ela era responsável pelas agressões que recebeu. Essa era uma circunstância atenuante de acordo com o Art. 18, § 8 do Código Criminal. Desse modo, a inocência de Pedro Antônio pôde ser garantida pela Justiça, ao passo que, Josefa permaneceu desassistida, sem receber do réu, sequer o valor da multa de 40\$000 estipulados pelos peritos, dois anos antes da sentença.

Toda essa situação demonstra a convivência do Estado com o sistema patriarcal vigente na época. A violência, institucionalizada, contra a mulher forçaram-na a

¹⁰² Brasil, "Codigo Criminal do Imperio do Brazil, Lei de 16 de dezembro de 1830", <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>, acessado em 08.05.2017.

permanecer em silêncio diante das agressões que recebiam. As mulheres preferiam continuar no anonimato, mesmo sabendo que não eram culpadas da violência que sofriam. O silêncio, dessa forma, se tornava um aliado dessas mulheres que, em alguns casos, como por exemplo de violência sexual, poderiam correr risco de morte caso denunciasse o agressor, conforme será discutido na próxima sessão.

2.2 QUESTÕES DE HONRA

Entre os processos-crime que analisei estão alguns defloramentos. Como vítimas de abusos, aparecem normalmente, nos processos, as meninas em tenra idade logo após completarem 12 anos. A pobreza em que essas meninas viviam, atrelada à questão da cor, acentuava a virulência desses episódios para elas, sobretudo na vida que se seguia após uma eventual querela judicial. Sobre esse assunto, Sueann Caulfield¹⁰³ aponta que, os casos de defloramento que chegaram até a Justiça entre o final do século XIX e início do XX eram, majoritariamente, de mulheres pobres reclamando reparação para sua honra.

Para melhor compreender sobre a honra reclamada nesses processos, consideremos os estudos de Caulfield acerca desse tema. A autora se debruçou sobre a realidade do Rio de Janeiro, o centro urbano que concentrava um dos complexos populacionais mais amplo no período de transição do Império para a República. O viés explicativo da realidade das mulheres defloradas no Rio de Janeiro, um ambiente diverso daquele encontrado em Lençóis na segunda metade do século XIX, dificilmente se aproximaria da realidade observada na Chapada Diamantina. Essa perspectiva vem sendo utilizada em uma escala considerável nos estudos sobre as mulheres, todavia não quero seguir, aqui, essa tendência, uma vez que entendo que o contraste entre as conjunturas locais requisite uma interpretação dos significados que a honra reclamada tinha nesses espaços, demonstrando vivências femininas mais dinâmicas e diversificadas.

Acredito que a maioria das mulheres que denunciava um defloramento em Lençóis não estava interessada em honradez ou reparação social. Evidentemente, não se pode descartar a existência de uma ou outra que o fizessem por esses motivos, mas não creio que esse tenha sido um anseio comum a todas as mulheres que sofreram abuso nessa época. É preciso considerar que a autora de um processo de defloramento, caso fosse uma mulher pobre e negra, pouco teria sua vida melhorada, mesmo diante de uma sentença

¹⁰³ Sueann Caulfield. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940), Campinas, UNICAMP, 2000.

favorável. Elas já eram intimidadas pela violência institucional sob a forma de suspeição da qual já se falou anteriormente e, seguramente, após o conhecimento público do crime, seriam mais desvalorizadas. Por isso, é mais plausível que a vida dessas mulheres não tivesse nenhum melhoramento após o julgamento do caso.

A hostilidade da Justiça perante as diferenças entre as noções de honra das mulheres pobres era tomada como base para rechaçar os modos de vida dessas pessoas. Quando chegavam diante do juiz, elas eram vistas como criaturas de conduta reprovável. Desse modo, acredito que quando essas mulheres buscavam a Justiça, o faziam no bojo de suas ações calculadas a fim de encontrar qualquer atenuante para uma vida já precária, ou fariam isso para tentar se vingar dos agressores.

Nesse contexto, as mulheres pobres viviam com a suposição da desonra, por isso as chances de vitória, nesses processos, eram reduzidas. Para conseguir algum sucesso em processo de defloramento estavam conscientes de que precisavam convencer as autoridades de que tinham uma conduta irrepreensível aos olhos da sociedade. Nesse sentido, preciso retornar às considerações de Caulfield¹⁰⁴, no que tange ao tratamento a respeito dos procedimentos da Justiça. Em seus estudos, a autora defende que os processos balizados pelo Código Criminal de 1830 tinham uma tônica que tentava imputar às vítimas a culpa pelos maus que haviam sofrido. Construía-se, nos processos, diferentes linhas argumentativas a fim de provar que a conduta pública das mulheres era reprovável e, desse modo, demonstrar que não mereciam amparo ou ressarcimento por parte da Justiça nos casos de defloramento. Nesse sentido, a honra da ofendida era, paulatinamente, atacada com argumentos que desvalorizavam a virtude pessoal e pública da mulher. Na leitura dos processos, observei que tal conduta argumentativa também era comum em Lençóis.

O caso de Rosana Pereira do Nascimento é um dos exemplos de uma menina que após ser deflorada sentiu o peso da misoginia da Justiça em Lençóis¹⁰⁵. Em 1867, quando procurou a justiça a fim de pedir reparação por ter sido violentada por Jusselino Rodrigues Nepomuceno, feitor dos escravos de Isaac Benjamin, Rosana teve sua conduta pessoal esmiuçada em favor da inocência do acusado. No processo, nada foi questionado acerca do comportamento público do feitor. No entanto, o cerne das inquisições às testemunhas

¹⁰⁴ Caulfield, Em defesa da honra.

¹⁰⁵ Processo-crime, 17.04.1867, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Defloramento, estante 04, caixa 41, documento 18.

procedeu-se sobre a comprovação da honestidade da menina, de quatorze anos, bem como a falta de cautela com a qual deveria ser criada pela família.

A denúncia do crime foi feita por Maximiana Moreira Alves do Nascimento, mãe de Rosana. O Promotor público, a partir disso, formulou a queixa crime, ressaltando valores morais a favor das queixosas, dizendo:

Hontem p^{las} 8 horas da noite do dia 25 do corr^e [abril de 1867] desaparecêra de sua casa, sua filha Rosana Per^a do Nascimet^o menor de quatorze annos, q^e em companhia da Supp^e vivia honestam^e e guardada de sua virgin^{de}, e a vóz publica culpou como author do crime ao dito Jusselino.(sic)¹⁰⁶

Recebida a queixa, foi instaurado o inquérito para a apuração dos fatos. Ao todo, foram arroladas cinco testemunhas que deveriam, além de apontar o que sabiam sobre o defloramento, dar conta de como se portava, diariamente, a "ofendida". Em suas declarações, todos foram unânimes quanto à honestidade e recato com que viviam Maximiana e Rosana. Todavia, a notoriedade pública desse proceder não fora o suficiente para convencer Manoel Ribeiro do Espírito Santo, uma das testemunhas.

Depois do fato ocorrido, Rosana, por vergonha de sua mãe, buscou abrigo na casa de uma vizinha conhecida como Carolina Ferreira. Algumas pessoas foram visitá-la, inclusive Manoel Ribeiro. Nas conversas sobre o crime, especulavam-se acerca da virgindade da vítima. Nem todos acreditavam que teria sido Jusselino o primeiro parceiro da moça, mas, em juízo, Manoel Ribeiro foi o único que manifestou tal desconfiança. Segundo ele, no dia em que foi à casa de Carolina, perguntou a Rosana se ela não "tinha conhecido homem nenhum" antes do acusado. Tal questionamento, mesmo tendo a resposta negativa da vítima que não havia conhecido homem algum, demonstrando explicitamente a desconfiança que pairava sobre pessoas como ela.

Declarações como as de Manoel foram fundamentais para o desfecho da investigação. Jusselino foi condenado à prisão com base no artigo 219 do Código Criminal do Império, embora esse dispositivo não previsse esse tipo de pena¹⁰⁷. Se o dito Código fosse cumprido à risca, a pena deveria ser o degredo para fora da Comarca por até três anos ou a obrigação do casamento, o que não ocorreu. Do mesmo modo nenhuma indenização foi exigida. Essas incongruências revelam mais uma vez o descaso com o

¹⁰⁶ Processo-crime, 05.02.1879, op. cit., fl. 2.

¹⁰⁷ Brasil, "Codigo Criminal do Imperio do Brazil"

qual os casos femininos eram tratados pela Justiça local, e insinua que mesmo a pena peculiar não seria cumprida. Esse desfecho reafirmou a violência institucional à qual as mulheres estavam expostas ali.

No sentido da afirmação ou negação da honra, pouco se buscava extrair das mulheres que conheciam as vítimas. Nesse caso, apenas Ursulina da Silva Amorim foi arrolada como testemunha, pois forneceu mais detalhes sobre a vida da moça, além de maior conhecimento de como o encontro entre Rosana e Jusselino aconteceu. Contudo, isso não foi suficiente para que outras mulheres de sua classe, como por exemplo Carolina que dera abrigo à deflorada, fossem intimadas.

Esse procedimento reafirma a inclinação da Justiça imperial em manter a ordem patriarcal. Maria de Fátima Novaes Pires¹⁰⁸, ao analisar o desenvolvimento de situações judiciais que envolviam escravos e libertos no alto sertão da Bahia durante o século XIX, percebeu que era claro o interesse da Justiça em assegurar a ordem social escravocrata. Por analogia, é possível notar que a prevalência da voz masculina nos autos, do mesmo modo, reforça a noção de esforços para manter as mulheres como personagens menos favorecidas no âmbito sociopolítico local.

Os elementos condicionantes das experiências femininas que venho apontando até aqui requisitavam das mulheres inventividade para subsistir. A sobrevivência, nesse sentido, envolvia a capacidade de desenvolver meios de sustento próprio se esquivando dos elementos coercitivos a que estavam submetidas. Para isso, o trabalho era uma das principais alternativas, pois esse se constituiu um campo fundamental para as experiências de liberdade e um caminho para eventuais ganhos na hierarquia social, como apontam alguns historiadores dedicados ao estudo do tema.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO

Eric Foner¹⁰⁹ e Rebecca Scott¹¹⁰, ao estudarem algumas questões relativas à liberdade no Caribe entre os séculos XVIII e XIX, observaram que a independência na hora de escolher com o que se ocupar e na organização da rotina de trabalho era entendida, pela população livre das colônias caribenhas, como um meio de efetivação de liberdade

¹⁰⁸ Pires, O crime na cor.

¹⁰⁹ Eric Foner, Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988;

¹¹⁰ Rebecca J. Scott, Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899. Rop de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

e de ascensão social. Para esses sujeitos, isso significava não só o fim dos laços de dependência que os submetiam à autoridade senhorial, como também possibilitava alguma autonomia econômica. Esses apontamentos, embora talhados em uma realidade distinta da brasileira e, principalmente, da lençoisense, são importantes para entender a relação entre o trabalho e a liberdade, fornecendo-nos algumas ponderações quanto ao trabalho feminino.

Em Lençóis, era através das próprias agências no campo do trabalho que as mulheres definiam seus meios de vida. Do mesmo modo, forjavam experiências com certa autonomia, vivenciando diferentes graus de liberdade tanto do cativo quanto das amarras do poder masculino. Para alcançar a forma de vida que desejavam, essas mulheres utilizaram o trabalho como caminho para fugir da pobreza, das contingências de cor, da força da escravidão e da misoginia que, combinadas, geravam uma dinâmica de precarização de suas vidas. Assim, o trabalho era uma forma de resistir às pressões daquela sociedade, o que era, nesse contexto, uma tarefa um tanto difícil.

As forças limitadoras das agências femininas geravam barreiras diversas. O cerceamento do espaço de trabalho, baixos rendimentos, ameaças de escravização ilegal e condições de trabalho acarretavam potenciais danos às expectativas de vida, liberdade e de ascensão social. Todavia, para sobreviver nas Lavras, era preciso enfrentar tudo isso para, quiçá, alcançar a “boa sorte”. Em um estudo sobre trabalhadores em busca de sua liberdade na província de São Paulo durante o século XIX, Marília Bueno de Araújo Ariza¹¹¹ aponta que, apesar das condições precárias que os sujeitos libertandos ou livres pobres encontravam ao longo das Américas coloniais, era uma conquista entrar no mercado de trabalho livre e fundamental manter-se ativo nele, pois esse era um meio importante para conquista e efetivação da liberdade.

Isso aponta que as pessoas eram zelosas de seus trabalhos e da sua capacidade de se empregar em ofícios de acordo com a própria vontade, na medida em que era possível escolher. A dinâmica de sobreposição de atividades – inclusive conservada entre as mais ricas, conforme tratarei nos próximos capítulos – e a permanência disso ao longo da vida das mulheres lençoisenses, reforçam a perspectiva de que elas eram ciosas de seus trabalhos, certamente porque eram conscientes de que assim poderiam dissimular o poder que as oprimia.

¹¹¹ Marília Bueno de Araújo Ariza, *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)*, São Paulo, Alameda, 2014

Em *Egressos do cativo*, Roberto Guedes¹¹² ensejou um debate acerca da visão do universo do trabalho entre escravizados e libertos que ajuda a entender a relevância de trabalhar para as mulheres livres lavristas. Em sua discussão, Guedes concluiu que, ao contrário do que fazia crer a historiografia considerada tradicional, especialmente a de Caio Prado Júnior, o trabalho era percebido como uma coisa positiva entre esses sujeitos, refutando a ideia de que os emancipados e livres buscariam a ociosidade típica dos senhores que enxergavam as ocupações braçais com menoscabo. O trabalho era valorizado pelos indivíduos desde o cativo e durante a vida emancipada, uma vez que se constituía principal via de mobilidade sócio racial, coadunando com as perspectivas de Foner e Scott que apresentei mais acima.

Para as mulheres, trabalhar era uma tarefa que solicitava a capacidade de jogar com as forças que condicionavam suas existências. Assim, por vezes elas davam novos significados a nuances do poder que as oprimia. Ao se dedicarem às atividades das mais diversas em Lençóis, as mulheres ocuparam espaços que eram ditos tradicionais de seu sexo, mas também se valeram de esquemas em que manipularam as forças de submissão e subserviência para acessar espaços com menos dificuldades. A própria invisibilidade com que eram tratadas naquela sociedade poderia contribuir para isso. Desse modo, as mulheres precisavam dissimular a submissão, agindo com tenuidade para garantirem sua autonomia e escaparem do jugo de estarem submetidas ao poder masculino e senhorial.

Essa concepção é sustentada pelas proposições de alguns dos historiadores da realidade brasileira do século XIX. Camillia Cowling¹¹³, em artigo sobre a contribuição das mulheres para a emancipação escrava no Brasil e em Cuba, descreve a agência feminina, que também envolvia o mundo do trabalho, como silenciosa, e em razão disso, menos captada pelos aparelhos de vigilância social. Ao contrário dos homens, elas se envolviam pouco em ações criminalizadas e investiam na sutileza de práticas menos ruidosas, para resistir aos condicionantes de suas vidas. Carlos Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes¹¹⁴ descreveram o contexto de mulheres quitandeiras no Rio de Janeiro através de um prisma semelhante. Para esses autores, as mulheres tendiam a resolver suas

¹¹² Roberto Guedes, *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850), Rio de Janeiro, Mauad X/Faperj, 2008, pp. 120 – 5.

¹¹³ Camillia Cowling, “Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870–1888”, in Douglas Cole Libby; Júnia Ferreira Furtado (orgs.), *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX* (São Paulo, Annablume, 2006).

¹¹⁴ Carlos Eugênio Líbano Soares; Flávio dos Santos Gomes, “‘Dizem as Quitandeiras...’: Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”, *Acervo*, v. 15, n. 2 jul-dez, (2011), pp. 3-16.

querelas sem a interferência das autoridades e só o faziam em situações extremas, o que colaborou para que alcançassem certa independência em suas vivências.

Esse modo de agir era típico das mulheres cativas e livres que, no contexto do período, aprenderam que a negociação tácita, muitas vezes com ares dissimulados de sujeição, era uma estratégia útil para conseguir algum benefício. Assim, o universo da escravidão funcionava era permeado de pressões limitadoras, mas também serviu como espaço pedagógico das formas de existência no mundo do trabalho livre. Seria equivocado pensar que as pressões do poder masculino e senhorial – que o mundo trabalho livre herdou – eram suficientes para silenciar as mulheres trabalhadoras. Considerar tal perspectiva significaria supervalorizar a opressão e reiterar a abordagem silenciadora da agência feminina no tempo. Em lugar de tal tratamento, é preferível assumir que as mulheres, seja apesar ou a partir dessa opressão, desenvolveram múltiplas estratégias de sobrevivência, pois aprenderam jogar com as questões que permeavam seu cotidiano¹¹⁵.

A maneira como as mulheres se posicionaram em relação a diferentes categorias que lhes desfavoreciam ficou aparente no caso que envolveu Joana, Maria Zigue-Zigue e Maria Branquinha. No contexto social no qual a pobreza e outros fatores impeliam as mulheres a dividir residências, Maria Branquinha, destoando da maioria, havia conseguido meios de morar sozinha. Por conta do modo como a cor era tratada naquela sociedade, a pele mais clara, que certamente era o motivo da alcunha com a qual era tratada Maria Augusta da Rocha, possibilitou alguma vantagem competitiva para ela no mercado de trabalho local. A cor pode ter concorrido para maiores rendimentos, o que permitia alguma distinção entre as mais pobres, mas ainda assim, isso era insuficiente para afastá-la do universo social dos grupos subalternos, demonstrando que as agências eram formadas a partir de experiências distintas.

Apesar de estarem submetidas a condições materiais de existência semelhantes, o modo como agiram no espaço em que viviam permitiu algumas pequenas diferenças nas trajetórias individuais das três envolvidas no caso. Joanna Francisca de Oliveira, com 15 anos, solteira e natural do Campestre, afirmou que ganhava a vida com costuras, assim como as outras duas. Maria Zigue-Zigue era a alcunha de Maria Olaya Francisca de Jesus,

¹¹⁵ Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1984; Graham, *Proteção e obediência*; Graham; Soares, *Caetana diz não*; Nancy P. Naro, “O gênero em questão: mulheres escravas e livres perante a Justiça”, in Libby Furtado (orgs.), *Trabalho livre, trabalho escravo*; Cecília Conceição Moreira Soares, *Mulher negra na Bahia no século XIX*, Salvador, EDUNEB, 2007; Soares; Gomes, “Dizem as Quitadeiras...”; Cecília Moreira Soares, “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, *Afro-Ásia*, n. 17 (2017) pp. 57-71.

uma mulher de 25 anos, natural de Lençóis, mas afirmou ter se mudado para o Barro branco já havia muitos anos. A mais velha das três, conhecida como Maria Branquinha, de 32 anos de idade, disse também que vivia naquela povoação desde que chegara do Chique-Chique há alguns anos¹¹⁶.

Poderíamos especular que a diferença de idade fosse a razão para as diferenças nos aspectos da vida de cada uma, mas dificilmente essa premissa se confirmaria. Aos quinze anos de idade, uma mulher em Lençóis já estaria inserida no mercado de trabalho. Aos trinta anos, já poderia ser considerada uma mulher madura e experiente. Além dessa questão, é preciso ter em conta que as ocupações semelhantes, supostamente, renderiam dividendos próximos que, mesmo depois de muitos anos de trabalho, remediariam pouco a vida de mulheres como elas, haja vista que, dificilmente, supria o básico. Assim, é bem possível que a cor tenha ajudado Maria Branquinha a receber mais por seus serviços do que as demais, inclusive que a mais velha delas, que vivia em condição menos remediada. Foram as vantagens trazidas pela cor que, provavelmente, permitiu Maria Branquinha a morar sozinha. No rol desses quesitos, é importante ainda dizer que nenhuma das três vivia, exclusivamente, de costuras. Assim, mais uma vez Maria Branquinha pode ter se beneficiado no campo de outras ocupações.

Entre as mulheres das camadas populares do Império, os arranjos de trabalho tendiam a ser multiformes. A atuação em diferentes negócios era uma realidade das mulheres que trabalhavam no Brasil desde o século XVIII. Comércio, serviços domésticos, ligações com a agricultura e, quando as condições permitiam, negócios financeiros, aluguel de animais e de escravos eram elementos que se organizavam de maneiras fluídas na dinâmica de vidas dessas pessoas. Isso acontecia porque essas mulheres sabiam que, para encontrar melhores modos de vida e minorar as pressões sociais que sofriam, precisavam aproveitar as oportunidades de renda que apareciam e negociar o melhor proveito.

Essa dinâmica, embora tensa e desgastante, era uma via para ratificação do estado de liberdade e de superação da pobreza, do descrédito social e de alguns dos obstáculos raciais que enfrentavam as mulheres enfrentavam. Sandra Lauderdale Graham¹¹⁷, em um estudo sobre o trabalho feminino durante a transição do século XIX para o XX, auxilia-

¹¹⁶ Processo-crime, 01.04.1883; A povoação de Chique-chique é a atual Igatu, distrito de Andaraí, diferentemente de Xique-xique, cidade que fica mais próxima do rio São Francisco e fora da zona conhecida como Chapada Diamantina.

¹¹⁷ Sandra L. Graham, *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

nos a entender tal situação. Graham aponta que as mulheres pobres e escravas que viviam no Rio de Janeiro compuseram sua renda de diferentes modos e, geralmente, desenvolveram atividades lucrativas tanto no centro da cidade quanto nos subúrbios, onde habitavam. Com esse comportamento, as mulheres conquistaram certa independência financeira, mas também sofreram com a suspeição social sobre seu modo de vida. Por trabalhar em diferentes áreas da Corte, poderiam declarar como ocupação principal qualquer uma das atividades que desenvolviam nas diversas localidades que frequentavam, de acordo com a conveniência do momento em que eram questionadas sobre o assunto. Desse modo, diferentes setores da sociedade acusavam essas mulheres de levar uma vida que desafiava a ordem e a moral daquela época.

A combinação de atividades sob os olhares desconfiados de diferentes setores da sociedade também marcou a trajetória das mulheres lavristas no século XIX. Para suprir suas necessidades, e eventualmente de um conjunto de dependentes, as mulheres de Lençóis transitaram entre diferentes ocupações em um mesmo momento de suas vidas. A partir dessas ideias, acredito que nenhuma das moradoras do Barro Branco envolvidas no caso que citei mais acima, vivia somente de suas costuras, tampouco acredito que essa fosse a atividade principal de alguma delas. É possível supor que, a declaração de atuarem como costureiras servia como resguardo das impertinências que as autoridades poderiam impor às suas vidas, caso ficasse constatada uma vida não aprovável aos olhos da Lei.

A Justiça se preocupava muito em saber do que viviam aqueles que eram conduzidos aos tribunais. Qualquer pessoa arrolada em inquéritos deveria ter suas ocupações auferidas antes que lhes fossem concedidas o direito a falar. Isso era fundamental para que os envolvidos no processo soubessem se o declarante era um trabalhador ou um desocupado e, analogamente se um cidadão a favor ou contrário aos princípios morais-senhoriais da época. Definia-se como desocupados todos aqueles que cumpriam uma rotina de trabalho irregular, como as que se submetiam a maior parte da população brasileira na época. Desse ponto de vista, os sujeitos poderiam ser considerados pelos juristas como imorigerados, o que dificultava, consideravelmente, sua situação diante da Justiça. Para escapar dessa pecha, as pessoas precisavam convencer seus interrogadores de que levavam uma rotina em sintonia com os modos de vida decorrentes do amor ao trabalho e à moralidade, tão caros à elite nacional.

Em relação às mulheres, a desocupação poderia ser confundida facilmente com a prostituição no campo do pensamento jurídico¹¹⁸. Conscientes desse risco e das consequências que um mal-entendido com a Justiça quanto às suas ocupações poderia trazer, muitas mulheres dissimularam suas ocupações nas declarações que fizeram em juízo. Assim, dizer-se costureira funcionava como uma estratégia para repelir suspeitas de uma vida desregrada, ou que atentasse, em alguma medida, contra a civilidade pela qual as autoridades zelavam. Costurar era uma atividade realizada, primordialmente, em ambientes domésticos, recôndito feminino preferencial naquela época. Com declarações como essas, as mulheres garantiam para si um afastamento virtual do universo da rua, tão profundamente condenado pela Justiça e pela sociedade oitocentista.

Encobrir as próprias agências diante das autoridades para se esquivar de complicações com a Justiça foi uma prática comum no sertão baiano, como aponta Maria de Fátima Novaes Pires¹¹⁹. Em Caetitê e Rio de Contas, cidades privilegiadas nos estudos de Novaes, as costureiras eram bastante populares nos autos judiciais. Pires credita a ocorrência constante dessas personagens na documentação ao fato de a cultura do algodão ter se desenvolvido naquela área, assim como sua manufatura que envolvia a fiação, tecelagem e costuras. Nesse cenário, as mulheres encontraram oportunidades de emprego no campo de trabalho gerado pela cultura algodoeira. Todavia, essas declarações, ainda para Pires, escamoteiam aspectos diversos da vida dessas personagens que, seguramente, poderiam ser malvistas pelas autoridades.

No alto sertão, a indústria algodoeira lastreava as declarações das mulheres que se diziam costureiras. Na Chapada Diamantina, o mesmo não ocorreu. A produção algodoeira nas cidades diamantinas era débil, uma vez que a lavoura estava mais voltada para a produção de víveres necessários à subsistência. Ademais, os produtos têxteis que se consumiam ali eram, geralmente, trazidos do litoral e distribuídos pelo comércio local¹²⁰. Desse modo, ser qualificada como costureira em Lençóis interessava mais pelas possibilidades de se esquivar da pecha de mulher mundana do que pelo emprego da força e do trabalho nas atividades do ofício. Assim, o termo adquiriu uma força semântica generalista, capaz de dar conta de mulheres em empregos ‘honrados’.

¹¹⁸ Sobre o conceito de desocupado Cf. Celia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX*, São Paulo, Annablume, 1987.

¹¹⁹ Pires, *Fios da vida*, pp. 222- 26.

¹²⁰ Cf. Rômulo Martins, “‘Vinha na fé de trabalhar em diamantes’: escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina - BA (1840 - 1888)” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2013), p. 82.

A recorrência do termo também demonstra uma solidariedade feminina para protegerem-se das consequências de uma ação judicial. Em nenhuma das declarações das mulheres havia contradições quanto à ocupação, ou seja, nenhuma apontou que outras envolvidas na ação, ainda que fossem antagonistas, mentiu ao dizer que viva de suas costuras. As mulheres buscavam se defender mutuamente, com o intento de burlar a ordem moral baseada no binômio trabalhos-honestos/desocupações-perigosas que regia os processos em que estavam envolvidas e que era, potencialmente, danosa para a existência delas¹²¹. Por esse motivo, podemos inferir que as mulheres desenvolveram, nesse aspecto, um modo de se defender contra as pressões que se tornavam ainda mais ameaçadoras quando em face da Justiça. Entretanto, essas mesmas narrativas sugerem que a dinâmica laboral dessas mulheres era bem mais complexa e menos reclusa do que o serviço de costuras poderia fazer crer.

A maior parte das mulheres tinha profissão indefinida. A declaração de ocupação englobava uma série de outras habilidades e escamoteava a multiplicidade de atividades que se sobrepunham. Ao tratar da realidade da população pobre de Campinas, cidade da província de São Paulo, em um período semelhante, Denise Soares de Moura observou que essa realidade era constante¹²². Em seus apontamentos, afirma que no interior paulista, o influxo de pessoas interessadas em melhores condições de vida gerou uma população urbana que compunha sua renda, principalmente através de “improvisos”:

Captar a presença desses homens e mulheres andantes exige abdicar da precisão das estatísticas e imaginar [...] que muitos deles procuraram de alguma forma viver na sociedade da época, através daquilo que sabiam fazer ou do que a necessidade os ensinou a fazer, de forma que criassem condições de sustento, moradia, vestimenta e divertimento.¹²³

Essa perspectiva lança luz sobre os arranjos de trabalho das mulheres lençóisenses. A partir desse prisma, seria impossível determinar, com clareza, a ocupação das mulheres que viviam naquele tempo, por isso, o termo costureira pode encobrir arranjos de trabalho tão diversos que podem, inclusive, nunca ter envolvido linhas, agulhas e tecidos. O mais provável é que as lençóisenses precisara ir às ruas em busca de

¹²¹ Sobre a moralidade da Justiça do século XIX Cf. Nanci Patrícia Lima Sanches, “Fora do tom, fora da ordem: vadios, mulheres e escravos no Império do Brasil”, *Caderno espaço feminino*, v. 17, n. 01 (Jan/Jul 2007), pp. 79-108.

¹²² Denise Aparecida Soares de Moura, *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*, Campinas, UNICAMP, 1998.

¹²³ Moura, *Saindo das sombras*, p.167.

seu sustento, desempenhando diversas funções no âmbito público. As precariedades do mercado de trabalho livre nas Lavras na segunda metade do século XIX dificultava o desempenho de atividades no ambiente doméstico, bem como impedia a dedicação exclusiva a uma atividade.

Em Lençóis e nas povoações ao redor, a oferta de empregos domésticos não acompanhava a demanda feminina por ocupação. Além disso, no campo dos trabalhos domésticos havia o risco pungente de os patrões tentarem estabelecer uma relação de trabalho no limar da escravidão, o que não era interessante para essas personagens. Há de se considerar ainda que, na região, não havia um massivo emprego da mão de obra livre na lavoura, tampouco sinais de industrialização. O garimpo também não era uma alternativa de ocupação muito popular entre as mulheres, pois, a despeito do crescimento da atividade, a preferência por homens nesse serviço era clara. Tudo isso concorreu para limitar as oportunidades de emprego para as mulheres em Lençóis. Por isso, as ruas acabaram se tornando o lugar preferencial de trabalho feminino, como em outras partes da Província e muitas cidades do Império¹²⁴.

A rua era um lugar para ganhar dinheiro. Assim, mulheres em diversas empreitadas se confundiam nos espaços públicos em busca de sua clientela e de seus interesses. Entre as mulheres que viviam por si trabalhando nas cidades, muitas vezes também podiam ser encontradas algumas que se prostituíam. A prostituição no contexto do desenvolvimento das Lavras podia ser relacionada com diversas práticas, mas sobretudo àquelas encontradas nos ambientes de divertimento público. Além disso, a pecha de viver da prostituição poderia recair sobre aquelas que não tinham uma rotina regular de trabalho ou que atuavam em meio a jogos, batuques, bebedeiras e outros ajuntamentos dos grupos populares daquela sociedade.

Os ambientes nos quais as classes mais baixas se divertiam no século XIX eram apontados por médicos, juristas e parlamentares, além da Igreja, como locais para reunião de criminosos e degenerados. Na Faculdade de Medicina da Bahia se desenvolveram diferentes argumentos nesse sentido, alguns deles transformados em teses de

¹²⁴ Sobre o trabalho feminino nas ruas da Bahia e de outras partes do Império Cf. Ariza, O ofício da liberdade, 2014; Emilene Ceará Barboza “Vivo do meu Trabalho”: Mulheres Pobres na São Paulo em Fins do Império (Décadas de 1870-1880) <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/305.pdf>>, acessado em 25.04.2017; Dias, Quotidiano e pode; Luciano Figueiredo, O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII, Rio de Janeiro, José Olympio, 1999; . Edunb, 1993; Richard Graham, Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860), São Paulo, Companhia das Letras, 2013; Graham, Proteção e obediência; Soares, Mulher negra na Bahia no século XIX.

doutoramento. Um desses textos foi escrito pelo médico baiano Marinônio Britto¹²⁵, em 1853. Com seus estudos, Britto concluiu que o jogo e a libertinagem estavam unidos como grande malefício para a sociedade baiana daquela época.

Basta que os libertinos - quer de um - que de outro sexo soffrão o desprezo de toda a sociedade, como paga de suas baixas qualidades; bastam que sejam banidos, e enxotados das companhias, em que preside uma sã honestidade; basta que todos saibão dar o devido apreço á homens que qualidades tão perversas alimentão. Quem deixará de preferir a sociedade onde impera a virtude, e a honra para se conspurcar no nojento lamaçal da devassidão, da crapula e do jogo? (sic)¹²⁶

Os espaços vistos com reservas por Britto eram também o local de trabalho para muitas pessoas das camadas mais baixas da sociedade. Nesses locais, havia também oportunidades de trabalho que foram importantes para garantir a sobrevivência de algumas mulheres. Assim, algumas delas precisaram ou escolheram atuar nesses ambientes, valendo-se das oportunidades das ocupações rechaçadas pela moralidade, como o meretrício. Evidentemente, esses espaços eram uteis às mulheres mais que como campo para a prostituição, contudo, as autoridades tendiam a ver com ressalvas as trabalhadoras de tais lugares. Desse modo, tendo a acreditar que a suspeição que já pairava sobre as mulheres pobres de cor, adquiria também a nuance da imoralidade, no sentido de que, caso declarassem às autoridades a ocupação em âmbitos condenados pelos médicos e juristas, poderiam ter sua vida ainda mais complicada. Por isso, é bem possível que as mulheres tenham permanecido dissimulando suas declarações sobre suas atividades a fim de se proteger da condenação moral.

Diante dessas considerações, acredito que a vigilância baseada em um espectro de moralidade, próprio das elites, concorreu para o retrato da realidade de algumas mulheres nos documentos da Justiça bem aquém de suas experiências. Nesse sentido, a necessidade de se proteger impediu que essas mulheres deixassem a mostra as dinâmicas de seu cotidiano e suas formas, mas alcançou o objetivo de dificultar o trabalho da Justiça, sobretudo no que tange às definições dos casos de prostituição. Nos processos-crime há descrições de muitas dessas situações. Todavia, a prostituição quase nunca é descrita de forma explícita, cabendo ao historiador entender as relações que se estabeleciam ali.

¹²⁵ Marinonio de Freitas Britto, “A libertinagem e seus perigos relativamente ao physico e moral do homem” (Tese de doutorado, Faculdade de Medicina da Bahia, 1853).

¹²⁶ Britto, “A libertinagem e seus perigos”, p. 23.

Nesse sentido, reforça-se a tese de que havia a prática de se insinuar, nas investigações, o questionamento da honra das acusadas.

No corpo de documentos consultados, apenas no caso do homicídio de Josefina Maria da Paz é que a prostituição foi diretamente citada¹²⁷. Consta no documento que, por volta das nove horas da noite de 10 de dezembro de 1862, depois de uma discussão bastante acalorada, Josefina foi assassinada por seu antigo amásio, Conrado Luis Antônio. O crime, segundo as testemunhas, se deu depois de Conrado ter entrado na casa em que Josefina vivia com uma amiga, conhecida como Mariquinha, na Rua da Igreja, na cidade dos Lençóis, e desferir diversos golpes de faca contra ela.

Foi no depoimento do garimpeiro Innocencio de Souza Benevides que a referência à prostituição apareceu com clareza. Quando perguntado sobre a razão do crime, respondeu que sabia que a vítima e o amásio

[...] estavam separados a mais de um anno e supõem que foi esta a causa da morte, della não querer viver junto com o marido, que até pela Santa Missão empenhando-se para viver com ella, contudo tinha a mesma Josefina recusado o fazer, vivendo em vida publica de prostituição. (sic)¹²⁸

Entre as demais testemunhas estava Maria Rosa de Nazareth, conhecida por Mariquinha, que vivia na mesma casa que Josefina e que afirmou que ambas viviam de "suas costuras". Esse certamente foi um esforço para comprovar a honestidade das duas e de se proteger da ameaça de ser vilipendiada pela Justiça, como já aventado mais acima com a discussão sobre o termo 'costureira'.

As declarações conflitantes das testemunhas permitem notar a dificuldade de separação entre prostitutas e outras trabalhadoras na documentação. Contudo, em relação a isso acredito que é preciso ponderar que uma troca eventual ou corriqueira de sexo por dinheiro não caracterizava essas mulheres como prostitutas. Haja vista que, diante da indefinição das ocupações e da necessidade delas de se valer de qualquer oportunidade para angariar alguma renda, esse era um expediente válido, mas incapaz de definir a ocupação principal da personagem em questão. Esse era um mercado potencialmente rentável, por isso, é possível que as próprias trabalhadoras não se reconhecessem como

¹²⁷ Processo-crime, 10.12.1862, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Homicídio, estante 03, caixa 119, documento 10.

¹²⁸ Processo-crime, 10.12.1862, fl. 10.

prostitutas, considerando esses negócios eventuais como uma exigência da sobrevivência ali.

2.4 MERCADO DA PROSTITUIÇÃO E DAS PRÁTICAS CORRELATAS

Em fevereiro de 1855, uma querela envolvendo Anna Zacarias de Souza e João Carlos de Souza foi caso de Justiça em Lençóis¹²⁹. A denúncia dava conta de um possível defloramento ocorrido na madrugada do dia 8 para o dia 9 daquele mesmo mês. Apesar de a promotoria tentar mostrar a culpa de João no caso, as testemunhas ouvidas no inquérito trouxeram diferentes argumentos que acabaram por ser utilizados para refutar tal acusação. Os depoentes foram unânimes ao afirmarem que era pouco provável que houvesse havido o defloramento, uma vez que a conduta de Anna Zacarias não era das mais retas moralmente e, por isso, dificilmente seria ainda virgem no dia em que se deu o encontro dela com o acusado.

O fato de ser pública a informação de que ela havia passado a noite na casa do acusado, por vontade própria, reforçou o posicionamento dos depoentes. Nesse sentido, a única voz dissonante foi a de Manoel Augusto de Souza, que disse ter ouvido do próprio réu que Anna não esteve em sua casa. Apesar dessa concordância entre quase todas as testemunhas sobre a presença da ofendida na casa do réu, a idoneidade das declarações foi questionada quando se tratou da duração da estadia. Enquanto as testemunhas disseram que a permanência de Anna Zacarias na casa de João Carlos não teria sido maior que uma noite, tanto o réu quanto a vítima disseram que compartilharam do mesmo teto por três dias e nenhum dos dois apresentou qualquer indício de que essa permanência tenha sido forçada.

Esse é um ponto em que a trama se intrinca. Em nenhum dos depoimentos das partes apresentadas durante o inquérito foi revelado o motivo da permanência de Anna Zacarias na casa de João Carlos. Repetidas vezes se ouviu que ela havia pedido "agasalho" na casa do réu, contudo, sem o porquê dessa súplica. Em sua declaração, Anna afirmou que já teria sido expulsa da casa de sua família pela própria mãe várias vezes, todavia, não especificou se essa teria sido a razão dela ter ido buscar pouso junto a João Carlos, nem que antes do episódio da madrugada entre os dias 8 e 9 daquele fevereiro tivesse havido uma discussão desse caráter entre ambas.

¹²⁹ Processo-crime, 09.02.1855, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Defloramento, estante 03, caixa 114, documento 19.

Segundo Anna, ela foi à casa de João Carlos porque havia recebido um recado dele levado por Alexandrina Maria. Na mensagem, ele teria escrito "que ella fugisse para sua caza que havia de ser feliz". Entretanto, Alexandrina disse ao Juiz que não havia levado recado algum, e que teria conduzido Anna à casa de João Carlos a pedido da própria, uma vez que ouvira que era tangida todos os dias de casa pela própria mãe. Em sua defesa, João Carlos disse que sequer conhecia a tal Alexandrina. Apontou, em seu depoimento, que Anna chegou à sua casa acompanhada de uma mulher cuja identidade ignorava.

Os depoimentos desses três personagens no processo apontam que, de qualquer modo, houve a intermediação do encontro entre as partes citadas. Além disso, o fato de Anna Zacarias ter se dirigido à casa de João Carlos e ter convivido sob o mesmo teto com ele por três dias, independentemente de tal situação ter sido motivada por uma possível mensagem com promessas de felicidade, ou uma expulsão de casa por sua mãe, demonstra que entre os dois já existia algum tipo de intimidade. Caso não tivesse onde morar, Anna Zacarias certamente poderia encontrar pouso com outras mulheres de condição social semelhante à dela, o que não ocorreu, reforçando ainda mais a tese de que os envolvidos já haviam tecido alguma relação mais próxima.

Essa situação, porém, é mais complexa do que se pode ver através da exposição dos acontecidos. Na época da querela, a vítima tinha 12 anos de idade e, segundo o réu, "já não gozava de credito para sua mãe quanto a sua capacidade e honra". Isso aponta que, na realidade lençoisense da segunda metade do século XIX, meninas se transformavam em mulheres em muito tenra idade. Essa era uma situação que não causava espanto algum naquela sociedade. No decorrer do processo, Manuel Portella testemunhou ter ouvido do próprio réu que havia tido relações sexuais com a ofendida, mas que não era ele o seu deflorador. Thomas Correia Seixas, outra testemunha do processo, reafirmou isso dizendo que o réu lhe confessara que consumou o ato por acreditar ter Anna Zacarias entre 14 e 15 anos; ou seja, para ele era normal que meninas em tal idade já tivessem experiências sexuais com homens mais velhos, como ele e, por isso, não via problema algum na situação que se deu.

Dada a normalidade aparente das relações entre homens mais velhos e meninas de pouca idade nas Lavras, a escolha de Anna Zacarias de estar com João Carlos pode ter sido apenas mais um episódio dentre tantos com as mesmas características. Pessoas como Anna Zacarias podem ter buscado em esquemas sexo-afetivos alguma saída para a própria sobrevivência. Nesse sentido, vale lembrar que, como apresentado no capítulo anterior, a

população feminina era majoritariamente jovem e pobre, o que torna a perspectiva de que meninas se envolvidas em estratégias com tais características mais verossímil. Mesmo com pouca idade, era comum que meninas como Anna Zacarias já tivessem uma vida sexual ativa e ter usado isso em favor próprio não somente no sentido material, mas também para tecer relações que pudessem contribuir positivamente para existência naquele ambiente.

No caso citado, toda a situação poderia encobrir um plano de Anna Zacarias para, através de uma relação consensual, garantir alguma segurança para o seu sustento e, com isso, algum alívio nas precariedades da vida que levava. Em suma, isso revela a negociação de relações sexo-afetivas como uma estratégia de luta feminina contra a fragilidade material e imaterial em que viviam. Embora a vida com um homem pudesse estar longe da ideal, poderia ser mais tranquila que entre outras mulheres com quem pudesse dividir uma casa, ou mesmo poderia integrar um plano de vida mais elaborado, com vistas em uma continua melhoria de vida e, inclusive, de independência futura.

Estar entre mulheres de igual condição forçaria Anna Zacarias a depender, essencialmente, de si para a própria subsistência. Todavia, acessar o mercado de trabalho não era tarefa fácil e, nesse momento, os ganhos auferidos poderiam ser insuficientes para garantir o mínimo para sobreviver. Para suprir a demanda por empregadas domésticas, muitas vezes se recorria ao aluguel de escravas ou à contratação de mulheres que já contassem com alguma referência. No caso do comércio, havia a competitividade e, em algumas áreas, a necessidade de um investimento inicial e, até mesmo, a aceitação em uma rede de relações. Assim, para as iniciantes e recém-chegadas, o caminho para subsistir por conta própria, às vezes se estreitava, por isso, essas mulheres precisavam desenvolver atalhos para situações nas quais pudessem agir com mais facilidade.

Essa situação caracterizou a vida de Alexandrina Maria, a intermediária do encontro que deu origem ao processo. Ela era uma das muitas mulheres migrantes que chegaram às Lavras em busca de melhores meios de vida, pois tinha vindo de Feira de Santana para buscar meios de vida ali. Embora não haja informações de há quanto tempo morava nos Lençóis, uma vez que não foi questionada sobre isso, é possível crer que tenha chegado ali em uma idade próxima à de Anna Zacarias, pois, quando foi inquirida, declarou ter 18 anos e viver ali de suas costuras. O perfil de Alexandrina também era consoante com os traços gerais da população feminina dali. Isso aponta mais uma vez que a trajetória de negociações dessas mulheres começava quando elas eram ainda bem jovens

e que o sucesso de suas empreitadas dependia muito de aprender o quanto antes a jogar com as forças coercitivas que as cercavam.

Pode-se notar que Alexandrina compreendeu como se comportar naquele ambiente. Diante da Justiça reclamou para si o espectro da costureira, mas também permitiu entrever que, assim como a maioria das mulheres em igual condição, buscou alternativas para a própria sobrevivência. Assim, ela pode ter encontrado meios de se beneficiar com a intermediação de encontros entre homens e outras mulheres, sendo possível que a situação que envolveu Anna Zacarias e João Carlos tenha sido só mais uma de suas ações nesse campo. Duas das testemunhas arroladas no processo trazem indicativos sobre isso.

Francisco de Souza Benevides e Manuel de Jesus Portella afirmaram saber que João Carlos havia dado 5\$000 réis a Anna Zacarias no dia em que ela deixou a casa dele. Assim, é possível que Alexandrina tenha arquitetado o encontro em troca de alguma quantia, que, por mais insignificante que fosse, poderia ser importante na composição de sua renda. Ainda assim, essas informações demonstram que mulheres pobres se articulavam em uma rede colaborativa que gerava meios individuais de sustento, sem que houvesse a necessidade direta de explorarem umas às outras. Nessa dinâmica, a experiência e o traquejo social contavam muito e poderiam ser o caminho para alguma melhoria na vida, ainda que esse caminho fosse longo e os ganhos de pequena proporção.

Por fim, mesmo afirmando que as declarações em juízo eram falsas, e que Anna Zacarias o tinha acusado por não gostar dele, João Carlos foi condenado. Disso decorreu uma pena peculiar. De acordo com os artigos 219 a 224 do Código Criminal do Império¹³⁰, quaisquer que fossem as situações do defloramento, o réu, uma vez condenado, deveria ser degredado ou recolhido à prisão por um período de um mês a doze anos. Em ambas as situações, os juízes deveriam estipular um dote a ser adicionado, exceto quando se tratasse de prostitutas ou, como rezava o artigo 225, quando houvesse o casamento entre as partes. Todavia, não foi o que se observou na definição da pena no caso em questão.

Embora condenado, João Carlos não foi degredado ou preso, tampouco reconduzido à sua província natal das Minas Gerais. Na sentença, expedida oito meses depois da abertura do inquérito, foi estipulado o pagamento da quantia de 1:465\$000 réis como fiança. Esse valor incluía o dote de Anna Zacarias, o custo do processo e a própria

¹³⁰ Brasil, Código Criminal do Império do Brasil, 1830.

fiança do réu. Assim, o Juiz parece ter entendido que João Carlos estava no limiar da injustiça, como queria fazer crer com as declarações de que o caso não passava de uma cilada armada contra ele por Anna Zacarias, embora os jurados tenham se inclinado em favor da vítima. Com isso, a interessada não teve grande progresso quanto à reparação pelo dano que afirmava ter sofrido e apenas conseguiu uma quantia mínima para remediar sua pobreza – mas a documentação não permite saber se tal quantia foi, efetivamente, recebida.

Essa sentença também estava carregada da moralidade presente no Código Criminal vigente naquela época. Na parte em que tratava dos defloramentos, o Código não estipulava a obrigação do pagamento de dotes para prostitutas e previa penas reduzidas em relação a outros grupos de mulheres que não fossem virgens, colocando-as em contraposição às “honradas”. É no artigo 222 que se nota, explicitamente, essa diferenciação¹³¹. Enquanto os condenados por deflorarem as de honra intacta deveriam dotar as ofendias e serem recolhidos à prisão por um período de três a doze anos, para os que violentassem sexualmente uma prostituta a pena se reduzia apenas à prisão por um período que variava de um mês a dois anos.

Assim, em uma decisão complexa de compreender, o Juiz condenou o réu ao pagamento do dote, mesmo sem prisão ou degredo. Desse modo, o encarregado do processo parece ter se convencido de que a honra de Anna Zacarias era questionável, entretanto, como não conseguiu provar que ela se prostituía ou demais expedientes que atenuassem a pena do réu, se viu forçado a expedir tal sentença que, embora de valor aparentemente significativo, poderia ser mais rentável para a Justiça que para a vítima.

Martha de Abreu Esteves¹³², estudiosa da vida das mulheres das camadas subalternas no Rio de Janeiro em finais do século XIX, traz considerações valiosas para entender o desfecho do caso acima. Esteves aponta que era perceptível, nos julgamentos de defloramentos daquela época, um considerável esforço dos juristas para comprovar a má conduta feminina. O expediente utilizado consistia em apontar que as mulheres envolvidas em tais processos não atendiam aos pré-requisitos morais para o cuidado e a proteção da Justiça e que os homens cumpriam um expediente, aceitável, diante do comportamento dessas mulheres.

¹³¹ Brasil, Código Criminal do Império do Brasil, 1830.

¹³² Martha Abreu Esteves, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

De certo modo, o réu era consciente dessa inclinação da Justiça. Como já citado acima, João Carlos fundamentou sua defesa no descrédito com o qual, supostamente, Anna Zacarias vivia diante da própria mãe. Do mesmo modo, Manoel Augusto de Souza, ao afirmar que ela não esteve na casa do acusado, quando o próprio reconheceu a estadia, demonstra uma conivência tácita para inocentá-lo – ou uma ignorância, pouco provável, dos fatos, uma vez que as notícias e seus mínimos detalhes corriam rápido entre as pessoas em Lençóis. Os limites entre o público e o privado entre os grupos subalternos eram muito tênues. Era comum que questões relacionadas aos arranjos sexo-afetivos fossem de conhecimento público e, por vezes, inclusive seus detalhes. De todo modo, o foco dos debates se concentrou na vítima e em seu proceder público. Em nenhuma parte do processo há afirmações que questionassem a honra ou a conduta do réu. O fato de ele ser um experiente negociante, instalado nos Lençóis desde 1843 pode ter sido abonador de seu comportamento. No outro extremo da questão, mesmo com sua pouca idade, Anna Zacarias foi enquadrada pelos ditames morais que guiavam os juristas.

Entretanto, essa honradez evocada nos processos estava longe de ser um valor desejado por essas mulheres. Para as camadas sociais que os juristas representavam, a honra e a moral femininas eram importantes e deveriam se desenvolver preferencialmente em ambiente privado, dependente de um pai, irmão ou marido ao passo que a vida pública impossibilitava tal situação. Esse modo de pensar era antagônico à realidade de grande parte das mulheres que viviam em Lençóis – majoritariamente experimentando uma existência condicionada por fatores similares aos presentes na vida de Anna Zacarias e Alexandrina Maria. Para elas, viver significava trabalhar de modo que pudessem criar seus meios de vida independentemente validação social.

Diante disso, qualquer tutela masculina retiraria delas a autonomia que era marca de suas vivências; o que elas dificilmente queriam, pois, a liberdade de laços de dependências com homens estava intrincada com a liberdade civil que buscavam fortalecer ali. Assim, ceder a pressões desse poder masculino-senhorial que as limitavam representaria um cativo em potencial; fosse do casamento nos moldes burgueses ou do trabalho forçado. Desse modo, é preciso entender as noções de honra dos juristas como mais um elemento que sobrecarregava a vida da maioria das mulheres na Chapada Nova. Nesse sentido, cabe aqui acrescentar que esse elemento estava, intrinsecamente, amalgamado à cor, ao sexo e à condição civil do condicionamento da existência feminina, naquela região. Assim, se geravam forças que empurravam essas mulheres para o lastro daquela sociedade, coagindo-as em ocupações precárias, com rendimentos insuficientes

para o mínimo de condições básicas de vida. Diante disso, era necessário, às vezes, recorrer à negociação de préstimos sexuais para superar as condições que tal contexto as impunha.

É possível acreditar que as inúmeras jovens que migraram para as Lavras não buscavam um casamento. A liberdade valia mais para elas, mesmo que para mantê-la, essas mulheres precisassem se submeter a algumas situações extenuantes para gerarem seu sustento, ainda que isso requisitasse um contínuo ou eventual uso do corpo como recurso para isso, ou incentivando que outras o fizessem, como pode ter feito Alexandrina Maria. Embora com 18 anos, a vida nas Lavras poderia já ter lhe possibilitado formar uma rede de contatos e acumular experiência necessária para atuar como intermediadora de encontros entre homens e mulheres. Nesse cenário, aproveitando-se do campo da exploração sexual, obtinha recurso para a sobrevivência, englobando mais do que o contanto pessoal direto entre os indivíduos.

Nas Minas Gerais, durante a Colônia, esse tipo de atuação tornou-se conhecida como alcoviteirice. Os alcoviteiros eram homens e mulheres ocupados em intermediar encontros com fins sexuais. Seus serviços estavam associados a desde fazer correr bilhetes e cartas entre as partes interessadas, até ceder a própria casa, ou imóvel propício, para a consumação do encontro e, com isso, extrair certa renda conforme aponta Luciano Figueiredo¹³³. Em Lençóis, a mediação de encontros pode ter sido mais usual na inserção de meninas e de mulheres do que as fontes conseguem sugerir. A personalidade desses negócios torna essa atividade difícil de ser documentada, mas ainda assim detectável nas entrelinhas dos processos.

Em outra medida, a intermediação de encontros podia não ser considerada como ocupação pelas mulheres que atuavam nesse mercado. A informalidade da ocorrência desses negócios, poderia ser acatada, apenas, como um pequeno serviço sem maior relevância, embora na prática tivessem papel fundamental nos encontros pessoais que envolviam ganhos materiais e acabassem por ter certa regularidade. Essas pessoas além de inserirem as mulheres na dinâmica da vida local, instruía as mais novas nos negócios e estratégias de sobrevivência necessárias nas Lavras. Em certos casos, os encontros aconteciam em casa de algumas mulheres, como a de Antônia Setubal, que ficava na Rua do Tomba Surrão, onde funcionava o espaço propício para encontros entre homens e mulheres de vida menos reclusa.

¹³³ Figueiredo, O avesso da memória.

Em um documento, esmaecido, é possível entrever indícios dessas relações¹³⁴. Na noite do dia 1º de abril de 1861, alguns bruaqueiros se encontravam acompanhados de várias mulheres numa reunião na casa de Antônia Setubal, que ficava situada no centro da cidade dos Lençóis. Dentre as convivas estava Antônia Mineira, que na madrugada do dia 2 escutou da anfitriã um retumbante "puta besta", ofensa que foi audível por todo o salão. Em seguida, ambas trocaram insultos até o desfecho sangrento da situação, quando a Antônia Mineira foi assassinada pela Setubal, a golpes de faca, diante dos demais convidados.

A festa findou com uma mulher morta, outra amparada e as demais pessoas em debandada, como já se sabe ser de costume. Quando da chegada do inspetor do quartelão, apenas algumas pessoas foram encontradas nesse endereço. Tal fato contribuiu para que o rol de testemunhas do processo-crime, instaurado a partir do caso, fosse composto principalmente por vizinhas da acusada que chegaram lá depois do atentado para observar o desfecho da situação, como também era comum entre os moradores de Lençóis. É interessante notar que, excepcionalmente, nesse documento as testemunhas são todas mulheres.

Das oito intimadas, seis disseram ser costureiras, uma lavadeira e outra, lavradora. Todavia, todas disseram não ter participado da dita festa. Essas declarações, provavelmente, camuflavam a real participação dessas mulheres na reunião e no cotidiano da vizinhança, além de criar, aos olhos da Justiça, distinção entre aquelas que frequentavam a casa de Antônia Setubal e que não foram encontradas depois do crime. De todo modo, é possível que ajuntamentos como esse tenham ocorrido mais vezes na casa de Antônia Setubal, assim como em tantas outras casas da cidade, e que essas personagens tenham participado, de algum modo, da sociabilidade que tais eventos promoviam.

Nesses momentos também se promoviam os encontros pessoais entre esses homens e mulheres, trazendo dessa forma, algum lucro para a anfitriã e para as demais mulheres que disputavam os cobres que os bruaqueiros¹³⁵ traziam nos bolsos. Nesse sentido, a alcoviteirice ganhava outras nuances nas Lavras, pois as mulheres que organizavam esses encontros coletivos poderiam lucrar também com a sublocação do

¹³⁴ Processo-crime, 01.04.1861, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Homicídio, estante 1103, caixa 121, documento 11.

¹³⁵ Bruaqueiro era o termo utilizado para definir homens de negócios envolvidos que transportavam produtos de diferentes origens para comercializar na Chapada Nova. A atividade era bastante semelhante às dos tropeiros, sendo a principal diferença o maior volume de mercadorias negociado pelas tropas.

espaço, ou de cômodos nos quais os casais poderiam ter alguma privacidade, assim como poderiam progredir na sua rede de contatos entre a gente dali. Assim, esses procedimentos se convertiam em mais uma forma de agência feminina, ainda que jamais fosse declarada como ocupação principal, muitas vezes desenvolvidas também em espaços públicos.

Vendas, barracões e armazéns da cidade eram bastante procurados por mulheres interessadas em negociar favores sexuais por algum ganho material. Nessas casas comerciais e em seus arredores se reuniam pessoas diversas, que, cotidianamente compravam mantimentos, materiais variados, ou somente que somente passavam ali para tomar um gole ou uma garrafa inteira de aguardente e outros aperitivos. Esses estabelecimentos eram importantes pontos de articulação da vida local, pois funcionavam como espaços de sociabilidade onde homens e mulheres populares se encontravam. Dessa forma, os espaços comerciais adquiriam relevante valor para elas como espaço de atuação em favor próprio, sendo, pois, a presença delas comum nesses locais.

As mulheres que frequentavam os lugares públicos com assiduidade, evidentemente, tinham também outros propósitos além do meretrício. Podiam consumir um produto ou outro, buscar algum suprimento diário através da troca de favores ou da mendicância, colher informações ou negociar seus serviços – inclusive os sexuais –, tudo mesclado numa estratégia de sobrevivência própria daquelas que vivem nas camadas mais baixas daquela sociedade. Como espaço de negociação para essas mulheres, esses estabelecimentos comerciais eram fundamentais pois neles se poderia encontrar, eventualmente, um garimpeiro bamburrado, ou seja, que tinha conseguido um bom negócio com os diamantes e com isso um lucro significativo pelos serviços que viessem a prestá-lo.

Esses homens poderiam representar uma oportunidade de maior ganho em pouco tempo. Na tradição dos mineiros, o dinheiro que se ganha com as pedras deve ser gasto, rapidamente, e para isso as mulheres presentes nos barracões estavam atentas. Sobre esse costume, Walfrido Moraes comentou que

É a gente garimpeira, ignorante e inculta - conquanto mais honesta, mais ousada e mais heroica do que qualquer outra espécie de trabalhador - que se embrenha pelas grupiarias, que desbrava as serras alcantiladas, que penetra nas noites eternas nas grunas profundas e perigosas, que mergulha nos poços dos rios traiçoeiros e violentos do planalto, arriscando, a todo instante, a vida em holocausto à sorte e que, se bamburra, desce loucamente à cidade para a vendagem das gemas e, de posse da dinheirama que, talvez, nunca vira antes, se entrega imediatamente a todos os tipos de ostentação e de prazeres, nas casas

de jogos, nos botequins, nos cabarés; adquire nas lojas toda espécie de mercadorias que lhes apresentem - necessárias ou supérfluas - e, nesse diapasão, depois do esbanjamento, dentro de poucos dias retorna ao garimpo reduzido à mesma condição de pária. (sic)¹³⁶

Com o bamburro, esses homens custeavam bebidas e presentes para seus amigos e para as mulheres que os acompanhavam enquanto houvesse recursos. Esse costume os tornava clientes disputados pelas mulheres que tencionavam algum lucro a partir disso. Desse modo, era previsível que a busca dessas mulheres pelos melhores negócios para si, as fizessem circular na órbita dos estabelecimentos comerciais. Todavia, como a disponibilidade de bamburrados era inversamente proporcional ao número de mulheres ávidas pelo lucro, a concorrência era grande, e poucas conseguiram amealhar melhores ganhos. Essa dinâmica não dava garantias de uma constante nas rendas, o que muitas vezes podia forçá-las a ceder favores sexuais em troca de elementos básicos para a própria subsistência.

Contudo, essa não é uma dinâmica, exclusiva, das Lavras baianas. Nas Minas Gerais, desde o século XVIII, mulheres interessadas em obter alguma renda através da negociação de favores sexuais se valiam dos mais variados espaços para oferecerem seus serviços. Estavam inclusos no rol tavernas, vendas, senzalas, casas e o adro das igrejas, sobretudo em dias de festa. Esse proceder as tornava figuras públicas, comuns em espaços de grande movimento e em reuniões para divertimento popular. Isso revela que a vida dessas mulheres era orientada pela necessidade de aproveitar qualquer oportunidade para remediar a pobreza em que viviam e obter alguma melhora no estado em que viviam, ainda que isso as expusesse à violência e à maximização da precariedade por conta do rechaço público que recebiam.¹³⁷

Apesar desses esforços, as rendas individuais, geralmente, eram insuficientes para sustentar a vida nas Lavras, além de não haver garantia de ascensão social. De modo geral, as mulheres recebiam pouco por seu trabalho em qualquer área, inclusive nas que orbitavam o universo da prostituição. Além disso, mesmo com arranjos diversos, as barreiras infligidas às mulheres impediam-nas de acessar as melhores condições de vida que buscavam quando decidiram se assentar em Lençóis. Todavia, essa pobreza não era de todo intransponível.

¹³⁶ Walfrido Moraes, *Jaguços e heróis*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 26.

¹³⁷ Figueiredo, *O avesso da memória*, p. 160.

Através de estratégias que envolviam o trabalho e o jogo de valores, essas mulheres procuraram meios de atenuar o estado em que viviam. As trajetórias dessas personagens são difíceis de compor pela ausência de documentação que as contemple, porém, com o material disponível pude notar que, mesmo em condições precárias e ocupações informais, algumas mulheres angariaram melhorias no mercado de trabalho, chegando a construir certo pecúlio. Assim, à medida que as mulheres livres conseguiam, galgar melhores condições de existência, foram construindo uma vida mais segura, ainda que não completamente alinhada com os sonhos originais, como se verá no capítulo seguinte.

3 “QUEM NÃO TEM CHACULATEIRA NÃO TOMA CAFÉ NEM CHÁ”: TRABALHO E POBREZA ENTRE AS MULHERES DE LENÇÓIS

Na música Boi-bumbá,¹³⁸ Luiz Gonzaga, artista brasileiro que ficou famoso em meados do século XX com composições que falavam do sertão nordestino, diz na primeira estrofe que “quem não tem chaculateira não toma café nem chá”. A “chaculateira” (chocolateira) era uma espécie de bule, semelhante às atuais leiteiras, que permanecia sobre os fogões de lenha para que houvesse sempre água quente nas casas dos sertanejos, fosse para coar um café fresco, fazer chá ou outros usos necessários. Esse verso descreve um hábito simples, que em sua poesia é bastante emblemático quanto à vida nos sertões. Representa o esforço permanente dessas pessoas para ter qualquer mercê na vida. Em faina semelhante estavam as mulheres pobres, livres e de cor de Lençóis e outras partes das Lavras.

Nos capítulos anteriores procurei delinear o quadro de dificuldades que as mulheres despossuídas encontraram para viver em Lençóis, na segunda metade do século XIX e como isso requisitava delas estratégias cotidianas para sobreviver em tal ambiente. De modo geral, ficou perceptível que o trabalho foi um meio relevante para minorar os efeitos das pressões que elas sofriam naquela sociedade, sobretudo por conta de suas condições de cor e de sexo. A documentação que consultei mostrou que, embora fosse difícil superar as eventualidades da vida, algumas mulheres conseguiram relativa melhora de suas condições de existência, a partir de esforços próprios e, com isso, se afastaram da miséria.

Neste capítulo busco explorar alguns dos itinerários para melhoria de vida que mulheres livres de cor traçaram através do trabalho. Para isso, documentos de fundos cíveis combinados à documentação também usada nas seções anteriores tiveram papel fundamental. Dentre esse material, uns pouquíssimos processos de ação de liberdade foram o ponto de partida para algumas das proposições desse capítulo. No fundo das ações de liberdade do Arquivo Público da Bahia, encontrei apenas cinco processos lavrados nas comarcas de Lençóis e de Santa Isabel do Paraguaçu entre 1850 e 1888, período abordado neste trabalho. A exiguidade dessas fontes impede delinear uma sistemática local de luta pela liberdade em âmbito processual, entretanto esses documentos trazem indícios da importância do trabalho para as pessoas envolvidas nos casos.

¹³⁸ Luiz Gonzaga; Gonzaguinha, “Boi-bumbá”, in *Cantigas e marchinhas juninas*, RCA, 1965.

Em especial, dois dos registros de ação de liberdade possibilitaram uma percepção pontual do universo que intentei enxergar e suas dinâmicas. São esses os papéis relativos à batalha judicial que a africana liberta Bemvinda travou em favor da liberdade de seus filhos, em 1887¹³⁹. O processo viabilizaria uma série de outras interpretações e leituras, entretanto fico aqui apenas com a percepção que favorece identificar que mulheres, semelhantes à autora, criaram na Chapada Diamantina uma dinâmica de trabalho um tanto quanto complexa, a despeito dos poucos detalhes que os registros da época trazem. Porém, antes de continuar com o debate sobre seus arranjos de vida, é preciso descrever Bemvinda e o caso em questão, para também entender seus lugares neste estudo.

Bemvinda moveu a ação judicial pela liberdade de seus filhos, em julho de 1887. Nessa ocasião, a petição inicial foi feita da seguinte maneira:

Diz a Africana Bemvinda viuva de Mathias ambos escravos que forão de Gregorio Ribeiro da Fonseca e hoje liberta, que tendo vindo para o Brazil depois da promulgação da Lei de sete de Novembro de Mil oito centos e trinta e um pois acha-se actualmente com a idade cinquenta annos, como prova com o documento junto, que foi matriculada em quatorze de Septembro, de mil oitocentos setenta e dous sobre o numero mil seiscentos cinquenta e quatro, com trinta e cinco annos de idade, é a Supplicante livre ex-[ilegível] do Artigo primeiro da citada Lei. Portanto requer a Vossa Senhoria que [...] sirva-se proceder as necessarias diligencias para certificar-se da verdade do allegado e assim serem tirados do jugo do atroz captiveiro em que se achão os filhos, os filhos da Supplicante em numero de oito que são, Roque, Lucrecio, Pedro, Francisco, Euzebio, Clara e Simplicio.¹⁴⁰ (sic)¹⁴¹

Essa petição inicial é um vislumbre da trajetória de Bemvinda e de sua família. Ela, seu finado marido, Mathias, e sua prole serviram a Gregório Ribeiro da Fonseca e à sua mulher, Damázia Maria de Souza. No momento em que se iniciou a peleja judicial, ambos os senhores já eram falecidos. Por isso, o casal foi representado pelo filho e legítimo herdeiro, Francisco Martins dos Santos. O casal também deixou como herdeira a filha, Maria Clara, que naquele ano já era casada com Jeronimo de Sá Telles¹⁴². A partir da entrada desses personagens no processo é que as coisas começaram a se complicar

139 Processo-cível, 13.07.1887, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Ação de liberdade, estante 70, caixa 2513, documento 01.

140 Embora tenham sido citados oito filhos, ao longo do documento apenas sete foram nomeados, conforme aparecem na transcrição.

141 Processo-cível, 13.07.1887, fl. 2.

142 Não encontrei outros documentos sobre os Souza-Fonseca nos fundos consultados que permitissem maiores considerações sobre a atuação e representatividade **dessa** família na região das Lavras.

para Bemvinda e seus filhos. As divergências entre as partes exigiram a tramitação do processo em duas instâncias.

Em primeira instância, Maria Clara ou qualquer procurador de sua parte compareceu ao tribunal. Essa falta de representação para partilha da propriedade, que na ocasião corria o risco de alienação por libertação, foi uma das prerrogativas para a anulação da ação. Embora o primeiro herdeiro tivesse reconhecido a liberdade de Bemvinda para não arcar com as “responsabilidades” do cativo ilegal, o Juiz e de Direito, Francisco Martins dos Santos preferiu defender a tese de que, se julgasse sem ouvir a outra parte interessada, contrariaria os princípios naturais do Direito em detrimento da revelia da parte.

Diante disso, resolveu encaminhar o caso para o Superior Tribunal da Relação, assim como já ocorria em outras partes do país em situações semelhantes, conforme citou no despacho. O mesmo juiz ainda ponderou sobre a ausência de um advogado representando os jovens escravizados, elemento que julgou necessário para o prosseguimento do processo. O caso então seguiu para Salvador e, logo nos primeiros dias do mês de agosto daquele mesmo ano, a batalha passou a se desenrolar na arena da segunda instância.

Um novo inquérito foi instaurado e, um dos primeiros documentos juntados a ele foi um relatório da Coletoria das Rendas Gerais da Cidade de Lençóis¹⁴³. As declarações foram assinadas pelo coletor José Venâncio Gomes de Azevedo que atestava a liberdade de Bemvinda, mas pouco dizia sobre os demais sujeitos envolvidos na questão em andamento. Sem especificar como, Azevedo afirmou que a antiga escrava alcançou sua liberdade legal em 10 de julho de 1879, dois meses antes da morte de Gregório Ribeiro da Fonseca, seu senhor. Menos de três anos depois, Damázia Maria de Souza, viúva de Gregório foi à sepultura, ficando então a prole da africana em posse dos herdeiros do casal. Além disso, não trouxe referências sobre Mathias, marido da liberta e pais dos escravizados em litígio.

Apesar dos debates em última instância, a ação de Bemvinda foi considerada nula. Os membros do Tribunal da Relação entenderam que não havia provas suficientes da importação da autora após a proibição do tráfico de 1831. Desse modo, o cativo da família era legítimo, considerando que os antigos senhores estavam respaldados pela Lei, uma vez que matricularam, devidamente, a então escrava e seus filhos. Curioso é notar

143 Processo-cível, 02.08.1887, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Ação de liberdade, estante 69, caixa 2463, documento 05.

que tal decisão foi expedida em 23 de março de 1888, ou seja, há menos de dois meses da assinatura da Lei Áurea. Isso demonstra que uma parcela da classe senhorial ainda acreditava na perpetuação do trabalho cativo no Brasil, a despeito dos ares abolicionistas que tomavam o país.

Ao contrário do que foi visto no campo judicial, no cotidiano lençoisense a africana certamente foi mais bem-sucedida. Inclusive, a oposição de Bemvinda à família de seus antigos senhores em favor de seus filhos pode ter sido impulsionado por um senso de segurança adquirido naquela comunidade. Passei a supor isso quando cotejei alguns detalhes do processo que davam conta da figura da autora do processo e de capítulos de sua vida no Brasil. Primeiramente, no plano pericial foram tomados os "signaes característicos" de Bemvinda. Nesse exame, os responsáveis pelo laudo a descreveram como uma mulher "preta" de altura, corpo, orelhas e boca regulares, mãos achatadas, nariz "grosso", olhos pequenos, com idade aparente e alegada de cinquenta anos. Além disso, frisaram que a mulher diante deles tinha "[...] nas faces e na testa riscos", que eram em realidade escurificações, reconhecidas publicamente como sinais de sua origem africana

Nos testemunhos, a certeza de que Bemvinda sobrevivera ao tráfico atlântico foi reforçada. Leolino José Pacheco, artista vindo das Minas Gerais, solteiro, de quarenta anos de idade, primeira testemunha arrolada no caso disse "que sab[ia] de sciencia certa e mesmo pelos signaes com que a liberta Bemvinda está gizada ou marcada no rosto que a dita Bemvinda é africanna". Essa afirmação foi repetida pela segunda testemunha, Braz de Souza Benevides, que também tinha vindo das Minas Gerais, mas para viver de seus negócios em Lençóis. Além de reconhecer os sinais "gizados" no rosto da periciada como evidências de sua origem, acrescentou que disso não tinha dúvidas por ter ela também a "falla de africanna muita atrapalhada"¹⁴⁴.

A partir da descrição da "falla atrapalhada" em adição a algumas das declarações da própria Bemvinda pode-se conjecturar sobre os níveis de sucesso de suas experiências nas Lavras. Inicialmente, é curioso notar que sua ascendência parece ter sido um fator fundamental na construção da sua trajetória na região. Bemvinda, no interrogatório a que foi submetida, montou uma narrativa que deixava poucas dúvidas sobre a ilegalidade do seu cativeiro, demonstrando através de diferentes argumentos que havia entrado no Brasil após a proibição do tráfico de 1831. Para formar sua tese ela se valeu, principalmente, das lembranças de seu embarque na costa da África e, embora não tenha dito com precisão

144 Processo-cível, 13.07.1887.

de qual porto partiu a embarcação que a trouxe para o Brasil, afirmou que tinha certeza que havia vindo daquele continente, pois já contava com uma idade entre cinco e seis anos quando isso aconteceu.

Bemvinda disse ainda que não tinha memória de seus pais e que chegou aportou sem sua família. Também disse que não se recordava se seus pais tinham acompanhando-a no embarque, se haviam se perdido na travessia atlântica ou no desembarque na América. A partir daí é possível assumir que o embarque ocorreu entre 1842 e 1843, indicando que ela tinha aproximadamente quarenta e cinco anos de vivência em terras brasileiras. Portanto, o discurso de Bemvinda permite-nos refletir que seus modos e costumes de africana foram aprendidos mais no Brasil do que em sua terra natal, e que a fluência do português foi preterida por motivos diversos – infelizmente difíceis de conhecer por conta das limitadas informações sobre essa personagem.

De todo modo, as informações disponíveis sobre Bemvinda revelam que a “fala atrapalhada” era mais que uma estratégia de defesa da liberdade dos filhos dela. Depois da análise do material, passei a aceitar que a manutenção do sotaque africano, mesmo depois de tantos anos vivendo entre falantes de português – ou das formas miscigenadas do idioma – poderia engrenar meios de subsistência e formas de pertencimento a um grupo. Isso revela a complexidade da sociedade diamantina, em que as mulheres, com experiências conformadas em meio a variados condicionantes, precisavam desenvolver estratégias específicas para alcançar o que consideravam uma vida mais adequada.

Assim, ficou perceptível que, para viver, Bemvinda precisava assumir alguns riscos. Mesmo em um ambiente marcado pela força da escravidão, ela ousou conservar elementos de sua identidade que poderiam ser usados contra a sua liberdade para definir o lugar que ocupava naquela sociedade. Como já debati anteriormente, as condições de cor e de sexo junto à convivência estatal contribuía para que pessoas livres tivessem experiências de trabalho semelhantes àsquelas encontradas no cativo. Nesse processo, pôde-se notar também que tais elementos alicerçaram práticas de apropriação ilegal de pessoas, gerando tensão perene entre as camadas mais baixas da sociedade. Essas pessoas conviviam com o risco da servidão ilegal, conscientes de que a Justiça ouvia com muita dificuldade aos seus clamores¹⁴⁵.

145 Essas considerações são fundamentadas principalmente no pensamento de E. P. Thompson e seus estudos sobre a *gentry*. Cf. Edward P. Thompson, *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Lutar contra isso requereria seguir caminhos alternativos. A liberdade era importante para todos, mas nem sempre a cor contribuía para isso, haja vista os impedimentos que impunha à ascensão social. As relações, às quais pessoas de cor estavam submetidas eram barreiras, espessas o suficiente, para mantê-las em situação de miserabilidade. Por ser africana, Bemvinda estava atenta a tais dificuldades. Assim, privada de meios para desenvolver sua vida de liberta, a sobrevivência para ela pode ter dependido exatamente da demarcação de sua origem e não do esquecimento dela. A "fala atrapalhada" contribuía para a construção disso. Conservar – ou criar – o sotaque, provavelmente, foi uma escolha da africana para poder garantir meios de vida nas Lavras, haja vista que, ali, os africanos tinham alguma deferência, sobretudo entre os pequenos garimpeiros, pois eram reputados como poderosos auxiliares mágicos na cata de minérios.

Entre as pessoas ligadas ao garimpo, havia a crença de que africanos tinham potencial de dar boa sorte aos trabalhos. Nesse imaginário, as mulheres possuíam destaque, como aponta Eduardo França Paiva¹⁴⁶. O historiador diz que, desde o século XVII, os escravos africanos, chegados da Costa da Mina, eram reconhecidos como presença fundamental nos garimpos, tanto por formar o grosso da mão de obra aplicada nesses serviços, pela experiência da mineração em África que traziam, quanto por seus poderes místicos.

Paiva¹⁴⁷ segue dizendo que, na Capitania das Minas Gerais, por aquele tempo, divulgava-se a ideia de que as mulheres Mina traziam prosperidade aos garimpos. Era comum que alguns senhores dos distritos diamantinos e auríferos não dispensassem a presença delas entre seus cativos. Além disso, as técnicas de trabalho que elas traziam da África, onde eram amplamente empregadas na extração de minérios, sobretudo por causa da relação sobrenatural com o ventre da terra, eram valiosas na empreitada da cata do ouro.

Um imaginário semelhante se desenvolveu na – ou chegou até a – Chapada Diamantina durante o século XIX. Aplicadas em menor escala no serviço da garimpagem, uma vez que esse era feito majoritariamente por homens livres e escravos ladinos, as mulheres africanas eram procuradas mais por suas habilidades para, como se dizia na fala popular, *desinfundar* um garimpeiro, ou seja, dar-lhe a ventura de encontrar uma boa pedra

146 Eduardo França Paiva, “Bateias, carumbés e tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo”, in. Eduardo França Paiva; Carla Maria Junho Anastasia (orgs.), O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver; séculos XVI a XIX, 2. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

147 Paiva, “Bateias, carumbés e tabuleiros”.

que o tirasse um momento de má sorte, que passava sem encontrar um diamante valioso. A dinâmica religiosa nessa região da Bahia, nesse tempo, adquiriu algumas particularidades que contribuíram para a valorização dos poderes místicos dessas mulheres.

Em Lençóis, uma mistura de elementos de matriz africana, com noções cristãs e crenças em entidades brasileiras, deu origem ao Jarê¹⁴⁸. Essa foi uma manifestação religiosa tipicamente chapadense, na qual muitos garimpeiros investiam sua fé e buscavam soluções para seus problemas. Nesse culto, Xangô, orixá africano que vive nas pedreiras, mesmo lugar onde se encontram os diamantes, era um dos mais reverenciados, pois acreditava-se que somente com a benção Dele, o garimpeiro poderia achar a pedra que tanto procurava.

O Oxé, instrumento ritual de Xangô com formato de um machado de duas lâminas, tinha grande significado para os trabalhadores do garimpo. A crença corrente dizia que se deparar com um machado de Xangô, num serviço de garimpo, representava azar certo. Enquanto carregar um desses, como amuleto consagrado por um mentor espiritual, garantiria prosperidade e sucesso na empreitada. Nessa dinâmica, pessoas a quem fossem reportados poderes místicos ganhavam destaque entre os garimpeiros, pois além dos Orixás, todo um panteão de entidades que representavam as forças da natureza e os Caboclos, Crianças e Boiadeiros precisavam ser agradados para que a vida nas Lavras fosse bem-sucedida¹⁴⁹.

A capacidade de administrar a cura para diferentes doenças também era atribuída a poderes mágicos e aos guias espirituais. Isso davam notoriedade às pessoas que administravam tratamentos baseados em poderes sobrenaturais e elementos da natureza. Disso se ressentia a saúde pública de Santa Isabel, inclusive. Em um relatório enviado à Presidência da Província em 13 de fevereiro de 1849, a mesa diretora do Asilo da cidade dizia que, a despeito das dificuldades enfrentadas na Bahia, a população dali era saudável e longeva. Entretanto, viveriam em melhores condições “[...] se em lugar dos preconceitos e conselhos dos charlatões, de que se deixão dominar em geral os habitantes do sertão,

148 Cf. Ronaldo de Salles Senna, “Garimpeiros, capangueiros e pedristas: o jarê nas relações sócio-culturais na Chapada Diamantina”, in: Eivaldo Fagundes Neves, *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*, Salvador: ARCADIA, 2011; Rômulo Martins, “‘Vinha na fé de trabalhar em diamantes’: escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina - BA (1840 - 1888)” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2013); Itamar Pereira de Aguiar; Nathalia Rocha; Washington Santos Nascimento, “Vozes da Sanzala: Simbologias Kimbundu e trânsitos religiosos em Angola e no Brasil”, *Revista Transversos*, v. 6, n. 6 (2016).

149 Cf. Maria Salete Petroni de Castro Gonçalves, *Garimpo, devoção e festa em Lençóis, BA*, São Paulo: Escola de Folclore, 1984.

acolhessem os conselhos da Hygiene”¹⁵⁰, constituindo a esse modo a saúde como mais um campo de fricção entre a população de cor e os ditames da civilidade.

É nesse cenário que Bemvinda pode ter considerado conservar e até mesmo acentuar as características de sua origem. Ao explorar as possibilidades de trabalho e de renda reservadas a pessoas como ela, a africana pode ter preferido construir meios de subsistência a partir de seus conhecimentos ancestrais e, com isso, ter ganhado destaque entre a gente pobre e de cor, subvertendo o entendimento da liberdade como inserção na sociedade tradicional e obliteração completa do passado no cativo. Isso ficou bastante evidenciado no estudo de Sharyse Piroupo do Amaral¹⁵¹ sobre liberdade e escravidão em Sergipe, na transição do Império para a República.

Ainda de acordo com Amaral¹⁵², no município das Laranjeiras, naquela Província, um grupamento de africanos livres se esforçou para perpetuar características étnicas e, assim, se conectaram uns com os outros através de relações pessoais, religiosas e comerciais. Uma dinâmica semelhante já era também conhecida nas Minas Gerais desde a Colônia. Eduardo França Paiva¹⁵³ e Luciano Figueiredo¹⁵⁴, historiadores preocupados em entender as experiências de mulheres negras no cotidiano das catas mineiras de ouro e diamante entre os séculos XVIII e XIX. Assim, essas foram estratégias de resistência contra as pressões escravistas que os empurrava para a subalternidade, sem necessariamente representar uma submissão ao modelo de mobilidade social, baseado na civilidade branca. Nesse ambiente é que Bemvinda e outras mulheres em semelhante condição, provavelmente, concentraram seus esforços para melhorar de vida.

As mulheres precisavam se valer de quaisquer oportunidades para garantir o que precisavam para viver, manter a liberdade e alcançar alguma segurança contra as pressões que as oprimiam. Todavia, quanto ao trabalho – o que efetivamente me interessa neste estudo – a falta de informações deixa muitas lacunas acerca das ocupações femininas e, com isso, resultado da pouca documentação das suas formas de atuação. A percepção

150 Relatório do Asilo da Vila de Santa Isabel do Paraguaçu enviado à Presidência da Província da Bahia, 13.02.1849, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial, Religião (Asilo da Vila de Santa Isabel), maço 5302.

151 Sharyse Piroupo do Amaral, *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe* (Cotinguiba, 1860-1900), Salvador: EDUFBA, 2012.

152 Amaral, *Um pé calçado*.

153 Eduardo França Paiva, “Mulheres de diversas ‘qualidades’ e seus testamentos na colonial, escravista e mestiça capitania das Minas Gerais”, in Giovana Xavier, Juliana Farias, Flávio Gomes (orgs.), *Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação*, São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, pp. 11-23.

154 Luciano Figueiredo, *Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII*, in Giovana Xavier, Juliana Farias, Flávio Gomes (orgs.), *Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação*, São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, pp. 35-51

dessa situação e as dificuldades que isso trouxe à pesquisa, conduziram-me a esmiuçar a documentação possível para preencher esses espaços vazios da memória chapadense.

Os inventários *post mortem* e os testamentos foram documentos de grande valia para alcançar o objetivo que propus para este capítulo. Isso ficou evidenciado a partir da análise do inventário de Maria Francelina de Jesus¹⁵⁵. Quando morreu, em dias de agosto de 1878, ela deixou como herdeiros legítimos, seu marido Domingos José Alves e dois filhos; Theolinda de dez anos de idade e Ernestino, de sete. A essas pessoas legou algumas posses que, depois de avaliadas, renderam um monte-mor de apenas 501\$000 réis. Ainda que pequeno, o valor abrangia certa variedade de elementos que me permitiram algumas reflexões sobre os meios de vida dela e, potencialmente, de mulheres similares.

Os bens descritos no inventário demonstraram que Maria Francelina se preocupou em garantir diferentes fontes de renda. Foram descritos: um cavalo, seis vacas – das quais três estavam paridas –, quatro novilhas “de ano”, uma parte de terras na Canabrava com uma morada (avaliadas separadamente), uma morada de casa coberta de telha na cidade, alguns itens de montaria, uma “manga que serve para pasto”, e o “escravinho” Eleutério, cabra, com cinco anos de idade. Apesar de breve e de pouca monta, resolvi decompor esse inventário segundo as características dos bens para, a partir disso, perceber os significados desses elementos na dinâmica de vida da titular.

À primeira vista é plausível aventar que a inventariada concentrou os investimentos e os esforços em atividades ligadas à terra, haja vista a representatividade que os gados e a terra tinham no monte-mor. Quando somei os valores apresentados em gado bovino (175\$000 réis) e em imóveis na Canabrava (70\$000 réis), pude entrever a significância do trabalho agropastoril para ela e sua família, uma vez que esse montante equivalia a quase metade do monte-mor, ou exatamente 48,9% do total. Acrescentando o valor do cavalo, avaliado em 50\$000 réis, a proporção da soma atinge os 58,9%.

A partir daí passei a conjecturar os usos dos elementos no campo da subsistência da família de Maria Francelina. As vacas poderiam fornecer algum leite – que poderia ser beneficiado – além das crias que poderiam ser negociadas no mercado de rezes; o cavalo era, decerto, o meio de transporte usado para o trabalho de Maria Francelina e de seu marido e também de eventuais cargas; a terra poderia abrigar uma pequena lavoura da qual era possível colher o necessário para a subsistência da família e, em alguma medida,

155 Inventário de Maria Francelina de Jesus, 24.08.1878, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 05, caixa, 2077, maço 2548, documento 10.

um excedente que poderia ser negociado na vizinhança, pois, a ausência de notações de lavoura, no documento, sugere que o produto extraído do terreno não era substancial.

Os outros itens, arrolados no inventário, insinuam que a vida da titular acontecia também no meio urbano de Lençóis. A casa de telhas que Maria Francelina tinha na cidade, avaliada em 80\$000 réis, é o principal indicativo disso, pois foi o bem que atingiu, individualmente, o maior valor na lista apresentada. Quando comparada a outros imóveis no mesmo período, essa casa pode ser classificada como mediana, uma vez que estava longe de se equiparar aos grandes sobrados das famílias de destaque, mas também, não era um casebre coberto de palha como aqueles em que viviam os mais pobres na periferia da cidade. Com isso, Maria Francelina demonstrou que não era miserável e que garantira algum progresso na vida material.

As rendas da família dependiam também da mão de obra cativa. À sua labuta pela sobrevivência, Maria Francelina agregou o “escravinho” Eleutério, ao que tudo indica, em cativo ilegal, uma vez que em 1878, momento em que foi procedido o inventário, o menino tinha, somente, cinco anos de idade. Provavelmente, teria nascido entre 1872 e 1873. Caso essa idade esteja correta, ele nasceu depois da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, que declarava livre os filhos de mulheres escravas. Diante desse flagrante, não pude dizer como essa posse foi garantida e como a justiça não interveio. Entretanto, isso denuncia que, de certo modo, Maria Francelina se esgueirou pelas tramas de poder para garantir isso, e que se valeu de expedientes questionáveis, mas correntes naquela sociedade, para garantir seus meios de vida.

Esse tipo de constatação, combinada à do cativo dos filhos de Bemvinda, de quem falei mais acima, demonstra que a escravização ilegal na Chapada Diamantina era comum. Entretanto, esse não é o ponto fundamental aqui, mas sim a façanha de uma mulher de pequenas posses – e que, seguramente, não gozava das mesmas deferências sociais da família Souza-Fonseca –, ter conseguido criar um cativo, ilícito, e manter em um processo sucessório, um escravo como bem. Maria Francelina logrou por seus modos perpetuar o costume de ter a seu serviço um escravo ilegal, assim como era corrente entre as camadas senhoriais e aqueles que almejavam integrá-las. Assim, o ponto nevrálgico nesse caso é entender como uma mulher que se localizava entre os grupos subalternos do universo lavrista conseguiu isso.

A pobreza e a necessidade de trabalhar são elementos que inserem a própria Maria Francelina entre os grupos ameaçados pelos ditames da escravidão. Assim, a primeira suposição seria a de que ela não teria acesso aos meios de se assenhorar, ilegalmente, de

alguém. Entretanto, não foi isso que o inventário revelou. Creio que foi através de pequenas negociações que ela conseguiu a posse do pequeno Eleutério. Os desdobramentos dessas relações permitiram aos herdeiros mantê-lo como propriedade da família, mesmo diante do conhecimento da Justiça do cativo ilegítimo. Infelizmente as fontes disponíveis são limitadas quanto a informações sobre esses aspectos, assim como não encontrei mais documentos da família nos fundos que consultei.

Acredito que o caso de escravização de Eleutério é um exemplo da engenhosidade de mulheres pobres para sobreviver. Seus planos, se bem-sucedidos, rendiam meios de vida para si e para sua família e, quiçá, alguma riqueza. Nessa faina, algumas delas, como Maria Francelina, conseguiram penetrar em um campo de poder que as permitia gozar de condições de existência um pouco menos precárias que aquelas experimentadas pela maioria das mulheres das camadas mais baixas daquela sociedade. Com isso, considero que as estratégias, assim como os resultados, eram variadas e que as mulheres foram capazes de desenhar para si caminhos próprios no intento de alcançar melhores condições de vida por entre as brechas do poder masculino prevalecente ali.

O resultado auferido com os bens de Maria Francelina expressa que, a despeito dos esforços de mulheres como ela, o sucesso era restringido pelas condições que aquela sociedade as impunha. Obstáculos decorrentes da escravidão, assim como da condição sexual, dificultavam a melhoria de vida e entravavam uma possível mobilidade social. A concretização do sonho de amealhar grandes riquezas e escapar das pressões impostas pelos ditames escravistas, motivos que encorajaram muitas mulheres a rumar para as Lavras, não foi uma realidade para a maioria. Todavia, os documentos mostraram também que as vias de melhoria das condições de vida não estavam completamente obstruídas para essas personagens, pois ainda que não tenham alcançado os estratos mais altos da pirâmide social, algumas puderam gozar uma vida menos perniciosa que muitas que viviam na miséria própria da Bahia de meados do século XIX¹⁵⁶.

Os casos que trouxeram até aqui, permitem notar que as mulheres livres desenvolveram meios de ganhar a vida de acordo com o nível de exposição aos fatores de

156 Sobre a miséria na Bahia no século XIX Cf. Gonçalo de Atahyde Pereira, *Memória Histórica e Descritiva do Município de São João do Paraguassú*, Salvador: Oficinas da Empresa A Bahia, 1907; Gonçalo de Atahyde Pereira, *Memória histórica e descritiva do município de Lençoes: Lavras diamantinas*, Salvador: Oficinas da Empresa "A Bahia", 1910; Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996; Maria Salete Petroni de Castro Gonçalves, *Garimpo, devoção e festa*; Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*, São Paulo: HUCITEC, 1978.

vulnerabilidade a que estavam submetidas e os recursos que conseguiam reunir. Vencer isso dependia da capacidade de se valer das oportunidades que encontravam ou que conseguiam construir para si a ponto de colocarem prática seus planos de melhoria material de vida e de liberdade. Na região das Lavras, mulheres encontraram meios para isso. Contudo, essa foi uma tarefa difícil, levando algumas a permanecer no limiar dos grupos mais baixos, porém acima da miséria, e muitas outras nas bases dos grupos de riqueza considerado mediana daquela sociedade.

Interpretações sobre os montes-mores foram fundamentais para entender o progresso material das mulheres em Lençóis. O caso de Bemvinda e o de Maria Francelina demonstram que, além de bens, o ganho em qualidade de vida poderia se expressar através de subjetividades como exercício da liberdade, tessitura de uma rede social, favores e relações pessoais ou deferência entre a comunidade. Assim, os valores presentes nos inventários não conseguem dar conta desses ganhos, mas permitem ter uma visão sobre o que essas mulheres consideravam importante para investirem seu dinheiro e como atuavam para consegui-lo. Do mesmo modo, permite-nos ter um panorama das ideias de pobreza e riqueza para essas mulheres.

3.1 “A INSIGNIFICÂNCIA DOS BENS DEIXADOS”

Os inventários *post mortem* que consultei, permitiram-me enxergar que as fortunas femininas alcançaram valores razoáveis em Lençóis. Isso é mais um indício de que elas foram ativas na abertura de vias de atuação laboral, possível enriquecimento e na luta contra as adversidades a que estavam submetidas. Apesar disso, não atingiram grandes somas de fortunas. A maior parte dessas mulheres se concentrou na camada média da pirâmide, separada da mais baixa e da mais alta por significativas diferenças nos valores dos montes-mores.

A análise de 107 inventários permitiu-me perceber tal conjuntura. Para chegar a essas conclusões, precisei fazer uma série de ponderações sobre as informações presentes nos documentos. A discussão que empreendo nesta seção se desenvolverá tendo em vista que pobreza e riqueza são conceitos difíceis de definir exatamente com base somente nos valores. Uma série de elementos sociais circulam os termos e, por isso, me concentrarei nos esforços e meios de vida feitos na fronteira entre a miséria e a pobreza. Assim, vale entender como pequenos ganhos poderiam fazer grande diferença no tocante à maneira como as mulheres se inseriam e atuavam na sociedade do diamante.

Pequenas quantias arroladas em inventários eram insuficientes para colocar as mulheres nos lugares mais altos daquela sociedade, mas representam os esforços delas, outrora despossuídas, em saírem da precariedade em que viviam. Por vezes, os bens deixados apontam que a linha que separava a pobreza da miséria era bem tênue. Entretanto, decidi assumir que o fato de terem conseguido patrimônio, mesmo que mínimo, mas suficiente para ser arrolado, pode ser entendido como progresso, como melhoria para o cotidiano dessas mulheres. Assim, a leitura dos inventários possibilitou compor um panorama da vida material dessas mulheres e da implicação disso sobre suas experiências.

Algumas mulheres deixaram posses – documentadas por vontade própria ou compulsoriamente, através do poder judiciário – com valores baixíssimos e isso, por si, permite uma visão sobre as condições de vida e dos meios pelos quais elas lutavam contra a vulnerabilidade social. O menor montante, entre os inventários que analisei, somou aproximadamente 35\$000 réis. Trata-se do arrolamento de bens de Anna Cardoso da Rocha¹⁵⁷, também conhecida como Anna Berolla ou Anna de tal, que viveu em Lençóis e morreu em dias de maio de 1877. É válida a transcrição do documento para uma visão mais clara do assunto.

Diz Daniel José de Araujo, negociante estabelecido a rua S. Anna d'esta cidade, que tendo fallecido n'o dia 18 do corrente mez de Maio na sua dita rua Anna de tal, conhecida por Anna Berolla, apresentou-se ao supp^e. Roberto José dos Santos com a petição e despacho n'elle exarado por VS. authorizando-o a dispor de uma pequena casa arruinada e poucas oitavas de ouro a fim de que com o producto auferido fosse a falecida sepultada.

O supp^e conhecendo a insignificancia dos bens deixados, entendeu que com seo prejuizo e por amor a caridade deveria fazer qualquer dispendio para não deixar insepulto o cadaver da fallecida, como de facto forneceu ao dito Roberto quantia de quarenta e cinco mil reis para acudir a esta despesa, suppondo existir m^s outros bens que garantisse ao supp^e quando alias se vê o supp^e. prejudicado seguramente em 10\$000 da quantia dispendida por que os objetos deixados inclusive a casa mal poderão o valor 35\$000. Sendo pois estes objectos pertencentes a falecida vem o supp^e. requerer a VS. que sirva por seu respeitavel despacho mandar que o supp^e. entre na casa deixada pela fallecida como seu unico possuidor para o que necessita.¹⁵⁸

157 Inventário de Anna Cardoso da Rocha, 25.05.1877, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 04, caixa, 1480, maço 1949, documento 22.

158 Inventário de Anna Cardoso da Rocha, 25.05.1877, fl. 2.

Esse caso demonstra a potencialidade dos inventários *post mortem* em evidenciar a tenuidade da pobreza. Informações dessa natureza, permite identificar que, nem sempre, deixar bens dignos de arrolamentos implicava um grande progresso material. Um patrimônio limitado, como o de uma pequena casa, poderia significar um remédio para a miséria extrema na qual grande parte da população lavrista vivia. Assim, é preciso entender quais as implicações, que os diferentes níveis de posses, traziam para a vida das mulheres ali.

A dinâmica econômica das Lavras pode ter possibilitado condições razoáveis para mulheres que morreram sem bens. Todavia, a perenidade de um patrimônio no século XIX era muito dependente de bens de raiz, dentre os quais se verificava certa preferência por imóveis rurais, e de outros elementos materiais que pudessem dar alguma garantia a seus donos de se manterem afastados da miséria. Além disso, a intinerância característica da população lavrista pode ter contribuído para que algumas mulheres redigissem seus testamentos ou tivessem seus inventários lavrados em outras comarcas.

Diante disso, é possível perceber que testamentos e inventários representam apenas uma parcela reduzida das mulheres pobres. Todavia, essas fontes são úteis para entender as aspirações e os modos de vida dessas personagens, bem como a conjectura das estratégias delas na luta pela própria sobrevivência¹⁵⁹, haja vista apresentarem indícios da complexidade da atuação feminina naquela sociedade. Nos arrolamentos, ficou notório que as mulheres usavam bens semelhantes em estratégias de vida diferentes e que, para elas, era mais relevante usá-los para escapar da miséria do que, necessariamente, reunir bens que lhes conferissem status ou distinção social.

Desse modo, os patrimônios foram adquiridos não por padrões de consumo, mas pela potencialidade dos bens para ampliar a segurança contra as pressões coercitivas e, principalmente, para aumentar a participação dela na sociedade. Assim, mais que o total que poderia ser auferido com a reunião dos bens, essas mulheres pretendiam extrapolar a virulência social a que estavam submetidas através dessas posses. Isso torna-se evidente quando se nota que muitos patrimônios pequenos estavam concentrados em elementos de pequeno valor, mas que poderiam ser usados como meio de trabalho e de mobilidade social.

159 Paulo Duque Santos, historiador dedicado ao estudo do sertão baiano no século XIX defende tal perspectiva para o uso de inventários em sua tese de doutoramento. Cf. Paulo Duque Santos, “Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2014), p. 63.

Ao comparar inventários, notei valores semelhantes entre patrimônios, mas com arrolamentos bem distintos. Com três desses documentos, todos com montes-mores na casa dos 600\$000 réis e separados uns dos outros por quase uma década cada, é possível apreciar a diversidade da dinâmica material das mulheres chapadenses.

O primeiro caso é o de Eufrosina Maria da Conceição, cujo inventário consiste apenas na posse da escrava Maria Africana, rendendo um total 600\$000 réis em 17 de outubro de 1853¹⁶⁰. Nove anos depois, em 27 de novembro de 1862, Isidora Maria de Novaes deixou bens que depois de arrolados foram avaliados em 623\$000 réis¹⁶¹. Suas posses foram diversificadas e incluía duas vacas, um garrote, quatro partes de terra, uma casa de telhas e um empréstimo a Euzebio Teles no valor de 17\$000 réis. Por último, há o inventário de Maria Joaquina Chaves, com data de 24 de maio de 1871, que resultou em 602\$000 réis com a avaliação de oito vacas, três garrotes, duas novilhas, três potros, um cavalo, um rancho de palha, alguns móveis e instrumentos de trabalho¹⁶².

Os números, apesar de próximos, mostram que essas mulheres forjaram estratégias de vida particulares. Eufrosina da Conceição conseguia alguma renda com a exploração do trabalho de sua escrava, dividindo com ela o universo de trabalho, a fim de conseguir o suficiente para o sustendo das duas. A exiguidade das rendas pode ser aventada pela ausência de outros bens no inventário e, tendo a crer que, ainda que a titular não tivesse interesse em reunir um patrimônio substancial – o que eu acredito ser uma possibilidade remota – a renda de ambas não permitiu uma vida esbanjadora.

O trabalho também marcava a vida de Isidora Maria e Maria Joaquina. Entretanto, essas últimas seguiram caminhos diferentes dos de Eufrosina e preferiram investir em um pequeno patrimônio rural que fosse capaz de garantir certa regularidade na renda e, quiçá algum lucro que poderia ser utilizado para melhorar as próprias condições materiais de vida e da família de ambas. Mas, ainda com todas essas semelhanças, Isidora Maria e Maria Joaquina usaram expedientes diferentes. A primeira parece ter explorado a potencialidade do gado e da agricultura igualmente, conseguindo ampliar seu patrimônio através do com trabalho, ainda que modestamente. Por outro lado, Maria Joaquina

160 Inventário de Maria Eufrosina da Conceição, 17.10.1853, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa, 1045, maço 1514, documento 13.

161 Inventário de Isidora Maria de Novaes, 27.11.1862, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa, 1048, maço 1517, documento 01.

162 Inventário de Maria Joaquina Chaves, 24.05.1871, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa, 1014, maço 1483, documento 17.

explorou a pecuária, haja vista que se preocupou em reunir mais animais do que terra, embora possa ter tido as mesmas aspirações de vida que suas companheiras.

As ocupações e os níveis de rendimentos que extraíam com seus trabalhos contribuíram para a movimentação delas naquela sociedade. A escolha das formas de trabalho, certamente, estava condicionada a fatores materiais e imateriais. Desse modo, as rendas deveriam servir para melhorar a maneira como elas eram percebidas naquela sociedade e minorar os efeitos dos fatores extenuantes de suas vidas¹⁶³. Um fator relevante nas experiências das três inventariadas citadas é a dedicação a atividades nas quais não contavam com patrões. Nesse sentido, o trabalho era o meio para que essas mulheres conseguissem melhorar suas condições de existência, e ainda se esquivar da exploração de um eventual patrão.

Diante disso, é possível julgar que montes-mores de pequena importância eram formados por meios de produção que pudessem garantir uma renda modesta e uma ampliação limitada do patrimônio, mas que poderia tirar essas mulheres da miséria, embora fossem insuficientes para retirá-las do universo social das despossuídas. Desse modo, mulheres de poucas posses compartilhavam os impactos causados pela pobreza combinada à condição de cor e de sexo com intensidade atenuada ou agravada de acordo com o nível de exposição que suas atividades requeriam. Se distanciar da miséria, portanto, às vezes exigia correr maiores riscos, que talvez nem todas estivessem dispostas a enfrentar.

A fim de solidificar essa perspectiva, resolvi classificar os montes-mores de acordo com os valores apresentados. Para isso, listei as quantias auferidas e percebi dois grandes fossos entre alguns grupos de riqueza. A primeira distância, observada, separava as mulheres com inventários abaixo de 1:000\$000 réis daquelas com pecúlios maiores do que isso; o segundo espaço distanciava mulheres com montes-mores menores de 10:000\$000 réis das que se localizavam na faixa superior.

A partir dessas informações decidi considerar a primeira faixa como a que concentra mulheres com inventários de quantias inferiores a 1:000\$000 réis. Na segunda inscrevi as fortunas entre 1:000\$001 réis e 4:999\$999 réis; na terceira, aquelas com montes-mores entre 5:000\$000 e 10:000\$000 réis; na quarta aloquei os inventários que

163 Sobre o significado do trabalho Cf. Celia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX*, São Paulo: Annablume, 1987, pp. 47 – 59; Sheila de Castro Faria, “Mulheres forras-riqueza e estigma social”, *Tempo*, n. 9 (2000); Henrique Espada Lima, “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”, *TOPOI*, v. 6, n. 11 (2005).

somaram entre 10:000\$0001 réis e 20:000\$000 réis e; a quinta e última faixa com valores superiores a 20:000\$001 réis.¹⁶⁴ . Na tabela a seguir, apresento em valores os limites entre as faixas, a fim de perceber com mais clareza a distribuição que estabeleci.

Tabela 01: Limites entre as faixas de montes-mores (em réis; 1850-1880)

	Menor	Maior
Faixa 1	35\$000	985\$000
Faixa 2	1:006\$300	4:883\$000
Faixa 3	5:090\$000	9:044\$000
Faixa 4	10:035\$000	14:192\$000
Faixa 5	22:344\$701	49:720\$000

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários.

Na descrição da tabela é possível mensurar as diferenças entre as faixas de riqueza. Ficou notório que à medida que os montes-mores se tornavam mais vultosos, o espaço entre os grupos aumentava, o que aparece como um sinal da maior concentração de mulheres nas faixas mais baixas, resultante das dificuldades que encontravam para se moverem naquela estrutura social. Para facilitar a observação dessas diferenças, comparei o monte-mor de maior valor de uma faixa com o de menor valor da faixa seguinte para determinar a grandeza das diferenças entre as faixas de riqueza. O resultado alcançado aparece no quadro logo abaixo.

Quadro 02: Valores das diferenças entre faixas de riqueza (em réis; 1850-1880)

Entre as faixas 1 e 2	Entre as faixas 2 e 3	Entre as faixas 3 e 4	Entre as faixas 4 e 5
21\$300	207\$000	991\$000	8:152\$701

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

Ao cotejar as diferenças entre os montes-mores por décadas, pude perceber que as mulheres inventariadas se beneficiaram do desenvolvimento da indústria do diamante,

¹⁶⁴ Essa divisão de faixas é semelhante à utilizada por Paulo Duque Santos em sua tese de doutoramento. Cf. Santos, “Légua tirana”, p. 66.

ainda que, como se verá adiante, tenham investido pouco em garimpos. De modo geral, a década de 1870 foi o período que apresentou os valores mais altos em quatro das cinco faixas de riquezas que estabeleci. Na tabela 02, distribuí os valores por décadas, a fim de demonstrar com mais clareza os dados e favorecer o entendimento do que venho apontando.

Tabela 02: Valores limites das faixas de riqueza (em réis; 1850-1880)

	1850		1860		1870		1880	
	Menor	Maior	Menor	Maior	Menor	Maior	Menor	Maior
Faixa 1	282\$880	600\$000	187\$250	623\$000	35\$000	985\$000	80\$700	954\$000
Faixa 2	1:429\$200	3:321\$000	1:006\$300	4:522\$000	1:020\$000	4:883\$000	1:712\$300	2:968\$171
Faixa 3	5:381\$529	8:650\$000	5:456\$200	7:807\$000	5:085\$000	9:044\$000	-	-
Faixa 4	12:819\$000	10:066\$000	11:773\$000	11:130\$000	14:192\$000	17:844.201		
Faixa 5	35:542\$029	-	-	26:333\$540	49:720\$000	22:344\$701		

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários.

As cifras que encontrei para a década de 1870, certamente, foi resultado de empreitadas bem-sucedidas das mulheres dos grupos mais baixos na região, entre as décadas de 1850 e 1860. Depois desse período, a economia das Lavras estava demasiadamente combalida, pois mal havia se recuperado das consequências das secas e das epidemias dos anos 1860, e logo foi afetada pela perda de participação no mercado internacional de pedras, por conta da concorrência sul-africana no comércio de diamante a partir de 1870, o que não somente acarretou um esvaziamento da região, mas também a severa queda na produção local de diamantes.

A comparação geral dos valores apresentados na tabela acima permite também perceber que entre as mulheres pobres (faixa 1) e as dos grupos intermediários (faixas 2 e 3), as diferenças foram mais significativas entre os últimos das faixas mais altas. Ao longo do período abordado, as flutuações foram mais abruptas acima dos 10:000\$000 réis, fosse na redução ou no aumento das diferenças. Todavia, vale uma consideração

sobre o intervalo que separava a faixa 1 da seguinte. Embora entre as faixas 1 e 2 as diferenças tenham se mostrado sutis, de modo geral, acredito que na dinâmica de vida dessas mulheres, superar essas desigualdades materiais era uma tarefa muito difícil.

Em uma análise mais apurada sobre os valores, para uma discussão mais acurada, percebe-se que ao utilizar o mesmo método que usei mais acima de comparar o teto de uma faixa com o piso da seguinte encontrei os seguintes valores para as diferenças entre as faixas 1 e 2.

Tabela 03: Diferenças entre as faixas de riqueza 1 e 2 (em réis; 1850-1880)

1850	1860	1870	1880
829\$200	383\$300	35\$000	758\$300

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

Exceto pelos anos 1870, com suas peculiaridades conforme abordado nas demais décadas as diferenças atingiram valores significativos para as mulheres da faixa 1. Isso revela que para as mulheres, e especialmente para as mais pobres, a melhoria de vida era uma tarefa um tanto difícil, sobretudo nos momentos de crise, quando elas ficavam muito vulneráveis, como se viu com a elevação brusca da diferença entre a década de 1870 e 1880. Apesar dessas diferenças entre as faixas, a análise dos inventários apontou que a maior parte das mulheres se situou na faixa 2, perfazendo um pouco mais da metade do montante de inventários analisados como apresento na tabela abaixo.

Tabela 04: Distribuição de inventários por faixas (1850-1870)

	n.	%
Faixa 1	28	26,2
Faixa 2	59	55,1
Faixa 3	11	10,3
Faixa 4	5	4,7
Faixa 5	4	3,7
Total	107	100,0

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários.

Os resultados apresentados na tabela anterior, que revelem uma maior porção de mulheres vivendo acima da pobreza, precisam ser relativizados no contexto das sucessões na Bahia da segunda metade do século XIX. O índice de arrolamentos de bens em inventários *post-mortem* no período era reduzido. Alguns historiadores calculam que apenas cerca de 5% dos baianos deixavam patrimônios dignos de avaliação naquela época¹⁶⁵. Com essas informações e sabendo que questões relativas à condição feminina freavam a mobilidade social das mulheres, o enriquecimento entre as mulheres em Lençóis foi menos frequente que uma visão apressada dos dados acima poderia fazer supor.

Ademais, acredito que o volume de mulheres chapadenses que deixaram patrimônios a serem inventariados era menor que a média provincial calculada na casa dos 5%. Julgo mais plausível presumir que a maioria delas morreu sem deixar bens suficientes para serem avaliados, em notória pobreza, a despeito da pequena representatividade proporcional das mais pobres na distribuição dos montes-mores. Isso significa que a maioria das mulheres morreu sem deixar registros dessa natureza, reafirmando o menor acesso à riqueza. Assim, os 26,2% das mulheres inventariadas que formam a base da pirâmide das riquezas, conseguiu ocupar esse espaço não sem grande esforço para vencer a miséria e as limitações impostas pela origem, cor e sexo.

A visão de qualquer riqueza, conquistada com grande esforço, torna as mulheres da faixa de menor valor de montes-mores personagens fundamentais para entender as experiências de sobrevivência feminina nas Lavras. O exercício de angariar fundos ao longo da vida, certamente, deu-se em fronteira tênue entre a miséria e a pobreza. Assim, apresentar algum bem no final da vida significava, para essas mulheres, o êxito de suas estratégias de vida. Embora, no panorama geral, os impactos desse progresso tivessem menos força; ou seja, patrimônios reduzidos representavam pequenas vitórias pessoais, foram insuficientes para extrair essas mulheres do universo da precariedade em que a maior parte da população lençoisense vivia.

Os bens arrolados nos inventários revelam partes das agências das mulheres das camadas subalternas contra a miséria e suas adversidades, uma vez que representam indícios de seus meios de subsistência. Como para elas, trabalhar era condição inerente à própria existência, seus investimentos não apresentavam uma divisão clara entre o nível

165 Kátia Queirós Mattoso, “A opulência na Província da Bahia”, in Luiz Felipe de Alencastro (org.), História da vida privada no Brasil, v. 2 (São Paulo, Companhia das Letras, 1998); Fraga Filho, Mendigos, moleques e vadios.

peçoal e o das ocupações que desempenhavam. Desse modo, a reunião de um, geralmente, era direcionada para melhoraria das condições de trabalho e, consequentemente, de vida.

Assim, analisar os inventários e os significados dos bens descritos, permitiu conhecer mais sobre o universo das ocupações femininas, seus modos de subsistência, e a implicação disso tudo para as experiências delas nas Lavras. Dessa maneira, embora tenha apresentado cinco faixas de riquezas com base nos inventários, considero importante abordar primeiro as formas de riqueza e os meios de vida das camadas mais baixas, para mais à frente fazer exercício semelhante com os extratos do topo da pirâmide.

3.2 A FORTUNA DA MULHER POBRE

Entre as mulheres de pequenas fortunas, os arrolamentos de bens nos inventários eram bastante diversos. Em alguns casos é possível encontrar um rol de bens de várias páginas e outras em que poucos itens ocupam apenas um parágrafo com valores que nem sempre acompanham a proporção de itens. Por vezes, em listas mais longas, constam itens de valor reduzido, enquanto em outras mais modestas, um único item pode ser avaliado por um montante significativo. Percebi que entre algumas mulheres de poucas posses, roupas, móveis e tantos outros objetos de preço reduzido constituíam o grosso das posses deixadas. Em certos casos, esses itens chegaram a representar toda o patrimônio com que essas personagens contavam quando faleciam. Essa realidade pode ser notada nos casos a seguir.

Em junho de 1859, passados treze dias da morte de Ana Joaquina do Espírito Sancto, a Justiça procedeu a seu inventário¹⁶⁶. Como não deixou herdeiros nem declaração de última vontade, coube ao judiciário, conforme a lei da época, apreender, avaliar e leiloar os bens deixados a fim de devolver aos cofres públicos o valor despendido com o sepultamento da dita Ana Joaquina. Os bens eram poucos; se resumiam a algumas joias, vestimentas, utensílios domésticos, galinhas e peruas que renderam somente 187\$820 réis.

166 Inventário de Ana Joaquina do Espirito Sancto, 27.06.1859, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 04, caixa, 1505, maço 1974, documento 04.

A avaliação dos bens de Leopoldina Maria do Sacramento ocorreu de maneira semelhante, quase onze anos depois, no dia 29 de março de 1870¹⁶⁷. Como havia morrido sem testamento cerca de um mês antes, sem declarações de herdeiros ou de última vontade, coube às autoridades proceder a recolha e a liquidação dos bens deixados através de leilão público. Esse era o procedimento padrão em casos dessa natureza, ainda que o valor auferido ao final do processo fosse praticamente insignificante, conforme aconteceu com o espólio da falecida, que somou apenas 168\$250 réis em saias e "camisas de mulher", principalmente, um pano da costa de seda vermelha e uma corrente de prata para chaves.

Algumas mulheres, todavia, entenderam que o mínimo que tinha poderia ser registrado em declaração de última vontade. Esse expediente se vê no caso seguinte. Por já se achar doente desde muito tempo, Cândida Maria de Cerqueira decidiu redigir seu testamento logo nos primeiros meses de 1872¹⁶⁸. Assim, fez questão de protocolar em cartório sua vontade, dizendo que, depois que descesse à sepultura, tudo que tinha deveria ser entregue aos seus irmãos Bartholomeu e Martiniano de Tal, que viviam em Chique-Chique do São Francisco, Senhorinha e Efigenia de Tal, que moravam no Pilão Arcado e Norberto de Tal, residente na Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim).

Assim, quando o inventário foi concluído em dias de junho de 1872¹⁶⁹, os cinco herdeiros se deram conta de que o "tudo" da falecida era quase nada. Além de algumas joias e chapéus, seu espólio, que era composto principalmente por móveis, rendeu um total de 299\$000 réis, montante bem tímido para a época. A modéstia das posses tendia a aumentar depois da partilha, pois além do deságio, se cada herdeiro recebesse partes iguais, cada uma teria direito a somente pouco mais de 50\$000 réis. Todavia, ainda que pequeno, Cândida Maria certamente entedia que, naquela época, o ato de legar, oficialmente, itens pessoais evitava a ação apropriadora da Justiça em poderia favorecer um eventual herdeiro com qualquer remédio para a pobreza. O pouco deixado poderia ajudar algum dos herdeiros a alcançar uma posse de terra, uma ou outra cabeça de gado ou até mesmo um auxílio contra a fome, tão presente entre os sertanejos naqueles tempos.

Esses casos nos permitem refletir que para as mulheres pobres as mínimas posses eram importantes, pois, em alguma medida, favoreciam uma vida menos precária e um

167 Inventário de Leopoldina Maria do Sacramento, 29.03.1870, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 09, caixa, 3926, maço s.n., documento 04.

168 Inventário de Cândida Maria de Cerqueira, 07.06.1872, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa, 1013, maço 1482, documento 08.

169 Inventário de Cândida Maria de Cerqueira, 07.06.1872.

pouco mais afastada da miséria. Assim, os elementos apreendidos, avaliados e leiloados pela Justiça, ou descritos em testamentos logo antes da morte, tinham maiores significados para suas donas em seu cotidiano. Com o que tinham, essas mulheres demonstravam ter conseguido o mínimo para pequenos excedentes, logo, algum sucesso em suas empreitadas, demonstrados através de vestimentas de melhor qualidade, adornos ou móveis mais confortáveis. Todavia, itens dessa natureza foram pouco relevantes em uma perspectiva patrimonial, cedendo lugar àqueles que serviam ao trabalho, como se verá mais adiante.

Na documentação itens pessoais e outros de pouco valor, apesar de relevantes, foram menos citados nos testamentos e inventários *post mortem*. Os indícios apontam por uma preferência em adquirir posses que pudessem ser exploradas como meio de trabalho e que, frequentemente sofriam menos deságio e eram mais valiosas. Pequenas posses de terras, algumas casas de morada, animais e ferramentas de trabalho aparecem recorrentemente nos documentos que analisei e, geralmente, as avaliações desses itens eram mais altas que as dadas aos itens pessoais como os descritos nos casos que citei mais acima. Vale ainda considerar que, à medida que bens mais valiosos apareciam nos arrolamentos, aqueles de uso pessoal se tornavam escassos, demonstrando que não era apenas o valor pecuniário que contava no momento do inventário, mas também – quiçá principalmente – o significado social dos bens deixados.

Bens mais significativos, ainda que insuficiente para compor uma fortuna vultosa, ratificavam os esforços que essas mulheres fizeram para adquiri-los bem como suas vitórias em um universo que as oprimia. O modo como Maria Raimunda dos Santos conduziu a enumeração de seus bens e a sua sucessão permite entender alguns aspectos sobre o tema. Em declaração de última vontade lavrada pouco antes de sua morte¹⁷⁰, em junho de 1882, Maria Raimunda institui Luiza Antônia dos Santos, de 44 anos, moradora da cidade da Barra do Rio Grande, como sua herdeira universal. Para ela, deixou o valor de 104\$000 réis em móveis; 200\$000 réis equivalente à preta Lucrécia, solteira com mais ou menos 60 anos; uma casa na Rua Direita da Matriz de Lençóis avaliada em 250\$000 réis e; uma chácara de cafés no valor de 400\$000 réis, totalizando um montante de 954\$000 réis. Esse valor poderia ter sido maior, caso Maria Raimunda não tivesse distribuído suas roupas entre "pessoas de sua amizade durante a sua molestia", fato que

170 Inventário de Maria Raimunda dos Santos, 23.06.1882, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 09, caixa, 3926, maço s.n., documento 04.

reafirma a pouca importância dada a esses itens na composição patrimonial quando havia uma progressão patrimonial mais consistente entre as mulheres pobres.

Com um estudo sobre dotes no Brasil entre a Colônia e o Império, Muriel Nazzari¹⁷¹ fez algumas considerações sobre a questão patrimonial que auxiliam na compreensão das características da dinâmica registrada na documentação das mulheres de Lençóis. A autora aponta que, no intervalo entre os séculos XVII e XIX, houve uma drástica mudança no conceito de propriedade no Brasil. Isso impactou, diretamente, o modo como os testamentos e os inventários foram produzidos. Se no século XVII a gratuidade e abundância de terras as tornaram elementos quase insignificantes nas descrições de bens, o mesmo não pode ser dito acerca do período imperial, principalmente após a aprovação da Lei de Terras em 1850. Transformada em mercadoria na segunda metade do século XIX, a terra teve seu valor elevado, o que conduziu os inventariantes a se ocuparem mais de seus terrenos e do que havia sobre eles do que de itens pessoais como roupas, móveis e joias que, outrora, recebiam maior atenção.

As características dos patrimônios descritos nos testamentos e inventários *post mortem* permitem analisar, além da dinâmica econômica, o modo como as mulheres construía suas estratégias de vida e suas aspirações. Flávio dos Santos Gomes, em um artigo em que trata sobre as desigualdades a que mulheres escravas, forras, crioulas e africanas sofreram no Brasil no século XVIII e XIX, avança que esse tipo de documentação permite “localizar vozes femininas do passado, não apenas sons da opressão do poder público, da medicina e das elites letradas”. E continua dizendo que: “Ao deixarem legados e heranças, falaram das suas vidas, das experiências da escravidão, dos mundos do trabalho, das suas expectativas e mesmo afetividades, esperanças e recordações”¹⁷².

Assim, antes de fazer inferências acerca dos significados que as posses tinham para as mulheres lençoisenses no século XIX, acredito ser necessário apresentar um panorama mais amplo dos patrimônios encontrados na documentação. Para esquematizar esse panorama, apresento abaixo as categorias de posses encontradas nos inventários *post mortem* e a proporcionalidade de cada uma no que tange às mulheres com fortunas abaixo de 1:000\$000 réis.

171 Muriel Nazzari, *O desaparecimento do dote: famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*, São Paulo: Companhia das letras, 2001.

172 Marcelo Paixão; Flávio Gomes, “Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação” *Estudos feministas*, v. 16, n. 3 (2008), p. 952.

Tabela 05: Distribuição dos bens inventariados por categoria (1850-1880)

Categorias	1850		1860		1870		1880		TOTAL	
	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%
Escravos (ou parte)	600\$000	68,0	0	0	895\$000	9,0	650\$000	27,6	2:145\$000	14,5
Jóias, metais e pedras preciosas	23\$500	2,7	6\$000	0,4	0	0,0	88\$000	3,7	117\$500	0,8
Roupas	0	0,0	12\$500	0,8	166\$200	1,7	0	0,0	178\$700	1,2
Dinheiro	0	0,0	0	0,0	15\$000	0,2	0	0,0	15\$000	0,1
Utensílios de trabalho/domésticos	88\$780	10,1	26\$320	1,6	259\$290	2,6	15\$000	0,6	389\$390	2,6
Equipamento para beneficiamento de mandioca	0	0,0	0	0,0	330.000	3,3	20\$000	0,9	350\$000	2,4
Gado muar	0	0,0	0	0,0	390.000	3,9	105\$000	4,5	495\$000	3,3
Gado equino	0	0,0	115\$000	7,1	841.000	8,4	0	0,0	956\$000	6,4
Gado bovino	170\$000	19,3	70\$000	4,3	2.298.000	23,0	170\$000	7,2	2:708\$000	18,3
Aves	0	0,0	8\$000	0,5	0	0,0	0	0,0	8\$000	0,1
Armas	0	0,0	0	0,0	5\$000	0,1	0	0,0	5\$000	0,03
Móveis	0	0,0	26\$000	1,6	185.500	1,9	104.000	4,4	315\$500	2,1
Imóveis residenciais	0	0,0	390\$000	24,0	505.000	5,1	310.000	13,2	1:205\$000	8,1
Imóveis rurais	0	0,0	500\$000	30,8	2.739.000	27,5	440.000	18,7	3:679\$000	24,8
Plantações	0	0,0	10\$000	0,6	1.054.000	10,6	450.000	19,1	1:514\$000	10,2
Dívidas ativas	0	0,0	462\$000	28,4	20.000	0,2	0	0,0	482\$000	3,2
Dote	0	0,0	0	0,0	271.000	2,7	0	0,0	271\$000	1,8
SUBTOTAL	882\$280	100	1:625\$820	100	9:973\$990	100	2:352\$000	100	14:834\$090	100

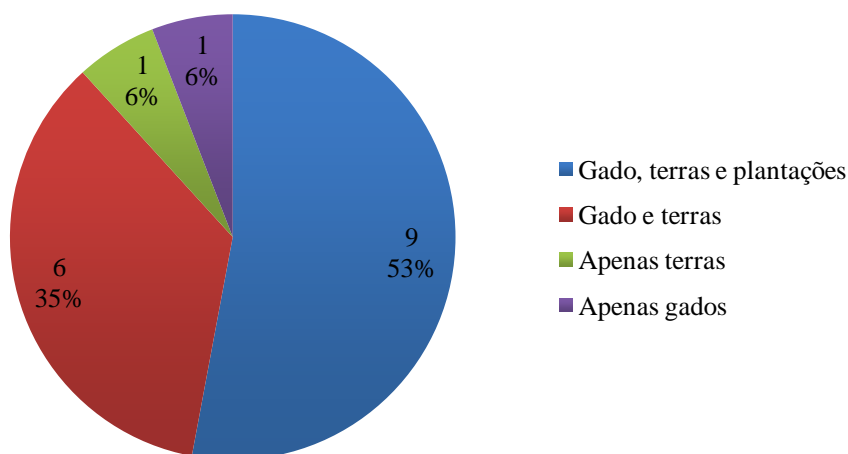
Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários.

A partir dos dados acima, é possível confirmar que itens como móveis, roupas e joias implicavam uma proporção bem reduzida das posses. Juntos representaram aproximadamente 4% do total auferido, demonstrando que esses foram objetos menos privilegiados nos documentos. A situação é bastante diferente quando se trata dos investimentos em elementos agropastoris. Imóveis rurais, gado bovino e plantações, juntos, perfazem 53,3% do total, revelando que essas mulheres valorizavam tais posses e que concentraram seus esforços em atividades ligadas à lavoura e à criação de animais. Diante dessa proporcionalidade, considero plausível considerar que as mulheres pobres construíram suas fortunas a partir do universo rural, valendo-se das oportunidades que a concentração masculina na indústria do diamante criou. Por isso, é necessário discutir mais detalhadamente a presença feminina no campo da agropecuária chapadense.

3.3 GADO, TERRA E PLANTAÇÕES

Das 28 mulheres que tiveram inventários com montes-mores abaixo dos 1:000\$000 réis, 19 legaram algum tipo de propriedade ligada ao trabalho rural. Esse total representa a dedicação dessas personagens a ocupações de caráter agropastoril. Nesse sentido, é possível conjecturar que esse era um ramo no qual elas poderiam encontrar maiores possibilidades de inserção, haja vista que a mão de obra masculina, pobre e de cor era absorvida pelos serviços de garimpo, o que criava um espaço para a atuação feminina. Assim, o campo tornou-se um meio para que essas mulheres alcançassem melhorias nas condições materiais de existência e, quiçá, alguma mobilidade social.

No âmbito da produção agropastoril, as mulheres pobres se preocuparam em diversificar suas formas de atuação e, conseqüentemente, suas fontes de renda. A partir dos 19 casos citados, foi possível perceber que, dificilmente, elas aplicavam todo o capital em um único negócio dentro do universo rural. No gráfico a seguir, apresento a proporcionalidade dos modos como essas mulheres organizaram seus patrimônios rurais de acordo com as combinações dos tipos de bens descritos nos inventários.

Gráfico 02: Distribuição de combinação de bens rurais nos inventários da faixa 1 (1850-1880)

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

A distribuição, demonstrada acima, indica que as mulheres mais pobres se esforçaram para explorar a agricultura e a pecuária e utilizaram esses segmentos para expandir e solidificar seus patrimônios. Acredito que, à medida que as mulheres conseguiam angariar alguma posse a partir do ramo em que investiram primeiro – fosse a plantação ou a criação de animais – buscavam, com seus investimentos seguintes, atuar no segmento do qual, porventura, ainda não participasse. Assim, é plausível que mulheres que tinham terras se interessassem por plantações e em seguida por gados, ou vice e versa.

O gado bovino tinha privilégios entre os bens descritos nos inventários *post mortem*. Isso nos interpela a crer que, havia grande apreço pela criação desses animais, ainda que os rebanhos fossem de proporções reduzidas. Entre as mulheres mais pobres, encontrei uma média de 6,3 animais/inventário, demonstrando que os rebanhos tendiam a ser bem reduzidos. Esses números, contudo, foram ainda menores, considerando que, as posses de Maria das Graças de Souza elevaram tal média, entre os inventários que consultei¹⁷³.

173 Inventário de Maria das Graças de Souza, 29.01.1872, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 05, caixa, 2083, maço 2554, documento 11.

Maria das Graças foi um expoente no conjunto de fontes, pois deixou um total de vinte e duas cabeças de gado arroladas em seu inventário ¹⁷⁴, o que a fazia uma proprietária destacada entre as mulheres englobadas na faixa de riqueza 1. Para se ter uma dimensão da discrepância das posses dela do conjunto de fontes, vale dizer que seu rebanho tinha quase o dobro do tamanho daqueles compostos pela segunda maior proprietária de gado bovino em sua faixa de riqueza, Maria Joaquina Chaves ¹⁷⁵, que legou treze animais.

Na amostra, rebanhos com mais de dez animais entre as mulheres pobres eram raros. Na maioria dos casos, os inventários *post mortem* apresentavam posses que se limitavam a três animais. A prevalência do rebanho de pequena monta foi uma realidade registrada não somente nesses documentos. Diferentes escritores, preocupados com a memória e corografia da Chapada Diamantina durante o século XIX, ratificaram a ocorrência de reduzidos conjuntos de animais como principal característica da pecuária local ¹⁷⁶.

Durval Vieira de Aguiar ¹⁷⁷, um desses homens preocupados com a corografia chapadense, chegou a afirmar que a criação de gado em pequena escala havia se tonado a “especialidade” dos criadores dali. De outro ponto de vista, Teodoro Sampaio, engenheiro que se ocupou de descrever os aspectos naturais e sociais das margens do rio São Francisco e Chapada Diamantina, a fim de prospectar a possibilidade de navegação fluvial nessa zona em 1879, observou que as povoações da Chapada Velha e Nova eram, do mesmo modo, caracterizadas por uma “criação miúda em torno das habitações” ¹⁷⁸. Com essas considerações, é possível conjecturar que a pecuária de minúsculas proporções era popular na região, e, por isso, assumiu local privilegiado na economia e naquela cadeia produtiva.

A criação de animais surgiu como uma oportunidade para as mulheres lençóisenses, uma vez que esse era um ramo menos concorrido e de mais fácil penetração

174 Inventário de Maria das Graças de Souza, 29.01.1872.

175 Inventário de Maria Joaquina Chaves, 24.05.1871, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa, 1014, maço 1483, documento 17.

176 Cf. Durval Vieira de Aguiar, *Descrições practicas da Provincia da Bahia com declarações de todas as distancias intermediarias das cidades, villas e povoações*, Salvador: Typographia do Diário da Bahia, 1888; Pereira, *Memória Histórica e Descriptiva do Municipio de São João do Paraguassú*; Pereira, *Memoria historica e descriptiva do municipio de Lençoes*.

177 Aguiar, *Descrições practicas da Provincia da Bahia*, p. 104.

178 Teodoro Sampaio, *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 224.

para elas que a mineração. A atuação dessas mulheres no mercado do gado foi marcada pelo pequeno número de cabeças, como era tendência geral, e pelo interesse no mercado de leite e de derivados. Pesa, nesse sentido, a percepção de que os rebanhos das mulheres pobres eram compostos, majoritariamente, por vacas. O volume de fêmeas nos rebanhos foi, consideravelmente, maior que os de machos e de filhotes. As vacas obtiveram uma média de 3,5 animais/inventário, ao passo que os garrotes alcançaram 1,5; as novilhas 1,1 e; os bois apenas 0,3 de média por inventário.

As vacas aparecem separadas ainda em “paridas” e “solteiras”, e geralmente acompanhadas de “garrotes” e “novilhas” em idades distintas. A identificação da maior proporcionalidade de fêmeas, mais do que uma característica local, é sugestiva quanto à ocupação das criadoras. As mulheres exploravam o leite, que poderia ser comercializado em sua forma original ou beneficiado, como manteiga e requeijão, produtos bastante apreciados na dieta dos lençóisenses¹⁷⁹, em detrimento da carne, que era geralmente trazida de outras zonas da província ou negociada por criadores mais robustos. Além disso, a capacidade reprodutiva desses animais ensejava a negociação das crias depois do desmame, gerando mais um filão que se poderia aproveitar como fonte de dividendos.

Existe um silêncio nas fontes e na historiografia sobre a exploração dos derivados do leite na Chapada Diamantina. Contudo, testemunhas e estudiosos do século XIX aventam que os derivados do leite poderiam ser encontrados com facilidade nos comércios populares, assim como em grandes armazéns, nas cidades brasileiras daquela época. Nos primeiros era mais fácil achar a manteiga e o queijo de coalho, ao passo que nas lojas maiores se conseguia queijos vindos da Europa, apreciadíssimos pelas elites. Assim, para as mulheres pobres, explorar esse filão em detrimento da carne era mais razoável, haja vista ser mais rentável e contínuo, tanto quanto igualmente adequado aos pequenos rebanhos¹⁸⁰.

Ainda quando se trata das proporções dos rebanhos, é preciso dizer que a relação das mulheres com a terra foi determinante para a limitação deles. Assim, para melhor entender a maneira como o gado era explorado, é preciso trazê-lo inserido na dinâmica agropastoril que as mulheres pobres desenvolveram. Desse modo, é difícil separar a criação de gado da pequena lavoura e, do mesmo modo, das propriedades rurais que as

179 Gonçalves, Garimpo, devoção e festa.

180 Cf. Wellington Castellucci Jr, Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888), São Paulo: Annablume, 2008; Gilberto Freyre, Vida social no Brasil nos meados do século XIX, São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

mulheres apresentaram em seus inventários, haja vista que, como apontei mais acima, a maioria delas se esforçou para reunir diferentes posses dessa natureza.

As mulheres pobres encontraram, no uso da terra, uma de suas principais alternativas de trabalho e de renda. Como a indústria do diamante priorizava à mão de obra masculina, embora fosse possível encontrar algumas mulheres na garimpagem, sobretudo nos serviços das companhias de mineração¹⁸¹, as mulheres se viram excluídas do principal segmento produtivo das Lavras. Assim, aproveitavam a terra não somente como meio de subsistência, mas também como caminho de participação naquela sociedade. Esse, inclusive, pode ter sido um chamariz para a migração dessas mulheres às Lavras.

As demandas dos garimpeiros, por alimentação, suscitaram oportunidades no campo. Dessa forma, acredito que muitas mulheres rumavam para Lençóis e arredores, cômicas de que não alcançariam seus objetivos de melhoria de vida, atuando, diretamente, na cata das gemas, mas a partir das oportunidades, engendradas pela mineração. Batalharam, desse modo, meios de se inserir no universo agropastoril chapadense e, a partir desse momento, desenvolveram estratégias de subsistência e de atuação naquela sociedade.

As mulheres lençoisenses foram dinâmicas na organização dos seus conjuntos de bens com posses de terra, de animais e de plantações, bem como do usufruto delas, engendrando relações que interferiram, diretamente, sobre suas experiências de vida. Assim, extravasaram a visão de que as mulheres nas zonas de lavra se dedicavam, exclusivamente, a trabalhos "próprios do seu sexo", conforme eram conhecidos os trabalhos, tradicionalmente, femininos na época, ligados, principalmente, ao comércio e ao serviço doméstico.

A penetração das mulheres pobres nos negócios da terra foi feita com grandes esforços, como denotam os inventários *post mortem*. Diante da desvalorização do trabalho feminino no período, agravada pelas questões de cor e pela precarização das condições de existência dessas pessoas, a acumulação de posses, mesmo em tímido volume, tornava-se uma tarefa difícil. As médias que encontrei para o número de posses e o valor delas que, certamente, estão bem distantes do tamanho do interesse dessas

181 Cf. Martins, “Vinha na fê.”

personagens em ampliar seus patrimônios e melhorar seus meios de vida, auxiliam na percepção da realidade na qual essas mulheres viveram.

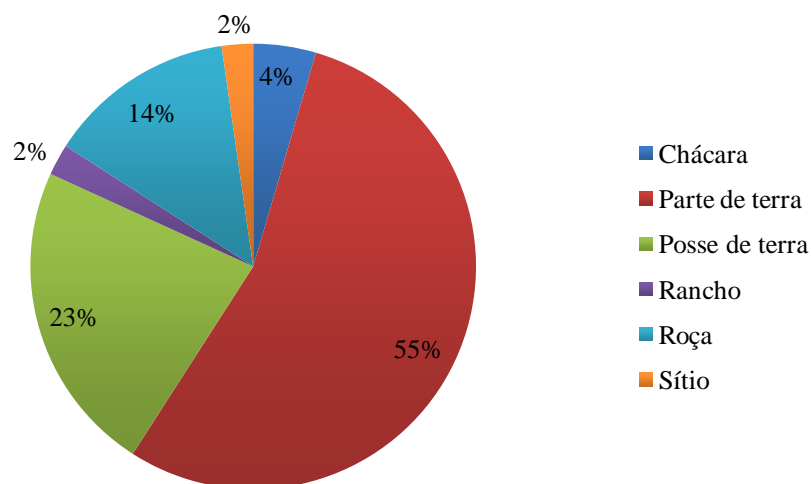
No rol daquelas com fortunas abaixo de 1:000\$000 réis, a média de propriedades por proprietárias foi de 2,75/1. Esse resultado interferiu, diretamente, sobre o valor médio encontrado para tais posses, que foi de 95\$068 réis em terras por inventariada. Apesar de baixa, essa não foi uma soma fácil de ser alcançada pelas mulheres interessadas em investir nos negócios agropastoris, pois além das dificuldades pecuniárias para a aquisição de terrenos, a especulação diamantífera e as relações pessoais bloqueavam o acesso, delas, a porções mais significativas de terras ou, até mesmo, à titularidade das propriedades.

No universo de fontes analisadas, raramente uma mulher aparecia com terras de sua titularidade. Apenas duas delas apresentaram terras próprias, a saber, Eduviges dos Anjos¹⁸², que deixou aos seus herdeiros em 1873 o Sítio Cangassu com um rancho de palha e uma casa de farinha, avaliado em 120\$000 réis e; Cândida Profetisa de Souza¹⁸³, que doze anos depois, tinha entre seus haveres duas chácaras na Varzêa, uma pequena, avaliada em 100\$000 réis e outra maior, com plantação de café, que recebeu o valor de 200\$000 réis. A excepcionalidade desses casos ressalta a dinâmica de posse de terras entre as mulheres de menores cabedais.

A maior parte das mulheres pobres acessou a terra a partir de arrendamento e de compartilhamento de terrenos, baseado em partes e em posses, comum, nos sertões baianos. A representatividade de tal dinâmica, no patrimônio das mulheres das camadas mais baixas, foi adequadamente delineada, na documentação e nos possibilitou demonstrá-la na seguinte ordem:

182 Inventário de Eduviges dos Anjos, 27.09.1873, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 05, caixa, 1844, maço 1495, documento 10.

183 Inventário de Cândida Profetisa de Souza, 08.08.1885, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 04, caixa, 1735, maço 2205, documento 11.

Gráfico 03: Tipos de posse de terra das mulheres da faixa 1 (1850-1880)

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

O acesso, das mulheres pobres, às propriedades, foi impulsionado por aquilo que Erivaldo Fagundes Neves chamou de "minifundização" do sertão¹⁸⁴. Esse processo, segundo Neves, consistiu no paulatino desmonte dos grandes latifúndios no alto sertão da Bahia em favor de propriedades cada vez menores. As sucessões, as crises, as mudanças no ambiente político colonial e imperial, as invasões, os arrendamentos, as ocupações irregulares e tantos outros quesitos, contribuíram para o parcelamento da terra em pequenos lotes, o que permitiu que pessoas de pequenas posses pudessem arcar com os custos da terra.

Isso tudo auxiliou no aumento da produtividade agrícola naquelas paragens, haja vista que os pequenos lotes eram bem aproveitados na produção agropastoril. De certa forma, também contribuiu para desenvolver um universo de trabalho, em que a mão de obra familiar predominou. Nesse contexto, reforça-se que o trabalho era realizado pelo próprio posseiro em conjunto com os demais membros de sua família, ou por um eventual escravo que era agregado à rotina familiar, criando assim um ambiente fértil seja para o

¹⁸⁴ Erivaldo Fagundes Neves. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*, Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005, pp. 164 – 85.

desenvolvimento das lavouras e dos rebanhos em mínimas proporções, seja para a prosperidade de posseiros que, no caso deste estudo, são as mulheres pobres.

O esquema de aquisição e de cultivo de pequenas porções de terra exigia dos posseiros o traquejo para instaurar relações com os donos das propriedades. Assim, esses dois grupos se articulavam numa rede de benefícios mútuos. Se para os latifundiários, originais, isso trazia garantias tais como o uso, a manutenção, a produtividade, a proteção e a preservação de seus patrimônios, para a maior parte da população representava uma porta de acesso à posse de terras, oportunidades de trabalho e melhoria de vida¹⁸⁵. Todavia, esses mecanismos estabeleciam uma nova relação de subserviência.

Na conjuntura da sociedade oitocentista, a posse da terra não extinguiu as tensões provenientes da escravidão, sobretudo, com relação entre proprietários e posseiros. Essa era uma oportunidade das camadas, abastadas, de perpetuar a hierarquia social, embasada nas diferenças de cor. Nesse sentido, é válido trazer para esta discussão, alguns dos argumentos de Robert Slenes¹⁸⁶, sobre a relação entre *Senhores e subalternos no Oeste paulista* durante o século XIX. Para Slenes, pequenas conquistas dos grupos de cor subalternizados durante os anos 1800 na Província de São Paulo, acontecia no campo de estratégias de domínio dos senhores. Isso significa dizer que, a camada dominante mantinha relações sublinhadas pela tônica do favor, ou seja, revestiam seus atos para com aqueles que exploravam com um tom de benesse, que poderia ser revogada a qualquer sinal de insubordinação. Desse modo, os senhores buscavam não somente minorar enfrentamentos com os grupos mais baixos, bem como minar suas articulações – o que nem sempre acontecia.

Os argumentos acima são relevantes para compreender o processo de minifundização das terras chapadenses como um campo marcado por inferências em favor da permanência dessas personagens, em condição de vulnerabilidade social. Embora a agência feminina no universo agropastoril tenha se beneficiado da menor concorrência em relação à mineração, a condição de cor e de sexo delas limitou, certamente, o acesso e a ampliação de suas posses de terras, uma vez que, para isso, era necessário se submeter aos ditames dos grupos latifundiários.

185 Cf. Elisângela Oliveira Ferreira, “Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2008); Pires, Fios da vida.

186 Robert Slenes, “Senhores e subalternos no Oeste paulista”, in Luiz Felipe de Alencastro (org.), *História da vida privada no Brasil*, v. 2 (São Paulo, Companhia das Letras, 1998), p. 278 – 83.

Infelizmente, a documentação que consultei não explicita as tensões entre proprietários e posseiras. Todavia, isso não significa que a população não tenha lutado de diversos modos pelo acesso à terra, e que as mulheres das camadas subalternas não tenham se engajado na causa. Ainda que não tenha identificado revoltas populares em favor do acesso à terra para a lavoura, a invasão ao garimpo de José Mendes de Carvalho – membro daquela sociedade e um dos mais ricos exploradores de minas conhecido na região –, foi um indício de que a população nem sempre se manteve pacífica diante da concentração de terras.

Antes de descrever o fato, vale discorrer sobre José Mendes de Carvalho na sociedade chapadense. José era o mais velho e mais próspero dos três irmãos Mendes de Carvalho que vieram das Minas Gerais para explorar o garimpo de diamantes em Santa Isabel do Paraguaçu. Juntamente com os irmãos Antonio e Joaquim, José conseguiu dominar as duas margens do rio Ribeirão, nas quais os garimpos Onça, Ribeirão do Inferno, Grana dos Mendes, Cantinho, Estrela do Céu e Filadélfia forneciam significativos volumes de diamantes¹⁸⁷.

Em 1852 um dos garimpos dos Mendes de Carvalho foi alvo da invasão de um grupo de garimpeiros, como expôs Mauricio Wanderley, Presidente da Província, no discurso que proferiu na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia em 1853¹⁸⁸. Na primeira parte do seu discurso, que foi dedicada à “Tranquilidade pública, e segurança individual”, o Presidente dissertou sobre a segurança pública no interior da Bahia e ensejou narrar o ocorrido a José Mendes de Carvalho, em julho do ano anterior da seguinte maneira.

Em dias do mez de Julho reuniram-se mais de 100 garimpeiros, que armados invadiram e violentamente tomaram o serviço diamantino de um José Mendes de Carvalho; mas com a aproximação de uma força de policia e guarda nacional, que á requisição do respectivo delegado marchara ao lugar, evadiram-se todos, e foi aquelle individuo restituído á posse do terreno que havia arrendado. Alguns dias ahi conservou-se a dita força, e bem que em numero muito inferior ao dos agressores nada mais aconteceu durante a sua estada, parecendo por tanto restabelecida a paz; logo porem que a mesma retirou-se, voltaram os garimpeiros em grupo mais considerável, e tomaram conta do serviço, não sendo victima o seu proprietario por ter escapado ás diligencias que fizeram para enconral-o acabando os criminosos por incendiar-lhe a casa que

187 O Sertão, Pequeno álbum de Lençóis, Lençóis: O sertão, 1945, pp. 76 – 7.

188 Falla que recitou o Exmº Presidente da Provincia da Bahia, Dr. João Mauricio Wanderley n’abertura da Assembléa Legislativa da mesma Provincia no 1º de março de 1853.

morava. Com essa reincidência novas requisições fizeram as autoridades locais, e não sendo suficientes os meios de que ellas podiam dispor, teve de marchar o commandante da companhia de policia com destacamento estacionado na villa do Rio de Contas. Com a chegada desse reforço, e com o emprego de meios brandos, conseguiu-se restituir o terreno à seo proprietario, e a dispersão do grupo que o invadira. Dias depois teve de lastimar-se a morte de um soldado e o ferimento de outro, que tentaram desarmar alguns indivíduos que transitavam armados, como he costume entre toda aquella população. (sic)¹⁸⁹

Essas ocorrências fazem refletir que, atos de oposição de diferentes proporções foram empreendidos pela população subalterna desde os primeiros anos, em favor de suas condições de trabalho e da exploração das riquezas locais. Pondera-se, evidentemente, que quando se trata dos garimpos, as ações podem ter sido mais veementes àquelas que se concentraram nas áreas de produção agrícola. De todo modo, essas concepções expõem a terra como arena de tensões entre os grupos dominantes e dominados.

No esquema de dominação articulado pelos proprietários de terra, a precarização das condições de vida dos subalternizados poderia advir do arrendamento de terrenos de má qualidade. Os baixos valores concedidos à terra, nos inventários, não revelam a desvalorização desse bem naquela sociedade; antes, expõe a especulação existente ali, sobretudo por conta do diamante. Na zona da Chapada Nova, excepcionalmente, um terreno não era diamantífero. Assim, as áreas disponíveis dependiam do desinteresse dos garimpeiros por elas, fosse pela dificuldade de exploração ou pela pouca rentabilidade que poderia ter o terreno. Essas considerações cooperam para pensar que as dimensões dos terrenos eram bem modestas e, como não existem medidas exatas, não se pode calcular o preço pago pela unidade métrica, porém, os documentos apontam que não era uma quantia pequena.

Desse modo, pequenos valores em terra significavam pequenas propriedades e/ou terrenos menos propícios para o cultivo de uma lavoura, criação de animais ou exploração mineral. A ausência de cursos d'água, topografia muito acidentada, pobreza do solo e diversos outros aspectos poderiam depreciar uma propriedade. Apesar disso, dado o índice de plantações, gados e terras combinados, as protagonistas dessa seção parecem ter se esforçado para investir em terras com tais elementos. Todavia, esses elementos, tampouco sua importância para o terreno em questão, nem sempre eram descritos.

189 Falla que recitou o Exm^o Presidente da Provincia da Bahia, Dr. João Mauricio Wanderley n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma Provincia no 1^o de março de 1853, p. 6.

Apesar de considerar que a terra era cara, mulheres de reduzidíssimos recursos, encontravam, eventualmente, um terreno acessível. Todavia, essas oportunidades eram raras e, por isso, poucas tiveram a chance de conseguir terras a preços módicos. Uma dessas mulheres foi Maria Vitória dos Santos¹⁹⁰. Em seu inventário lavrado em 1874, foi registrada apenas uma posse de terra, que atingiu a menor avaliação da categoria em todo o universo pesquisado; foram 4\$000 réis atribuídos a uma parte de terra em comum na Fazenda São Francisco. O investimento nesse terreno, provavelmente, foi feito com grande esforço de Maria Vitória e sua família, uma vez que, como denota a exígua lista de bens que seguiu no documento, viviam em flagrante estado de pobreza.

No total, o arrolamento de bens de Maria Vitória não ultrapassou os 192\$000 réis. Isso é um indicativo de que as mulheres pobres buscavam, na terra, um meio de subsistência para si e para sua família, ainda que em ínfimas proporções. É relevante ponderar, ainda, que a vida no limite entre a miséria e a pobreza vividas por essa personagem, mesmo depois de investimentos na terra, é um indicativo de que seu estado anterior era ainda mais precário. Além disso, se esforçar através de diferentes agências para conseguir alguma terra era importante para essas mulheres que enxergavam, a partir disso, possibilidades de ganho em suas condições de vida e de alguma mobilidade social. Por isso, se recorria a diferentes meios de acesso à terra.

A posse, em comum, foi um dos mecanismos mais estimados de acesso à terra pelas mulheres pobres. Terrenos em comum, assim como áreas mais significativas havidas em meação, eram valiosos para o desenvolvimento de uma lavoura e da criação de animais, porém as dificuldades para consegui-los limitou a ampliação desses patrimônios e o desenvolvimento das atividades rurais. Ainda assim, não impediram a exploração o universo agropastoril, daquelas que não tiveram acesso às posses das terras. Essas mulheres foram inventivas na busca por espaços produtivos alternativos. Nesse âmbito, terrenos urbanos e suburbanos foram explorados, mesmo que timidamente, por elas e, dessa forma, fizeram parte da estratégia de inserção no campo dos negócios agrários e na sociedade.

190 Inventário de Maria Vitória dos Santos, 20.07.1874, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 05, caixa, 2083, maço 2554, documento 21.

3.4 CIDADES, SUBÚRBIOS E MAIS LUGARES DE LAVOURA

Em algumas situações foi possível encontrar mulheres que apresentaram gado bovino em seus inventários, mas que não deixaram nenhuma terra declarada. Do mesmo modo, tem-se aquelas que deixaram, somente, plantações, mas nenhum terreno próprio para lavoura ou criação. Esses dados, descrito no corpo documental, podem ser analisados como anúncio dos esforços, dessas personagens, em participar da produção agropastoril, apesar das dificuldades de acesso à terra. O uso de espaços em áreas urbanas para a plantação e a criação de pequenos animais surgiu como uma alternativa para ausência de terrenos próprios para a lavoura, e para ampliar a produção que, porventura, fosse limitada por uma propriedade de tamanho reduzido.

Espaços dentro das cidades e nas povoações, ao redor delas, se converteram em áreas para cultivo e para a pequena criação de animais. Os produtos desses lugares eram principalmente frutas – que poderiam ser negociadas *in natura*, ou em forma de compotas e doces – algumas verduras, legumes e raízes comestíveis – em especial a mandioca –, e cana de açúcar – em pequeníssima proporção. Além disso, existiam por lá a criação de animais de diferentes portes como: galinhas, perus e patos além de algumas cabras, ovelhas e porcos.

Os animais foram citados nos inventários com menor frequência nos inventários do que as plantações. Os números que aparecem nos inventários apontam a presença tímida dessas culturas entre as mulheres. Em apenas 3% do universo dos inventários pesquisados aparecem porcos e, o mesmo índice foi encontrado para as ovelhas. Quanto ao gado caprino a proporção encontrada foi de 0,9%. Apesar desses dados, tendo a considerar que esses animais contribuíram, de forma relevante, para produção de pequena escala e que a ausência na documentação se deve, principalmente, à sua liquidez e a uma possível sazonalidade, uma vez que os terrenos poderiam ser insuficientes para a coexistência de criação e de plantação.

Os índices de criação de suínos, de caprinos e de ovinos podem ainda estar escamoteados nas anotações genéricas que se faziam nos inventários. Em alguns documentos, os rebanhos são descritos, apenas, como de "toda sorte". Entre as mulheres mais pobres, pude observar isso na descrição de bens de Anna Joaquina de tal¹⁹¹. Em

191 Inventário de Anna Joaquina de tal, 29.04.1871, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa, 1027, maço 1496, documento 12.

1871, quando seu marido se encarregou de entregar à avaliação os bens que deixara, foram arroladas dez “cabeças de gado de toda sorte”, que recebeu a quantia de 25\$000 réis. O valor médio de 2\$500 réis atribuído a cada animal leva a crer que não se tratava de bois e vacas, uma vez que esses últimos atingiam cotações bem maiores na mesma época.

Quando o inventário de Anna Joaquina foi lavrado, os porcos eram avaliados por 16\$000 réis em média. O gado bovino, por sua vez, atingia mais de 20\$000 réis. Assim, é provável que o conjunto de animais da inventariada reunisse, somente, algumas aves de pequeno porte e uma ou outra cabeça de cabra. Com isso, Anna Joaquina representa o grupo de mulheres pobres que tiveram por meio de vida a pequena produção agropastoril e que, para isso, conjugava diferentes espaços.

Apesar de ter uma posse e duas partes de terra nos arredores de Lençóis, seu marido e inventariante, Manoel Domingos Gomes, apresentou separadamente algumas plantações. Foi arrolada e vista pelos avaliadores uma roça de mandioca e uma de cana-de-açúcar, além de um rancho coberto de palha, onde viviam ele, a inventariada e os seis filhos do casal. O lugar de moradia da família recebeu a segunda menor avaliação entre os bens de raiz, atingindo somente 15\$000 réis. As roças, juntas, receberam o mesmo valor, ao passo que a posse e as partes de terra somaram 250\$000 réis, representando aproximadamente 30% do monte-mor que foi de 830\$000 réis.

Nesse caso, é interessante notar que apesar das faixas de terras maiores, tanto a lavoura quanto a criação de animais são de diminutas proporções. É possível que tenham existido culturas mais significativas nas outras terras, mas não foram inseridos na meação do casal, disposta no inventário de Anna Joaquina. Do mesmo modo, os terrenos poderiam ser sublocados, e as roças e os animais serem mantidos em terrenos contíguos ao racho da família. Todavia, essas considerações são difíceis de confirmar, haja vista que o documento é silencioso quanto a tais possibilidades.

De todo modo, as posses avaliadas permitem conjecturar que o trabalho com a terra trouxe alguma segurança para a vida de Anna Joaquina e dos seus familiares. Formar um patrimônio com rebanho e terra, ainda que de proporções reduzidas e de certa maneira indefinidos, possibilitou sua inserção no universo agropastoril, renda e, quiçá, alguma mobilidade social. Do mesmo modo, outras mulheres viveram explorando terras nas zonas rurais e/ou seus quintais. Essas pessoas puderam construir, para si, um meio de

vida, que não foi capaz de torná-las abastadas, mas que garantiu meios de subsistência, participação na economia local e de aliviar as agruras da pobreza.

Por menor que fosse a produção nos espaços urbanos, eles poderiam se transformar em fontes de renda. As criações abasteciam, parcialmente o mercado local, uma vez que não geravam grandes volumes. Nesse sentido, às pequenas proprietárias possuíam meios de remediar as necessidades mais urgentes da vida, uma vez que as divisas geradas eram baixas. Por isso, dificilmente a pequena produção e o comércio de víveres se estabeleciam como principal fonte de renda. Um pequeno rebanho não era muito eficaz quando se tratava do tempo de maturação dos animais, sobretudo aqueles que se destinavam ao corte, como cabras e porcos. Quanto a isso, as galinhas eram mais produtoras, entretanto eram pouco rentáveis. Do mesmo modo, as frutas e as verduras precisavam de tempo para se desenvolver.

Analisando ainda o inventário de Anna Joaquina é possível aventar a complexidade da dinâmica da produtividade do uso da terra. A partir das informações sobre os bens de raiz que apresentei mais acima, pode-se perceber que não existe uma relação de forma direta entre a terra e a produção agrícola ou pecuária. Assim, as mulheres poderiam apresentar posses de terrenos em zonas rurais, mas produzir em outros lugares, inclusive em áreas atreladas à casa em que moravam. Nesse sentido, é possível especular que espaços urbanos, como os quintais, tenham sustentado culturas de pequena proporção, ou estritamente de subsistência, mas sem significar que as suas titulares estavam completamente alijadas do acesso à terra.

A preocupação constante da municipalidade em proibir a criação de animais nas cidades reafirma a existência de práticas agropastoris nesses ambientes. Partindo do pressuposto de que a legislação surge a jusante da prática, o ordenamento para a criação de animais em áreas urbanas criado pela Câmara Municipal de Lençóis denota que, esse já era um costume entre a população local. Na edição de 1858 das Posturas municipais está, claramente, exposto o intento ordenador dessas leis e os aspectos que buscava abarcar, como se vê nos artigos a seguir.

Art. 28. Não se poderá criar ou ter soltos dentro d'esta Villa e Povoações gado vacum, cavallar e cabras; e em logares de lavoura deverão estar esses animaes em cercado: os que forem apanhados nas ruas ou que destruirem as plantações alhêas poderão ser levados ao Curral do Conselho e ali sustentados á custa de seos donos até que os reclamem e pagarão além disso a mulcta de 10\$ ou 2 dias de prisão.

Art. 29. É prohibido criarem-se porcos e cães dentro d'esta Villa e Povoações. Os que forem encontrados nas ruas não se sabendo á quem pertença os suínos deverão ser levados ao Curreal e ali arrematados para o Cofre da Camara; e os cães mortos com preparação venenosa: exceptuando-se os perdigueiros e dogues. Os contraventores encorrerão na multa de 10\$ ou 2 dias de prisão. (sic)¹⁹²

A partir disso, fica evidenciado que criar animais de pequeno e de grande porte dentro das cidades era uma prática comum. Os inventários que salientam esse tipo de atividade, mesmo depois da disposição dessas Posturas, combinados à ausência de uma documentação que permita avaliar a eficácia do controle e da fiscalização idealizada pela municipalidade lençoisense, permitem compor um quadro no qual se vê que a micro pecuária urbana manteve-se forte e valorizada pelas mulheres pobres, a despeito das vontades das autoridades. Em novas edições das Posturas a Câmara tentou ampliar seu controle, passando a incluir no documento também disposições sobre as plantações – que, como indica a documentação, surtiu pouco efeito sobre a vida cotidiana das pessoas.

No projeto de reforma das Posturas municipais que a Câmara de Lençóis enviou à Presidência da Província para avaliação em 1870, os artigos dispunham o seguinte:

37^a. É prohibido andar solto dentro da Cidade e povoações, gado vacum, cavallar, langero e cabras, os que forem encontrados serão condusidos ao curreal do conselho d'onde não sahirão sem seus donos pagarem 2\$000rs pr cabeça, alem do pagamento das despesas feitas com a condenação para o curreal do conselho. Esta disposição comprehende os adros e praças das Egrejas.

38^a. Todos os moradores do Bonito, Santo Antonio, Utinga e mais lugares de lavoura, e pelos actuaes limites, são obrigados a ter cercas, ou vallados que defendão suas lavouras e os gados pastarão em aberto. Todos os moradores das Freguesias da Cidade não poderão criar gados vaccum, cavallar ou ovelha se não em pastos fechados com cercas de quatro varas estacadas de palmo em palmo, atadas com piassaba, ou com vallas de dez palmos de bocca e sete de largo. E todos os moradores dos subúrbios da cidade, serão obrigados a ter a lavoura fechada do modo estabelecido e o gado solto. Os contraventores serão punidos com a multa de 30\$000rs ou oito dias de prisão, alem do dannos pr q' serão responsavêis. (sic)¹⁹³

192 Posturas da Câmara Municipal da Villa dos Lençóes, 12.07.1858, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial, Posturas, Livro 858, fl. 9 – 10.

193 Posturas da Camara Municipal da Cidade dos Lençoes, 01.04.1870, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial, Posturas, Livro 858, p. 6.

Nesse contexto, a tentativa de controle das lavouras nos subúrbios das cidades expõe a ocorrência de casas com ares de chácaras ou sítios. Essas disposições da municipalidade, contudo, parecem não ter refreado os intentos dos lençoisenses em manter suas pequenas roças e currais perto de si e de suas famílias, nas propriedades urbanas em que habitavam. Desse modo, os limites entre o urbano e o rural/diamantino eram borrados pelas atividades que as pessoas desenvolviam e, embora a municipalidade se esforçasse para definir essas áreas, a dinâmica produtiva impossibilitava isso.

Estudiosos do campo das ciências agrárias dizem que esse tipo de cultura é, historicamente, comum no Brasil¹⁹⁴. A partir dos casos existentes, conceituaram esse tipo de uso das áreas urbanas para atividades agropastoris como “agricultura urbana”. Tal concepção preconiza o desenvolvimento de culturas de lavouras e de animais dentro de núcleos urbanos e em suas periferias, que chamam de periurbanos. A classificação desses espaços não depende do tamanho da cidade em que estão inseridos – que podem ser desde pequenas povoações até grandes centros cosmopolitas – mas de uma dinâmica que envolve diferentes etapas do cultivo, beneficiamento e distribuição de produtos oriundos da terra em/e para uma área urbana. Desse modo, esse conceito, embora criado longe dos estudos históricos, lança luz sobre o modo como as mulheres mais pobres se valeram de espaços não essencialmente rurais para explorar esse nicho econômico em Lençóis.

Com esse expediente, as mulheres cooperaram para o surgimento de uma microcultura agrícola. Por vezes, essa era uma cultura de reduzidíssimas proporções, todavia, o trabalho desenvolvido nesses lotes constituiu uma faceta importante do sistema produtivo da Chapada Diamantina. Ao tratar desses negócios, nota-se a preferência pela produção de gêneros alimentícios. Essa inclinação, decerto, se dava pela necessidade de atender aos consumidores mais próximos, e encontrar maiores oportunidades de renda e de inserção social. Nesse panorama, destacava-se o cultivo da mandioca.

194 Sobre o conceito de agricultura urbana e periurbana Cf. Luc J. Mougeot, “Agricultura urbana: conceito e definição”, *Revista de Agricultura Urbana*, n. 1, 2000; Juliano Avelar Moura; William Rodrigues Ferreira; Luciene Lorandi Silveira Lara de Barros, “Agricultura Urbana e Periurbana”, *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, v. 12, n. 27, 2013.

3.5 PRODUTOS DA MICROCULTURA

Alguns inventários descrevem as plantações de mandioca conjugadas com outras culturas. Um deles é o de Ana Joaquina¹⁹⁵, citada anteriormente. Quando morreu, em 1859, ela deixou entre suas posses duas plantações: a primeira era uma pequena roça de mandioca com uma casa de farinha em precárias condições avaliadas em 50\$000 réis e outra na qual estava combinada uma plantação de mandioca e bananeiras que recebeu o valor de 10\$000 réis. Esse documento revela que mulheres de pequenas posses estiveram atentas à potencialidade comercial da mandioca e, por isso, investiram tanto no cultivo quanto no beneficiamento da raiz, sobretudo na produção de farinha.

O mercado de farinha de mandioca era amplo e, consideravelmente estável, pois era um item indispensável às mesas dos baianos do século XIX. Os usos desse produto eram variadíssimos, se constituindo como gênero de primeira necessidade e base da alimentação de escravos e pobres, bem como poderia ser apreciada em pratos finos, nos almoços e nos jantares das famílias mais abastadas¹⁹⁶. Tal cenário descrito era comum na Chapada Diamantina.

A nutrição do garimpeiro dependia muito da farinha. Na feira da cidade ou nos barracões de seus empregadores, uma vez por semana, esses trabalhadores faziam o saco, isso é, adquiriam os mantimentos necessários para o trabalho de uma semana nas serras. Nessa provisão, a farinha de mandioca era o produto que mais se destacava. Como as fontes históricas oficiais se ausentaram de descrever no que consistia o saco, é a literatura que abre uma brecha para satisfazer a curiosidade sobre esse assunto, como se vê na descrição que fez Herberto Sales sobre esse costume dos trabalhadores do garimpo.

Dá-se o nome de "saco" à provisão semanal de víveres do garimpeiro, custeada ou não pelo *fornecedor*, pois há casos, embora raros, em que o garimpeiro trabalha por conta própria.

O saco é comumente constituído do seguinte:

1 quilo de carne

1 quilo de toucinho

1 litro de feijão

1 litro de arroz

6 litros de farinha

1/2 libra de café

Rapadura

Temperos (sal, pimenta-do-reino e cominho)

195 Inventário de Ana Joaquina do Espirito Sancto, 27.06.1859, op. cit.

196 Pierre Verger, Notícias da Bahia de 1850, Salvador: Corrupio, 1999, pp. 160 – 1.

Gás (querosene)
Fumo¹⁹⁷

Além da farinha, a mandioca rendia outros produtos apreciados no comércio. Bolos, beijos, mingaus, pamonhas, biscoitos, pães, pirões, avoadores e muitos outros doces e salgados que formavam um filão com grande demanda. A popularidade da farinha e seus derivados tornava esse ramo estável e com diversas oportunidades de inserção e de crescimento. Além disso, a possibilidade de cultivar e beneficiar a mandioca nos terrenos das residências tornava esse um negócio atrativo para as mulheres de poucos recursos. Todavia, o investimento inicial em utensílios necessários para o beneficiamento da mandioca em farinha e em outros produtos retardava o acesso de muitas a esse mercado, sendo por isso necessário que essas mulheres tecessem alianças entre si para conseguirem subsistir em tal campo.

O inventário de Maria Benedita da Conceição¹⁹⁸, lavrado em março de 1874, fez notar algumas das possibilidades de parceria. No documento, a titular deixou três partes de terra, uma lavoura pequena e uma “oficina de farinha”, porém, o tabelião deixou de determinar qual a cultura que havia em sua “lavoura pequena” que foi avaliada em 24\$000 réis. A existência de uma casa de farinha sugere que, ali, se plantasse mandioca. Todavia, ainda que a realidade fosse outra, para fazer funcionar a oficina de farinha de que dispunha, Maria Benedita precisava se manter ativa no rol de produtores, podendo para isso, alugar a oficina para que outros fabricassem farinha ali.

No entanto, a documentação revela que as mulheres mais pobres investiram muito do que tinham na produção de farinha. Em alguns inventários as lavouras de mandioca e as oficinas de farinha aparecem conjugadas, evidenciando que elas se dedicaram a todo o ciclo produtivo, que ia desde o cultivo até o beneficiamento da raiz. Dentre as que se enquadravam nesse rol estava Eduviges dos Anjos¹⁹⁹. Em 1873 legou a seus herdeiros o Sítio Cangussu "com um rancho de palha com casa de farinha" e um "roçado de mandioca", embora seu inventário só tenha rendido um monte-mor de 508\$000 réis. Esse documento, conjugado a outros que apresentam uma realidade semelhante, relanceiam a

197 Herberto Sales, *Garimpos da Bahia*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1955, pp. 36 – 7.

198 Inventário de Maria Benedita da Conceição, 10.03.1874, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 05, caixa, 2076, maço 2547, documento 04.

199 Inventário de Eduviges dos Anjos, 27.09.1873, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 05, caixa, 1844, maço 2315, documento 10.

importância que a exploração da mandioca tinha nos espaços da microcultura lençoisense capitaneada por mulheres pobres.

Entretanto, o retorno econômico era parco, apesar dos esforços dessas personagens para atuarem em tal ramal. A pequena capacidade produtiva e a concorrência exterior eram os maiores entraves para a melhoria dos rendimentos. A produção chapadense era insuficiente para acompanhar a demanda local, assim era preciso mandar trazer de diferentes partes o volume necessário para suprir a carência dos lençoisenses. Mesmo o Recôncavo sendo reconhecido pelo volume de produção de farinha no mercado doméstico, além de centro de distribuição do produto, isso não tornava a Bahia autossuficiente nesse quesito. A oferta no âmbito provincial precisava ser complementada com importações de diferentes partes do Império. Mandava-se trazer farinha das Províncias mais próximas, como Pernambuco e Alagoas, tanto quanto das mais afastadas, como Santa Catarina e Rio de Janeiro²⁰⁰.

A despeito dessas dificuldades não houve maiores investimentos na produção local de farinha. Com recursos limitados, produzindo numa escala bem menor que a dos concorrentes exteriores e enfrentando calamidades naturais, as mulheres que se dedicaram a esse ramo dificilmente conseguiam uma renda vultosa com tais negócios. Os preços da farinha também não asseguravam grande rentabilidade. As maiores cotações foram registradas, exatamente, nos momentos de menor oferta doméstica, o que deixava os maiores lucros para os concorrentes externos.

Esses elementos contribuía pouco para a diversificação da cadeia produtiva. É comum encontrar nos inventários indícios de que as mulheres se ocupavam de todas as etapas da produção de víveres não somente relacionados à mandioca. Os sinais dessa dinâmica surgem quando se encontram conjugados no mesmo documento elementos como terras de plantar, plantações, casa de farinha, garrafões e animais de carga, ou terras, engenho, alambique, mulas e burros. Essa produção não tornaria o município autossuficiente, tampouco renderiam fortunas, mas era o suficiente para gerar dividendos que manteria aquelas que, apartadas da pobreza, se dedicavam a tais fins.

Os elementos presentes nos inventários *post mortem* ainda coadunam com a ideia de que, apesar de pequena, a produção da mulher pobre era, sensivelmente, diversificada.

200Cf. Mattoso, Bahia, século XIX; Fraga Filho, Mendigos, moleques e vadios; João José Reis, “Carne sem osso, farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia, Revista de História, n. 135 (1996).

Os engenhos junto a plantações de cana-de-açúcar emergiram uma dinâmica produtiva de certo modo padronizada, embora despejando produtos diferentes no mercado. Essa era mesma lógica encontrada na produção de farinha, ou seja, equipamentos de beneficiamento em meio às fontes de matéria prima. No trato com a cana-de-açúcar ainda se agregavam tachos de cobre e alambiques como evidências da atividade em meio às posses das titulares.

Com esses utensílios se produzia açúcar, rapadura e aguardente, produtos tão consumidos quanto a farinha, naquela sociedade. Essa diversidade de produtos ampliava as possibilidades de fontes de renda, além de gerar meios, mesmo que perenes, de sobrevivência. Além disso, representava uma tentativa de se resguardar da sazonalidade e dos eventuais dissabores que podiam atingir um ou outro mercado. Quando se trata desses expedientes, é possível vislumbrar as agências femininas na Chapada Diamantina e suas estratégias para se beneficiarem do desenvolvimento da indústria diamantina, na qual, dificilmente, poderiam atuar, diretamente.

A farinha e a rapadura eram dois dos principais referenciais alimentares dos garimpeiros, como se pôde analisar na descrição do "saco". A produção desses víveres na região foi impulsionada pelas companhias mineradoras instaladas na região. Segundo Rômulo Martins, tais companhias chegaram a se constituir como principais consumidoras desses produtos²⁰¹, haja vista o elevado número de trabalhadores que empregavam em seus serviços e consumiam tais produtos. Além disso, o consumo no varejo também impulsionou a microcultura, na qual as mulheres estavam envolvidas, uma vez que esses produtos eram comuns na dieta de quase toda a população chapadense.

Esses, e os demais indícios arrolados nessa seção, apontam que a partir de diferentes estratégias as mulheres conseguiram atuar entre as camadas economicamente ativas de Lençóis. Ao fim, importa notar que a Chapada Diamantina foi um cenário que possibilitou a inserção feminina e suas agências a despeito das dificuldades, ali, encontradas. Os cabedais que as personagens citadas aqui reuniram, além dos feitos que realizaram, demonstram que isso foi alcançado com esforço permanente delas para angariar meios de vida e lutar contra a pobreza. Acredito que o cenário das agências dessas mulheres seria mais colorido se houvesse mais registros de suas existências, mas esse não é o caso.

201 Martins, "Vinha na fé".

Todavia, a exiguidade de informações é incapaz de retirar dessas mulheres o lugar que conquistaram no curso do desenvolvimento das Lavras baianas. Mesmo com poucos documentos consegui perceber que um número considerável de mulheres conseguiu alcançar seus objetivos de melhoria de vida de modo mais pungente do que as que apresentei aqui. Essas personagens são as protagonistas do próximo capítulo.

4 “VOU ME ENTREGAR AO TRABALHO”: AGÊNCIAS FEMININAS NA SOCIEDADE LENÇOISENSE

- Pois estou decidida, Rita. Vou me entregar ao trabalho. Quero ganhar dinheiro com o suor do meu rosto.

- Pode mesmo, Sinhá. Olhe sinhá Dedé, sinhá Julinha, sinhá Raimunda, do Mucujê. Esta tem comprado negro, devera! Já comprou vinte e quatro. Negro novo, só! Disse que é pra fazê terno de zabumba, pra tocá em toda festa ganhando dinheiro pra ela.

As negra é bolo e mais bolo, doce e mais doce na rua... (sic)

Lindolfo Rocha

Histórias sobre opulência e ostentação feminina, ambientadas nas Lavras baianas durante a segunda metade do século XIX são fontes de inspiração para romancistas, memorialistas e narradores de outras naturezas. Esses sujeitos esmeraram-se em construir cenários nos povoados por mulheres formosas, esbanjando fortunas em vestidos pomposos, adornadas por joias e outros atavios, cheirando a fragrâncias vindas da Europa em formato de pós, produtos para os cabelos e muitos outros itens de perfumaria. Lindolfo Rocha,²⁰² romancista que viveu na região das Lavras no final do século XIX, dedicou-se a esse tipo de texto, sendo, pois, um dos principais colaboradores para a construção desse imaginário.

Maria Dusá, romance de Rocha²⁰³ publicado pela primeira vez em 1910, é uma vitrine da pompa em que se dizia viverem as mulheres lavristas. No texto, mesmo mulheres de posses medianas, sobretudo a protagonista homônima à obra – que diz que irá se dedicar ao trabalho na epígrafe acima –, são desenhadas em luxo e fausto. Em uma das cenas da obra, Dusá podia ser vista na rua, exibindo um "vestido cor de rosa, decotado", combinando com "brincos e medalha de brilhantes, presa ao pescoço por um

202 Júnia Tanúsia Antunes Meira et al. “Lindolfo Rocha: sertanejo e romancista-um escritor ‘esquisitamente esquecido’”. *Revista Memento*, v. 7, n. 1 (2016), n.p.

203 Lindolfo Rocha. *Maria Dusá*, São Paulo: Ática, (1910) 1978, pp. 64-68.

veludinho cor de rosa". Na privacidade do lar a riqueza era a mesma. Na hora de dormir, usava um "rob de chambre azul claro" e o toucador no quarto estava repleto de "vidros de essência e latinhas de banha [...] e cosméticos então em moda", além de muitas roupas e joias.

Entre o mito e a realidade, as histórias sobre Dona Maria Alexandrina dos Santos Pereira circulam no imaginário lavrista e, de certa forma, reforçam as ideias de fausto. Segundo se conta, ela foi casada com o Comendador Joaquim José Pereira, abastado comerciante cachoeirano que se estabeleceu em Lençóis logo no início das catas diamantinas. Como forma de demonstrar o sucesso de seu marido, D. Maria Alexandrina não tinha mãos a medir seus atavios e, por isso, fazia questão de mostrar em público, fosse dia ou noite, suas ricas joias de ouro. Como seus adornos tinham a mesma cor dos seus cabelos, logo a população lhe deu a alcunha de Iaiá Douradilha²⁰⁴.

Apesar das narrativas de suntuosidade, a realidade aparente nos documentos que consultei é bem diferente. Certo número das habitantes de Lençóis viveu sim em grande luxo, mas essa fatia era reduzida às integrantes das famílias abastadas da região, composta principalmente pelas integrantes das famílias abastadas da região. Uma outra parcela conseguiu angariar algum patrimônio, entretanto as fontes sugerem que as proporções das que conseguiram viver esbanjando riqueza foi bem aquém das imaginadas pelos romancistas e memorialistas. A maior parte das mulheres reais reuniu o suficiente para se localizar em faixas medianas de riqueza, acima da pobreza em que a maior parte da população chapadense vivia, ao passo que somente um reduzidíssimo número delas alcançou fortunas de grande dimensão. Os dois conjuntos de mulheres em faixas médias e altas de riqueza eram, significativamente, menores que os daquelas que viveram entre a miséria e a pobreza – que protagonizaram o capítulo anterior.

A documentação permitiu discernir que, entre as mais abastadas, muitos dos haveres deixados na hora da morte, foram rendimentos de suas agências. Isso corrobora a visão de que essas personagens estiveram longe de cumprir o ideal de docilidade, domesticidade e dependência de uma figura masculina que circulava entre os grupos de elite naquela época. De modo geral, foram ativas na sociedade lençoisense e conquistaram

204 Cf. Nadir Ganem, Lençóis de outras eras, Brasília: Thesaurus, 2001; Eduardo Silva. Dom Obá II d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor, 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

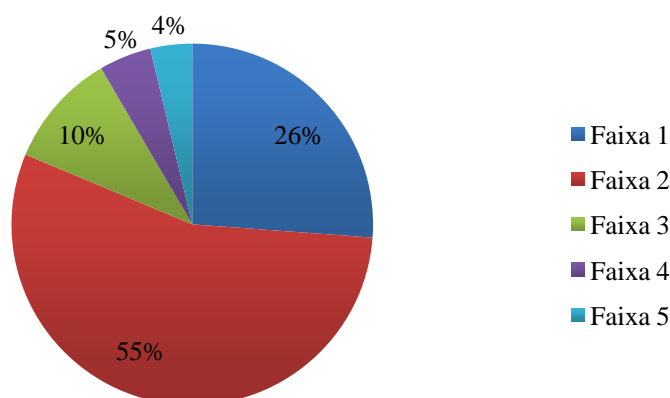
espaços por meio de suas estratégias de vida, se valendo de diferentes recursos e oportunidades, sobretudo no mundo do trabalho, ao longo de suas trajetórias de vida.

Essas mulheres são as protagonistas deste capítulo. Embasado, principalmente, em inventários *post mortem* e outras fontes cartorárias, busco debater aqui algumas das estratégias de trabalho, de emprego, de renda e de enriquecimento daquelas que considere como formadoras das camadas média e alta de Lençóis – que compõem as faixas de riqueza de 2 a 5, apresentadas no capítulo anterior. No bojo da discussão, intentei privilegiar as agências e outros expedientes das titulares que as possibilitou alcançar o pecúlio que apresentaram no final da vida. Assim, mais do que a percepção do tamanho das fortunas, o objetivo dessa seção é proporcionar um entendimento sobre os impactos que essas ações e ganhos tinham sobre a vida cotidiana das personagens elencadas. Antes, vale a pena oferecer detalhes mais nítidos e pertinentes dessas pessoas.

4.1 A FORMAÇÃO DO CABEDAL DA MULHER LENÇOISENSE

Quando da análise do total de inventários, percebi que a maior parte das titulares deixou pecúlios capazes de garantir algum afastamento da pobreza, como as protagonistas do capítulo anterior. Em favor de uma visão dessa realidade, apresento o gráfico, a seguir, que consta a distribuição do contingente analisado, de acordo com os montes-mores resultantes dos arrolamentos presentes nos documentos.

Gráfico 04: Distribuição dos inventários de acordo com as faixas de riqueza (1850-1880)



Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

As informações do gráfico permitem notar que mais da metade das mulheres de Lençóis deixou fortunas entre 1:000\$000 e 5:000\$000 réis. Tais proporções reafirmam uma tendência de concentração de riquezas nessa faixa no sertão baiano, como verificado por Paulo Duque Santos²⁰⁵, em seu estudo sobre a economia caetiteense na transição do Império para a República. Na amostra utilizada pelo historiador, os inventários lavrados na região a partir dos anos 1890 tiveram montes-mores de tais proporções alcançando margens sempre superiores aos 43%²⁰⁶.

Vale ressaltar que o estudo de Santos tem uma amostra documental mais ampla, favorecida pela ausência de um recorte por sexo. Assim, é possível que as faixas com valores maiores tenham sido mais numerosas tanto por conta da tradição produtiva de Caetité, tanto quanto pela presença masculina que, tradicionalmente, teve mais oportunidades de acumulação pecuniária. A partir dessa perspectiva, pode-se também explicar a maior representatividade feminina nas camadas mais baixas, pois, ainda com base nos dados produzidos por Paulo Duque Santos a representatividade das fortunas caetiteenses, que somavam mais de 10:000\$000 réis, se manteve, na maior parte do período estudado por ele (1890-1930), próxima da casa dos vinte pontos percentuais²⁰⁷, enquanto para as mulheres lençoisenses esse mesmo índice alcançou menos da metade disso, no período abarcado neste estudo.

De todo modo, a grande concentração na faixa que vai de 1:000\$000 até 5:000\$000 réis não representa grande participação feminina entre a riqueza local, tampouco uma distribuição de renda igualitária. Se considerarmos as estimativas de que mais de 95% da população feminina morreu sem deixar bens, como aventam historiadores da realidade baiana do século XIX que citei no capítulo anterior,²⁰⁸ é possível afirmar que esse era, em realidade, apenas um pequeno contingente. Assim, o número de mulheres em grupos médios e altos importa em uma parcela mínima das viventes nas Lavras.

Esse volume contrasta com a concentração de riqueza que engendraram. Conforme demonstro na tabela abaixo, o contingente representado na faixa 2 de riqueza

205 Paulo Duque Santos, "Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930" (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2014), passim.

206 Santos, "Légua tirana", p. 66.

207 Santos, "Légua tirana", p. 66.

208 Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996; Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*, São Paulo: HUCITEC, 1978.

foi responsável por cerca de 1/3 do total dos montes mores, ao passo que os 19% das inventariadas que deixaram fortunas superiores a 5:000\$000 réis concentraram mais que o dobro dos capitais.

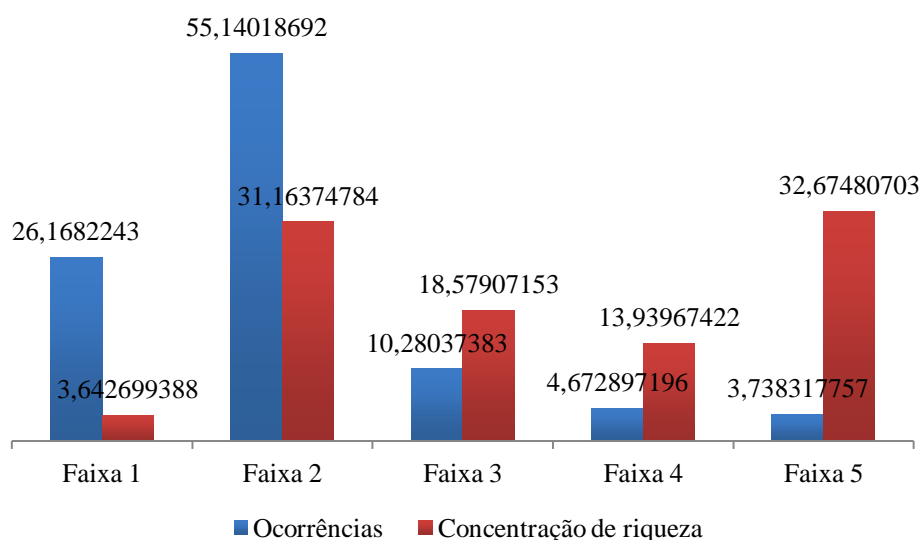
Tabela 06: Concentração de riquezas por faixas (1850-1880)

	Ocorrências	%	Total dos montes mores	%
Faixa 1	28	26,2	14:932\$120	3,6
Faixa 2	59	55,1	127:746\$150	31,2
Faixa 3	11	10,3	76:159\$160	18,6
Faixa 4	5	4,7	57:141\$385	13,9
Faixa 5	4	3,7	133:940\$270	32,7
Total	107	100,0	409:919\$085	100,0

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários.

A partir dos dados da tabela acima criei o gráfico seguinte, que torna a apresentação das informações mais eficiente.

Gráfico 05: Comparação entre as ocorrências dos inventários de acordo com as faixas de riqueza e a concentração de riqueza (em %; 1850-1880)



Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

Com a análise dos números acima pode-se captar as distâncias materiais que separavam as mulheres, mesmo entre as representantes dos grupos de riquezas mais consideráveis. Embora o volume de arroladas na segunda faixa de riqueza seja aproximadamente três vezes maior que o somatório das representadas nas faixas 3, 4 e 5, ficou evidente que essas últimas foram as maiores concentradoras de recursos pecuniários. Ainda de acordo com esses resultados, o monte-mor médio da faixa 2 se afixou em 2:165\$189 réis, ao passo que nas faixas seguintes as médias aumentavam, progressivamente, criando significativas desigualdades, inclusive entre as mulheres dos setores mais abastados da sociedade lençoisense. Na amostra que reuni, à medida que os valores dos montes-mores se aproximavam do topo da pirâmide, o número de pessoas diminuía e aumentavam as diferenças entre os valores médios dos pecúlios, como aparecem na tabela abaixo.

Tabela 07: Monte-mor médio por faixas de riqueza (1850-1880)

Monte-mor médio	
Faixa 1	533.290
Faixa 2	2:165\$189
Faixa 3	6:923\$560
Faixa 4	11:428\$277
Faixa 5	33:485\$068

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

As médias apresentadas acima, embora consigam dar conta das diferenças que separavam as faixas de riqueza, escamoteiam discrepâncias endógenas de cada um desses grupos. Com o contraste dos totais dos inventários nas faixas mais elevadas, as distâncias tendem a aumentar. Nas faixas 3 e 4, a separação era feita por mais de 1:000\$000 réis, aumentando sobretudo a partir da fronteira entre a faixa 4 e 5. Na última faixa de riqueza, o monte-mor mais expressivo (49:720\$000 réis)²⁰⁹ estava separado por quase 15:000\$000

²⁰⁹ Inventário de Dona Belisária Angélica da Silva Leão, 17.05.1871, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa, 1027, maço 1496, documento 16.

réis do segundo maior da categoria e de toda a amostra documental (35:161\$030 réis),²¹⁰ apontando substanciais dessemelhanças entre essas personagens.

Apesar das profundas diferenças nos totais das fortunas, a composição dos patrimônios dos grupos era semelhante. Escravos, bens de raiz e dívidas ativas foram os indicadores de riqueza mais frequentes, inclusive com proporções percentuais parecidas entre os grupos, o que justifica que neste capítulo o enfoque se mantenha sobre tais, em detrimento dos demais. Na tabela abaixo apresento a divisão que encontrei a partir da soma dos valores de cada grupo de posses nos inventários.

Tabela 08: Proporção dos indicadores de riqueza nos inventários de mulheres das faixas de riqueza de 2 a 5 (1850 -1880)

	Faixa 2		Faixa 3		Faixa 4		Faixa 5	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Escravos	49:342\$000	40,8	35:760\$000	47,0	31:800\$000	55,7	44:920\$000	33,5
Terras	29:335\$000	24,3	12:846\$000	16,9	5:210\$000	9,1	36:160\$000	27,0
Casas e terrenos	11:835\$000	9,8	12:985\$000	17,0	11:680\$000	20,4	14:100\$000	10,5
Gado bovino	11:301\$000	9,3	2:767\$000	3,6	2:673\$000	4,7	6:200\$000	4,6
Animais de carga e montaria	5:997\$000	5,0	855\$000	1,1	1:690\$000	3,0	2:950\$000	2,2
Dívidas ativas	7:379\$290	6,1	9:229\$400	12,1	2:916\$000	5,1	7:464\$201	5,6
Ourivesaria	1:189\$700	1,0	418\$960	0,6	261\$000	0,5	6:397\$529	4,8

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

Escravos e bens de raiz foram os dois principais índices de riqueza das mulheres com posses mais notáveis, como se vê acima. Contudo, esses mesmos dados revelam que as titulares dos inventários *post mortem* trataram de diversificar seus investimentos. A variedade de categorias que aparecem na documentação demonstra que à medida que as mulheres enriqueciam, se preocupavam em sortir seus patrimônios, mas sem perder de vista os escravos e os bens de raiz. Tais ações se revestiam de significados sociais e materiais que buscarei explorar a seguir, cuidando de privilegiar os bens que poderiam

²¹⁰ Inventário de Maria Joaquina da Silva, 02.05.1857, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1046, maço 1515, documento 01.

ser usados como meio de vida, de produção de renda ou de ampliação patrimonial, bem como de possíveis implicações sobre a atuação das mulheres na sociedade lavrista.

Vale um adendo antes de prosseguir com o debate. O número de bens que aparecem nos inventários é bem mais amplo do que o descrito na tabela acima. Todavia, resolvi excluir da análise todas aquelas que no somatório das faixas alcançavam representações menores que 1%. Muitos itens foram insignificantes. Na esfera agropastoril, animais de pequeno porte são quase inexistentes. As aves de criação não foram citadas, ao passo que cabras, ovelhas e porcos apareceram em totais que implicam índices abaixo de 0,09% dos montes-mores. O mesmo aconteceu com roupas, mobílias, utensílios domésticos e ferramentas de trabalho. Todas essas categorias representam uma proporção menor que 0,3% entre as inventariadas.

Isso demonstra que pequenos itens perdiam a relevância nos processos sucessórios à medida que as mulheres prosperavam. A pouca menção, dificilmente, implicaria a inexistência completa desses itens. Antes, me parece que como posses mais valiosas tinham maior importância no contexto, muitas categorias que foram relegadas ao esquecimento ou mesmo partilhadas de forma consensual, possível causa do desaparecimento de tais categorias nos inventários. Dito isso, seguirei o debate concentrado nas categorias de maior expressividade, conforme mencionei mais acima.

4.2 ESCRAVOS

Os valores em escravos nos inventários apresentados mais cedo, embora expressivos, correspondem a pequenos conjuntos – bem diferentes dos que Rita relata a Dusá na obra de Lindolfo Rocha. Os dados censitários da população cativa apontam que esses sujeitos foram pouco numerosos, embora alguns memorialistas e outros escritores, comprometidos com a criação de um imaginário de fausto, tenham se esforçado em afirmar que abundavam, por ali, muitos senhores com grande número de escravos. Havia na zona das Lavras algumas pontuais escravarias mais substanciais, todavia, isso estava longe de se tornar uma constante.

Um censo provincial realizado em 1860 revela que havia apenas 1.279 escravos vivendo nas duas freguesias de Lençóis²¹¹. Esse documento é generalista, pois não traz

211 Diferentes estimativas demográficas da Bahia no século XIX estão reunidas in: Marco Aurélio A. Gomes, “Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX”. 1990.

outras informações como distribuição por sexo, por qualificação, por estado civil, por nacionalidade além de outras categorias, úteis, para explorar historicamente esse contingente. Ainda assim, de acordo com os números da publicação em questão, os cativos representavam 11,88% da população local. Para efeito de comparação, haja vista a raridade das informações censitárias até 1872, a proporção para a população escrava da capital em 1855 era de 28%, ou seja, diferença, significativa, para o tempo de apenas cinco anos.

No entanto, o recenseamento imperial em 1872 apontou proporções ainda menores²¹². Em mais de dez anos, a categoria encolheu quatro pontos percentuais. Com isso, apenas 8,42% dos 22.055 habitantes de Lençóis, cerca de 1.858 indivíduos, eram escravos naquele momento. Na mesma contagem, 12% da população de Salvador ainda eram de cativos. Desse modo, é possível refletir que na Chapada Diamantina a disponibilidade de mão de obra servil foi historicamente limitada, sendo esse um fator preponderante para a definição de pequenas escravarias desde os primeiros anos de desenvolvimento da indústria diamantina.

As diminutas escravarias, encontradas na zona das Lavras, acompanharam a tendência dos sertões circunvizinhos, o que afasta a ideia de esvaziamento por conta da queda na produção diamantina no início dos anos 1870. Diferentes estudiosos vêm apontando essa realidade. Erivaldo Fagundes Neves²¹³, um dos primeiros historiadores a se debruçar sobre o perfil das escravarias existentes em Caetité, afirmou que entre 1768 e 1883 a maioria dos senhores detinha de 06 a 10 cativos. Maria de Fátima Novaes Pires²¹⁴, por sua vez, defende um índice levemente menor para Caetité e Rio de Contas, que oscila entre 05 e 10 escravos. Kátia Lorena Novais Almeida esboçou um quadro equivalente²¹⁵. A partir da análise dos inventários lavrados na comarca de Rio de Contas ao longo do século XIX, a historiadora concluiu que mais da metade dos senhores, dali, tinham até cinco cativos.

Para as senhoras lençoisenses, os números foram bem modestos. Frequentemente os patrimônios se limitavam a até cinco escravos, mesmo quando cotejadas fortunas mais

212 Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento geral do Império de 1872, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, v. 12, 1876.

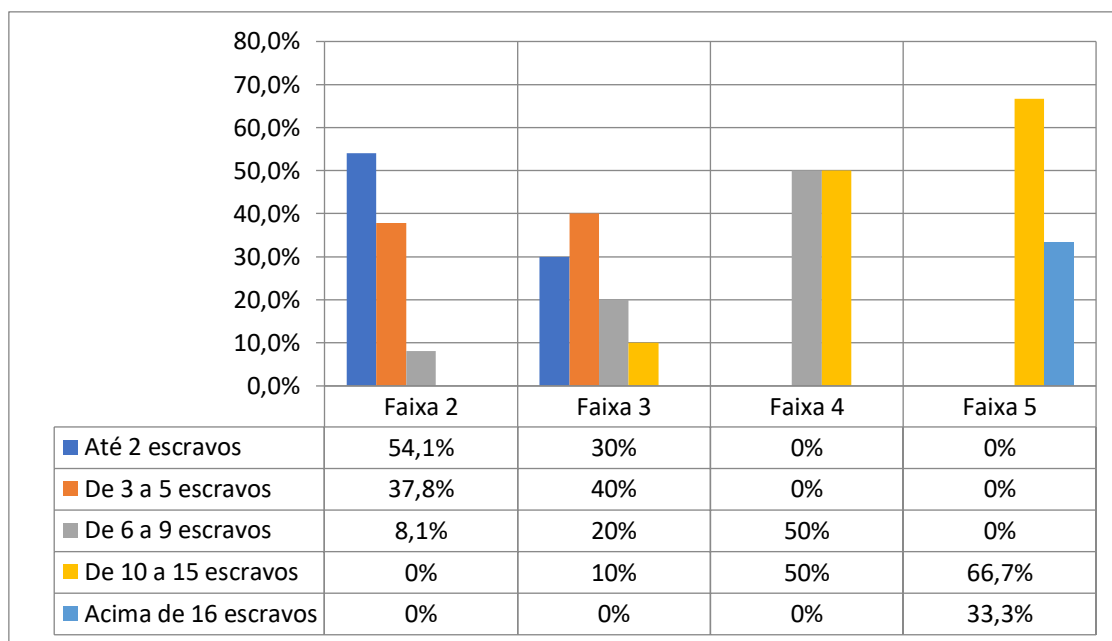
213 Erivaldo Fagundes Neves, “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local”, Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 269-70.

214 Maria de Fátima Novaes Pires, “Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima (1860-1920)”, São Paulo: Fapesp, 2010.

215 Kátia Lorena Novais Almeida, “Alforrias em Rio de Contas–Bahia: século XIX”, Salvador: EDUFBA, 2012.

avultadas. Conforme se verá no gráfico adiante, houve uma considerável ocorrência de escravarias com até dois indivíduos, ao passo que as mais ricas também tiveram participação relevante entre as senhoras de poucos escravos, embora algumas tenham conseguido maior êxito na formação de escravarias acima de nove indivíduos.

Gráfico 06: Distribuição das escravarias por tamanho nas faixas de riqueza de 2 a 5(1850-1880; em %)



Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

De acordo com os dados do gráfico, percebe-se que à medida que enriqueciam, as mulheres empenhavam-se no investimento em escravos. É possível observar que, grupos de até dois escravos predominam entre as senhoras da faixa 2, porém na faixa seguinte, as frações começam a se inverter, tendo proporcionalmente maior ocorrência conjuntos com mais de três indivíduos. A escalada no número de escravos continua com as mais ricas que, apesar da prosperidade, não conseguiram reunir mais do que quinze escravos em seus patrimônios. Entre as faixas mais baixas, apenas Escolástica Maria de Almeida²¹⁶, situada na faixa de riqueza 3, conseguiu legar um patrimônio com mais de uma dezena de escravos, deixando para seus herdeiros 6 homens e 8 mulheres cativos.

²¹⁶ Inventário de Escolástica Maria de Almeida, 17.07.1877, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 05, caixa, 1480, maço 1949, documento 12.

Além da escassez de escravos no mercado, a carência de recursos para novas aquisições concorria para escravarias de pequenas dimensões. Vale lembrar que a maior parte das inventariadas tinha bens estimados em faixa inferior a 5:000\$000 réis, e mesmo as de fortunas mais valiosas sofriam com algumas limitações de caixa e oferta. Assim, essas mulheres não tinham recursos amplos para novos investimentos em cativos, uma vez que na conjuntura da época, em momentos de inflação acentuada, a compra de escravos se reduzida, devido aos elevados preços²¹⁷.

De toda forma, adquirir um escravo era sinônimo de abdicar de outras possibilidades, haja vista ser um bem de preço considerável mesmo nos – poucos – momentos de estabilidade econômica da segunda metade do século XIX. As avaliações dos cativos nos inventários e os valores cobrados por cada um deles nas escrituras de compra e de venda que consultei, demonstraram que escravos eram um bem pouco acessível. Além disso, é curioso notar que homens e mulheres entre 20 e 50 anos obtiveram avaliações muito próximas, fator que, possivelmente, contribuiu para o equilíbrio entre os sexos dos escravos descritos nos inventários, analisados, entre 1850 e 1888. Ao todo foram 118 homens e 113 mulheres descritos. Assim, é admissível afirmar que a inflação e a redução da oferta foram aspectos decisivos para definir o patrimônio de escravos das mulheres chapadenses.

A posse em comum de cativos foi uma alternativa para contornar a conjuntura da época. Tal prática foi, especialmente, utilizada pelas mulheres da faixa 2. Geralmente, o escravo era dividido com mais um dono e, por vezes, as inventariadas apresentavam mais de um servo com posse coparticipada. O inventário de Maria Theodora Francisca Dourado²¹⁸ ilustra a dimensão desse costume, demonstrando que, por vezes, a propriedade era compartilhada por várias pessoas. Quando a dita Maria Theodora morreu, em 1871, seu inventariante apresentou no rol dos semoventes 1/8 de um escravo avaliado em 1:000\$000 réis, uma vez que o sujeito era tido, em sociedade, com sete de seus cunhados.

217 Sobre o aumento dos preços dos escravos nos sertões baianos Cf. Erivaldo Fagundes Neves. “Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX”, Salvador; Feira de Santana: EDUFBA; EDUEFS, 2005; Erivaldo Fagundes Neves, “Uma comunidade sertaneja”, op. cit; Erivaldo Fagundes Neves, “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”, *Afro-Ásia*, n. 24 (2000), pp. 97-128.

218 Inventário de Maria Theodora Francisca Dourado, 13.05.1871, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa, 1014, maço 1483, documento 20.

Isso demonstra que alguns escravos, nesse contexto, tornaram-se patrimônio familiar. Esses cativos viviam a serviço do grupo de senhores em um sistema de compartilhamento difícil de capturar com o inventário citado, mas que decerto exigia harmonia das partes para subsistir e que favorecia o desenvolvimento do pequeno senhorio na região das Lavras. Apesar dos indicativos de cooperação familiar para aquisição e manutenção de escravos, os documentos não permitem dizer se esse método chegava a se constituir como um padrão para tal tipo de posse.

Nos demais inventários, as anotações sobre os partícipes na posse dos escravos eram fugidias. Os escritvães omitiram, inclusive, os nomes dos sócios das titulares na maioria de suas notas ou, quando os identificava, fazia isso sem maiores preocupações. Assim, com as fontes que utilizei não posso afirmar que esse era um costume, amplamente, utilizado pelas famílias de haveres limitados. De todo modo, isso permite entrever que a dinâmica de posses compartilhadas de escravos era possível, diversificada e cumpria papel fundamental na composição do patrimônio das mulheres das camadas médias na Chapada Nova. Quando prosperavam, as mulheres investiam em escravos próprios.

Nas faixas de riquezas mais elevadas, não identifiquei posses de escravos em comum. Parte dos patrimônios era beneficiado por um histórico de fortunas familiares, que combinadas à influência política das elites, favoreceram o acesso à compra de escravos e, conseqüentemente, à criação de escravarias mais substanciais. Esses conjuntos apresentavam quantidade reduzida de cativos que as mulheres das camadas menos avultadas possuíam, sendo assim, um dos principais elementos distintivos entre as representantes das faixas de riqueza.

Nas faixas próximas do topo da pirâmide, observa-se a frequente existência de senhoras com mais de cinco escravos. Conforme notado na tabela anterior, todas as proprietárias compreendidas na faixa 4 tiveram mais de 6 escravos, ao passo que as da faixa seguinte, não constam com menos que dez cativos. Isso demonstra a existência de um fosso entre os grupos de riqueza e estabelece características próprias para a definição dos padrões das escravarias femininas em Lençóis. Na amostra que utilizei, o maior conjunto de escravos pertenceu a Dona Belisária Angélica da Silva Leão²¹⁹, filha de D. Rita Zama e esposa do gerente da Companhia Capivaras de Mineração, Cândido José da

219 Inventário de Dona Belisária Angélica da Silva Leão, 17.05.1871.

Silva Leão, destacado senhor de escravos da região e importante figura política. Quando da execução de seu inventário em 1871, constatou-se que reuniu 11 escravas e 25 escravos dentre seus bens, avaliados em 45:700\$000 réis.

A amplitude da escravaria de Dona Belisária Leão está associada à sua linhagem. Ela fazia parte de um dos mais importantes grupos familiares que viveram na Chapada Nova durante o século XIX, os Souza-Spínola. Segundo as memórias locais, a família deixou Caetité e se instalou em Lençóis logo nos primeiros anos da exploração diamantífera, por volta de 1848. A família chegou com fortuna e numerosa escravaria que decidiu distribuir nas muitas propriedades que adquiriram com o produto da liquidação dos bens no local de origem.²²⁰ Assim, o patrimônio de Dona Belisária pode ter se originado no processo sucessório da família, bem como do casamento estratégico, reforçando a ideia de excepcionalidade dos conjuntos de escravos mais abundantes entre aquelas que pertenciam a núcleos mais modestos daquela sociedade.

Rômulo Martins²²¹, historiador que estudou a região da Lavras no século XIX, foi categórico ao afirmar que os escravos de Dona Belisária Leão estavam empregados na companhia de mineração dirigida pelo marido dela. Desse modo, as relações pessoais da proprietária garantiram margens de rentabilidade que, seguramente, permitiram a ampliação da escravaria e, com isso, o distanciamento dela das demais proprietárias de escravos que não contavam com as mesmas oportunidades no mercado. Afiançada pela figura do marido, pela solidez da mineradora e pela perenidade dos negócios, Dona Belisária Leão encontrou meios e confiança, suficientes, para reunir mais escravos, o que contribuiu para o pecúlio que apresentou depois de seu falecimento.

As características de posses de escravos dependiam dos interesses das senhoras. Embora fossem importantes para a formação dos patrimônios, nem sempre essas mulheres tornavam a formação de escravarias seu principal objetivo, tampouco pensavam em viver exclusivamente da exploração de seus cativos. Os livros de notas lavrados pelos tabeliães que atuaram em Lençóis trazem indícios de que, em alguns casos, as posses eram transitórias, uma vez que algumas mulheres ganhavam a vida com a especulação do mercado a partir da compra e da venda de escravos.

220 Cf. O sertão. Pequeno álbum de Lençóis. Bahia: Gráfica d'O sertão, 1946; Napoliana P. Santana, "Família e micro-economia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)" (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia/campus V, 2012).

221 Rômulo Martins, "'Vinha na fé de trabalhar em diamantes': escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina - BA (1840 - 1888)" (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2013), p. 51.

As escrituras de compra e de venda são testemunhas de uma atuação feminina estratégica no mercado de mão de obra servil. Os registros demonstram que algumas mulheres eram contumazes vendedoras e/ou compradoras de escravos, dessa forma, esses documentos atestam a participação delas no ramo – ainda que fossem suplantadas em grande número pelos homens no volume de representantes e de negociações. Assim, nem sempre ter poucos escravos no final da vida representava a falta de acesso a tais bens ou uma vida na pobreza.

As mulheres da família Magalhães de Macedo foram algumas das negociantes de escravos destacadas da região. Dona Clemência de Magalhães Macedo²²², mãe do poderoso Coronel Uldurico de Magalhães Macedo²²³, foi a principal representante feminina desse grupo no comércio de escravos em Lençóis. Quando morreu, em 1879, Dona Clemência deixou apenas cinco escravos, sendo dois homens e três mulheres, e um monte-mor de 3:496\$200 réis, que a inseria em faixa de riqueza dos setores médios das mulheres da Chapada. Entretanto, isso estava longe de representar insuficiência de recursos ou uma vida marcada por privações ou grandes dificuldades. É possível que Dona Clemência tenha liquidado ou distribuído seus bens em vida, o que poderia explicar o valor do monte-mor, mas a ausência de documentação sobre isso não permite maiores afirmações nesse sentido.

Assim, a pequena escravaria, do mesmo modo, não representava a restrição do acesso de Dona Clemência a peças no mercado em que atuava. Antes, os registros de compra e de venda citados, em nome dela, comprovam sua especulação no mercado, pois dão conta de uma singular circularidade de escravos entre suas posses. Em 1872, dois registros demonstram seus lucros com a negociação de escravos. Em 24 de fevereiro daquele ano, Dona Clemência recebeu de Maria Ignácia de Loyola a quantia de 600\$000 réis pela africana *Benedicta*, de 42 anos, solteira, do serviço doméstico²²⁴. Menos de dois meses depois, em 05 de abril do mesmo ano, ela retornou ao cartório, dessa vez como

222 Inventário de Dona Clemência de Magalhães Macedo, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 05, caixa 1818, maço 2289, documento 12.

223 O Coronel Uldurico de Magalhães Macedo foi um dos mais destacados exploradores e comerciantes de diamantes de Lençóis no século XIX. Seu patrimônio envolvia terrenos para garimpagem, oficinas de lapidação e escritórios de comércio das gemas com atuação doméstica e internacional. Além disso, gozava de grande influência no meio político em diferentes níveis. Para maiores informações sobre o Coronel Uldurico Macedo Cf. Martins, "Vinha na fé", p. 81; Fernando Machado Leal, "A antiga Comercial Vila dos Lençóis", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 18 (1978), pp. 115-60.

224 Livro de compra e venda nº6, 24.02.1872, Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros (FDCBV), Sem fundo definido.

compradora de outra Benedicta, uma “parda bem clara” de 41 anos de idade, solteira, também do serviço doméstico, por quem pagou 500\$000 réis a Carolina Correia do Nascimento²²⁵.

Nos esquemas de avaliação de escravos presente nos inventários e testamentos que consultei, os que eram qualificados como cabras, tendiam a valer mais que africanos²²⁶. Assim, os documentos, citados, mais acima, demonstram a intimidade de Dona Clemência no trato dos negócios, conseguindo comprar Benedicta cabra, que potencialmente valeria mais no mercado de escravos, por um preço menor do que aquele que recebeu por Benedicta africana. Acredito, com esses indícios, que os escravos permaneciam com Dona Clemencia somente até encontrar uma negociação rentável. Dessa forma, podemos afirmar que ela estava atenta à realidade de que esses braços eram mais lucrativos como mercadorias do que empregados em algum serviço.

Sobre esse aspecto, da negociação rentável dos escravos, outras mulheres seguiram os mesmos caminhos. Os livros de notas contêm diversos registros de mulheres que ora aparecem como compradoras, ora como vendedoras de escravos. Além disso, o uso eventual do pronome “Dona” demonstra que essas mulheres estavam em patamares diferentes de riqueza e reconhecimento naquela sociedade, haja vista que esse era um termo distintivo da posição social de quem a recebia desde os tempos coloniais²²⁷. Entretanto, a ausência de mais documentos sobre a trajetória dessas personagens impossibilitou maiores análises sobre elas.

225 Livro de compra e venda nº6, 05.04.1872, op. cit.

226 Alguns estudos históricos apontam que na hierarquização das cores existente no século XIX, os cabras estavam próximos dos pardos e acima dos mulatos e pretos. Todavia, esse não chega a ser um axioma, pois o período era marcado pela imprecisão das designações de cores, que dependiam mais da situação do sujeito do que de seu fenótipo. De todo modo, na documentação consultada escravos cabras tendiam a valer mais que mulatos, pretos e africanos no mercado lençóisense. Cf. Jocélio Teles dos Santos, “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX”, *Afro-Ásia*, n. 32, 2005; Roberto Guedes, *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850), Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2008; Adriana Dantas Reis Alves, “As mulheres negras por cima, o caso de Luzia Jeje: escravidão, família e mobilidade social-Bahia, c. 1780–c. 1830” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2010).

227 Ana Cecília Farias de Alencar. “Sou ‘Dona Viúva’: As Cartas de Sesmarias e o papel das mulheres na capitania do Ceará (século XVIII)”, <
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371271354_ARQUIVO_ArtigoAnaCecilianpuh2013.pdf>. Acesso em: 12.10.2017; Denize Terezinha Leal Freitas; Jonathan Fachini da Silva. “Dona Anna Marques de Sampaio: uma mulher de família, da Igreja, dona de escravos e proprietária de terras na Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (finais do XVIII e meados do XIX)”. <
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370212473_ARQUIVO_DonaAnnaMarquesdeSampaio_anpuh2013.pdf>. Acesso em: 12.10.2017.

A compra e venda de escravos por mulheres de camadas medianas e mais avultadas seguia uma tendência arraigada na sociedade imperial. Juliana Barreto Farias, historiadora dedicada ao estudo das experiências de africanos no Rio de Janeiro no século XIX, observou que pequenos senhores se dedicaram, com afinco, ao comércio de escravos²²⁸. Para essas pessoas, se desfazer de seus cativos representava uma oportunidade de lucro nos momentos em que os preços do item atingiam maiores cotações, assim como um meio de obter dinheiro em momentos de urgência financeira.

Para aquelas que não puderam ou quiseram se desfazer de seus escravos, a hipoteca existia como um meio de remediar dificuldades. O teor da escritura firmada em cartório no dia 1º de agosto de 1853 entre Maria Carlota da Conceição e José Ribeiro de Magalhães demonstra como funcionavam esses negócios²²⁹. O escrivão redigiu o documento do seguinte modo:

Saibão quantos este Publico Instrumento de Escripura Publica de hypoteca e debito virem que no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos cincoenta e tres ao primeiro dia do mes de Agosto do dito anno nesta Povoação dos Lençoes Termo da Vila de Santa Isabel do Paraguassu, em meo Escriptorio comparecerão as partes a esta outorgante a saber, como hypotecante Maria Carlota da Conceição e como hypotecario José Ribeiro de Magalhães, pessoas reconhecidas de mim Escrivão de que dou fé [...] me foi dito pela primeira outorgante a dita Maria Carlota da Conceição que por gravíssimas e urgentes occorrencias se tinha convencionado com o Senhor José Ribeiro de Magalhães a tomar a imprestimo de sua mão a quantia de Cento e Cincoenta e quatro mil reis, que se obrigara a pagar-lhe da dacta desta a dous mezes, e que para mais segurança desta sua obrigação hypotecava-lhe huma escrava de nome Flausina, Africana, idade vinte anos pouco mais ou menos, ficando em poder della hypotecante a dita escrava, sendo pertencente ao dito hypotecario o jornal que der a dita escrava durante esta hypoteca, e sendo ella responsavel por todo e qualquer inconveniente que tenha a dita escrava.

230

Os senhores conseguiam algum dinheiro sem se desfazer de seus escravos, desde que os usasse como garantia da transação. Esse método reduzia os interesses dos

228 Juliana Barreto de Farias. “De escrava a Dona: A trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX”, *Locus-Revista de História*, v. 18, n. 2 (2012), pp. 13-40.

229 Escritura publica de hipoteca e debito que fez Maria Carlota da Conceição a José Ribeiro de Magalhães, 01.08.1853, Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros (FDCBV), Livro de compra e venda nº 1, Sem fundo definido, pp. 28-29.

230 Escritura publica de hipoteca e debito que fez Maria Carlota da Conceição a José Ribeiro de Magalhães, 01.08.1853, op. cit. pp. 28-29.

hipotecários na cobrança sobre os empréstimos, uma vez que poderiam ter grandes lucros nessas operações. Para quem hipotecava havia o risco de perder o bem em caso de moratória, e disso quase padeceu Maria Carlota. Ela só conseguiu saldar a dívida três meses depois, como comprova a escritura de quitação da hipoteca da dívida datada de 15 de novembro de 1853²³¹. Para não ter de entregar a escrava para seu credor, certamente, conseguiu algum acordo que a documentação omite.

Além das possibilidades de negociação a partir da hipoteca, a transação entre Maria Carlota e José Ribeiro revela outros aspectos proeminentes sobre a posse de escravos em Lençóis. Um deles é que senhoras de posses mais substanciais compartilhavam, em alguma medida, a realidade de trabalho dos escravizados. Os termos que regem o contrato acima implicam a necessidade em desenvolver meios para reunir o necessário para quitar o empréstimo. Dessa maneira, exceto pela existência de outros escravos que não estavam envolvidos na transação e que ela pudesse explorar, certamente seria através do próprio trabalho que o dinheiro seria angariado. Assim, esse caso expõe uma faceta da posse e do uso da pequena escravaria entre as senhoras lençoisenses que sugere a grande diferença que separava as senhoras de menores e maiores cabedais.

Para as menos abastadas, sobretudo as representadas pelas faixas de riqueza 2 e 3, a divisão do trabalho com seus cativos era mais frequente, ao passo que para as demais, viver da exploração da mão de obra servil era mais provável. Todas, entretanto, encontram meios de transacionar seus escravos que envolviam mais que a hipoteca. O aluguel de escravo emergiu nesse cenário como forma útil de produção de dividendos. A exiguidade da oferta combinada à limitação de recursos financeiros de grande parte dos interessados em cativos, tornou a locação do braço cativo em um negócio rentável. Assim, essa modalidade de exploração dos cativos ganhou popularidade entre as senhoras lençoisenses, uma vez que o campo para o emprego dos cativos era bastante amplo, pois eram solicitados em nos garimpos, nas lavouras, nas casas e em várias outras atividades na zona diamantífera dos Oitocentos.

Os livros de notas consultados revelam que o período de aluguel e o valor pago variavam muito e que esse tipo de negociação foi, constantemente, utilizado ali. Vale aventar também que alguns aluguéis podem ter se firmado sem o registro civil, o que faz

231 Escritura publica de quitação que fez José Ribeiro de Magalhães a Maria Carlota da Conceição, 15.11.1853, Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros (FDCBV), Livro de compra e venda nº 1, Sem fundo definido, pp. 73-74.

crer que esse mercado era ainda mais amplo do que a documentação permite ver²³². De maneira geral, o aluguel representava uma fonte de renda para quem tinha escravos disponíveis e uma oportunidade para as pessoas interessadas em explorá-los. As senhoras como Dona Antônia Josefa de Oliveira atentaram para esse filão. Em 03 de abril de 1872, ela firmou com o Tenente Manoel Victorino Nascimento um contrato de aluguel do escravo Prudêncio, pardo, de 18 anos, do serviço de lavoura, por um período de vinte e seis meses, pelo que recebeu no ato a quantia de 468\$000 réis²³³.

Carolina da Costa Oliveira se valeu do mesmo expediente como fonte de renda²³⁴. No final da década de 1870, ela tinha uma de suas escravas, a crioula Bárbara de Oliveira, trabalhando como cozinheira alugada na casa do Pároco da cidade, o Padre João Antônio da Silva. Na companhia dessa escrava, trabalhava também sua tia, Rosa Calmon, que o documento não revela se era ou não escrava da mesma senhora, mas que aparece no panorama da prática de alugar escravos na zona das Lavras. Registros como esses demonstram que essa era uma tática recorrente e uma das facetas mais vívidas do mercado de escravos nas Lavras.

Para as senhoras que não alugavam seus escravos, a lucratividade adivinha da ampliação de atividades nas quais os empregavam como serviços domésticos e nas lavouras, que tradicionalmente apareciam como suas ocupações em escrituras, inventários e outros registros. Assim, os escravos que porventura não estivessem alugados, exercendo essas atividades, podiam ser empregados no comércio de rua que se fazia na Praça do Mercado. Esse espaço, popularmente conhecido como Praça dos Nagôs sugere que esse foi um local de trabalho, majoritariamente, negro. Assim, escravos a mando de seus senhores se misturavam à população livre de cor, a fim de amealhar o que lhes era exigido.

Na Praça dos Nagôs havia um comércio miúdo, sobretudo de produtos da região. O ambiente servia, principalmente, como escoadouro dos gêneros oriundos da pequena lavoura local. Geralmente, era resultado do trabalho conjunto dos vendedores e de suas senhoras, pois como já visto mais acima, era comum que esses sujeitos trabalhassem lado

232 O aluguel de escravos em Lençóis foi um tema debatido em produção anterior baseada em fontes semelhantes. Cf. Glaybson Guedes Barboza da Silva, “Homens com sonhos de riquezas inexauríveis: virilidade, ambição e violência nas Minas de diamantes de Lençóis (1850-1870)”, (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012).

233 Livro de compra e venda nº6, 03.04.1872, op. cit.

234 Processo-crime, 05.02.1879, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (crime), Ameaças, estante 04, 11, documento 16.

a lado, dividindo as mesmas tarefas. Em estudo sobre a trajetória da africana Emília Soares do Patrocínio, que viveu no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e que deixou de ser escrava para se tornar senhora, Juliana Barreto Farias²³⁵ diz que, apesar do trabalho braçal ter permanecido mal visto pelos grupos senhoriais tradicionais naquele tempo, para pessoas que constituíram algum patrimônio com o próprio trabalho, se tornar um senhor de escravos não implicava viver na ociosidade. Ao contrário, os cativos eram agregados à rotina produtiva desses senhores e de suas famílias como forma de melhorar os rendimentos.

O trabalho com escravos marcou o cotidiano das senhoras lençóisenses em condições semelhantes, conforme descrevi com o caso de Carlota da Conceição. A maneira como as fortunas eram constituídas, leva a crer que essas mulheres tinham empreitadas familiares que não comportavam a contratação de trabalhadores livres. Caso o fizessem comprometeriam seriamente os rendimentos de sua produção, fato que não interessava a elas, haja vista que a posse de escravos era entendida, principalmente, como meio de angariar maiores receitas e não como acumulação patrimonial e possibilidade de não trabalhar²³⁶.

Além da representatividade e potencialidade material do cativo, havia também o significado social desse tipo de posse. A ideia de liberdade no âmbito de uma sociedade escravista, em alguma medida, perpassava pela capacidade de explorar o trabalho servil e isso era fundamental para as senhoras que galgaram espaços naquele lugar, haja vista que encontraram na capacidade de se sustentarem uma via de inserção e participação na sociedade do diamante. No alvorecer dos anos 1980, período considerado fundamental para os estudos históricos da escravidão, Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa²³⁷ apontaram em um artigo a importância da posse de escravizados por sujeitos alforriados nas Minas Gerais durante o século XVIII e XIX. Esse trabalho é fundamentalmente quantitativo e se embasou em fonte cartorárias para determinar a participação dos senhores alforriados no mercado de escravizados na zona de mineração da Capitania/Província. Com a análise das fontes, Luna e Costa concluem que a participação de ex-escravos entre os senhores locais variou entre 15% e 3% ao longo do período abordado. Todavia, destacam que as mulheres forras foram mais bem-sucedidas

235 Juliana Barreto de Farias. “De escrava a Dona”.

236 Juliana Barreto de Farias. “De escrava a Dona”.

237 Francisco Vidal Luna; Iraci del Nero da Costa, “A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos”, *Ciência e cultura*, v. 32, n. 7, p. 836-841, 1980.

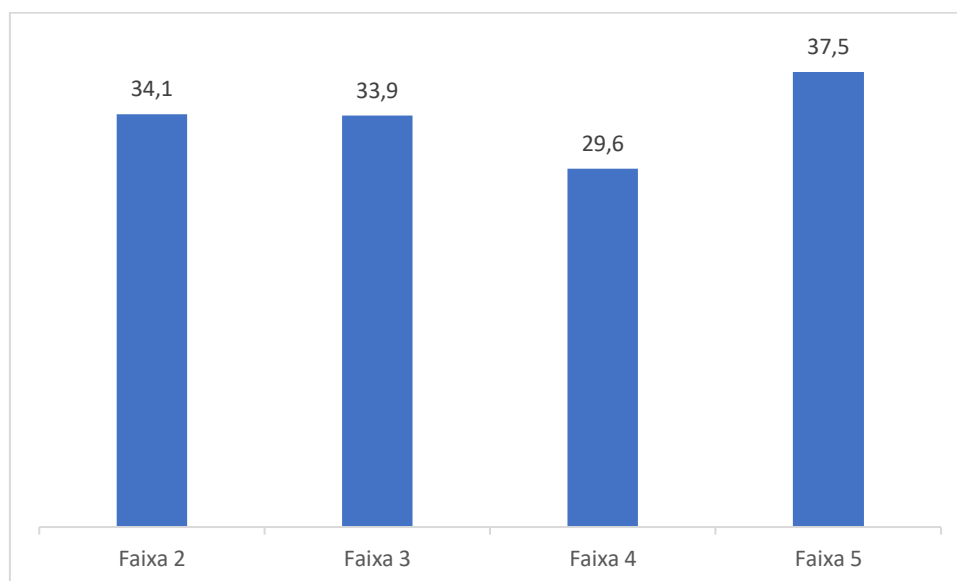
na aquisição de uma escravaria, pois entre o conjunto de senhores forros, elas chegaram a representar aproximadamente 56% do total. Isso coaduna a relevância material que a posse escrava tinha entre os grupos mais baixos, mas reforça a importância social disso, pois, de outro modo, dificilmente essas mulheres se esforçariam tanto para alcançar o *status* de senhora de escravos.

Alguns historiadores²³⁸ defendem a perspectiva de que existia uma pedagogia senhorial circulando no imaginário das cidades brasileiras do século XIX; isso significava o aprendizado das prerrogativas senhoriais através da observação, que inclusive era notado entre aspirantes a senhor, oriundos do cativo. Desse modo, as escravarias observadas entre as mulheres das camadas médias e altas, ainda que pequenas, eram importantes como elementos distintivos que ajudavam a definir o local que tais mulheres ocupavam naquela sociedade, ainda que na prática, senhoras e cativos vivessem experiências muito próximas, sobretudo no campo da produção agropastoril.

4.3 AS MULHERES E O MINIFÚNDIO CHAPADENSE

Depois de homens e mulheres escravizados, os bens de raiz foram os mais representativos para as fortunas de mulheres de Lençóis. Quando somei as avaliações de imóveis rurais e urbanos, comerciais e residenciais, que estão presentes nos inventários que utilizo como fontes para este capítulo, encontrei valores de dimensões próximas às que correspondem às escravarias. Nas quatro faixas abordadas nesta seção, conforme se viu na tabela com a proporção dos indicadores de riquezas apresentada mais acima, a representatividade dos bens de raiz oscilou na casa dos trinta pontos percentuais na composição dos patrimônios. De todo modo, é válido apresentar esses valores com mais detalhes no gráfico a seguir.

238 Cf. Hebe Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; Jocélio Teles dos Santos, “Ex-Escrava proprietária de Escrava: um caso de sevícia na Bahia do século XIX”, *Cadernos de Campo*, v. 1, n. 1 (2014), pp. 35-46.

Gráfico 07: Proporção dos bens de raiz nas faixas de riqueza de 2 a 5 (1850-1880; em %)

Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários

As proximidades das proporções não podem escamotear, evidentemente, a diferença entre as dimensões dos patrimônios e seus significados, haja vista que o último grupo concentrou um montante muito alto de divisas comparado com os demais. Existia certa paridade no tamanho e no valor das posses de terras de algumas das mulheres das quatro faixas. Contudo, era um maior número de propriedades, entre as mais ricas, que possibilitava um patrimônio vultoso, para os quais as sucessões tiveram grande contribuição. Geralmente, somente as que se beneficiaram com heranças foram as de grande influência local, que puderam ser caracterizadas como significativas proprietárias de terras e de outros bens de raiz. Entre as demais, predominou o pequeno número de propriedades e a dependência do processo de minifundização das terras da Chapada. Assim, um maior valor em imóveis descrito em um testamento ou inventário *post mortem* não, necessariamente, implicava propriedades maiores, mais caras ou de melhor qualidade, mas sim a acumulação de imóveis comuns ali.

Os bens de raiz, segundo a definição corrente no século XIX, corresponde aos bens que “[...] não se podem levar, como vinhas, hortas, campos, terras, casas, etc”.²³⁹ Essa categoria patrimonial é composta por diferentes tipos de imóveis, por isso,

239 Raphael Bluteau. Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 2, 1712 – 1728, p. 104.

obedecendo a ordem da maior para a menor proporcionalidade de cada um, agrupei as propriedades em duas séries: 1) terras: engloba posses, partes, braças, sítios, chácaras, plantações, mangas de plantação, currais e outros terrenos próprios para plantar e criar e; 2) casas e terrenos: compreende casas, terrenos descritos como próprios para casa, sobrados e imóveis comerciais, uma vez que não os encontrei separados de residências.

Entre as duas séries, a das terras se sobrepôs em valores. Quando cotejei as proporções dos investimentos nesses imóveis pude observar que as mulheres nos extremos das amostras investiram mais nesse tipo de patrimônio do que em casas e terrenos. Na faixa 2 as terras somaram 29:335\$000 réis, enquanto as casas e terrenos alcançaram um total bem distante desse, importando em 11:835\$000 réis. Na faixa 3, os valores entre as duas categorias são praticamente os mesmos (12:846\$000 réis em terras e 12:985\$000 réis em casas e terrenos), mas ainda assim as terras conservaram uma pequena prevalência. Na última faixa de riqueza é onde pude encontrar as diferenças mais notória entre as duas séries, chegando esse coeficiente a quase 160% - próximo do encontrado para a faixa 2, que quase alcançou os 150%. As terras alcançaram um total de 36:160\$100 réis e, as casas e terrenos, 14:100\$000 réis. A faixa 4, por sua vez, apresentou proporções invertidas, sendo que prevaleceram os imóveis urbanos (11:680\$000 réis) em detrimento dos rurais (5:210\$000 réis). Apesar desse último fenômeno, é notável que a frequência de posses de terras foi, significativamente, elevada nas faixas de riqueza indicando as preferências das mulheres na hora de realizar seus investimentos.

No universo analisado, mais de 80% das inventariadas deixou alguma posse dessa natureza. Esses dados permitem entender que a terra foi uma categoria fundamental de riqueza, sobretudo para as mulheres das camadas médias, pois esse era um indicativo de que as mais ricas tiveram maior liberdade para diversificar suas fontes de renda e serem, levemente, menos dependentes da dinâmica fundiária. Todavia, isso não quer dizer que as mais ricas se afastaram muito das terras, haja vista existir nos documentos a multiplicação de posses dessa natureza quando os montes mores eram mais expressivos. Além da importância material da terra, tendo a considerar que a dinâmica das relações entre homens e mulheres, assim como a divisão sexual do trabalho que se estabeleceram ali contribuíram para o cenário de posses que os testamentos e inventários *post* deram cabo. A maior dedicação masculina à garimpagem decerto rendeu oportunidades para que as mulheres atuassem na pequena indústria agropecuária da região.

A despeito da importância da terra para a formação das fortunas, foram poucas as mulheres que se tornaram proprietárias de vultosos patrimônios em terras. Uma das principais dificuldades encontradas pelas habitantes de Lençóis e região, nesse sentido, foi a aprovação da Lei 601 em 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de terras. Quando a indústria do diamante se desenvolveu, a Lei estabeleceu critérios que oficializavam a propriedade da terra, beneficiando os grupos mais tradicionais que ocupavam a região antes de 1850. Desse modo, coube às mulheres a participação na dinâmica fundiária marcada pela posse, concessão ou meação²⁴⁰.

Essa dinâmica foi observada, mesmo entre as mulheres com maiores montantes em terras, inclusive aquelas que pertenciam a núcleos mais destacados da sociedade lavrista. Na amostra de inventários utilizados, Dona Belisária Angélica da Silva Leão²⁴¹, citada mais acima como dona de ampla escravaria, e Maria Joaquina da Silva²⁴², apresentaram montantes em terras muito expressivos, mas, ainda assim, assinalados pela posse, e não pela propriedade, dos terrenos. Quando procedeu ao arrolamento de bens de Dona Belisária, o viúvo, o Major Candido José da Silva Leão

Deu a inventário as posses de terra que possui nesta Fazenda – Poço – composta ao todo de trez quartos de legoa, com plantação de canna, rolados de mandioca cercados, manda para pastos, casas de engenho e de fazer farinha, [ilegível] e mais benfeitorias existentes que se deu o valor de dezoito contos de reis, como sai.(sic)²⁴³

Além das propriedades descritas acima, entre os haveres de D. Belisária estava também outra posse de terras. Essa última, situada na Fazenda Cerrado, recebeu o valor de 1:000\$000 réis, a despeito de seu arrolamento não ter sido acompanhado de nenhuma descrição de benfeitorias de qualquer ordem. Dona Maria Joaquina da Silva²⁴⁴, por seu turno, foi a segunda maior detentora de terras que encontrei na amostra. Seu inventário, lavrado em 02 de maio de 1857, apresentou número expressivo de posses que, a julgar pelos preços, tinham proporções consideráveis, mas ao contrário de D. Belisária, pôde

240 Sobre a Lei de terras Cf. Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha, “A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX”, *Revista de História*, n. 120, p. 153-162, 1989; José Sacchetta Ramos Mendes, “Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império”, *Caderno CRH*, v. 22, n. 55, p. 173-184, 2009.

241 Inventário de Dona Belisária Angélica da Silva Leão, 17.05.1871.

242 Inventário de Maria Joaquina da Silva, 02.05.1857, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1046, maço 1515, documento 01.

243 Inventário de Dona Belisária Angélica da Silva Leão, 17.05.1871, fl. 7.

244 Inventário de Maria Joaquina da Silva, 02.05.1857, op.cit.

contar com terras de sua propriedade, haja vista o proveito que sua família tirou do fato de ser uma das pioneiras da ocupação das Lavras, antes da vigência da Lei de terras.

Antes de entender o modelo de acumulação patrimonial do qual Dona Maria Joaquina da Silva se beneficiou, vale conhecer seus haveres em terra. Ao todo, foram oito imóveis que juntos valiam 16:300\$000 réis. As propriedades contaram com avaliações que variaram entre 200\$000 e 6:000\$000 réis, demonstrando discrepância, substancial, com o patrimônio de Dona Belisária Leão, mas ainda assim resultando em um conjunto considerável no qual se destacaram valores bem acima daqueles encontrados para a maioria das terras locais. Para ter uma melhor visão do patrimônio de Dona Maria Joaquina, decidi dispô-lo no quadro abaixo.

Quadro 03: Terras de Maria Joaquina da Silva

Propriedade	Valor
Fazenda da Volta	200\$000
Fazenda do Periperi	200\$000
Fazenda das Palmeiras	400\$000
Fazenda Rio Preto	500\$000
Fazenda Canabrava	1:000\$000
Fazenda Citio de Maria	4:000\$000
Terras da Fazenda São João com currais	4:000\$000
Fazenda Gado Branco	6:000\$000

Fonte: Inventário de Maria Joaquina da Silva, 02.05.1857, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1046, maço 1515, documento 01

O patrimônio legado por Dona Maria Joaquina da Silva foi beneficiado pelas relações que seu marido, Manoel Lourenço Pinto, estabeleceu na região. A família se tornou uma das mais importantes proprietárias de terras às margens do rio São João, considerado na época como um dos principais polos de ocupação e de produção da Chapada Diamantina, antes das explorações de diamantes. Esses terrenos fizeram parte dos amplos domínios do Sargento-mor José da Rocha Medrado até o final do século XVIII, quando seus herdeiros passaram a fracionar a propriedade original em porções menores. Nesse ínterim, Manoel Lourenço e sua família, se valendo da dinâmica

engendrada pela Lei de terras, adquiriram algumas partes, se transformando ao longo do século XIX em um dos núcleos latifundiários chapadenses mais destacados²⁴⁵.

Outras famílias conseguiram se estabelecer como latifundiárias na região das Lavras através de uma estratégia semelhante à de Manoel Lourenço Pinto. Aqui, vale destacar os Spínola, grupo ao qual pertenceu Dona Belisária Leão. Esses últimos chegaram a Lençóis capitaneados pelo Comendador Antônio de Souza Spínola e Dona Rita Zama, tio e mãe de Dona Belisária, no final da década de 1840, trazendo a fortuna e escravaria que construíram em Caetité, onde já haviam se estabelecido desde muito como elite agrícola. Dona Rita, embora seja mais conhecida pelo sobrenome de seu último marido, o médico italiano Cesar Zama, primeiro foi casada com o Capitão-mor Francisco José do Nascimento Soriano, importante latifundiário caetiteense.

O casamento com o Capitão-mor Francisco Soriano e a herança deixada por ele foi fundamental para o patrimônio da família Spínola. Essa relação se harmonizava com o esquema de concentração fundiária corrente na região através de membros de famílias de posses. Segundo Miridan Knox Falci essa era uma tendência nos sertões das províncias do norte no século XIX, quando famílias de elite, interessadas na “[...] manutenção e solidificação dos laços de amizade, do patrimônio territorial, e da inter-relação de famílias poderosas oligárquicas locais”²⁴⁶ se empenhavam na união de seus filhos. A família perpetuou essa dinâmica nas Lavras, quando Dona Rita organizou o casamento de suas filhas mais velhas, Virgínia e Belisária com homens importantes e abastados da região.

A primeira filha, Virgínia casou-se com José Gomes de Azevedo, dono de grande partida de terra no Alto da Serra, extensão do rio Capivaras, que herdou de seu avô, o Comendador Domingos Gomes de Azevedo. Já Belisária, como é sabido, se casou com o Major Cândido da Silva Leão e teve com ele duas filhas: Rita e Adelina. Ambas perpetuaram a tendência de casamentos entre famílias da elite local. Rita se casou com Cesar Gomes de Azevedo, membro da mesma família em que sua tia Virginia havia entrado; Adelina se tornou esposa de Boleslau de Magalhães Macedo, sobrinho do Capitão Uldurico de Magalhães Macedo – de quem já falei aqui mais cedo²⁴⁷.

245 O sertão. Pequeno álbum de Lençóis, op. cit, pp. 70-7; Gonçalo de Athayde Pereira. Memória histórica e descritiva do Município de Lençoes. Bahia: A Bahia, 1910, p. 41.

246, Miridan Knox Falci, “Mulheres do sertão nordestino” in Mary Del Priore (org.), História das mulheres no Brasil. (9. ed. São Paulo, Contexto, 2007, p. 257).

247 O sertão, Pequeno álbum, passim.

Novas gerações vieram e a dinâmica de uniões de famílias e de patrimônios se perpetuou através delas. Com isso, importa saber que, apesar do processo de parcelamento das grandes propriedades por conta das heranças e da negociação desses pecúlios, a elite chapadense encontrou meios de se manter como concentradora de terras. Isso explica a pequena ocorrência de grandes propriedades para além desses núcleos nos inventários que consultei. A partir daí, percebe-se que para que as mulheres se tornassem latifundiárias, os processos sucessórios foram indispensáveis, ao passo que para aquelas que não contavam com o privilégio dos legados familiares o acesso a porções limitadas de terra de dava por meios próprios.

Para as mulheres que não foram beneficiadas com heranças ou casamentos prósperos, a compra era o meio que mais interessava para aplicação de recursos em terras. Nos inventários foram constantes as citações sobre esse tipo de transação. Entretanto, esses investimentos dependiam da oferta de terrenos, regulada majoritariamente pelos grupos latifundiários citados acima. Em meio às escrituras de compra e venda, disponíveis nos livros de notas, notei que os envolvidos nos negócios eram principalmente homens que contavam com alguma distinção. Foram constantes as menções aos títulos dos envolvidos nas transações, como “Alferes”, “Capitão”, “Major”, “Tenente” etc. ao passo que o nome das mulheres, com certa constância, era precedido do “Dona”, do qual tratei também mais acima. Esse tipo de observação reforça a tese de que essas pessoas regulavam a oferta de terrenos, pois compunham o grupo das principais detentoras de terras dali.

Os valores circulantes nas escrituras demonstram que os proprietários de terras reservaram frações menores de suas propriedades para negociação, dando continuidade à dinâmica de minifundização dos sertões baianos apontada por Erivaldo Fagundes²⁴⁸. Todavia, em prol da manutenção do poder que detinham, esses sujeitos deram preferência a transações nas quais não precisavam se desfazer da titularidade dos terrenos. É importante ressaltar que isso não reduzia o fluxo desse mercado, podendo inclusive ter sido um dos principais motivos pelos quais os cartórios locais assentavam negócios fundiários todos os dias. Os livros de notas testemunham uma movimentação de pessoas em transações sobre posses e partes de terrenos diariamente nos cartórios, denotando uma circularidade de divisas e de sujeitos nesse âmbito. Na maioria desses casos, o valor

²⁴⁸ Erivaldo Fagundes Neves, “Estrutura fundiária e dinâmica mercantil.

negociado não ultrapassava 1:000\$000 réis, o que sugere que apesar do volume de negócios, se tratava de partes de terra de tamanhos limitados, favorecendo assim não só o enriquecimento da elite tradicional, mas principalmente, a manutenção das maiores porções de terras em sua propriedade, e com isso a garantia de poder político e econômico.

Vale considerar que o preço era somente um dos índices que caracteriza o tamanho da propriedade. No século XIX, os escravos se preocupavam pouco com o uso de um sistema métrico apropriado para definição das dimensões dos imóveis rurais, embora a Lei de terras tenha exigido nos Art. 7º, 8º e 9º o estabelecimento de medição das terras de acordo com um sistema métrico padrão. Geralmente, a medição era feita a partir de marcas fugidias como um riacho, uma montanha e até mesmo os limites de outra propriedade, conservando costumes anteriores à aprovação da Lei. Assim, é difícil determinar a extensão das áreas negociadas, como se observou no inventário de Dona Belisária Leão, em que uma propriedade foi descrita com riqueza de detalhes e com definição de medida enquanto outra trazia somente a localização e o valor²⁴⁹.

O mesmo documento ajuda a entender que o preço das terras era definido pelas variáveis do terreno. O tipo de solo, a topografia, beneficiamentos ou a presença de cursos d'água na propriedade eram preponderantes para o valor da área. Os detalhes das propriedades nem sempre eram descritos, tampouco sua importância para o terreno em questão. Todavia, dificilmente, esses recursos seriam abundantes o suficiente para fazer uma pequena porção de terra alcançar valores semelhantes aos apresentados no inventário de Dona Belisária Angélica da Silva Leão e de Dona Maria Joaquina da Silva. Dessa maneira, ainda que os preços representem uma taxa pouco acurada para definição do tamanho das propriedades, não podem ser desprezados, pois são indicativos das proporções dos terrenos envolvidos na dinâmica fundiária local e demonstram um cumprimento parcial das exigências da Lei 601/1850, assim como a distribuição dessas riquezas entre a população local.

Ainda sobre os preços, esses foram mais relevantes para a determinação das proporções das fortunas do que o número de propriedades por dono, reforçando a ideia de concentração fundiária entre as elites. O fato de Dona Maria Martiniana da Rocha ter apresentado somente duas metades de posses de terras em seu inventário²⁵⁰, uma vez que

249 Inventário de Dona Belisária Angélica da Silva Leão, 17.05.1871.

250 Inventário de Maria Martiniana da Rocha, 10.08.1875, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 04, caixa 1735, maço 2205, documento 17.

as outras metades pertenciam ao seu casal, não implicou uma pequena propriedade, haja vista que os imóveis renderam juntos 3:500\$000 réis. Isso implica um patrimônio familiar da ordem dos 7:000\$000 réis, que não pode ser desprezado, posto que além dos valores, concorria para a concentração de terras o fato da inventariada ser matriarca dos Leão da Rocha, importante família da qual já falei anteriormente. Esse caso, entretanto, é excepcional.

Altos preços em terras foram pouco frequentes. Os valores anotados nas escrituras de compra e venda foram semelhantes aos que encontrei nas avaliações nos inventários *post mortem*, bem distantes dos contos de réis. Nesses últimos documentos, algumas partes de terra receberam valores muito baixos, na casa dos 10\$000 réis. Isso pode indicar uma estratégia para a redução dos impostos sobre o patrimônio nos inventários, entretanto, o panorama revela que nem sempre esse foi o caso, haja vista que o preço da terra poderia partir de valores de fato muito baixos, apontando que as avaliações eram verossímeis com a situação do mercado de imóveis chapadense.

Embora tenha encontrado imóveis com cotações extremamente baixas, a maior concentração desses bens nos testamentos e inventários *post mortem* foi fixada no intervalo entre 100\$000 e 500\$000 réis. Para aquela realidade, esses valores ainda são de pequena monta, ressaltando a expressiva quantidade de pequenas propriedades engendrada pela dinâmica fundiária local. Por conta disso, os montantes de terras de aproximadamente 60% das mulheres inventariadas dificilmente ultrapassaram a casa do 1:000\$000 réis, a despeito da acumulação de reduzidas fatias de terra. Raros eram os casos em que um certo número de propriedades de valores mais baixos poderia trazer algum destaque à titular da documentação, reafirmando a dificuldade de seguir trajetória semelhante.

O caso mais expressivo, nesse sentido, foi o de Dona Maria das Graças de Souza²⁵¹. Em 1870, quando faleceu, legou a seus herdeiros dezoito terrenos cujos valores oscilavam entre 5\$000 e 1:575\$000 réis, resultando em um total de 4:201\$000 réis em terras. No universo dos documentos pesquisados, esse foi o maior número de terrenos com uma única titularidade. Nesse viés, podemos inferir que havia uma tendência de pulverização dos bens de raiz em pequenas propriedades, resultado do tipo de oferta de

251 Inventário de Dona Maria das Graças de Souza, 29.01.1870, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 05, caixa 2083, maço 2554, documento 19.

terras que se tinha em Lençóis. O inventário de Maria Cordeiro da Graça²⁵² foi exponencial nesse sentido.

Realizado após sua morte, em maio de 1870, o documento reforçou a ideia sobre oferta, demanda e posse de terras. Ao longo de trinta anos, Maria Cordeiro da Graça reuniu um cabedal de doze partes de terra, que rendeu um total de 2:090\$000 réis dentre um monte-mor de 14:128\$800 réis. Em meio a esse volume as transações envolveram valores medianos. O maior investimento foi feito em 1853, quando ela pagou 500\$000 réis pelas terras da Fazenda Brejo Grande a Manoel Lourenço Pinto.²⁵³ Isso reafirma o controle da oferta de terrenos pelos proprietários locais mais poderosos e a negociação de porções reduzidas de terras por mulheres, que, tiveram seus patrimônios limitados pela dinâmica fundiária local na segunda metade dos Oitocentos.

Reuni no quadro adiante os dados da compra e venda de terras de Maria Cordeiro da Graça para demonstrar sua trajetória.

Quadro 04: Terras de Maria Cordeiro da Graça

Propriedade	Ano de aquisição	Vendedor(a)	Valor de aquisição	Avaliação no inventário
Parte de terra na Vacca Morta (sic)	1833	Pedro Nolasco de Macedo	15\$000	100\$000
Parte de terra no Jatobá	1838	Pedro Nolasco de Macedo	Não informado	100\$000
Parte de terra na Fazenda Capanga Grande	1846	Felippe José da Silva	12\$500	50\$000
Parte de terra no Jatobá	1848	Antônio Vieira da Costa	Não informado	100\$000
Parte de terra na Fazenda das Engaseiras (sic)	1853	Joaquim Ferreira de Lira	Não informado	200\$000
Parte de terra na Fazenda Brejo Grande	1853	Manoel Lourenço Pinto	500\$000	600\$000
Parte de terra na Fazenda da Ponta do Morro	1853	Thomaz d'Aquino e Souza	14\$000	60\$000

252 Inventário de Maria Cordeiro da Graça, 25.07.1870, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1026, maço 1495, documento 12.

253 Inventário de Maria Cordeiro da Graça, 25.07.1870, op. cit.

Parte de terra no Jatobá	1854	Miguel Arcângelo d'Oliveira	Não informado	100\$000
Parte de terra na Fazenda do Gato	1855	Joaquim Alves de Souza e sua mulher	40\$000	500\$000
Parte de terra na Fazenda do [ilegível]	1859	Francisco Bispo d'Oliveira	60\$000	150\$000
Parte de terra na Vazante	1862	Lourença M ^a de Jesus e seus filhos	150\$000	30\$000
Parte de terra na Fazenda das Engaseiras (sic)	Não informado	Não informado	Não informado	100\$000

Fonte: Inventário de Maria Cordeiro da Graça, 25.07.1870, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1026, maço 1495, documento 12

O documento revelou que ela subdividiu algumas de suas partes de terras em terrenos menores, e desse modo, foi uma agente da minifundização em segundo plano. Diante dessas informações pode-se afirmar que ela não era uma latifundiária, embora estivesse longe do anonimato no mercado de terras da região. Nesse caso, chama-me atenção a maneira como ela tirou proveito da especulação imobiliária. Atenta aos valores e importância de suas terras, negociou pedaços de seu patrimônio como forma de ganhar dinheiro. No que tange aos lucros, ela alcançou uma vantagem de 300\$000 réis sobre a parte de terra da Fazenda Brejo Grande em relação ao valor pago no ato da compra em 1853. O documento informa que ela dividiu a propriedade em duas partes, vendendo uma por 200\$000 réis e mantendo outra avaliada e 600\$000 réis²⁵⁴.

A dinâmica de acesso às terras favoreceu o aumento do patrimônio de Maria Cordeiro da Graça não somente pela acumulação de posses. Nesses espaços foram mantidas lavouras e criação de gado – que acredito ter sido bem maior que as 76 cabeças arroladas no documento, haja vista a possibilidade da existência de rebanho familiar – capazes de gerar lucros para ela. Entretanto, nem todos os negócios foram lucrativos.

A negociação das terras da Vazante, por outro lado, parece ter ocorrido como precaução contra prejuízos. Essa propriedade foi desmembrada em três partes menores, tendo duas sido negociadas por 50\$000 réis cada e a “melhor”²⁵⁵, avaliada em 30\$000 réis, mantida no rol de bens de raiz da inventariada, gerando um prejuízo de 20\$000 réis

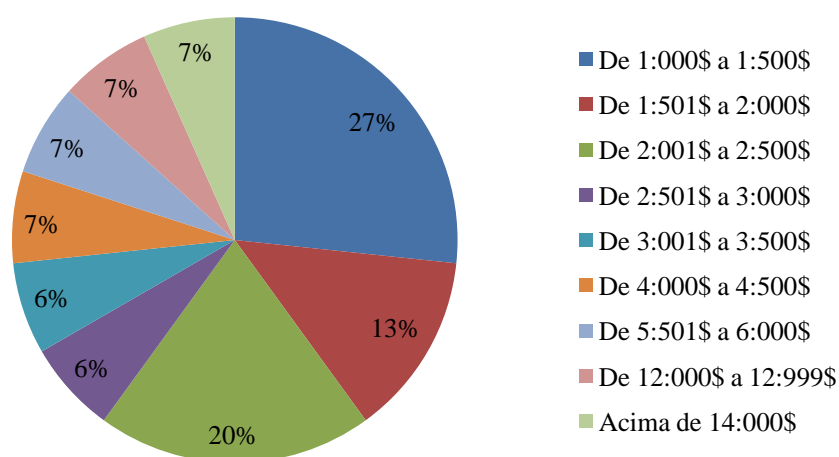
254 O inventário não informa a data da venda nem o nome do comprador da parte de terra negociada por 200\$000 réis.

255 O inventário não informa a data das vendas nem os nomes dos compradores das partes de terra negociadas por 50\$000 réis cada.

em relação ao valor pago pela aquisição da mesma porção. A despeito dos ganhos e das perdas, o que se percebe na movimentação patrimonial de Maria Cordeiro da Graça é uma tendência crescente do parcelamento das propriedades que poderia inflacionar o preço dos terrenos, embora isso não fosse regra, mas que de todo modo poderia representar maiores dificuldades para o acesso das menos abastadas à terra.

O aumento do preço e/ou a limitação da oferta de terras conduziu as interessadas nesse universo a permanecerem dependentes do arrendamento e da posse em comum, tendo com isso de refrear suas aspirações à compra dos terrenos. Em diferentes documentos foram descritas negociações dessa natureza, sugerindo que foram fundamentais para a conformação dos patrimônios dos grupos mais baixos das camadas médias, pois como se verá no gráfico a seguir, cerca de 60% das terras em comum entre as mulheres com fortunas superiores a 1:000\$000 réis se manteve nas mãos daquelas que tinham até 2:500\$000 réis.

Gráfico 08: Proporção de terras em comum nos inventários das faixas de 2 a 5



Fonte: Inventários, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários.

Os dados acima levam a crer que os esquemas de posse em comum e arrendamentos eram meios favoráveis para o acesso das mulheres ao universo da terra. À medida que se enriquecia, o tipo da posse tendia a mudar, o que explica a paulatina redução do compartilhamento de terrenos entre as que apresentaram montes-mores mais substanciais, excetuando-se, evidentemente, a ponta da pirâmide, aonde, conforme

demonstrado acima, a propriedade da terra era regida pelos processos sucessórios e por áreas maiores. Todavia, vale ter em conta que formas comuns de posse permaneceram em diferentes faixas de fortuna, indicando que nem sempre eram completamente abandonadas, mas foram usadas como estratégias de acumulação e cooperação tanto pelas menos quanto mais afortunadas, que se valeram da pequena propriedade para compor seus patrimônios.

Os esforços para ter acesso à terra eram justificados pela sua capacidade de render dividendos a partir das diversas formas de exploração possíveis. A terra utilizada pelas mulheres sustentou principalmente a produção de víveres para o abastecimento do mercado local. Esse cenário foi esculpido pelos interesses em manter uma diversidade produtiva nas propriedades de pequena monta. Com isso, sobretudo, as detentoras de terras medianas deram corpo à microcultura agrícola que predominou na região das Lavras, como alguns indícios presentes na documentação cartorária permitem afirmar. Os inventários e os testamentos são um tanto áridos sobre as culturas presentes nos terrenos, haja vista que os escrivães tomaram poucas notas sobre esses elementos. Entretanto, os registros de plantações existentes permitiram perceber que as mulheres se dedicaram preferencialmente ao cultivo da mandioca e do café.

Dentre os inventários que trazem indicativos sobre o que se produzia nas terras, essas duas culturas alcançaram aproximadamente 70% das citações. A mandioca já era bastante explorada na região durante o século XIX, uma vez que rendia diferentes produtos que compunham a dieta do sertanejo, especialmente a farinha, e muitas vezes era conjugada a outras culturas, como possibilitava o fracionamento dos terrenos. O café, por sua vez, ganhou notoriedade na década de 1870²⁵⁶, quando surgiu como alternativa econômica diante da falência da indústria diamantina baiana, contrastando com a perenidade da lavoura de mandioca.

Quanto à pecuária, a criação de gado *vacum* em pequena escala foi a especialidade das proprietárias de terras de Lençóis. Os rebanhos descritos nos inventários se limitaram a no máximo duas centenas de cabeças. O maior conjunto encontrado foi o de Dona Maria Joaquina Silva²⁵⁷, mulher do alferes Manoel Lourenço Pinto que deixou duzentas cabeças de gado *vacum* para seus herdeiros. O rebanho da família poderia ser maior, entretanto,

²⁵⁶ Cf. Durval Vieira de Aguiar, *Descrições practicas da Provincia da Bahia com declarações de todas as distancias intermediarias das cidades, villas e povoações*, Salvador: Typographia do Diário da Bahia, 1888.

²⁵⁷ Inventário de Maria Joaquina da Silva, 02.05.1857, op.cit.

ainda assim não se pode afirmar que se tratava de uma pecuária de larga escala na região diamantina, uma vez que as propriedades em geral tinham um número de cabeças bem abaixo desse. Foi visando o mercado de leite e de carne – e muito provavelmente o primeiro mais que o segundo – que as mulheres investiram nesse ramo, em detrimento de animais de pequeno porte que são, praticamente, inexistentes nos arrolamentos de bens das faixas de riqueza de 2 a 5.

As informações trazidas pelos inventários *post mortem* das mulheres mais abastadas, embora deixem de privilegiar informações sobre as plantações, permitem ver um esquema diversificado de uso da terra. Em alguns documentos pode-se encontrar informações que sugerem que, assim como a maioria das pessoas que habitavam a região das Lavras na segunda metade do século XIX, essas mulheres investiram tempo e dinheiro na cata de diamante entrecortando a dinâmica agropecuária que deu o tom das posses de terra. Esse é um assunto que vale a pena ser visto com mais detalhe, pois apresenta uma faceta da atuação feminina na Chapada Diamantina ainda pouco debatida.

4.4 TERRAS DE GARIMPO

Apesar da agricultura e a pecuária aparecerem como atividades principais desenvolvidas nas terras das mulheres inventariadas, o que se lê nos documentos é que na realidade a exploração dos terrenos foi mais além. A dinâmica de minifundização permitiu que algumas terras fossem utilizadas para a exploração diamantina. Os terrenos potencialmente diamantíferos representavam uma oportunidade para a inserção feminina no mercado do diamante e, mais um meio de rendimento. Possivelmente alguns proprietários negociaram com essas mulheres diminutos espaços, que certamente não cobriam jazidas muito vultosas, mas que contavam com certa probabilidade de ganhos com o diamante. Nesse interim, é provável que tenham proposto sociedade com as interessadas nos espaços, haja vista que a garimpagem era feita, sobretudo através de associações de trabalhadores com donos ou arrendatários de terras com a previsão de compartilhamento dos resultados auferidos no terreno.

Por vezes, as donas e arrendatárias dos terrenos se associavam a garimpeiros, com o intuito de encontrarem meios de trabalharem e ganharem com o produto da mineração. Em um relatório encomendado pela extinta Secretaria de Planejamento da Bahia

(SEPLANTEC) e publicado em 1978²⁵⁸, Gustavo Falcón se preocupou em explicar como se dava essa sociedade no século XIX. Para isso, se valeu principalmente das referências presentes no relatório de Gustavo Adolfo datado de 1863, que ao abordar o trabalho de garimpagem na Chapada Diamantina explicou:

[A] literatura existente menciona diversas outras categorias de trabalhadores na região das Lavras, como os "alugados" - garimpeiros pagos pelo trabalho diário, sem direito algum sobre o produto extraído; o "meia-praça", espécie de meeiro que descontado o quinto (20% sobre o produto, de direito do dono ou arrendatário do terreno), tinha direito a 50% do valor de venda bruto do diamante encontrado. Existiam, além dessas, outras modalidades de utilização da mão-de-obra, como a do "quarto até salvar", que implicava a quase completa dependência do garimpeiro ou faiscador a seu "sócio". Este lhe financiava certa quantia, que só seria saldada quando um quarto do valor da pedra encontrada cobrisse totalmente o empréstimo feito; caso contrário, o "sócio" financista teria direito ao seu quarto, sem ter a obrigação de descontar nada do débito.²⁵⁹

As relações descritas indicam a rentabilidade que o trabalho do garimpeiro poderia oferecer aos detentores dos terrenos. A prevalência dos segundos sobre os primeiros era favorecida pelas características da mão de obra disponível no período e pelo quadro de pobreza no qual a maioria dos trabalhadores vivia. O grande contingente de livres disponível era empregado nesses espaços sem muitas garantias e estavam sujeitos às condições de trabalho e de rendimentos impostas por seus financiadores, que muitas vezes eram também proprietários dos terrenos. Assim, juros altos, pedras compradas a preços baixos, a propriedade das ferramentas necessárias ao trabalho no garimpo e o fornecimento dos mantimentos para o trabalho são alguns dos fatores que asseguravam aos donos de terra vantagens significativas no mercado diamantino.

O inventário de Anna Rosa de Jesus lavrado em março de 1858 traz indícios de que ela foi uma das mulheres que explorou os terrenos diamantinos e o trabalho dos garimpeiros²⁶⁰. A inventariada possuía três partes de terras: uma no Curral Velho, outra no Pé da Serra e mais uma no Coisa Boa. As duas últimas localizações das propriedades eram zonas em que a atividade garimpeira era pungente, além de famosas pela

258 Gustavo Aryocara Falcón, "O diamante", in SEPLANTEC, A inserção da Bahia na evolução nacional: 1ª etapa, 1850 – 1899, (Salvador: SEPLANTEC, 1978).

259 Falcón, "O diamante", p. 115.

260 Inventário de Anna Rosa de Jesus, 19.03.1858, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1046, maço 1515, documento 03.

produtividade e pela qualidade das pedras que forneciam. Em seu rol havia também alguns móveis, ferramentas para o garimpo, três cavalos e duas crioulas – Maria, de quarenta anos e Carolina, de vinte e cinco.

A pequena escravaria demonstra que Anna Rosa não dispunha de mão de obra suficiente para explorar seus terrenos. Seguramente seu marido, Manuel Barros de Araújo e alguns dos oito filhos vivos do casal se empregavam no potencial serviço de mineração que se fazia em suas propriedades, e eventualmente a titular e suas escravas poderiam se juntar ao trabalho. Embora não haja indícios de sociedade, é possível que o grupo tenha utilizado alguma ajuda externa durante a exploração dos terrenos, haja vista que o contingente não era suficiente para dar conta de todas as propriedades ao mesmo tempo e que o rol de atividades não parece ter sido diversificada o bastante para um manejo sazonal; caso assim o fizesse, se perderia a rentabilidade da terra.

A inexistência de gado ou lavoura de qualquer natureza – embora essa última seja pouco frequente na documentação – entre os bens concorre para pensar que Anna Rosa e sua família viveram, essencialmente, da exploração diamantina. Esse comportamento não era excepcional, sobretudo nos primeiros anos de ocupação da Chapada Nova – período em que a família se instalou em Lençóis – conforme faz crer algumas informações trazidas pelo Inspetor Geral dos terrenos diamantinos, Benedicto Marques Acauã. Em um relatório que emitiu em 1847, Acauã disse que o solo da região foi ocupado de forma irregular, sendo explorado sem técnicas muito sofisticadas pelos proprietários e arrendatários ansiosos por encontrar diamantes. Isso relegou a produção agropastoril a segundo plano, o que torna compreensível que mulheres e seus grupos familiares tenham se sustentado com o garimpo²⁶¹.

É importante destacar que a exploração do diamante não limitava a atuação dos indivíduos. Algumas outras mulheres buscaram seus meios de vida através da conciliação do garimpo com outras atividades. Isso sugere o inventário de Joanna Amélia do Nascimento²⁶², registrado em cartório três anos depois do citado acima. Esse documento, além de alguns móveis, três escravos – os cabras Bartolomeu (cuja idade está ilegível no documento), Vitor de 22 anos e Antonio, de 12 – duas escravas – Theodora, crioula com

261 Benedicto Marques da Silva Acauã, “Relatório dirigido ao governo imperial em 15 de abril de 1847, pelo inspetor geral dos terrenos diamantinos na província da Bahia”. Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Tomo IX (1847), p. 227-260.

262 Inventário de Joanna Amélia do Nascimento, 21.09.1861, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1047, maço 1516, documento 07.

12 anos e Umbelina, cabra, com 49 anos – e terras, apresentou cabeças de gado, tachos de cobre e garrafões empalhados que indicam a produção de víveres, sobretudo leite, seu beneficiamento e comercialização.

É remota a possibilidade de que nas seis partes de terra que Joanna Amélia deixou tenham se produzido majoritariamente víveres para o consumo local. Acredito que nas terras que ficavam no Raimundão, Caités, Passagem (atual Andaraí) e no Riacho do Mel tenha se desenvolvido o garimpo, e que isso colaborou para situar a fortuna de Joanna num patamar destacado, uma vez que seu monte-mor rendeu 4:522\$000 réis. Assim, a pequena criação de animais e talvez uma pequena produção agrícola, mesmo com menor importância que o garimpo, representava a diversificação de fontes de renda como uma estratégia mais segura, uma vez que a indústria do diamante, desde as secas do final da década de 1850, se mostrou um ramo um tanto instável, mas ainda assim capaz de atrair interesses.

Perceber a relação das mulheres com o garimpo é importante para entender que suas formas de atuação não estavam afastadas desse universo, tampouco restritas a atividades ditas próprias de seu sexo. As mulheres são, raramente, associadas ao trabalho direto com o diamante na literatura sobre a região, entretanto, as fontes acima permitiram discernir que o alcance de suas estratégias de sobrevivência extrapolou divisões sexuais muito rígidas. Desse modo, a visão da garimpagem como um âmbito exclusivamente masculino fica um tanto pálida, pois a presença feminina era notada na mineração não somente como coadjuvantes, mas também como sujeitos envolvidos no cerne daquela indústria.

Do mesmo modo, a presença das mulheres na dinâmica de terras como um todo é importante para entender a atuação delas naquela sociedade. A maneira como negociaram esses bens e o uso que fizeram deles demonstra que essas mulheres desenvolveram um meio de ocupação territorial que, certamente, reverberava sobre a condição social delas. Além disso, é preciso pensar coletivamente nesse sentido, pois as implicações trazidas pelas posses de terras ampliavam os meios de existência e participação das mulheres enquanto categoria social. Com vistas nesses aspectos, algumas mulheres decidiram investir em bens de raiz que não estavam, diretamente, ligados ao trabalho produtivo, mas que poderiam render meios de vida, como eram os imóveis residenciais e, com isso, se tornarem presenças mais vívidas no núcleo urbano e, por sua vez, naquela sociedade.

4.5 CASAS, LOJAS E TERRENOS URBANOS: OS OUTROS BENS DE RAIZ

Em meio à análise dos bens de raiz das mulheres mais remediadas, casas e terrenos para casas emergiram como um conjunto de posses significativo. Como visto na tabela no início deste capítulo, esses haveres representaram de 9,8% a 20,4% dos montes-mores das mulheres das camadas de riqueza abordadas nesta seção. Na maioria dos casos, a ocorrência de residências se referia àquela em que a titular do inventário morava. Entretanto, os valores e a multiplicação de propriedades, dessa natureza, apontam que esses haveres serviam para fins além da necessidade básica de um teto sob o qual se poderia viver.

Ter uma casa era importante, entretanto um investimento dessa natureza não estava no topo da lista de prioridades das mulheres lençoisenses. A aquisição de uma residência parece só ter acontecido depois da reunião de meios de subsistência e acumulada alguma riqueza. Assim, escravos e terras tinham a prevalência, como ficou aparente na dinâmica de vida de Rosa Maria da Conceição²⁶³. Em seu inventário, embora não haja descrição de uma morada de casa ou de terrenos próprios para construção, aparecem bens significativos que geraram um monte-mor de mais de 4:000\$000 réis. Desse total, 2:750\$000 diziam respeito a três escravas e metade de um escravo que tinha em sociedade com David Prudente de Sousa; 580\$000 réis foram referidos às três partes de terra e de plantações que tinha nas fazendas São José da Parnahyba, Pau Ferro e Riachão e; 830\$000 réis ao gado bovino.

Rosa Maria da Conceição fazia parte do grupo de mulheres que não tinham casas próprias, apesar de terem acumulado ao longo da vida um patrimônio considerável. Essa realidade foi sensível, sobretudo na base da faixa 2 de riqueza, haja vista que a tendência foi da concentração da ausência de imóveis residenciais entre aquelas que tinham fortunas entre 1:000\$000 réis e 2:000\$000 réis. Nas faixas de riqueza superiores nenhuma das arroladas deixou de apresentar casas e/ou terrenos para casa, reforçando a ideia de que tal tipo de posses não constituíam a principal preocupação ou índice patrimonial das mulheres e que dependiam do suprimento de necessidades mais primordiais e outros anseios para ocorrerem.

263 Inventário de Rosa Maria da Conceição, 12.09.1872, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1014, maço 1483, documento 04.

Nessa realidade, é plausível que mulheres com escravos ou terras não tivessem uma casa própria. Todavia, vale considerar que isso não implica a falta de moradia. Além do aluguel, havia a possibilidade de morar nos imóveis da família, quando se tratava de um núcleo mais próspero, fatores que inclusive contribuem para pensar que existia certa segurança em deixar para segundo plano a aquisição de casas ou terrenos para casa, sendo mais rentável investir qualquer quantia nas categorias centrais de riqueza e que poderiam ser mais úteis à existência e a um eventual plano de enriquecimento e de mobilidade social.

Há de se considerar, também, a existência de um expressivo número de residências inseridas em propriedade rurais das titulares. A identificação desses imóveis foi possível porque os avaliadores responsáveis pelos inventários entendiam as casas e as terras como propriedades distintas, ainda que ocupassem o mesmo espaço. Isso aponta a união entre o local de trabalho e de moradia, demonstrando que muitas mulheres, mesmo entre as que tiveram certo cabedal, atuaram muito perto, se não diretamente, com a terra. Ademais, tendo a crer que esse é mais um indício da centralidade da terra para os patrimônios femininos.

A dinâmica de posses de imóveis residenciais demonstra que seria errôneo pensar a ausência de bens dessa natureza nos inventários como insuficiência de recursos. É preciso refletir que esses investimentos tiveram destinos preferenciais, entretanto, isso não significa que as posses de casas e de terrenos tinham cotações muito baixas. A variação de preços dos imóveis foi muito ampla, mas de modo geral, quando eram independentes das terras, esses bens tinham preços equivalentes às posses de terra, o que pode ter limitado também sua posse.

Nos inventários, há registros de preços entre 50\$000²⁶⁴ réis e 8:000\$000²⁶⁵ réis atribuídos a casas. Nos livros de notas os preços dos imóveis partiram dos 40\$000 réis²⁶⁶ e não ultrapassaram o teto das avaliações dos inventários. A despeito de tais valores, percebe-se que as casas, individualmente, receberam avaliações mais altas com frequência maior que os terrenos para uso rural, o que também pode ter justificado o protelamento de suas aquisições. As casas mais baratas eram, geralmente, cobertas de

264 Inventário de Antonia Joaquina de Jesus, 15.11.1862, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1057, maço 1526, documento 10.

265 Inventário de América Celestina da Rocha, 25.05.1876, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 04, caixa 1735, maço 2205, documento 16.

266 Livro de compra e venda nº1, 12.04.1872, p. 3, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Livros de notas.

palhas e se encontravam em propriedades rurais ou em locais pouco privilegiados das cidades. Acima dos 150\$000 réis as casas já eram descritas como cobertas de telha e podiam estar tanto na zona rural quanto urbana; nas cidades essas casas estavam espalhadas e dividiam espaço com os lautos sobrados de muitas portas e janelas daquelas que ocupavam os lugares mais altos da sociedade.

Os sobrados, que com certa frequência tinham lojas conjugadas, foram um tipo de imóvel essencialmente urbano com avaliações substancialmente elevadas. Uma das principais referências desse tipo de propriedade da amostra apareceu no inventário de Ângela Custódia da Silva²⁶⁷. Membro de uma importante família de negociantes de “grosso trato” da região: os Cincorá. Em seu inventário, metade de um sobrado com sobreloja localizado na Rua da Praça, um dos principais endereços comerciais do centro de Lençóis, foi avaliada em 6:000\$000 réis. Além desse imóvel, ainda deixou duas casas na Rua dos Mineiros, avaliadas em 600\$000 réis cada, outra casa sem localização definida que recebeu o valor de 300\$000 réis e duas partes de terra; a primeira na Rua Formosa, que valia 150\$000 réis e uma segunda na Rua da Entrada avaliada em 300\$000 réis.

O modo como o patrimônio de Ângela Custódia foi organizado demonstra que a posse e as características dos imóveis dependiam do meio de subsistência das titulares. Assim, comerciantes, como ela, tendiam a concentrar maiores investimentos em imóveis que servissem ao seu ofício, ao passo que aquelas que viviam dos negócios da terra, e que foram mais abundantes na realidade lençoisense do século XIX, se voltaram para a área rural. De todo modo, os inventários revelam que a casa dessas mulheres permaneceu muito próxima ou mesclada com os espaços de trabalho, mesmo entre as mais abastadas.

As demais casas que apareceram no inventário de Ângela Custódia revelam ainda uma dinâmica de ocupação territorial feminina no centro dos Lençóis, potencialmente, rentável. As casas que não estavam localizadas no local de trabalho, provavelmente, serviam para a geração de renda a partir de aluguéis, arrendamentos ou outras formas de negociação, além de representarem um fundo de reserva para momentos de dificuldade financeira. Nas ruas da cidade, os imóveis das mulheres mais ricas expressavam a distância social que as separava da gente comum, mesmo que, espacialmente, tais limites tenham sido pouco nítidos.

267 Inventário de Ângela Custódia da Silva, 14.12.1858, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1046, maço 1515, documento 04.

Em alguns documentos os endereços das propriedades estão descritos. Isso revela que as ruas de Lençóis eram margeadas por casas de diferentes proporções e alguns terrenos vazios que a municipalidade exigia que fossem destinados à construção de habitações. Houve casos em que várias propriedades tiveram a mesma titularidade, além de ocuparem espaços muito próximos. Além disso, as mesmas fontes revelam ainda investimentos em imóveis nas cidades com montantes semelhantes aos realizados em terras. Isso ratifica a ideia de que algumas mulheres encontraram seus meios de vida na exploração do mercado imobiliário urbano e leva a crer que essas propriedades, assim como as rurais, cumpriram um protocolo de subsistência, geração de renda e de enriquecimento.

Joana Maria de Jesus²⁶⁸ era um exemplo de mulher, bem-sucedida, que decerto se dedicou ao ramo de negócios com imóveis urbanos. Quando seus bens foram avaliados em agosto de 1860, ela somava 10:700\$000 réis em casas e terrenos para casa dentro da cidade dos Lençóis ou a pequena distância. Ao todo foram doze imóveis com cotações muito variadas que valem ser vistos com um pouco mais de detalhe; por isso os apresento no quadro adiante.

268 Inventário de Joana Maria de Jesus, 24.08.1860, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1045, maço 1514, documento 18.

Quadro 05: Imóveis urbanos de Joana Maria de Jesus

Propriedade	Endereço	Valor
Casa térrea	Beco do Ingrunado	125\$000
Morada de sobrado	Beco do Ingrunado	4:000\$000
Posse para casas	Rua Aprígio Leão	150\$000
Posse para casas	Rua da Boa Vista	120\$000
Posse para casas	Rua da Boa Vista	800\$000
Morada de casa	Rua do Beco	125\$000
Casa térrea coberta de telha	Rua do Curral	350\$000
Casa térrea coberta de telha	Rua do Curral	350\$000
Casa térrea coberta de telha	Rua "por detrás da do Rozario"	300\$000
Morada de casa	Rua "por detrás da do Rozario"	300\$000
Posse para casas	Rua "que desce para a do Curral"	80\$000
Casa de morada e roça	Margem do rio São José	4:000\$000

Fonte: Inventário de Joana Maria de Jesus, 24.08.1860, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1045, maço 1514, documento 18

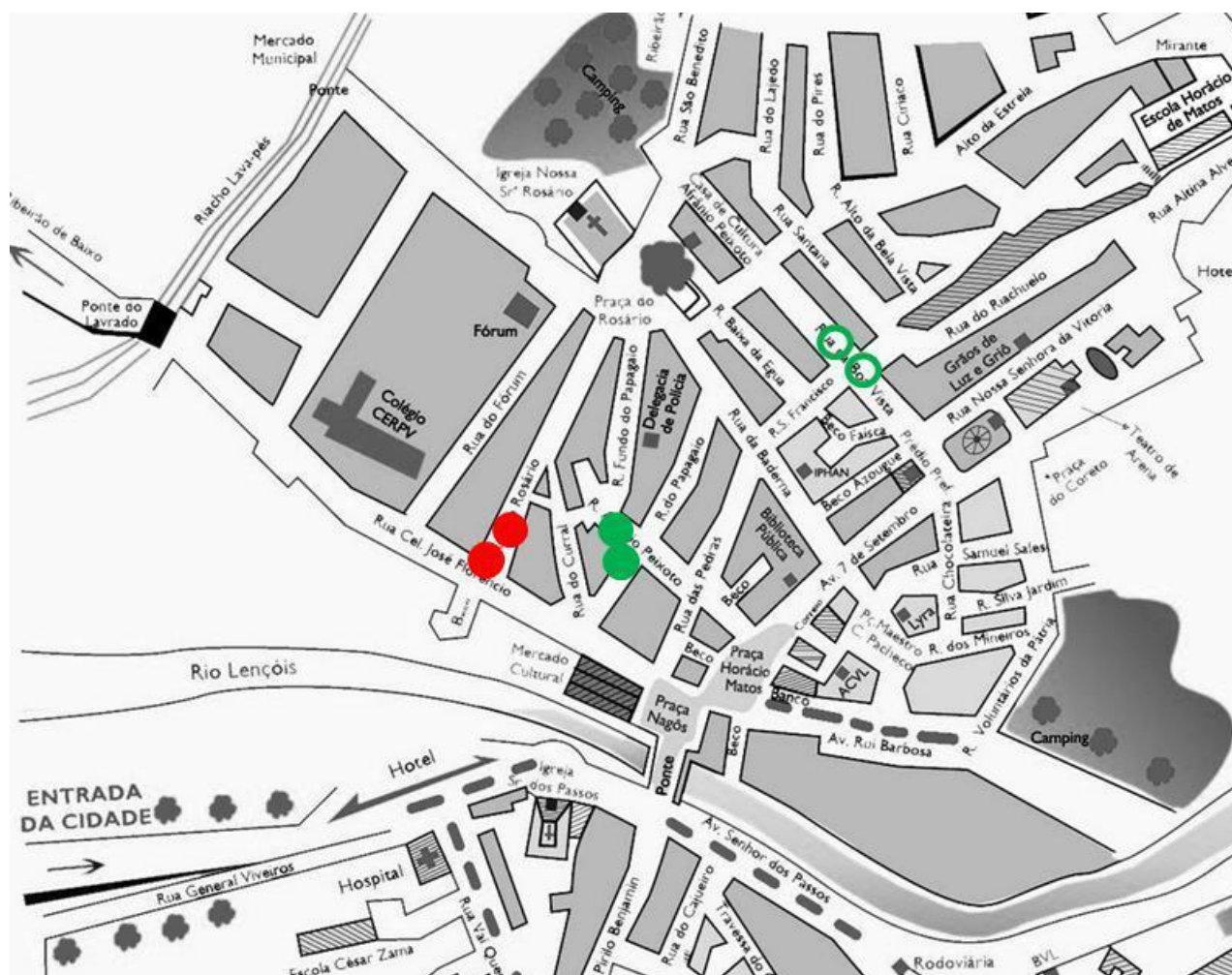
No documento não há referências a datas de aquisição ou se os imóveis passaram a sua titularidade por meio de sucessões. Vale também considerar que Joana Maria de Jesus não deixou de explorar a terra, uma vez que uma propriedade de valor – e seguramente, proporção – considerável foi arrolada entre os bens de raiz. Entretanto, é importante ter em conta que essa foi apenas uma, demonstrando que ao contrário da maioria das mulheres, seus investimentos foram realizados em imóveis residenciais de diferentes modelos, inclusive suplantando o montante imobilizado em terras. As casas e posses para casas de Joana Maria também revelam a variedade das propriedades no centro dos Lençóis.

Acredito que a morada de sobrado no Beco do “Ingrunado” era a habitação da inventariada, ao passo que as demais residências serviam à obtenção de renda. Nesse mesmo endereço, como visto, havia o sobrado de 4:000\$000 réis e uma das casas mais

baratas do rol de bens, avaliada em 125\$000 réis. Na rua da Boa Vista, do mesmo modo, as posses para casas receberam cotações bem discrepantes. Esses dados sugerem que pessoas tão diferentes, entre si quanto os imóveis, compartilhavam espaços e isso poderia impulsionar a demanda por habitações, gerando assim também o interesse de pessoas como Joana Maria em aumentar seus patrimônios em imóveis residenciais, a fim de conseguir, com isso, seu meio de vida e de participação naquela sociedade.

Ao refletir sobre a localização dos imóveis pertencentes ao patrimônio de Joana Maria de Jesus, podemos inferir que o espaço urbano favoreceu a aquisição desses imóveis. Com base nas informações do inventário e atento às limitações delas, tracei na ilustração a seguir um esboço da distribuição geográfica das casas e posses de casas de Joana Maria que demonstra sua atuação por toda a cidade.

Figura 02: Localização dos imóveis de Joana Maria de Jesus



LEGENDA

- Posse para casa
- Casa
- Possível endereço de casa

Fonte: Mapas blog, “Mapa de Lençóis”, <https://mapasblog.blogspot.com/2011/02/mapas-da-chapada-diamantina-ba.html>; Inventário de Joana Maria de Jesus, 24.08.1860, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1045, maço 1514, documento 18.

Salienta-se que as notações imprecisas dos avaliadores – como se viu no caso das ruas “por detrás do Rosario” e “que desce para a do Curral” – aliadas ao uso de nomes

não oficiais, à mudança nos nomes das ruas e a ausência de documentação indicando as alterações não permitiram definir, com precisão, os endereços dos imóveis em questão.

Evidentemente que, o espaço urbano e seu mercado de imóveis não foi, exclusivamente, explorado pelas mulheres. Todavia, vale refletir que uma vez que os olhares da maioria da população estavam voltados para o garimpo e para a produção agropastoril, a exploração imobiliária veio a ser uma alternativa para atuação de mulheres que não quiseram ou puderam ingressar nos filões mais tradicionais da economia lavrista. Além disso, ter diferentes imóveis garantia uma renda considerável através do aluguel.

Paulo Duque Santos²⁶⁹, apontou ainda em sua tese de doutoramento a importância do aluguel para os investidores da região do alto sertão baiano nos anos iniciais da República. Ao longo de sua pesquisa, Santos demonstrou que os aluguéis de imóveis urbanos foram combinados a outras formas de renda e de enriquecimento, inclusive entre as camadas extremamente abastadas de Caetité e seu entorno como meio de subsistência. Desse modo, fica notória que essa não era uma estratégia exclusivamente feminina, mas que poderia ser rentável para aquelas que conseguissem adentrar no ramo, bem como um mercado sólido por ali.

Os aluguéis representavam uma forma de trabalho não braçal, questão ainda valorizada pela sociedade do século XIX. Com a exploração dos imóveis era possível se viver de renda em detrimento de atividades produtivas. Além disso, havia a segurança financeira àqueles empenhados em tal negócio. Como visto com o patrimônio de Joana Maria de Jesus, havia um público variado com imóveis que atendessem às suas demandas, pois em uma realidade de afluência populacional e economia pulsante como a de Lençóis naqueles tempos, encontrar alguém em busca de uma casa para alugar não era tarefa difícil. Quando esse não era o caso, havia a segurança patrimonial que esses bens representavam por sua liquidez.

Por último, o rentismo favorecido pelos aluguéis dos imóveis dava a mulheres como Joana Maria a possibilidade de progredir material e socialmente. Essa forma de atuação interferia na maneira como essas mulheres participavam da sociedade e, por isso, pode ter sido um mercado mais amplo do que a documentação registrou. De todo modo, viver de rendas foi um ideal que não se limitou à negociação de bens de raiz. O empréstimo de dinheiro a juros também foi utilizado por essas personagens.

269 Santos, “Légua tirana”.

4.6 NEGÓCIOS DE INTERESSE

A negociação de empréstimos e de hipotecas foi uma realidade presente entre as mulheres mais abonadas de Lençóis no século XIX. Os valores das dívidas ativas deixados nos inventários compreendido pelas faixas abordadas nesta seção, representaram entre 6% e 12% dos monte-mores, como visto na tabela no início deste capítulo. Porém, esses números contrastam com a frequência desses negócios entre as inventariadas. Nas faixas de riqueza 2, 3, 4 e 5, a proporção de 35,6%, 63,6%, 83,3% e 60% dos montes-mores dos inventários corresponde, respectivamente, as dívidas ativas.

A frequência da menção a dividendos a receber demonstra que as mulheres, com algum excedente financeiro, investiram em ocupações diversificadas, todavia, nem sempre ligadas à terra ou à exploração de escravos. Paulo Duque Santos²⁷⁰ demonstra que essa tendência era geral nos sertões baianos entre o final do século XIX e início do século XX. Em análise de inventários, Santos aventa que “[...] o investimento em vários ramos da economia servia como medida de precaução à instabilidade das conjunturas econômicas da Bahia, do Brasil e mundial”²⁷¹.

Corroborando com essa perspectiva, podemos compreender o contexto de elevadas proporções das dívidas ativas nos montes-mores das inventariadas abordadas. A aplicação de valores mais significativos no mercado financeiro pelas mulheres, decerto, foi influenciada pelas dificuldades de penetração delas em ramos tradicionais da economia, como expus em momentos anteriores neste trabalho. Ainda com base no estudo de Paulo Duque Santos²⁷², é possível notar que os homens tiveram maiores condições e possibilidades de diversificação de suas atividades. Em sua tese, o historiador demonstrou que as dívidas ativas tiveram proporções gerais bem menores entre os homens de Caetité do que aquelas que encontrei para as mulheres lençoisenses. Os índices de Santos mostram que, em faixas de riquezas semelhantes às que utilizei nesta pesquisa, as dívidas ativas formaram proporções entre 2,65% e 14,1% dos montes mores dos caetiteenses²⁷³.

270 Santos, “Légua tirana”.

271 Santos, “Légua tirana”, p. 86.

272 Santos, “Légua tirana”.

273 Santos, “Légua tirana”, pp. 72; 75; 77; 127.

Vale ressaltar, mais uma vez, que no trabalho de Santos não há preocupação explícita com um recorte por sexo²⁷⁴, todavia, a predominância da titularidade masculina no conjunto de fontes que utilizou, ratifica a menor participação feminina nas esferas produtivas locais. A maior representatividade dos homens em mercados mais tradicionais, como o agropastoril, o comércio e os serviços urbanos, também concorreu para as menores proporções de suas atuações no mercado de capitais, embora essa última tenha movimentado, significativamente, altas quantias, como Santos apontou em seu trabalho. Todavia, em Caetité, assim como em outras partes do sertão, as mulheres conseguiram renda a partir dos negócios de interesses e se utilizando de diferentes estratégias²⁷⁵.

Diante dessas considerações, ficou evidente que a participação das mulheres no mercado financeiro, nos sertões, requisiu delas a capacidade de desenvolver estratégias para adentrar em um ramo dominado por homens de cabedais consideráveis²⁷⁶. Diante disso, a empreitada requeria, por vezes, a colaboração de maridos, amásios com quem viviam “sob o mesmo tecto” ou amigos, reforçando a engenhosidade dessas mulheres adentrarem nesse mercado.

É bem provável que Joana Maria de Jesus tenha se valido de táticas de negociação com a colaboração de seu marido, Manoel dos Reis Correia Lima²⁷⁷. Além da exploração da terra e do aluguel das casas, os interesses sobre quantias emprestadas eram uma fonte de renda significativa para o casal, como faz crer a proporção que as dívidas ativas assumiram no inventário da dita Joana Maria. Dos 11:846\$000 réis em que importou seu monte-mor, aproximadamente 9%, ou 1:073\$000 réis correspondiam a dívidas a serem recebidas.

As quantias devidas variavam com valores partindo dos 30\$000 réis até alcançarem 525\$000 réis. Pela notação que os identifica no documento foram entregues a seis homens que pertenciam a grupos diferentes da sociedade lençoisense. Segundo o inventário, o rol de devedores estava organizado da seguinte maneira:

274 Santos, “Légua tirana”.

275 Paulo Duque Santos faz menção à Anna Conceição, também conhecida como Anna Capangueira, como referência sobre a atuação feminina no mercado dos negócios de interesse em Caetité. Santos, “Légua tirana”, p. 41.

276 Empréstimo de dinheiro a juros como forma de enriquecimento e conquista de poder foi uma prática amplamente utilizada por homens de negócios no sertão baiano durante o século XIX e questão profundamente debatida por Paulo Duque Santos em seu trabalho de doutoramento. Cf. Santos, “Légua tirana”.

277 Inventário de Joana Maria de Jesus, 24.08.1860, op. cit.

Quadro 06: Dívidas ativas de Joana Maria de Jesus

Devedor	Valor da dívida
José Bispo da Silva	30\$000
Nicolao de Macedo	73\$000
Benedito Pinto Marques	115\$000
Januario (conhecido como Gato)	120\$000
Luiz Rodrigues Mangabeira	210\$000
Angelo Custodio Soares	525\$000
Total	1:073\$000

Fonte: Inventário de Joana Maria de Jesus, 24.08.1860, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Inventários, estante 03, caixa 1045, maço 1514, documento 18.

A lista de devedores faz supor que Joana Maria e seu marido estavam interessados não somente nos lucros que os empréstimos lhes trariam. Relações importantes e outros retornos imateriais interessavam aos credores e, para alcançar isso, era preciso diversificar o rol de devedores, como fez o casal. Um dos principais indícios disso é a presença de Januário “Gato” na lista. A alcunha em contraste com o sobrenome dos demais sujeitos no mesmo rol pode ser reveladora sobre a situação desse indivíduo e apontar que as estratégias de atuação que a titular do documento desenvolveu na sociedade lençoisense atravessavam estratos sociais.

Rodrigo Weimer²⁷⁸, historiador dedicado ao estudo das camadas subalternas do Rio Grande do Sul no final do século XIX, faz considerações relevantes sobre o uso de alcunhas e que podem ser úteis para entender as relações de Joana Maria. Segundo o autor, nos anos finais da escravidão no sul do Brasil, apelidos circulavam, de boca em boca, como modo de identificar sujeitos marginalizados. Fosse pela cor, pela ascendência ou pela falta de prestígio que algumas ocupações tinham naquela sociedade, esses nomes eram atribuídos a fim de atestar a ausência de elementos dignificadores das figuras às quais eram dirigidos, marcando assim seus lugares entre os grupos mais vulneráveis.

278 Rodrigo de Azevedo Weimer, “Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX” (Dissertação de mestrado, Unisinos, 2007).

Assim, ter contatos com pessoas como as que atendem pela alcunha de Januário “Gato” expressam a importância e a necessidade de diversificar o círculo de relações. O principal retorno que esse tipo de ligação poderia trazer eram benefícios nem sempre materiais. Cada um dos arrolados poderia interessar a Maria Joana de maneiras diferentes e, dessa forma, gerar contrapartidas peculiares não explícita nos documentos. Para isso, certamente, ela teceu com todos os arrolados, antes dos empréstimos, relações pessoais, haja vista que, para emprestar ou tomar dinheiro na época em questão, os sujeitos precisavam estar inseridos em grupo de confiança, gerido tacitamente por noções de honra próprias que tonificavam as relações de negócios e se transformava no principal índice afiançador das transações.

Katia Mattoso²⁷⁹, ao discutir sobre os negócios dos rentistas baianos, levantou o debate sobre a importância dos valores morais no campo dos empréstimos pessoais. A historiadora disse que, excetuando-se uma fatia reduzida de 10% de mulheres e 20% de homens que viviam apenas de especulação financeira, para a maioria dos credores o que mais importava no âmbito desses acordos era estreitar laços com pessoas de seus interesses. Paulo Duque Santos²⁸⁰, nessa mesma perspectiva sobre as dívidas ativas entre os caetiteenses, afirmou que a confiança “pessoal e de vizinhança” orientava a relação entre credores e devedores. Na Chapada Diamantina, assim como nos sertões próximos e no Recôncavo, a confiança era o balizador dos negócios e a capacidade de emprestar dinheiro ajudava a criar distinção entre os envolvidos, gerando retornos impalpáveis tão importantes quanto os pecuniários.

O crédito, fiado na confiança, era fundamental para a população que chegava às Lavras. Os migrantes traziam quase nada – na maioria das vezes só esperança – e precisavam de auxílio para se instalar. Uma vez ambientados e feitos os primeiros contatos, o que não significa rapidez, às vezes era necessário que essa ajuda, inicial, viesse em forma de dinheiro, usado seja para fazer o saco – que era a provisão de alimentos dos garimpeiros – e se embrenhar nos serviços, seja para conseguir estabelecer um pequeno comércio ou roça num terreno arrendado.

A relação de crédito era muito importante para o devedor, pois representava uma possibilidade de vencer na região. Por conta disso, depois de tecer alguma relação com

279 Kátia Mattoso. “A opulência na província da Bahia”. In: Fernando A. Novais (Coord.) História da vida privada no Brasil; Império: a corte e a modernidade nacional (São Paulo: Companhia das Letras, 1997)
280 Santos, “Légua tirana”, p. 74.

os potenciais devedores, os credores transferiam as quantias e esperavam receber deles os dividendos acompanhados de gratidão e deferência social. O personalismo dava a tônica dos negócios de crédito também na hora da negociação das condições de empréstimo e dos pagamentos.

A ocorrência de apólices e de outros títulos recebíveis é muito reduzida no ramo, resultado, principalmente, da organização ainda incipiente do sistema financeiro e monetário brasileiro do século XIX²⁸¹. A criação do Banco do Brasil, em 1808, e das Caixas Econômicas públicas e depósitos, em 1861, não foi capaz de garantir o financiamento das atividades econômicas e pessoais da população baiana, tanto na capital quanto no interior; tampouco de instaurar uma política financeira. Assim, o crédito direto particular emergiu como uma modalidade de negócio, regulada por juros e por interesses que variavam de acordo com o tipo de relação que o devedor tinha com o credor. Por conta da limitação documental, uma vez que muitas das transações de crédito eram feitas também sem registro em cartório, acredita-se que há um número maior de empréstimos do que os estão registrados nos inventários²⁸².

O personalismo das transações, entretanto, não pode ser confundido com a inexistência de limites de crédito. Esses negócios requeriam tato dos credores. Empréstimos cedidos com base na confiança, se administrados sem os devidos cuidados, poderiam levar fortunas respeitáveis à bancarrota. Por isso, aquelas que extraíram lucros através de interesses foram cautelosas quanto aos empréstimos e trataram de acumular para si dívidas ativas com maior liquidez, como indicam os valores cedidos por Joana Maria de Jesus.

Para o sistema de crédito que se organizou em Lençóis, além da confiança, algumas garantias materiais também eram relevantes. Ao se tratar dos rendimentos na terra dos diamantes, é preciso salientar que as pessoas que emprestavam dinheiro, como Maria Joana de Jesus, vislumbravam também lucros que poderiam advir dos negócios

281 Sobre o sistema financeiro e monetário brasileiro no século XIX Cf. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo. “As controvérsias monetárias do século XIX”, *Ensaio FEE*, v. 15, n. 1 (1994), pp. 80-97; Elisa Müller, “Moedas e bancos no Rio de Janeiro no século XIX”. *Seminários de Pesquisa (IE/UFRJ)*, (2004); Rômulo Almeida, “Traços da história econômica da Bahia no último século e meio”, *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 11, n. 19, (2010); Renato Leite Marcondes, “Caixas econômicas públicas e depósitos populares no Brasil (1861-1940)”, *América Latina en la historia económica*, v. 21, n. 3(2014), pp. 116-143.

282 Paulo Duque Santos aponta as limitações da documentação indicando que muitas transações de crédito foram documentadas entre as famílias que, nem sempre, se preocuparam em conservar os papéis que comprovavam os negócios. Santos, “Légua tirana”, p. 43.

com as pedras. Assim, quando o empréstimo se destinava ao financiamento de um garimpo, o credor poderia solicitar participação no produto extraído, independentemente do tamanho. Dessa maneira, a vantagem viria não necessariamente dos juros praticados sobre o montante emprestado, mas em diamantes. A especulação financeira, nesses casos, se unia à diamantina numa relação que envolvia diferentes aspectos. Geralmente, quem emprestava o dinheiro exigia a preferência na compra da pedra como condição para o negócio. Daí, quando o devedor retornava com o diamante em mãos, o credor reduzia ao máximo o valor do mineral para garantir maior lucro no repasse da pedra e, assim, poder prolongar a quitação da dívida e assegurar seus interesses.

Outra saída encontrada pelos credores, para balizar o pagamento dos empréstimos, foi o desenvolvimento da modalidade de crédito familiar. Disso, Joana Maria de Jesus²⁸³ também se valeu, mas não como credora e sim como devedora. Entre os 9:460\$000 réis em dívidas passivas que deixou, 6:060\$000 eram devidos a Jeronimo Correia Lima, morador de Feira de Santana, importante vila comercial da Bahia no século XIX.

Embora a questão do parentesco não seja elucidada nos documentos, acredito que o fato do credor ter o mesmo sobrenome que o marido de Joana Maria tenha pesado a favor da perspectiva do crédito familiar. Uma historiografia ocupada com o entendimento das relações de crédito no Brasil²⁸⁴, tanto na Colônia quanto no Império, aponta que foi comum que algumas famílias se fortalecessem como elites locais, a partir de empréstimos realizados entre seus membros. Dentre os inventários consultados, esse expediente aparece com certa frequência, o que reforça a tese de que as mulheres que emprestavam dinheiro visavam não só o retorno material, tanto quanto a representatividade social e quicã política, dependendo do núcleo familiar ao qual pertenciam.

A maleabilidade nas condições do empréstimo era outra vantagem do crédito familiar. Quando os valores eram cedidos a juros, geralmente, as margens de usura eram reduzidas, ajudando assim os credores a recuperarem o investimento, tanto para pagar a dívida quanto para manter o crédito. Infelizmente, esses índices são de difícil definição, uma vez que os documentos, raramente, os citam. Todavia, a consanguinidade nem

283 Inventário de Joana Maria de Jesus, 24.08.1860, op. cit.

284 Cf. Mônica Ribeiro de Oliveira, “Os espaços do crédito e as estratégias sócio-familiares em uma sociedade em transformação: cafeeicultura mineira no século XIX”, *Locus-Revista de História*, v. 5, n. 2, (1999); Helen Osório, “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa”, *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39 (2000), pp. 99-134; Maria Alice Rosa Ribeiro, “Riqueza e endividamento na economia de plantation açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX”, *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 45, n. 3 (2015), pp. 527-565.

sempre era fundamental para se conseguir as vantagens desse tipo de negociação, tampouco para definir o que se entende por crédito familiar naquele contexto, pois no século XIX a ideia de círculo familiar era ampla, sobretudo entre os grupos menos tradicionais.

A conjuntura da sociedade oitocentista, contribuiu para uma concepção de família flexível²⁸⁵. À medida que a sociedade se ampliava, aumentava o índice de sujeitos miscigenados e ligados por laços de solidariedade que muitas vezes substituíam o valor do sangue pela consideração, de família, por de pessoas fora da sua linhagem familiar. No bojo desses grupos, estavam amalgamadas pessoas livres, libertas e escravizadas em favor de melhores condições de existência e de interessadas de ascensão e de deferência social. Assim, os compadrios e diversas formas de ligações consensuais eram considerados na hora de ceder ou pedir empréstimos. Além do mais, essas relações poderiam oferecer outras garantias às envolvidas nos negócios de crédito.

Mulheres que não contavam com maridos, filhos ou algum homem da família consanguínea para representá-las, se valeram de amigadas em suas estratégias de vida, que incluíam os negócios de crédito. Francisca Regina de Souza²⁸⁶ foi uma mulher que deixou explícito em seu testamento o uso de suas relações em favor do recebimento de dívidas. Viúva de José de Souza Nogueira e mãe do Capitão Manoel Augusto de Souza²⁸⁷, seu único filho, morto na guerra do Paraguai; Francisca Regina encontrou segurança para fazer valer suas últimas vontades entre os homens de destaque com quem tinha contato.

Ao lavrar seu testamento em fevereiro de 1869, Francisca Regina nomeou na seguinte ordem seus testamenteiros: Major Antonio Lopes da Silva; Tenente Coronel Francisco Antonio d'Athaide; Conego Livio da Silveira Gusmão e, por último; a irmã Ana Angélica Brasileira. É curioso notar que, da lista, a única pessoa com a qual a testadora tinha vínculo sanguíneo era a última indicada. Isso revela que, no momento da escrita do testamento, a titular utilizou da confiança que tinha em seus indicados para

²⁸⁵ Cf. Isabel Cristina Ferreira dos Reis, *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia no século XIX*, Salvador: EDUFBA, 2001; Isabel Cristina Ferreira dos Reis, "Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras no Brasil oitocentista", in Giovana Xavier; Juliana Barreto Farias; Flávio dos Santos Gomes, (orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (São Paulo: Selo Negro, 2012) pp. 172-85.

²⁸⁶ Testamento de Francisca Regina de Souza, 09.02.1869, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário (cível), Testamentos, Livro segundo para registro de testamento do Cartório do Escrivão d'esta Cidade dos Lençoes, fl 34-35.

²⁸⁷ Nos fundos consultados não consegui encontrar maiores informações sobre tais sujeitos.

fazer cumprir suas últimas vontades, inclusive garantir a integridade e a distribuição do patrimônio deixado.

Os bens herdados não eram muitos, mas suficientes para render um pecúlio significativo. Duas casas no centro dos Lençóis, uma escrava crioula chamada Marcella, que não citou a idade nem a ocupação, e uma letra de dívida ativa no valor de 2:000\$000 de réis. Essa letra estava em poder do Major Antônio Lopes, desde quando não se sabe, mas deveria ser cobrada por ele a Felisberto Augusto de Sá, em nome do falecido filho da testadora. A escolha do Major como protetor da letra, provavelmente, se baseou na credibilidade que ele tinha na sociedade e por relações que vinham de outros tempos, uma vez que reputou o Major como sujeito das relações de seu filho, credor original da dívida. Com isso, Francisca Regina garantia a segurança do patrimônio, a cobrança da dívida e colhia os benefícios da relação com um homem eminente.

A atenção dedicada à letra aponta que as dívidas eram, devidamente, cobradas e podiam se arrastar por gerações de uma família, independentemente das relações entre credores e devedores. Em algumas famílias, as dívidas perduravam por longo tempo, o que nos faz refletir que, embora os resultados almejados tenham sido potencialmente o estreitamento de laços e a formação de uma rede que dava suporte à vida, os credores esperavam receber suas dívidas e poderiam esperar, por isso, tanto quanto fosse necessário. A ausência de juros pungentes sobre a dívida, de certo, acalmava os devedores na hora de pagar pelo crédito recebido, haja vista que mesmo sem um sistema bancário regulador naquela época, não significava que elas poderiam ser esquecidas.

Com as considerações que fiz até aqui, espero ter demonstrado como as mulheres desenvolveram meios para serem ativas na sociedade lençoisense do século XIX. A atuação das personagens que preencheram as páginas deste trabalho traz fortes indícios de que, mesmo em uma região onde as figuras do garimpeiro, do latifundiário e do homem da política dominavam a cena, as mulheres, tantas vezes silenciadas, mostraram-se ativas e senhoras de suas vidas. Nessa perspectiva, devemos abandonar a interpretação enraizada na historiografia sobre o período de que as mulheres de elite pouco se envolviam em negócios (sem aparições públicas) e as mais pobres ou modestas serviam tão somente a vontades senhoriais. As fontes demonstram que uma parcela das mulheres pobres atenuou as condições, extenuantes, de suas vidas, assim como as mais remediadas de Lençóis. Enfim, trabalharam o suficiente para saírem dos espaços meramente domésticos e atuarem de múltiplas maneiras naquela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XIX, Lençóis e seu entorno se tornou o principal foco da mineração de diamantes na Bahia. As notícias dos achados das primeiras pedras e da rentabilidade delas circularam pela Província, e além, como esperança em meio a uma economia combalida. Essas novidades foram suficientes para atrair gente de todo tipo para a região; desde o mais pobre agricultor, que fugindo da seca, almejava se tornar um garimpeiro eventual para conseguir meios de obter a própria terra e uma pequena criação; até homens de afortunados, que muitas vezes já eram latifundiários ou negociantes de grande monta, e que especularam aumentar seus patrimônios e poder com a exploração do diamante. Entre esses dois polos, viveram muitos outros sujeitos, amalgamando aquela sociedade com suas agências diárias. Todavia, muitas dessas personagens foram silenciadas na história.

As mulheres que viveram na Chapada Diamantina formam um contingente que sofreu com um esquecimento forçado por uma historiografia que as relegou a segundo plano. Com este trabalho busquei contribuir para a revisão e inversão desse quadro. Ao longo de quatro capítulos, usando documentos de naturezas diversas, aponte que as mulheres, assim como os homens locais, foram elementos fundamentais para o desenvolvimento daquela sociedade, do mesmo modo que, participaram de tensões e negociações que permeavam aquele cotidiano, a despeito do esquecimento que lhes foi imposto. Nesse ínterim, demonstrei que o trabalho foi a principal via de inserção social dessas mulheres, o que ensejou diferentes discussões.

Para compor seus meios de vida, as mulheres que se instalaram em Lençóis desenvolveram diferentes estratégias. Trabalhar, não significava somente ter uma ocupação, mas implicava a necessidade de tecer redes, lidar com poderes, driblar limitações objetivas e subjetivas e esquivar-se dos estigmas de cor e sexo que tornavam precárias as condições de vida delas na região das Lavras. O *corpus* desse trabalho, os processos-crime e os inventários *post mortem*, permitiram acertar que, nessa faina, as mulheres desempenharam diferentes e diversos papéis, nos espaços de trabalho. Isso, por si, já contribuiu para a revisão da perspectiva historiográfica centrada nos homens chapadenses, uma vez que indica não somente a agência feminina, mas a existência de fontes suficientes para a realização de estudos semelhantes.

Ainda que tenham permanecido invisíveis na memória local e na historiografia por muito tempo, as mulheres chapadenses se mostraram inventivas trabalhadoras e personagens longe dos estereótipos com as quais têm sido representadas. Assim, ao final deste trabalho, espero ter contribuído para a percepção da complexidade das personagens que protagonizaram as histórias que contei nas páginas anteriores em meio a um cenário permeado por tensões que o final da escravidão, inquietações políticas e instabilidade econômica traziam. Vale dizer que o meu objetivo neste trabalho foi dar visibilidade à agência de mulheres lençoisenses. Desejo que essa perspectiva continue a pautar mais pesquisas historiográficas, permitindo o desenvolvimento de novos trabalhos sobre personagens tão complexas, que para mim se revelaram tão fascinantes.

REFERÊNCIAS

ACAUÃ, Benedicto Marques da Silva. *Relatório dirigido ao governo imperial em 15 de abril de 1847, pelo inspector geral dos terrenos diamantinos na província da Bahia*. Inst. Hist. Geogr. Ethnogr. do Brasil. Rev. Trim, Tomo IX: p. 227-260.

ADAM, Joana Regattieri. *Estudo histórico demográfico da população escrava nas fazendas cafezeiras do Barão de Nova Friburgo: Cantagalo/Rio de Janeiro (1850-1873)*. 2017.

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições practicas da Provincia da Bahia com declarações de todas as distancias intermediarias das cidades, villas e povoações*. Salvador: Typographia do Diário da Bahia, 1888.

ALADRÉN, Gabriel. Ratoneiros, formigueiros e atravessadores: trabalho e experiências sociais de libertos em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX. In.: GOLDMACHER, Marcela. et. al. *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EDUFF, 2010, p. 27 – 58.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas–Bahia: século XIX*. EDUFBA, 2012.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *População e posse de escravos em Rio de Contas, século XIX*. In. NEVES, Erivaldo Fagundes (org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Arcadia, 2011, p. 165 – 200.

ALMEIDA, Rômulo. *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio*. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 11, n. 19, 2010.

ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima, o caso de Luzia Jeje: escravidão, família e mobilidade social-Bahia, c. 1780–c. 1830*. 2010. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)*. Salvador: EDUFBA, 2012.

AMPOI, Isabela Candeloro. *As mulheres brasileiras da elite urbana oitocentista através do diário de Maria Graham*.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: EDUSP, 2007.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)*. São Paulo: Alameda, 2014.

AZEVEDO, Elciene. *A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da raça paulista*. In: AZEVEDO, Elciene et. al. (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: UNICAMP, 2009.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2003.

AZEVEDO, Gislaine Campos. *A tutela e o contrato de soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil*. In: *História Social*. Campinas, n.3, 1996, p. 11 – 36.

AZEVEDO, Gislaine Campos. *Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX*. In: *Histórica*. São Paulo, ano 03, n.27, 2007, p. 1-8.

BABINSKI, Henri. *Rapport sur une visite aux "Lavras diamantinas": gisements de diamant et de charbon de Lençoes, Palmeiras, San-Antonio, Chique-Chique et Mar d'Hespanha, état de Bahia (Brésil)*. Paris: Impr. de Chaix, 1897.

BARBOZA, Emilene Ceará. *"Vivo do meu Trabalho": Mulheres Pobres na São Paulo em Fins do Império (Décadas de 1870-1880)*. 2011.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENUTTI, Maria Antonia; DE CARVALHO COSTA, Maria Luiza Calim. *Sincretismo cultural na joalheria afro-brasileira*. In: *Proceedings of World Congress on Communication and Arts*. 2014, p. 81-84.

BRITTO, Marinonio de Freitas. *A libertinagem e seus perigos relativamente ao physico e moral do homem*. Salvador: FAMEB, 1853. Tese de doutorado.

CASTELLUCCI JR, Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888)*. Annablume Editora, 2008

CATHARINO, José Martins. *Garimpo-garimpeiro-garimpagem: Chapada Diamantina, Bahia*. Philobiblion, 1986.

CAULFIELD, Sueann. *"Que virgindade é esta?": a mulher moderna e a reforma do código penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940*. *Acervo*, v. 9, n. 1-2 JanDez, p. 165-202, 2012.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. *História Social*, n. 19, p. 33-62, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

CHAVES, Antonio Marcos; BORRIONE, Roberta Tavares de Melo; MESQUITA, Giovana Reis. *Significado de infância: a proteção à infância oferecida pela Santa Casa de Misericórdia na Bahia no século XIX*. *Interação psicol*, v. 8, n. 1, p. 103-111, 2004.

COSTA, Alex Andrade. *Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2009. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Craveiro. *O visconde de Sinimbu*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. *Escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato: os trabalhadores livres e a luta pela abolição no Rio de Janeiro nos fins do século XIX*. In: GOLDMACHER, Marcela. et. al. *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EDUFF, 2010, p. 89 – 118.

COWLING, Camillia. *Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870–1888*. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 153-175, 2006.

DA COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. *Espaços negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX*. *Caderno CRH*, v. 4, (1991) 2007.

DA SILVA DIAS, Maria Odila Leite. *Mulheres sem história*. *Revista de História*, n. 114, p. 31-45, 1983.

DA SILVA DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DA SILVA TELLES, Lorena Féres. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

DA SILVA, Wellington Barbosa. '*Uma autoridade na porta das casas*': os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850). *Sæculum—Revista de História*, n. 17, 2007.

DE AGUIAR, Itamar Pereira; SIQUEIRA, Nathalia Rocha; NASCIMENTO, Washington Santos. *Vozes da Senzala: Simbologias Kimbundu e trânsitos religiosos em Angola e no Brasil*. *Revista Transversos*, v. 6, n. 6, p. 103-124, 2016.

DE AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX*. São Paulo: Annablume, 1987.

DE CAMARGO, Denise Conceição Ferraz. *Imagética do candomblé: uma criação no espaço mítico-ritual*. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tese de Doutorado.

DE CASTRO FARIA, Sheila. *Legitimidade, estratégias familiares e a condição feminina no Brasil escravista*. *Anais*, p. 297-317, 2016.

DE CASTRO FARIA, Sheila. *Mulheres forras-riqueza e estigma social*. *Tempo*, n. 9, p. 65-92, 2000.

DE OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Os espaços do crédito e as estratégias sócio-familiares em uma sociedade em transformação: cafeicultura mineira no século XIX*. *Locus—Revista de História*, v. 5, n. 2, 1999.

DERBY, Orville. *Lavras Diamantinas*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, n. 30, 1905.

DOS SANTOS, Jocélio Teles. *Ex-Escrava proprietária de Escrava: um caso de sevícia na Bahia do século XIX*. *Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)*, v. 1, n. 1, p. 35-46, 2014.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino*. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. (orgs.) *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 241 - 277.

FALCÓN, Gustavo Aryocara. *O diamante*. In: SEPLANTEC. *A inserção da Bahia na evolução nacional: 1ª etapa, 1850 – 1899*. Salvador: SEPLANTEC, 1978.

FARIAS, Juliana Barreto. *De escrava a Dona: A trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX*. *Locus—Revista de História*, v. 18, n. 2, 2012;

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

FERREIRA, Manoel Jesuíno. *A Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. (orgs.) *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 141 - 188.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FIGUEIREDO, Luciano. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais do século XVIII. XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flavio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

FIGUEREDO, Luciano RA; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Quitandas e quitutes; um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. *Cadernos de Pesquisa*, v. 54, p. 50-61, 1985.

FOLLADOR, Kellen J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro. *Revista fato & versões*. n. 2. v. 1 p. 3 - 16; 2009.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

FRAGA FILHO, Walter. *Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição*. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2010.

FREIRE, Jonis. *Alforrias e tamanho das posses*. Possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). *Varia Historia*, v. 27, n. 45, p. 211-232, 2011.

FREITAS, Judy Bieber. *Slavery and Social Life: Attempts to Reduce Free People to Slavery in the Sertao Mineiro, Brazil, 1850-1871*. *Journal of Latin American Studies*, v. 26, n. 3, p. 597-619, 1994.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. Editora Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. Perolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 81 – 126.

GANEM, Nadir. *Lençóis de outras eras*. Vol. II. Brasília: Thesaurus, 2001;

GARCIA, Frédéric Robert. *Configurações Identitárias em Cascalho e Além dos Marimbus de Herberto Sales*. 2014.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Josildete. *Povoamento da Chapada Diamantina*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Nº 77. Salvador, 1952, p. 221 – 238.

GOMES, Marco Aurélio A. *Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de salvador no século XIX*. 1990.

GONÇALVES, Maria Salete Petroni de Castro. *Garimpo, devoção e festa em Lençóis, BA*. São Paulo: Escola de Folclore, 1984.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução A. J. L. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. Editora Companhia das Letras, 2013.

GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil*. Afro-Ásia, n. 27, p. 121-160, 2002.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 - 1910*. Tradução Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAHAM, Sandra Lauderdale; SOARES, Pedro Maia. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila. *Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 101-128, 2006.

GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial*. Almanack Braziliense, n. 6, p. 4-13, 2007.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARA, Sílvia Hunold. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, p. 71-93, 2012.

LEANDRO, José Augusto. *A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná*. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 54, p. 261-278, 2007;

LIMA, Henrique Espada. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. Under the domain of precariousness: slavehood and the meanings of work. Topoi, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005.

LIMA, Tatiana. *Enjeitadas (e) domésticas: sobre escravidão, liberdade e domesticidade; Recife, 1830 – 1870*. Tempo histórico. Recife, v. 3, n.1, 2011.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos*. Ciência e cultura, v. 32, n. 7, p. 836-841, 1980.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora Unicamp, p. 129-160, 2006.

MARCONDES, Renato Leite. *Caixas econômicas públicas e depósitos populares no Brasil (1861-1940)*. América Latina en la historia económica, v. 21, n. 3, p. 116-143, 2014.

MARTINS, Rômulo. *"Vinha na fé de trabalhar em diamantes": escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina - BA (1840 - 1888)*. Salvador: UFBA, 2013. Dissertação de mestrado.

MATA, Iacy Maia. *Conspirações da raça de cor: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*. Campinas: UNICAMP, 2015.

MATA, Iacy Maia. Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição: Bahia e Cuba—notas iniciais. *Revista de História Comparada*, v. 5, n. 1, p. 66-90, 2011.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MATTOSO, Kátia Queirós. A opulência na Província da Bahia. In: HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2, p. 143 – 180.

MEIRA, Júnia Tanúsia Antunes et al. *Lindolfo Rocha: sertanejo e romancista-um escritor “esquisitamente esquecido”*. Revista Memento, v. 7, n. 1, 2016.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. As controvérsias monetárias do século XIX. *Ensaio FEE*, v. 15, n. 1, p. 80-97, 1994;

MORAES, Walfrido. *Jaguços e heróis*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963;

MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 15-47, 2006.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: UNICAMP, 1998.

MÜLLER, Elisa. *Moedas e bancos no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Seminários de Pesquisa (IE/UFRJ), 2004.

NARO, Nancy P. O gênero em questão: mulheres escravas e livres perante a Justiça. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 131 – 152.

NASCIMENTO, Anna Amelia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flavio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista*. Afro-Ásia, n. 24, p. 97-128, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local*. EDUFBA, 2008.

O SERTÃO. *Pequeno álbum de Lençóis*. Lençóis: Gráfica O sertão, 1945.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, p. 99-134, 2000.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés e tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In.: PAIVA, Eduardo França. ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver; séculos XVI a XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Editora UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias e resistência através dos testamentos*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2000.

PAIVA, Eduardo França. Mulheres de diversas “qualidades” e seus testamentos na colonial, escravista e mestiça capitania das Minas Gerais. XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. *Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, p. 11-23.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Estudos feministas*, p. 949-964, 2008.

PEIXOTO, Afrânio. *Bugrinha*. São Paulo: Clube do Livro, (1922) 1975.

PEREIRA, Gonçalo de Atahyde. *Memoria historica e descriptiva do municipio de Lençoes: Lavras diamantinas*. Salvador: Oficinas da Empreza "A Bahia", 1910.

PEREIRA, Gonçalo de Atahyde. *Memória histórica e descriptiva do municipio de São João do Paraguassú*. Salvador: Oficinas da Empreza "A Bahia", 1907.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Diamantes de papel: um estudo das leituras sobre as Lavras Diamantinas no século XIX*. 1997. Monografia de especialização, UEFS.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PINHEIRO; Fernanda A. Domingos. A precariedade da liberdade: experiências de libertos em Mariana, século XVIII. Anais...Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 4. Curitiba, 2009.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima*. São Paulo: Annablume, 2009.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1898)*. São Paulo: Annablume, 2003

POPINIGIS, Fabiane. Liberdade sob a escravidão: trabalhadores africanos no comércio de gêneros – Desterro, 1830-1860. In: FORTES, Alexandre et al. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 167-186.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Adriana Dantas. Mulheres ‘afro-ascendentes’ na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, p. 24-34

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão, Bahia, 1850-1888*. Campinas: Unicamp, 2007. Tese de Doutorado.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: EUFBA, 2001.

REIS, Isabel Cristina Ferreira. Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras no Brasil oitocentista, in XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. Mulheres negras: no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, pp. 172-185.

REIS, João José. “*Carne sem osso, farinha sem caroço*”: O motim de 1858 contra carestia na Bahia. IN: Revista de História. São Paulo: FFCH-USP, 1996.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REIS, João José. *De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição*. Afro-Ásia, n. 24, p. 199-242, 2000.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. Editora Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Riqueza e endividamento na economia de plantation açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX*. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 45, n. 3, p. 527-565, 2015.

ROCHA, Geraldo. *Rio São Francisco; fator precípua da existência do Brasil*. In: Rio São Francisco; fator precípua da existência do Brasil. 1983.

ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusa*. São Paulo: Ática, 1978.

RONCARI, Luiz. *Ficção e história: o espelho transparente de Machado de Assis*. Teresa-Revista de Literatura Brasileira, n. 1, p. 139-154, 2000.

ROQUETTE, J. I. *Código do Bom-Tom, ou, Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Organização: Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROSEMBERG, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.

SALES, Herberto. *Além dos marimbus: narrativa da viagem que fez Jenner Nogueira Chaves às matas de Andaraí para compra de uma fazenda onde extrair madeiras*. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1968.

SALES, Herberto. *Cascalho*. 2. Ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1956.

SALES, Herberto. *Garimpos da Bahia*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1955.

SAMPAIO, Teodoro; DE SANTANA, José Carlos Barreto. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Companhia das Letras, 2002.

SANCHES, Nanci Patrícia Lima. *Fora do tom, fora da ordem: vadios, mulheres e escravos no Império do Brasil*. Caderno espaço feminino, v. 17, n. 1. Jan/Jul 2007.

SANTANA, Napoliana P. *Família e micro-economia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)*. Santo Antonio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia/campus V, 2012. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Igor Gomes. *A horda heterogênea: crime e criminalização de “comunidades volantes” na formação da nação, Bahia (1822 – 1853)*. Niterói: UFF, 2017. (Tese de doutorado)

SANTOS, Paulo Duque. *Léguas tiranas: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. 2014. 334 f. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História Social) –Universidade de São Paulo–Sp.

SBRAVATI, Daniela Fernanda. Mulheres de (in) certa condição. *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, p. 13-40, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Edusc, 2001.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCOTT, Rebecca J. *Grados de libertad: Cuba y Luisiana después de la esclavitud*. Editorial de Ciencias Sociales, 2006;

SCOTT, Rebecca J. HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SENNA, Ronaldo de Salles. Garimpeiros, capangueiros e pedristas: o jarê nas relações sócio-culturais na Chapada Diamantina. In: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: ARCADIA, 2011, p. 619-670.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. *Homens com sonhos de riquezas inexauríveis: virilidade, ambição e violência nas Minas de diamantes de Lençóis (1850-1870)*. Feira de Santana: UEFS, 2012. Dissertação de mestrado.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: EDUFPE, 2011.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *A participação da Bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881)*. Anais... Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 3.2007.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade*. Bahia, século XIX. Dissertação de mestrado, UFBA, 2000.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; DOS SANTOS GOMES, Flávio. “*Dizem as Quitandeiras...*”: Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo*, v. 15, n. 2 jul-dez, p. 3-16, 2011.

SOARES, Cecília Conceição Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: Eduneb, 2007.

SOARES, Cecília Moreira. *As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*. Afro-Ásia, n. 17, 2017.

SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas e polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES, Mariza de Carvalho et al. *A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII*. Estudos afro-asiáticos. Ano 26. Mai-ago 2004, p. 303 – 330.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Através da Bahia: excertos da obra Reise in Brasilien*. Brasiliana, 1938.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Poder, simbolismo, religiosidade e misticismo: um estudo da joia balangandã. *Revista Tucunduba*, n. 2, 2011.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Sob os signos do poder: a cultura objetificada das joias de crioulas afro-brasileiras. *Em tempo de histórias*, n. 22, p.12-31, 2013.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu* (3); 1994, p. 29 - 62.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. São Paulo: USP, 2008. Tese de doutorado.

VASCONCELOS, Albertina Lima. *Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII*. Dissertação. (Mestrado em História). UNICAMP, Campinas, 1997.

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia de 1850*. Salvador: Corrupio, 1999.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. 2007. Tese de doutorado.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo, 1850-1880*. Hucitec, 1998.